

# HISTÓRIA DO PIAUÍ SÉCULOS XIX E XX



FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO  
JOÃO PAULO CHARRONE  
MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO E SILVA  
(ORGANIZADORES)

cancioneiro



**PPGHE**



COLEÇÃO - ANAIS DO IV SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL -  
ESCRITA DA HISTÓRIA; CULTURA E PODER - VOL. 01

## **História do Piauí (séculos XIX e XX)**

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –  
Escrita da História: cultura e poder, v. 1*

Francisco Gleison da Costa Monteiro  
João Paulo Charrone  
Márcio Douglas de Carvalho e Silva  
(Organizadores)

## **História do Piauí (séculos XIX e XX)**

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –  
Escrita da História: cultura e poder, v. 1*

cançãoeiro

*V Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: cultura e poder*

*Coordenação Geral do Evento*

Francisco Gleison da Costa Monteiro  
João Paulo Charrone

*Comissão Científica*

Antonio Alexandre Isidio Cardoso - UFMA  
Antonio José de Oliveira - UFRN  
Cícero Joaquim dos Santos - URCA  
Cláudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI  
Cristiana Costa da Rocha - UESPI  
Cristiano Luís Christillino - UEPB  
Edwar de Alencar Castelo Branco - UFPI  
Francivaldo Alves Nunes - UFPA  
Johny Santana de Araújo – UFPI  
Márcio Douglas de Carvalho e Silva – UFPI  
Valério Rosa de Negreiros - UESPI

Copyright © 2024 by Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone, Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores)

Todos os direitos reservados.

*Projeto gráfico e diagramação*  
Ronyere Ferreira

*Capa*  
Mário Sergio Olivindo

CANCIONEIRO

*Editora chefe*  
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

*Conselho editorial*  
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)  
Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)  
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)  
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)  
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)  
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)  
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)  
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)  
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

---

História do Piauí (séculos XIX e XX) / Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone, Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores). 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024.

343 p.: il.

(Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: cultura e poder, 1)

ISBN: 978-65-5380-208-7 (digital)

1. Brasil – História 2. Piauí – História I. Título II. Coleção

CDD 981

---

EDITORA CANCIONEIRO  
Teresina - Piauí  
www.editoracancioneiro.com.br  
contato@editoracancioneiro.com.br

# SUMÁRIO

**Apresentação..... 11**

## **PARTE I - O PIAUÍ NO SÉCULO XIX**

**O estado de saúde da província não foi lisonjeiro: endemias e epidemias no Piauí entre 1850 e 1889..... 13**

*Danielle Filgueiras Santos*

*Joseanne Zingleara Soares Marinho*

**Combater a ociosidade com o trabalho: ações governamentais de combate a seca no Piauí (1877-1879)..... 31**

*Kátia de Araújo Silva*

*Francisco Gleison da Costa Monteiro*

**A imprensa piauiense no contexto da seca no Piauí Oitocentista (1877-1879)..... 43**

*Francisco Gleison da Costa Monteiro*

*Lucas Clementino Feitosa Pinheiro*

**“Todos nós gritamos contra aquele que venha prejudicar a liberdade”: o jornal *O Abolicionista* e as denúncias contra a escravidão na província do Piauí, 1884..... 55**

*Talyta Marjorie Lira Sousa*

**O “esgarçar da Chapada do Corisco”: o alargamento urbano para além das margens do Rio Poty..... 75**

*Cristina Cunha de Araújo*

**Entendimentos e engendramentos económico-sociais: tratativas dos rumos do Piauí a partir da segunda metade do século XIX..... 87**

*José Lins Duarte*

## **PARTE II - O PIAUÍ NO SÉCULO XX**

***Influenza Espanhola: uma perspectiva histórica da gripe espanhola no Piauí..... 103***

*Denise Soares e Silva*

*Joseanne Zingleara Soares Marinho*

**“[...] os medicamentos são muito insuficientes, mal chegam para atender a indigência que procura o posto”: os serviços públicos de saúde fornecidos pelo Posto de Higiene de Floriano (1933-1945)..... 116**

*Rakell Milena Osório Silva*

*Joseanne Zingleara Soares Marinho*

**“Tudo pelo trabalho”: os trabalhadores no extrativismo da *Manihot Piauhyensis*, conflitos por terras e escravidão por dívida no início do século XX..... 131**

*Charlene Veras de Araújo*

*Jonhy Santana de Araújo*

**O Progressismo Cientificista de Abdias Neves..... 151**

*Rodrigo Thadeu Paiva Dias*

*Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz*

**Práticas autoritárias e as celebrações do poder Vargasista em território piauiense (1930-1945)..... 170**

*José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior*

*Pedro Pio Fontineles Filho*

**A participação do Piauí na “Operação Nordeste” (1959-1964)... 180**

*Luis Matheus Sena Lopes*

*Antonia Valtéria Melo Alvarenga*

**Comemorando a “revolução”: as narrativas da comemoração nos aniversários da “Revolução de 1964” na imprensa piauiense (1964-1979)..... 194**

*Joel Marcos Brasil de Sousa Batista*

*Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

**Entre dentes de ouro e anos de chumbo: construção e estruturação da Universidade Federal do Piauí sob o panóptico da ditadura civil-militar brasileira e a repressão ao corpo de funcionários (1971-1979)..... 213**

*Ronald Cavalcante Castelo Branco*

*Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz*

***Jornal do Piauí e O Estado do Piauí: análise comparativa da produção noticiosa no governo de Chagas Rodrigues..... 232***

*Iara Monalisa Ferreira de Souza Mendes*

*Nilsângela Cardoso Lima*

**A produção do inimigo: análise dos discursos de ódio no jornal *O Dia* na década de 1960..... 246**

*Glória Maria de Santana Ribeiro*

*Nilsângela Cardoso Lima*

**Coluna “Televisão - Canal 2” e atuação política e partidária de Simplicio de Sousa Mendes no jornal “Folha do Nordeste” em 1962 e 1963..... 259**

*Adélia Machado*

*Nilsângela Cardoso Lima*

**A formação de uma cinefilia teresinense: o Cine Clube Teresinense como espaço de formação de subjetividades cinematográficas (1965-1972)..... 277**

*João Vitor de Carvalho Melo*

*Fábio Leonardo Castelo Branco Brito*

**Ousadia para enfrentar o real: mulheres deslocando fronteiras na direção de outras identidades de saber e poder..... 290**

*Luciana Farias de Araújo Andrade*

*Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

**A construção e a degradação de um “Colosso”: usos e desusos do edifício do IAPC em Teresina..... 308**

*Almerito Francisco Oliveira da Silva*

**Aspectos do Rock da cidade de Parnaíba-PI nas décadas de 1980 e 1990..... 327**

*Gustavo Silva de Moura*

*Claudia Cristina da Silva Fontineles*

## APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que publicamos esta coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e Poder, fruto principalmente do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e poder e, concomitantemente, do I Encontro de Discentes e Egressos do PPGHB. Evento científico e cultural que congregou pesquisadores das Linhas de Pesquisa de História, Cultura e Arte e História, Cidades, Memória e Trabalho do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), objetivando conectar pesquisas em andamento, discussões bibliográficas e a ampliação dos debates teórico-metodológicos na História e áreas afins.

O evento se configurou como um momento de fortalecimento desta área no eixo Norte-Nordeste no país, incentivando a criação de grupos de pesquisa, o intercâmbio entre universidades, a troca de experiências entre profissionais de diversos ramos do conhecimento e o diálogo com pesquisadores de áreas como Letras, Arqueologia, Educação, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia, entre outras. Além disso, muito nos orgulha de que nosso evento tenha também a participação de professores da Educação Básica, que vêm tanto a contribuir com o debate historiográfico, ampliando seu conhecimento sobre as condições, as perspectivas, as práticas e os sentidos do estudo e da docência de nossas “fatias de duração do tempo” em todos os níveis do ensino no Brasil.

Como se constatará, na leitura do material deste volume, acreditamos que fomos muito felizes, pois para além de ampliar as discussões dos novos saberes no campo da escrita da História do Piauí, propiciamos a interlocução com as múltiplas formas de apropriação/construção do conhecimento historiográfico. Para isso, realizamos um profícuo debate que conectou a História do Piauí (séculos XIX e XX) com uma série de estudos historiográficos com temas, recortes e espaços sociais diversos no campo da história, que, nesse quadro, despertam o interesse pela

pesquisa e pela formação de novos pesquisadores, fortalecendo a área de História do Piauí.

O evento se configurou como um momento de fortalecimento desta área no eixo Norte-Nordeste no país, incentivando a criação de grupos de pesquisa, o intercâmbio entre universidades, a troca de experiências entre profissionais de diversos ramos do conhecimento e o diálogo com pesquisadores de áreas afins, como Letras, Arqueologia, Educação, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia, entre outras. Além disso, muito nos orgulha de que nosso evento tenha também a participação de professores da Educação Básica, que vêm tanto a contribuir com o debate historiográfico como buscar conhecer um pouco mais do que a academia está produzindo sobre a História do Piauí, ampliando seu conhecimento sobre as condições, as perspectivas, as práticas e os sentidos do estudo e da docência de nossas “fatias de duração do tempo” em todos os níveis do ensino no Brasil.

O Seminário e sua materialização, no conjunto dos volumes dos Anais do Evento, constituem-se, portanto, como um espaço singular de intercâmbio de experiências de pesquisa, socialização de conhecimento e conexão com outros espaços, aprendizagem mútua e de enriquecimento cultural.

Acreditamos que pensar História é, antes de mais nada, um exercício de se debruçar sobre o outro, mas também é tentar compreender como estas sociedades resolveram problemas que, muitas vezes, ainda nos ator-doam. Os questionamentos dos passados estão com seus pés sempre no presente. Dessa forma, fazer história não é olhar para o passado, mas, sobretudo, olhar para o lado. Assim sendo, esperamos que este volume seja como mais uma das lições, tão bem descrita por Thomas Huxley: “o degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele; destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto”. É próprio do homem esperar mais do que pode alcançar. A esperança é sempre maior que o temor. Mas sigamos o conselho de Francis Bacon e paremos por aqui.

*Francisco Gleison da Costa Monteiro*

*João Paulo Charrone*

*Márcio Douglas de Carvalho e Silva*

**PARTE I**  
**O PIAUÍ NO SÉCULO XIX**

# O ESTADO DE SAÚDE DA PROVÍNCIA NÃO FOI LISONJEIRO: ENDEMIAS E EPIDEMIAS NO PIAUÍ ENTRE 1850 E 1889

*Danielle Filgueiras Santos<sup>1</sup>*  
*Joseanne Zingleara Soares Marinho<sup>2</sup>*

## Introdução

No *Dicionário de Medicina Popular*, Pedro Luís Chernoviz (1890, p. 957, 958, 989), define endemia como “[...] qualquer moléstia que grassa em uma localidade quasi em permanência”, sendo que algumas teriam “[...] causas telúricas ainda muito mal definidas”, enquanto a doença epidêmica seria uma “Moléstia que ataca ao mesmo tempo e no mesmo lugar grande numero de pessoas de uma vez, e que depende de uma causa commum e geral sobrevindo accidentalmente”. Durante o século XIX, diversas regiões do Brasil foram acometidas por surtos de moléstias endêmicas e epidêmicas. As patologias não se concentravam apenas nos segmentos menos abastados, posto que, conforme aponta Ricardo Freitas (2020), várias pessoas da nobreza foram acometidas e algumas chegaram a falecer, como foi o caso do infante dom Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, neto de Maria I, que foi vítima de uma febre lenta nervosa que ceifou sua vida em 1812.

---

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista CAPES.

2. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

As duas formas de manifestação patológica foram encontradas em documentos do Piauí oitocentista, embora também fossem recorrentes declarações de uma relativa estabilidade em termos de saúde. A designação de caráter benigno para algumas moléstias, seguida de afirmações sobre suas consequências funestas, é outro fator interessante. A título de exemplificação, o relatório de 1859, escrito pelo vice-presidente Ernesto José Baptista, afirmava que “O sarampo ultimamente tem grassado nesta Capital, porem com caracter benigno, e apenas consta-me terem perecido algumas crianças, talvez que pelo pouco cuidado em se resguardarem do ar frio, que o faz recolher, o que quazi sempre é fatal” (Piauí, 1860, p. 8).

O estado sanitário da Província do Piauí era permeado por significativos problemas de saneamento. Essa conjuntura agravava-se ainda mais diante da inexistência de um setor de saúde pública estruturado, posto que a assistência hospitalar era concedida por meios caritativos. Os investimentos governamentais para a instalação desses serviços eram quase sempre realizados de forma limitada, haja vista os dispêndios que conferiam aos cofres públicos, já onerados, e as dificuldades em torno da institucionalização da saúde. As limitações no acesso à água potável, a ausência de sistemas de esgoto, a precariedade das habitações e as deficiências na higienização urbana contribuíam para agravar as condições de vida da população e culminavam no aparecimento dessas doenças.

Partindo desses pressupostos, pode-se dizer que o objetivo desta proposta de pesquisa é analisar os principais episódios de doenças endêmicas e epidêmicas no Piauí durante o período compreendido entre 1850 e 1889. Este período foi marcado por uma intensa mobilização em torno da saúde pública, salubridade e higiene no Brasil, simultaneamente caracterizado pelo surgimento de endemias e epidemias em várias províncias do país. A nível de Piauí, as fontes correspondentes a esse recorte registraram surtos de sezões, sarampo, diarreias, tifo e diferentes tipos de febres e deram destaque aos episódios de varíola e febre amarela. Os aspectos patológicos de algumas dessas enfermidades, as implicações sociais, as medidas profiláticas, os medicamentos utilizados para tratamento e outras formas de cura serão brevemente explanados ao longo do texto.

A primeira parte deste texto abordará o cenário endêmico no Piauí oitocentista, uma vez que essas doenças eram corriqueiras e conhecidas pelos piauienses. Em seguida, serão analisados os surtos epidêmicos que

provocaram uma desorganização e reorganização na conjuntura provincial. No decorrer da discussão também será possível perceber os impactos da ausência dos serviços de saúde pública, sobretudo para a população pobre que se encontrava em condições socialmente vulneráveis.

As fontes primárias utilizadas nesse trabalho encontram-se majoritariamente no Arquivo Público do Piauí e no site da Biblioteca Nacional e consistem principalmente em relatórios governamentais e ofícios destinados às autoridades sanitárias da Província do Piauí, datados do período entre 1850 e 1889, além do *Dicionário de Medicina Popular*, de Pedro Luís Chernoviz, publicado em 1890. Para nortear e embasar as análises aqui realizadas, foram utilizadas obras de autores como Marcus Pierre Baptista (2022), Joseanne Marinho (2018) e Nara Oliveira (2022). Ademais, salienta-se que as investigações empreendidas para a construção de trabalhos anteriores<sup>3</sup> viabilizaram a compreensão em termos gerais do contexto da saúde e das doenças na capital piauiense.

### **As moléstias de inverno: endemias piauienses**

No século XIX, o Piauí foi atravessado por desafios econômicos, sociais e ambientais. A escassez de recursos e a dependência de práticas agrícolas tradicionais contribuíam para a pobreza que assolava as famílias e a falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, agravava as condições de vida, tornando as comunidades vulneráveis às doenças. Sem a disponibilidade de sistemas de irrigação ou armazenamento de água, os habitantes do Piauí contavam exclusivamente com as chuvas. Os períodos de estiagem eram extremamente desafiadores, uma vez que resultavam em escassez alimentar. Isso agravava as dificuldades enfrentadas diariamente, culminando até mesmo na perda de animais e vidas humanas (Santos, 2021). Apontando para as considerações apresentadas por Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1995, p. 143):

---

3. Durante a graduação em História, foram realizadas duas pesquisas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (Santos; Marinho, 2019, 2020), além da monografia (Santos, 2021). Algumas vertentes apresentadas nos referidos trabalhos estão sendo aprofundadas nas pesquisas empreendidas após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Todos esses trabalhos foram feitos sob orientação da Professora Doutora Joseanne Zinglerara Soares Marinho.

[...] a doença atinge inicialmente os pobres. Mesmo quando as condições de sua difusão são em teoria iguais, como é o caso da peste, ela permanece seletiva, aliás, as instituições sanitárias acentuam seus caracteres: o isolamento e a segregação dos doentes pobres, a fuga dos poderosos e dos ricos, o desemprego e a fome nas cidades bloqueadas o explicam.

Diante desse contexto, os indivíduos menos favorecidos, incluindo os pobres, escravos, migrantes, prostitutas, desertores e trabalhadores informais, eram os mais afetados pela propagação de doenças. E, além das adversidades resultantes das condições em que se encontravam, tais pessoas costumavam ser consideradas um entrave para os intentos governamentais (Chalhoub, 1996). Todavia, da mesma forma que as doenças não escolhem a cor da pele, elas não observam os níveis sociais. As enfermidades afetam todas as pessoas de maneira semelhante em sua chegada, sendo as disparidades sociais evidenciadas principalmente nas implicações sociais dessas condições. Nota-se com isso, conforme afirmam Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1995, p. 144), que “[...] a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social”.

Para os piauienses oitocentistas, as doenças, mesmo as mais simples, costumavam ser devastadoras. Quando não tratadas adequadamente, a diarreia, os vômitos, as dores abdominais, a desidratação poderiam gerar graves complicações ou mesmo levar a óbito. As endemias, ou doenças de inverno, como eram conhecidas no contexto local, eram consideradas mais brandas e de fácil erradicação do que os surtos epidêmicos. Mas, sabia-se que caso não fossem tratadas, o quadro dos enfermos poderia ser agravado, ocasionando problemas maiores para os poderes públicos no que concerne à saúde geral da Província (Santos, 2016).

Muitas famílias viviam à mercê da caridade e da assistência hospitalar oferecida por instituições filantrópicas, pois os serviços de saúde pública só foram sistematizados a partir de 1930, conforme aponta Joseanne Marinho (2018). Durante a segunda metade do século XIX, os enfermos costumavam ser tratados no Hospital São Vicente de Paula, em Floriano, ou nas Santas Casas de Misericórdia de Teresina e de Parnaíba. Nas palavras do Presidente da Província Raimundo Artur de Vasconcellos, essas últimas eram “[...] estabelecimentos paupérrimos, vivendo quasi à expensas do Estado e do Município, especialmente, o de Theresina”, mas, ainda assim, concordava que prestavam “[...] relevantísimos serviços à pobreza

desvalida” (Piauhy, 1889, p. 17). Essas instituições eram mantidas a duras custas, pois dependiam de subsídios governamentais, estando, portanto, sob constante ameaça de fechamento (Piauí, 1884).

Em contrapartida, as doenças que assolavam o território nesse momento faziam com que os moradores de cidades desassistidas tivessem que percorrer longas distâncias em estradas precárias para chegar a um estabelecimento de saúde. Esse era um dos fatores que contribuía para que grande parte da população só enfrentasse tal empreitada quando o quadro se agravava e não se via mais outra solução a não ser recorrer ao amparo hospitalar. As bexigas, as sezões, as febres e as doenças gastrointestinais foram as patologias mais mencionadas nas fontes.

As bexigas, atualmente conhecida como varíola, eram causadas pelo vírus *Orthopoxvirus variolae*, cuja transmissão ocorria por meio das vias respiratórias ou do contato com objetos infectados. O nome bexiga possivelmente se justifica pelas erupções cheias de pus que caracterizavam a patologia e que emergiam com maior frequência na região da garganta e rosto, mas também poderiam aparecer em outros locais do corpo. Era uma doença grave que causou a morte de muitos piauienses e flagelava muitos dos sobreviventes com a perda parcial ou total da visão (Controle..., [2023?]). A principal medida para a contenção dos casos era a vacinação da população, uma iniciativa realizada com muitos dispêndios e dificuldades pelos poderes públicos provinciais.

A atuação das autoridades públicas piauienses diante da iminência dessa doença costumava ser expressa nos documentos da época. Os ofícios emitidos pelo governo solicitavam aos médicos e integrantes das comissões sanitárias atualizações constantes de dados a respeito da quantidade de óbitos, de pessoas vacinadas e de doentes, tratados na enfermaria de bexigosos da Santa Casa de Teresina (Piauhy, 1866a). Alguns desses levantamentos informavam que em 1876 “[...] as bexigas [...] accometteram a diversos pontos da prouvincia, como S. João do Piauhyu, Pedro 2º, Amarante, Campo-maior e especialmente a capital, onde fez perto de 800 victmas” (Piauhy, 1876, p. 3). Em 1879, ela se manifestou em Parnaíba, Oeiras, Vila dos Picos e Jaicós (Piauhy, 1879). Em 1884, o Presidente da Província nomeou uma comissão para se encarregar de construir “[...] em lugar conveniente, uma casa de palha para servir de lazareto, afim de serem n’ella recolhidas as pessoas, que da cidade de Parnahyba vierem

atacadas da variola, que ali já se manifestara” (Piauhy, 1884, p. 12).

Esses registros históricos apontam para os esforços empreendidos com o objetivo de enfrentar e conter a propagação da varíola na sociedade piauiense durante o século XIX. Contudo, além dessa moléstia, outras endemias foram recorrentes nesses documentos. Algumas doenças febris grassavam nas regiões ribeirinhas devido à presença de lagos, lagoas, córregos e outros focos de proliferação de mosquitos. Mas, acreditava-se que eram “[...] as enchentes dos rios, as alterações na atmosfera ao longo do ano [que] concorriam para as febres intermitentes” (Abreu; Nogueira; Kury, 2018). Frequentemente, tais enfermidades apareciam associadas à presença desse e de outros cursos d’água, como pode ser visto a seguir:

As febres intermitentes, vulgarmente chamadas Sezões, as difluxões mais ou menos graves, chamadas catarrões, sarampos, e ophehalmias, que cédem á qualquer tratamento regular, são as molestias, que perseguem nossos habitantes, principalmente no fim das ágoas, quando os Rios vóltaõ ao seu leito natural (Piauhy, 1853, p. 13).

Ainda não se tinha conhecimento da transmissibilidade das doenças por meio dos mosquitos. Assim, tais patologias eram preponderantemente relacionadas às mudanças climáticas e condições ambientais (Consoli, 1994). Embasados na teoria miasmática, acreditava-se que os espaços líquidos, sobretudo os de pouca correnteza, criavam um ambiente propício para o surgimento de miasmas que eram oriundos do processo de decomposição da matéria orgânica. Esses gases contaminavam o ar e tinham a capacidade de transmitir uma série de patologias que acometeriam o organismo humano através da respiração. Assim, da mesma forma que os rios propiciavam a criação de urbes, eles poderiam ser a causa do óbito de muitas pessoas, o que fazia com que a presença de água se tornasse um fator de risco. Desse modo, tanto os profissionais da medicina quanto os legisladores partilhavam a convicção de que a erradicação das doenças demandava a realização de obras para eliminar as áreas pantanosas (Pimenta; Barbosa; Kodama, 2015).

As febres mais recorrentes nos relatórios governamentais foram as intermitentes, as palustres e as chamadas febres de “mau caráter”, além do impaludismo, também chamado de sezão e atualmente conhecido como malária. Essa enfermidade, em especial, era transmitida por mosquitos

do tipo *Anopheles* e provocava longos episódios de febre, dor de cabeça e vômitos. Em casos de complicações, poderia ocasionar convulsões e coma (Santos, 2021). Tais moléstias eram diretamente associadas aos baixos níveis socioeconômicos, pois apareciam com maior intensidade em regiões com deficiências nos serviços de saneamento básico. A população desprovida de recursos para tratamentos médicos ou para a aquisição de medicamentos antimaláricos recorria aos chás, caldos, galinhadas, vinhos, entre outras bebidas na tentativa de amenizar os sintomas (Nery; Cardoso, 2021; Oliveira, 2022).

Assim como as febres, as enfermidades gastrointestinais grassavam de maneira endêmica no Piauí oitocentista e vitimavam tanto adultos quanto crianças. As dificuldades que giravam em torno da saúde pública faziam com que essas moléstias fossem letais em vários casos. Uma das mais preponderantes era a gastroenterite, uma doença causada por vírus, bactérias, parasitas e intoxicações alimentares que causam a irritação e inflamação do trato digestivo. Sendo mais frequentes durante a primeira infância, a patologia provoca diarreia, dor abdominal, cólicas, náuseas e vômitos (Gastroenterite..., 2019). Já os casos graves de diarreia, nos quais a dor era exacerbada e havia a presença de sangue e muco nas fezes, eram chamados de “disenteria” (A diferença..., 2019). A maior parte da população piauiense tinha uma base alimentar deficitária, o que garantia um cenário propício à manifestação dessas enfermidades.

A prevalência das doenças endêmicas contribuía para o aumento das taxas de mortalidade na Província, sendo considerada um obstáculo ao desenvolvimento tanto do Piauí quanto de toda a nação. Na tentativa de contorná-la, os Presidentes da Província investiam em obras públicas, sobretudo em Teresina, tendo em vista que se tratava da capital, seguindo das diretrizes nacionais, como a limpeza das ruas, remoção do lixo, criação de poços e aterramentos de espaços líquidos (Santos, 2016). Preservar as Províncias de qualquer ameaça à ordem, isenta de manifestações de pobreza e de quaisquer riscos à salubridade, era considerado um requisito indispensável para alcançar o *status* de uma nação moderna. Por isso, a salubridade e a higiene passaram a ocupar um lugar de destaque nas falas médicas e governamentais do Piauí nos fins do século XIX.

## Episódios de doenças epidêmicas na Província do Piauí

No início da década de 1850, o Brasil enfrentou episódios de doenças epidêmicas que provocaram grande mobilização das autoridades políticas e sanitárias (Pimenta; Barbosa; Kodama, 2015). O cólera, a febre amarela e a varíola se espalharam pelo território, acometendo diversas províncias. Impelidos da elaboração de estratégias de asseio das cidades, os médicos passaram a ter forte influência na tomada de decisões no que diz respeito ao espaço urbano. Nesse período, acreditava-se que as ideias progressistas e modernizadoras que pairavam no cenário brasileiro só poderiam ser concretizadas mediante a saúde dos habitantes. As moléstias que acometiam o corpo não eram entendidas como um problema apenas para o indivíduo enfermo, mas para toda a coletividade. A doença, portanto, “[...] passou a ser concebida como uma condição de desvio patológico do corpo, que deveria ser recomposto a partir de um padrão normativo de ordem reguladora visando à conformidade das funções vitais” (Marinho; Sanglard, 2021, p. 12). Foi essa conjuntura que respaldou a atuação dos médicos higienistas. Esse movimento consistiu em um conjunto de práticas e ideias que emanaram no século XIX e focavam na importância da saúde pública e da higiene urbana. Dentre essas normas, constavam a localização mais adequada para os aparatos urbanos, as regulamentações e as padronizações para a construção de residências, repartições públicas, hospitais, cemitérios, escolas, praças, jardins (Costa, 2002). No Piauí, é possível observar medidas pautadas nos preceitos higienistas, sobretudo em períodos em que as doenças ameaçavam grassar de forma epidêmica.

Ao identificar surtos de moléstias epidêmicas em regiões limítrofes ao território piauiense, as autoridades políticas e médicas se colocavam em alerta e buscavam aplicar medidas preventivas e de contenção de doenças. A criação de lazaretos, locais destinados ao isolamento de pessoas acometidas de doenças contagiosas, constava entre tais iniciativas, assim como a distribuição de remédios e de alimentos de primeira necessidade para os desvalidos, ou seja, as pessoas pertencentes aos setores mais pobres (Araújo, 2010; Piauhy, 1866b).

Nesses momentos, também eram criadas comissões específicas pelos poderes públicos para a implementação de medidas como a vistoria das embarcações que trafegavam pelo rio Parnaíba, a implementação de

correntes sanitárias, e outras ações no sentido de evitar a chegada das epidemias. Ademais, a implementação de medidas pautadas no higienismo, como a criação de cemitérios e a imposição de normas para construção das moradias, visavam à ordenação urbana, haja vista que os médicos higienistas atribuíam o surgimento de enfermidades às condições sanitárias das cidades (Oliveira, 2022).

Ações como essa foram percebidas na década de 1860, quando a febre amarela adentrou a Província do Piauí. A moléstia havia chegado ao Brasil anos antes, em 1849, por meio de uma embarcação que vinha de Nova Orleans, e que havia feito escala em Cuba e Havana, locais acometidos. No início de 1850, ela já estava presente nas províncias de Alagoas, Paraíba, Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Espírito Santo (Franco; Lopes; Sias, 2019). Os presidentes da Província do Piauí mencionavam o temor que pairava sobre a sociedade com as notícias que chegavam dessas regiões: “O flagello da epidemia, que ha reinado na mor parte do Imperio, que ha feito tantas victimas, e causado tão graves males, até o Presente Ainda Não Invadiu Está Provincia, Graças Á Divina Providencia” (Piauhy, 1856, p. 17).

A febre amarela caracteriza-se como uma moléstia infecciosa febril aguda causada por um vírus transmitido por mosquitos. Ela apresenta dois ciclos, o silvestre e o urbano. Em áreas urbanas o vetor é o mosquito *Aedes aegypti*. Os sintomas dessa doença podem incluir febre alta, alterações na coloração da pele e dos olhos, resultando em tons amarelados, hemorragia e, em casos mais graves, choque e falência múltipla de órgãos (Febre..., [2023?]). Esse vetor poderia ser facilmente encontrado em locais com grande quantidade de corpos fluidos, sobretudo, os de água parada, como pântanos, lagos e lagoas. Por isso, era comum que as doenças febris também fossem chamadas de febres palustres.

Quando a febre amarela chegou à Província do Piauí, se manifestou primeiramente em Parnaíba e depois se alastrou em outras regiões, como Teresina e São Gonçalo. Só na capital piauiense fez cerca de seis mil vítimas e provocou a morte de aproximadamente quarenta pessoas. As medidas corretivas e preventivas aplicadas no caso de Teresina se concentraram na criação de uma enfermaria na rua da Glória, atualmente Lisandro Nogueira, na confecção de folhetos informativos e na distribuição de medicamentos (Piauhy, 1862).

É válido observar esse percurso, pois a trajetória da doença aponta para um fato reconhecido pelas autoridades, o de que as embarcações também poderiam se configurar como veículos de moléstias. A quebra do isolamento do Piauí implicava na chegada de pessoas de diferentes lugares do Brasil, bem como de outros países, como a Inglaterra e os Estados Unidos (Duarte, 2022), que chegavam primeiro no litoral e, algumas vezes, percorriam as beiras do rio Parnaíba até chegarem em seus destinos. Em decorrência de fatores como esses, em 1884, o Vice-Presidente Manoel Idelfonso de Souza Lima, anunciou:

[...] nomeei uma commissão sanitaria n'esta cidade composta dos medicos, Drs. Candido de Holanda Costa Freire, Simplicio de Souza Mendes e Raimundo Area Leão, para nas chegadas dos vapores e outros quaesquer barcos procedentes da Parnahyba examinar, antes do desembarque ou entrada a bordo de qualquer pessoa, a tripulação e passageiros, fazendo retirar incontinentemente para o lazareto a pessoa que apresentar symptomas d'aquella moléstia [variola] (Piauhy, 1884, p. 12).

O traslado de pessoas doentes favorecia a propagação das patologias, pois as viagens chegavam a durar semanas ou meses. Os doentes transportados nas embarcações da Companhia de Navegação a Vapor geralmente almejavam chegar em Teresina, onde provavelmente seriam tratados na Santa Casa de Misericórdia. Nesses casos, quando havia indícios de doenças epidêmicas grassando nas províncias vizinhas, costumava-se recorrer à criação de comissões sanitárias que imediatamente após o desembarque direcionavam essas pessoas para os locais adequados e, se necessário, colocavam a embarcação em quarentena (Piauhy, 1866b), visto que se entendia que “[...] quando a epidemia devasta uma cidade do littoral, não se estende ao interior, bem que as communicações não sejam interrompidas” (Chernoviz, 1890, p. 1089).

As comissões sanitárias foram bastante atuantes nos casos de ameaça do cólera, outra moléstia que gerou grande preocupação e que também forçou a construção de lazaretos de palha, desta feita em Amarração. Trata-se de uma enfermidade bacteriana infecciosa intestinal, que se propaga através da contaminação oral-fecal direta ou pelo consumo de água e alimentos contaminados (Cólera, 2020). Segundo Marcus Pierre Baptista (2018, p. 18), “[...] a origem geográfica do cólera remonta a Índia, tendo

se espalhado por todo o mundo pela primeira vez em 1817”, e chegado “[...] ao Brasil em 1855, através de uma embarcação oriunda de Portugal que aportou na província do Pará”.

O cólera ameaçou o Piauí em 1855, quando grassou no Ceará e na Bahia (Santos, 2016). Havia grande mobilização do poder público e da ala médica para evitar sua entrada em território piauiense. Mas, em 1862, foram registrados os primeiros casos da moléstia no Piauí (Baptista, 2022), tendo sido nesse momento “[...] acometidas 313 pessoas, das quaes 52 fallecerão” (Piauhy, 1863, p. 10). Os piauienses, como dito antes, não contavam com serviços de abastecimento e tratamento do líquido a ser ingerido, sendo que utilizavam o que era retirado diretamente de cursos fluviais, como o rio Parnaíba. Essa prática potencializava as chances do aparecimento de doenças como a cólera, que figurava entre as principais moléstias relacionadas à água.

Os sintomas eram vistos como altamente danosos, de modo que apenas a ameaça da enfermidade impelia grande mobilização, o medo se tornava uma constante no cotidiano piauiense (Baptista, 2018) e os esforços se voltavam majoritariamente para a proteção da capital. Isso porque se não fossem tratados de maneira apropriada, a diarreia, os vômitos, as dores abdominais, a desidratação e as câimbras poderiam resultar em complicações sérias, o que em grande parte dos casos significava a morte do enfermo.

Alguns relatórios de governo também apontaram para o aparecimento do sarampo de maneira epidêmica em partes da Província do Piauí, “[...] porem [na maioria das vezes] de character mui benigno, affectando aqui, ali, hoje, amanhã, e sem prender a attenção publica, ou seja nesta capital, ou em qualquer outro ponto da provincia” (Piauhy, 1867). O sarampo, colocado nos relatórios como moléstia própria da primeira idade, é uma doença infecciosa grave provocada por um vírus e pode resultar na morte do indivíduo acometido. As recomendações médicas para evitar o contágio foram apontadas por Pedro Luís Chernoviz (1890, p. 677):

Assim, não se permittirá que as crianças affectadas de bexigas, cataporas, sarampos, escarlatina e coqueluche, se juntem com as que não estão affectadas d’essas moléstias. Não se levarão mesmo as crianças sãs a logares contaminados de semelhantes enfermidades, nem lá irão seus pais para não virem transmittil-as a seus filhos.

O vírus do sarampo se dissemina entre as pessoas através do ar, seja durante a tosse, espirro, fala ou até mesmo pela simples respiração. A extrema facilidade com que o sarampo se propagava possibilitava que uma pessoa infectada transmitisse o vírus rapidamente, o que fazia com que os quadros epidêmicos fossem quase inevitáveis, por isso a importância do isolamento. É interessante observar que essa era uma das doenças classificadas como benignas nas fontes primárias piauienses, mesmo tendo sido registrados alguns casos letais. Isso remete ao que pontuou Jean-Charles Sournia (1985, p. 359), que “[...] as doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem”. Nesse sentido, as doenças são fenômenos bioculturais, uma entidade abstrata à qual o ser humano nomeia, classifica, simplifica e organiza (Lowy, 2016; Sournia, 1995).

### **Considerações finais**

No século XIX, muitas enfermidades ainda tinham seus agentes etiológicos desconhecidos pela medicina. Isso abria espaço para diferentes explicações, desde as que buscavam se pautar na ciência até as que transitavam pelos conhecimentos míticos ou religiosos. Da mesma forma, as curas para essas doenças também costumavam ser embasadas em diversos tipos de saberes, além do que era considerado científico. Os defensores da teoria miasmática acreditavam que os miasmas eram substâncias provenientes da decomposição da matéria orgânica, visto que ainda não se conhecia o potencial de transmissibilidade dos mosquitos e que as ideias de contágio de infecção eram incipientes.

A população piauiense que residia nas margens do rio Parnaíba ou de outros cursos fluviais sofria com a proliferação de mosquitos que transmitiam doenças infectocontagiosas e isso impelia a implementação de medidas higienistas que visavam o controle dos surtos endêmicos e epidêmicos, a regulamentação dos espaços urbanos, e a promoção de práticas de garantia da salubridade. Como consequência da inexistência de um setor de saúde pública e da falta de serviços básicos, como de abastecimento de água e saneamento, os surtos de moléstias eram comuns e contribuía para o aumento das taxas de mortalidade. Assim, pode-se dizer que, no sentido mais usual da palavra, as moléstias endêmicas e epidêmicas que assolaram o território durante o século XIX não eram benignas e fizeram um considerável número de vítimas.

## Referências

### Bibliografia

A DIFERENÇA entre diarreia e disenteria. In: Eurofarma. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bmEZ6>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ABREU, Jean Luiz Neves; NOGUEIRA, André; KURY, Loreraí. Na saúde e na doença: enfermidades, saberes e práticas de cura nas medicinas do Brasil Colonial. In: TEXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 27-66.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2010.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. O inimigo vem do mar: cólera, medo e morte no litoral piauiense no final do século XIX. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 2, mai-ago. 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma Província enferma: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CÓLERA, Ministério da Saúde. In: Governo Federal. 16 nov. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/cVvZgZA>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CONSOLI, Rotraut A. G. B. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

CONTROLE da varíola aponta caminhos para saúde pública. In: Fiocruz

[2023?]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/agkl2>. Acesso em: 19 out. 2023.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, ano 1, n. 2, 2002.

DUARTE, José Lins. **A Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba**: o Piauí nas águas do progresso. Tese (Doutorado em História do Brasil), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

FEBRE Amarela. In: Ministério da Saúde. [2023?]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ptxH0>. Acesso em: 19 out. 2023.

FRANCO, Sebastião Pimentel; LOPES, André Fraga; SIAS, Luiz Felipe. Franco flagelos da justiça de Deus: a febre amarela e o cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel Franco; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André. **No Rastro das Províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019, p. 147-172.

FREITAS, Ricardo Cabral de. Ardentes trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, jul./set. 2020.

GASTROENTERITE: o que é, como se manifesta, sintomas e prevenção. Hospital São Mateus. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kqvw6>. Acesso em: 08 ago. 2023.

LOWY, Ilana. **Vírus, mosquito e modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; SANGLARD, Gisele. Um prolífico encontro entre a história, a saúde e as doenças. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 10, n. 1, jan./jun. 2021.

NERY, Ana Karoline; CARDOSO, Elizângela Barbosa. O impaludismo/ malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021.

OLIVEIRA, Nara Viviany Moura de. **Saber médico, doenças e curas em Teresina: 1870-1889**. 2022. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**, Vitória, v. 34, p. 145-183, 2015.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SANTOS, Danielle Filgueiras. **“Rio abaixo, rio arriba”**: a modernização de Teresina nas águas do Parnaíba (1858-1947). 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2021.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Os Postos de Puericultura no Piauí**: Estado, filantropia e médicos na atuação da saúde materno-infantil (1946-1959). Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2019.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares.

**As águas levadas pelo rio Parnaíba:** urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970). Relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2020.

SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. **Cidade ideal e real:** higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877). 2016. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. *In:* LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história.** Tradução Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.

### **Fontes primárias**

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para Uso das Familias.** Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

PIAUHY, 1853. **Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exm.º Senhor, Vice Presidente da Província Luiz Carlos de Paiva Texeira na sessão aberta em 1º de julho de 1853.** Therezina: Imprensa Oficial, 1853.

PIAUHY, 1856. **Relatório do Presidente do Piauhy o comendador Frederico D’Almeda e Albuquerque, apresentado a respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 1856.** São Luiz: Imprensa Oficial, 1856.

PIAUHY, 1859. **Relatorio que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-Presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de julho de 1859.** Therezina: Typ. Constitucional, 1860.

PIAUHY, 1862. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo passou administração da Província do Piauhy ao Exm. Presidente Dr. Jose Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862.** Therezina: Typ. Conservadora, 1862.

PIAUHY, 1863. **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Província do Piauhy ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863.** Therezina: Typographia Progressista, 1863.

PIAUHY, 1867. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Piauhy, no dia 9 de setembro de 1867, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire.** San'Luiz do Maranhão, 1867.

PIAUHY, 1876. **Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Delfino Augusto Cavalcanti d'Albuquerque passou a administração da Província do Piauhy, em 4 de agosto de 1878 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa.** Therezina: Typ. do Piauhy, 1876.

PIAUHY, 1884. **Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Presidente da Província, o Exm.º Snr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 1º de junho de 1884.** Therezina: Imprensa Oficial, 1884.

PIAUHY, 1884. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Presidente da Província o Exm. Senr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª Legislatura em 7 de junho de 1884.** Therezina: Imprensa Oficial, 1884.

PIAUHY, 1884. **Relatório com que o Exm. Sr. 3º Vice-Presidente Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima passou a administração da Província do Piauhy ao Exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo Theodoro de Castro Silva no dia 1º de outubro de 1884.** Therezina: Typ. da Imprensa, 1884.

PIAUHY. Governo 1889. **Mensagem apresentada à Camara Legislati-**

va a 1º de junho de 1889, pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Therezina: Typ. do “O Piauhy”, 1889.

PIAUHY. Palácio da Presidencia. **[Ofício] aos membros da Comissão Sanitária da Parnahyba. Registro de ofícios do governo às autoridades sanitárias da Província do Piauí (1866-1868)**, n. 40. Therezina: [s.n.], 15 mai. 1866a. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.

PIAUHY. Palácio da Presidencia. **[Ofício] aos membros da Comissão Sanitária da Parnahyba. Registro de ofícios do governo às autoridades sanitárias da Província do Piauí (1866-1868)**, n. 40. Therezina: [s.n.], 15 mai. 1866b. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.

# COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE COMBATE A SECA NO PIAUÍ (1877-1879)

*Kátia de Araújo Silva*<sup>1</sup>  
*Francisco Gleison da Costa Monteiro*<sup>2</sup>

## Introdução

Na segunda metade do século XIX, a Região Norte do Império do Brasil foi gravemente afetada pela falta de chuva. Dessa forma, nos anos de 1877-1879, a seca atingiu grande parte das províncias do Norte. Entre as mais castigadas com o flagelo estão: Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Piauí. A “grande seca”, como ficou conhecida, descortinou vários problemas sociais, entre os quais estava a migração dos indivíduos que fugiram para as regiões vizinhas em busca de água e de sobrevivência.

No Piauí, os movimentos migratórios no campo e nas cidades geraram preocupação nos governantes e na elite local, pois temiam que a presença da população de migrantes causasse desordem social. Nesse sentido, esse artigo parte do pressuposto que a seca não foi somente um fenômeno climático, mas principalmente, um problema social. O historiador Frederico de Castro Neves (2000, p. 50) nos assinala que: “Pensar a seca, portanto,

---

1. Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

2. Docente da UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É colíder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq.

não é mais pensar apenas na ausência de chuvas que causa a destruição das colheitas, mas é, prioritariamente, pensar na massa de retirantes famintos e esfarrapados a invadir as cidades na busca de alimentos e trabalho”.

Desse modo, propomos, neste capítulo, identificar as ações do governo provincial do Piauí, durante a seca de 1877 a 1879, que culminou por desencadear ações para inserir os migrantes no trabalho regular. Além disso, pretendemos analisar os discursos e as representações construídas pelas autoridades e pelas elites piauienses sobre a população livre e pobre.

O diálogo com a historiografia piauiense sobre essa temática ainda é incipiente, sobretudo, na compreensão do contexto da seca de 1877-1879, das questões socioeconômicas e da pobreza. Tendo em vista essa limitação, tomamos como referências as obras de Araújo (1991), Monteiro (2016), Gonçalves (2022) e Silva (2023). Nesse rol, sem a pretensão de exaurir outras produções, tem-se o objetivo de analisar o contexto em foco e os sujeitos da pesquisa.

A metodologia empregada para a construção deste capítulo foi a pesquisa nos jornais. O Piauí produziu um arsenal e é sobre ele que debruçamos essa análise. Dentre os diversos jornais, destacamos o jornal *A Imprensa* através das edições publicadas nos anos de 1877 a 1879, e *A Época*, nas edições dos anos 1878 e 1879. Ambos foram coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Também foi utilizada uma documentação manuscrita da Comissão de Socorros Públicos do Piauí, que se encontra preservada no Arquivo Público do Piauí (APEPI).

## **O trabalho como instrumento moralizador**

Houve, durante a seca de 1877-1879 no Piauí, uma tentativa do governo provincial de inserir a classe pobre no trabalho regular. Para tanto, buscou-se por meio das assistências prestadas pela Comissão de Socorros,<sup>3</sup> implementar ações efetivas que preservassem os migrantes longe dos vícios, crimes, mendicâncias e, quiçá, saques nos armazéns locais. Essas ações se justificavam pelo eferescente discurso gestado pelas autoridades

---

3. A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave (Gonçalves, 2022, p. 88-89).

e elites de que as populações paupérrimas eram “vadias”, “preguiçosas”, valorizavam viver na ociosidade por ojerizar ao trabalho.

Segundo Monteiro (2016), o perfil dos homens livres e pobres era o de uma população movediça e escorregadia. Estes sujeitos trabalhavam de forma autônoma, em trabalhos temporários ou cuidando de suas pequenas plantações para a sobrevivência da família. Conseqüentemente, as elites incomodaram-se com a insubordinação das pessoas livres e pobres e passaram a construir o discurso de que estes eram “indolentes e impróprios ao trabalho regular”.

Ainda segundo este autor, o governo provincial procurou manter essa população pobre sob vigilância, pois consideravam estes sujeitos como pervertidos, indisciplinados e arredios ao trabalho. Dessa forma, a pobreza foi sendo construída nos discursos oficiais como pertencentes ao “mundo da desordem”. Por essa razão, as autoridades procuraram vigiar as ações dessas pessoas com o intuito de evitar qualquer perturbação da ordem e do sossego público.

Não obstante, as autoridades procuraram meios para manter os homens livres e pobres ocupados. O discurso oficial enfatizava que “o trabalho moralizava e prevenia os roubos e a desordem” (Monteiro, 2016, p. 136). Diante disso, essas pessoas passaram a ser cada vez mais vigiadas e coagidas pelas leis imperiais e pelos códigos de posturas municipais. Além disso, construiu-se uma imagem pejorativa em relação aos livres e pobres no Piauí, “pelo fato de estes não terem instrução e nem vontade alguma de prestar serviços na lavoura” (Monteiro, 2016, p. 138). Logo, o não aproveitamento da mão de obra livre era visto como uma das causas do atraso e estagnação do mercado interno da província.

É importante ressaltar que a nossa compreensão para analisar os discursos construídos sobre os homens livres e pobres, em torno da ociosidade e do trabalho, tem por base o conceito de discurso de Michel Foucault (2012). Segundo este autor, o discurso constrói o conhecimento, isto é, possibilita o entendimento sobre algo. Assim, seria o discurso responsável pela definição dos sujeitos à medida que os dispersa e os localiza em diferentes posições, dando a estes lugares distintos dentro do discurso. Ressaltamos que essa não é uma relação livre, mas é uma relação determinada pelo lugar social que o indivíduo ocupa. Nesse sentido, percebemos o lugar dado às pessoas livres e pobres, os estereótipos a eles atribuídos

como parte de uma construção social a partir do olhar de quem detinha o poder da fala naquele momento, ou seja, a elite política.

Dito isto, consideramos importante apontar que, tanto nas fontes manuscritas quanto nos jornais analisados, a pobreza é representada pela perspectiva do outro. Dessa forma, ao buscar reconstituir a história desses sujeitos, é necessário juntar os fragmentos de cada discurso, separar e os analisar atentamente. Nesse processo de contato com as fontes é importante fazer o cruzamento das informações, tentar perceber os ditos e não ditos e, até mesmo, “saber o que tirar e o que abandonar”. Nesse sentido, a historiadora Arlete Farge (2009, p. 117), nos aduz:

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença.

Em vista disso, buscamos historicizar as trajetórias dessas pessoas livres e pobres que durante muito tempo ficaram esquecidas na narrativa histórica. O ponto de partida são as obras públicas que os migrantes trabalharam durante a seca. Conforme havíamos enfatizado anteriormente, o discurso vigente da administração provincial era que no Piauí faltavam braços para trabalhar.

Aliado a isso, usava-se termos vilipendiosos para se referirem à população pobre. Eventualmente, os movimentos migratórios na província deixaram as autoridades preocupadas pela grande quantidade de pessoas circulando pelas ruas e estradas, sem ocupação “útil”. Nesse sentido, Gonçalves (2022, p. 94), aponta que “Para as autoridades, o trabalho era a melhor forma de solucionar o problema e lidar com o grande número de pessoas que ofereciam serviços em troca de seu sustento”. Tal fato pode ser constatado a partir da edição de 25 de setembro de 1877, do jornal *A Imprensa* em que uma nota em negrito intitulada “Instruções” dá destaque a essa concepção, vejamos:

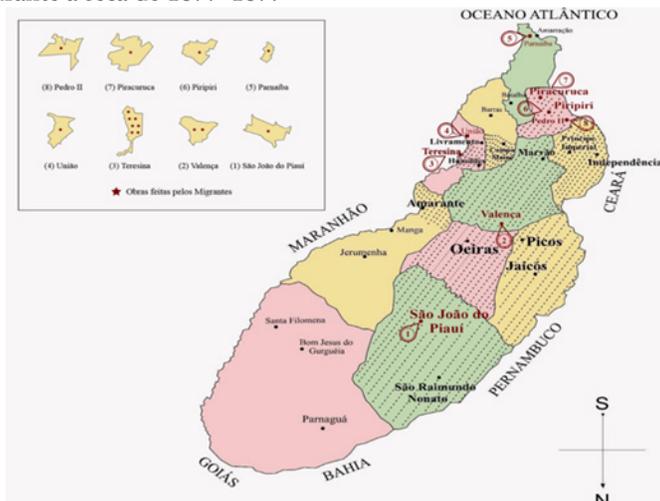
Como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convem que as comissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projecto ou andamento, afim de prevenir os máos effeitos da ociosidade. A estes que assim se resolve-

rem ministrarão uma ou outra ferramenta, durante o tempo de serviço, e não, como algumas vezes há sido praticado, um sortimento completo de peças para o trabalho da lavoura, enxadas, foches, machados e facões (A Imprensa, 1877, n.º. 518, p. 4).

Conforme nos informa a nota acima, contendo as instruções do governo provincial às Comissões de Socorros, era de preocupação do governo que os migrantes estivessem trabalhando. A medida faz parte da nova forma de socorro aos flagelados da seca, o socorro indireto, ou seja, para que os migrantes recebessem auxílio do governo era preciso que estes trabalhassem nas obras públicas.

De acordo com a documentação, a assistência do governo às pessoas que trabalhavam nos serviços públicos, ocorria mediante a distribuição de alimentos, como mostra o ofício remetido à Comissão de Socorros de Teresina “Mando a Comissão de Socorros desta capital entregar ao Reverendo Frei Serafim da Catania, cinco sacos de farinha para os imigrantes que trabalham nas obras da igreja de São Benedito”. Além da construção da Igreja São Benedito, os migrantes trabalharam em outras obras, tanto na capital quanto nas localidades do interior. Conforme mostra o mapa a seguir.

Figura 1 – Localidades do Piauí que tiveram obras públicas construídas pelos migrantes durante a seca de 1877-1879



Fonte: Silva (2023). Mapa adaptado por Kátia de Araújo Silva e Jonas Carvalho Fortes, a partir de informações coletadas nos jornais *A Imprensa* e o *A Época*.

O mapa traz algumas informações importantes sobre as obras públicas no Piauí. Primeiramente, percebemos que a capital Teresina foi o local que mais ofertou serviço aos migrantes, ao todo foram sete obras. Assim sendo, essas pessoas ajudaram a construir o cemitério da cidade, a Igreja de São Benedito, as rampas e taludes na margem do rio Parnaíba, a Santa Casa de Misericórdia, delegacia, quartel de polícia e na construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores. Pela quantidade de serviços ofertados em Teresina, inferimos que tenha sido o local no qual o governo mais conseguiu empreender ações no sentido de manter a população livre e pobre no trabalho regular e sob a vigilância das autoridades e do governo provincial.

Depois de Teresina, a cidade que mais recebeu serviços pelos migrantes foi Valença. A mão de obra migrante foi direcionada para a construção de um prédio para as sessões da câmara e do júri e, também, fizeram reparos na casa da cadeia pública. Conforme observamos no mapa, as demais cidades receberam apenas uma obra cada. Apesar disso, é interessante notarmos que as obras públicas estavam situadas em diferentes pontos da província. No entanto, percebe-se que a maioria dos trabalhos se concentraram na região norte do Piauí, provavelmente, devido à grande concentração de migrantes nesses locais, cujo deslocamento vinha do Ceará e era a passagem para se chegar a Teresina.

Na região Sul, somente São João do Piauí foi beneficiada com a construção da casa do júri. Outros locais como Picos, Jaicós e Oeiras, embora tenham recebido muitos migrantes, a exemplo de Oeiras, de onde constantemente se recebia pedidos de ajuda, não foram contemplados com tais obras. Diante disso, percebemos que a administração provincial de fato procurou efetivar ações assistencialistas que visavam direcionar os migrantes ao trabalho, a fim de evitar a ociosidade e os vícios. Sobre as obras públicas no Piauí, Silva (2023, p. 356) aborda em sua tese que:

Os migrantes foram empregados em obras de caráter momentâneo e que trariam pequenos benefícios apenas para a localidade em que estavam sendo executadas. Evidentemente, após concluídas essas obras, estavam mais uma vez os migrantes a depender dos socorros diretos do governo sem a contrapartida do trabalho. Onde parecem ter sido ocupados por mais tempo foi na edificação da Igreja de São Benedito.

Com isso, evidenciamos que diferentemente do que aconteceu no Ceará, província que recebeu obras importantes durante a seca e nas quais os migrantes foram empregados, no Piauí, não se construiu nenhuma grande obra que trouxesse progresso material para a província. Os benefícios das edificações feitas pelo trabalho dos migrantes ficaram restritos aos locais onde estas foram construídas.

Outra ação assistencialista empreendida pelo governo provincial, juntamente com a Comissão de Socorros, foram os núcleos coloniais. Os primeiros núcleos coloniais no Piauí foram criados em 1877 pelo conservador Graciliano de Paula Batista e mantidos na administração do Partido Liberal. Em vista disso, a administração pública firmou contrato com fazendeiros locais que tinham propriedades nos arredores de Teresina e também em localidades fora do entorno da capital, como em União, na Vila dos Humildes e em Campo Maior. Nos contratos, os fazendeiros ficavam responsáveis por abrigar os migrantes, dando-lhes moradia e terras para cultivar, em contrapartida, o governo fornecia alimentos, roupas, medicamentos e instrumentos de trabalho, como foices, machados e enxadas (Silva, 2023). Sobre a criação dos núcleos coloniais, Araújo (1991, p. 99) aponta:

A medida da criação de núcleos coloniais tinha por objetivos receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato que levou a administração provincial a empreender o estabelecimento desses núcleos, foi a carência da mão-de-obra escrava e a existência de abundante mão-de-obra para o trabalho agrícola, oriunda da zona rural nordestina com prática agrícola tradicional. Esse fato impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Província do Piauí.

As medidas adotadas pelo governo provincial não são decisões neutras, mas trazem consigo uma série de questões que precisam ser discutidas. Primeiramente, observa-se na citação que um dos objetivos dos núcleos coloniais era retirar a população adventícia dos centros urbanos, pois conforme discutimos anteriormente o discurso dominante das elites políticas do Piauí oitocentista apontava o homem livre e pobre como incivilizado, indolente e preguiçoso.

Conseqüentemente, a presença de tantos migrantes vagando pelas ruas e arredores de Teresina, vestidos de “farrapos” e a mendigar de porta em porta, dava a sensação de uma cidade ocupada desordenadamente e suja, completamente contrária ao que se esperava para o modelo de cidade e sociedade civilizada na segunda metade do século XIX (Neves, 2000).

Os migrantes deveriam ter nos núcleos coloniais uma vida mais digna e menos miserável da que tinham antes, quando vagavam pelas ruas e praças de Teresina. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Em ambos os governos, Liberal e Conservador, o tesouro provincial gastou elevada soma de contos de réis com os núcleos, e os migrantes continuaram a sofrer, pois se denunciava nos jornais os maus-tratos que estes recebiam. Uma alimentação ruim, muitos adoeciam, vinham a óbito e continuavam a vestir-se com “farrapos”. Vejamos, abaixo, parte da denúncia registrada no jornal *A Época*, em 26 de abril de 1878.

É realmente doloroso, sinão inqualificável, ver-se a maneira porque são tratados os míseros emigrantes em alguns dos tais núcleos, quando sabe que, no fim do mez, cada um dos contratantes recebe da tesouraria de fazenda a pingue somma de quatro contos e tantos para sustento dos mesmos!

Magros, famintos e nus, vagão elles pelos mattos à procura do coco e do palmito – única alimentação que recebem; de sorte que não sabemos que applicação tem o dinheiro que recebem do governo os contratantes! (*A Época*, 1878, n. 4, p. 1).

O objetivo do governo provincial com a criação dos núcleos coloniais era direcionar a população de migrantes ao trabalho na lavoura. Nos manuscritos coletados no APEPI, encontramos muitas solicitações dos nucleiros para que a Comissão de Socorros enviasse objetos para trabalhar no preparo da terra e nas plantações. A exemplo disso, a Comissão de Socorros da capital foi autorizada pelo governo, no dia 21 de janeiro de 1878, a fornecer ao capitão Felinto do Rego Monteiro, contratante do Núcleo Harmonia, 18 machados, 18 enxadas, 18 foices de braço mais 18 destas para capinar, 20 panelas de ferro de 2 a 3 quilos e, por fim, mandava enviar 21 quartas de cereais (APEPI. Comissão de Socorros Públicos, 1878. Localização: Cód. 576. Est. 05. Prat. 02).

Percebemos a partir dos objetos enviados pelo governo ao Núcleo Harmonia, que os núcleos coloniais, assim como as obras públicas, direcionavam os migrantes ao trabalho para garantir uma ocupação e concentração destes em um local fixo, além do aproveitamento da mão de obra barata. No entanto, devido às péssimas condições sanitárias e a exploração do trabalho, muitos migrantes adoeciam, vinham a óbito ou evadiam-se desses estabelecimentos. Ou seja, se esperava que os migrantes pudessem tirar sua subsistência das plantações feitas nas propriedades dos núcleos, mas diante as circunstâncias do trabalho na lavoura ficavam sem condições para ofertar dignidade para suas famílias.

Diante disso, percebemos que durante a seca de 1877-1879 no Piauí, houve uma tentativa da classe dominante e das autoridades de vigiar os homens pobres e livres. Para tanto, buscou-se encaminhá-los ao trabalho regular nas obras públicas e nos núcleos coloniais para concentrá-los em um só lugar. Além disso, com o fim dos socorros públicos, o governo determinou que os socorros fossem distribuídos apenas aos migrantes que estivessem trabalhando em alguma obra. Isso significa que muitos sujeitos ficaram desassistidos, visto que, segundo as autoridades, nem todos estavam aptos a trabalhar. Assim, com o fim dos recursos públicos destinados à rubrica das nucleações, os fazendeiros deixaram de receber essa contrapartida e não abriram espaços para abrigar essa população em suas fazendas. O efeito dessa ação fez com que muitos migrantes se tornassem nômades, migravam ao interior do Piauí e outros seguiam rumo ao Maranhão em busca de sobrevivência.

Por fim, ressaltamos que além de serem vítimas da seca, os migrantes também foram vítimas dos discursos e da presunção da elite piauiense que procurou depreciá-los, afirmando serem os homens livres e pobres, indolentes e ociosos. Em contrapartida, se beneficiavam com a exploração do trabalho e com os desvios dos recursos que deveriam socorrer aqueles que tanto criticavam.

### **Considerações finais**

A seca de 1877-1879 assolou gravemente a Província do Piauí. Os migrantes que para cá vieram em busca de sobrevivência enfrentaram algumas dificuldades como a fome, a nudez e as doenças. A miséria da

população desvalida era representada constantemente nos discursos dos jornais piauienses e o que se viu foram extensas famílias acompanhadas por cinco a sete filhos caminhando de lugar a lugar, maltrapilhos e dependendo da ajuda do tesouro provincial.

Além das dificuldades ocasionadas pela seca, os migrantes tiveram que enfrentar também as ações assistencialistas do governo que visava enquadrá-los no trabalho regular. Fora isso, tinha o fato de que os socorros destinados a amparar a pobreza desvalida muito dificilmente chegavam até eles na sua totalidade, devido à apropriação irregular dos recursos pelos membros das Comissões de Socorros e dos donos dos núcleos coloniais.

Apesar do discurso de que a ociosidade era evitada pelo trabalho, a assistência prestada aos migrantes dificultava a realização de serviços feitos por estes, pois, embora o governo oferecesse os materiais de trabalho, a alimentação e as condições sanitárias nas quais a pobreza vivia durante a seca, não eram favoráveis, visto que muitos destes sujeitos se encontravam fracos, debilitados pelo excesso de trabalho e doentes. Assim, esperamos avançar nos estudos e trazer outros indícios dessa população pobre que procurava sobreviver ao tempo em que resistiam às explorações da classe abastada.

## Referências

A ÉPOCA, Teresina, ano I, n. 4, p. 1, 1 de abril, 1878.

A IMPRENSA, ano 13°, n. 518, p. 4. 25 de setembro, 1877.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes: a construção da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 51, p. 225-251, jan/abr. 2017.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Autorização à comissão de socorros de Teresina, para o envio cereais e objetos para trabalho ao capitão Felinto do Rego Monteiro, contratante do núcleo Harmo-

nia, em 21 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 262-272.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. Tradução: Fátima Murad. Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca**: políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

SILVA, Kátia de Araújo. **Práticas e discursos**: a representação da seca no Piauí na narrativa do periódico “A Imprensa” (1877-1879). Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2022.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 178-219, jan-abr. 2015.

# A IMPRENSA PIAUIENSE NO CONTEXTO DA SECA NO PIAUÍ OITOCENTISTA (1877-1879)

*Francisco Gleison da Costa Monteiro<sup>1</sup>*

*Lucas Clementino Feitosa Pinheiro<sup>2</sup>*

Antes de tudo, é interessante saber que o primeiro jornal do Brasil surgiu em terras estrangeiras, devido às suas críticas à monarquia (Luca; Martins, 2012), para entender um pouco da conjuntura política, histórica e social do início do século XIX, pois foi nesse período que surgiu o *Correio Braziliense* em Londres. Nesse sentido,

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel (Luca; Martins, 2012, p. 7).

---

1. Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É colíder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq.

2. Bolsista Capes e Mestrando em História do Brasil (PPGHB) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Assim, para falar da História do Brasil, um dos caminhos que boa parte dos historiadores deve percorrer são os caminhos que os levaram para a imprensa. Principalmente se o seu tema de pesquisa envolve o Brasil Império dentro de um recorte temporal e espacial.

Neste caso, me levou para a imprensa piauiense que, mesmo de forma tardia essas tipografias tenham chegado ao nosso estado, os textos jornalísticos também fizeram registros importantes para entender a história desses migrantes da seca no sertão nordestino. Os primeiros registros da imprensa no Piauí datam do ano de 1832 sob o título de *O Piauiense*: “[...] o primeiro número d’O Piauiense saiu precisamente a 15 de agosto de 1832. Esta, portanto, a data do surgimento de nossa imprensa” (Filho, 1997, p. 26).

Em cada província havia um presidente provincial que era nomeado diretamente pelo imperador. Na Província do Piauí, entre os anos de 1877-1879, essa região teve no total doze presidentes provinciais, segundo os relatórios dos presidentes das províncias.<sup>3</sup> Desses doze presidentes provinciais, três eram do partido liberal e o restante eram do partido conservador. É importante que se diga isso, pois, a postura adotada pela imprensa, dependeu do partido político que estava à frente do poder naquele período.

À vista disso, para a historicização da seca no Piauí oitocentista, trago um trecho que lhes apresento do jornal *A Imprensa*, que noticiava a situação calamitosa que afetava a Província do Piauí. Contexto este que envolvia a seca, a migração em massa e uma elite que criticava toda aquela situação, pois temiam saques, vandalismos, vagabundagem, entre outros adjetivos que eles usavam para tratar dessa gente retirante que vagava pela cidade, sem ter onde ficar e o que comer. Dito isso, vejam como essa cena foi noticiada na época:

A situação da província é desesperadora. Por toda parte se desenrola o quadro lúgubre da fome e da miséria. O inverno transacto foi escasso, as colheitas diminutas; mas não soffreriam totalmente as populações derambras em sua superfície senão fosse a enorme emigração das provincias vizinhas assoladas por esse flagelo. O governo que tudo concentra em

---

3. Para ter acesso a esses relatórios, entre os anos de 1877-1879, ver o site da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 17 fev. 2024.

suas mãos, não curou a tempo do remedio a applicar ao mal. Que tendia a aumentar e desenvolver-se com a falta de chuvas na estação propria, com o desaparecimento dos generos de primeira necessidades e com o meios de socorrer as localidades centraes que precisassem do seu auxilio. Do municipio de Oeiras, que alias não é dos mais ceatraes, escrevem-nos em data de 29 do mez findo: «Ainda não temos tido chuvas que animem: as poucas que houverão, forão hamais de mez. Tudo aqui falta e quando alguma couza apparece no mercado vende-se por um preço fabuloso. A farinha de mandioca e o arroz, unicos generos que ainda se encontrão, embora escassos, estão a preço de 23, 5500 a quarta, ou medida de 50 litros; as rapaduras regulão de 305 a 40, 5000 a carga e o assucar a 800 reis a libra. Os fazendeiros tem perdido todo o gado de suas fazendas; os mais felizes estão reduzidos a metade. A emigração agora é espantosa; os emigrantes são verdadeiros esqueletos que se movem cambaleando, sobre dous pés; andam completamente nus. Nunca supuz ver tanto horrores e tantas miserias. Não desesperei ainda, porque a esperança é a unica couza que abandona ao homem (A Imprensa.,12 jan. de 1878, p. 1).

Como podem ver, o autor dessa notícia tem a intenção de informar a conjuntura do Piauí naquele período, que era de uma calamidade que afetava ambas as classes sociais, mas, obviamente, atingia com mais força as classes mais baixas. Ademais, a narrativa adotada por esse autor ao falar dessa questão se assemelha a um gênero literário de terror, porém, ele está falando de algo que realmente aconteceu. A sua produção é do final do século XIX e os escritos produzidos naquela época não têm os mesmos moldes que se têm hoje. Ou seja, as pessoas daquele período consumiam esses jornais não somente para se informar, mas, também, para se entreter. Cabe salientar que, dentro desses periódicos, havia espaços dedicados a literatos para que estes escrevessem seus contos, que eram divididos em partes e lançados semanalmente. Logo, percebe-se que os não literatos copiavam o estilo da narrativa para informar os leitores as últimas notícias.

Além disso, o jornal faz uma crítica ao presidente provincial, que era o Raimundo Meneses de Carvalho (governou entre nove de janeiro de 1878 até vinte e sete de fevereiro do mesmo ano), do partido conservador, na qual o jornal afirma que “O governo que tudo concentra em suas mãos, não curou a tempo do remedio a applicar ao mal”. Ou seja, entende-se que o governo estava concentrando tudo em suas mãos, mas não agiu a tempo para evitar essa situação.

No entanto, ao analisarmos mais a fundo essa questão, percebemos que esses jornais mantinham um tom de sensacionalismo e, a depender de quem estava no governo, eles apoiavam ou criticavam. Neste caso, o jornal *A Imprensa*, que tinha um caráter liberal, tece críticas ao governo da época – Raimundo Meneses de Carvalho – que era do partido conservador, ou seja, da oposição. Predominavam dois partidos políticos no período imperial: partido conservador e o partido liberal (Carvalho, 2008).

Desta maneira, percebe-se que, diante dessa situação nada agradável, ainda havia disputas políticas que usavam da seca para construir suas narrativas que favorecessem seus interesses. Sobre isso, no mais recente artigo que trata desse assunto (“Migração, seca e a imprensa no Piauí (1877-1879)”), escrito pelos autores Cássio Borges e Francisco Gleison (2022), também defende a ideia que a narrativa que tratava do tema da seca era de acordo com os interesses jornalísticos. Desse modo, quando citava ajuda para esses migrantes, na maioria das vezes era seguido de uma crítica ao presidente provincial. No entanto, neste mesmo jornal (*A Imprensa*), predominava um tom narrativo de menosprezo sobre esses sujeitos, como salienta Cássio Borges e Francisco Gleison (2023):

Nas narrativas vemos contundentes expressões que desprezavam essa população e os viam como ignóbeis, analfabetos e com frequência os termos de “infelizes”, “esqueletos ambulantes”, “desgraçados”, “famintos”, “paupérrimos”, “incivilizados”, “ociosos”, “desvalidos”, dentre outros, foi reverberado em diversos meio de comunicação e relatórios do governo (Borges; Monteiro, 2023, p. 232).

Longe de querer desqualificar o trabalho da imprensa naquela época, já que foi um período de muita luta para a conquista de um espaço e do direito para informar e, nessa ação, as críticas ao governo imperial surgiram como símbolo da liberdade de imprensa.

Na imprensa piauiense do final do século XIX, tiveram destaque os questionamentos dos intelectuais para as críticas ferrenhas ao governo imperial, onde por meio das páginas dos jornais, os seus escritores expunham diretamente os seus pensamentos e opiniões a respeito da realidade e da necessidade da formação de uma consciência política para o exercício da cidadania, através de um discurso que enfatizava a importância do ideal de liberdade (Barroso; Filgueira, 2011, p. 7).

No entanto, esses mesmos órgãos desenvolviam seus noticiários de acordo com os interesses do partido que aquele jornal apoiava e, muitas vezes, estavam atrelados aos discursos das elites, já que boa parte de seus leitores eram pessoas letradas e com algum poder aquisitivo, que tinham acesso a um espaço naquele jornal onde pudessem destinar seu texto, caso pagassem. Portanto, no contexto da seca, não foi diferente. Algumas notícias publicadas pelo jornal *A Imprensa* no supracitado período, mantiveram um tom preconceituoso para com essa classe de retirantes, indo de encontro com aquilo que as elites temiam: a desordem na sua cidade.

A produção de sentido produzida pelos jornais constrói a imagem de um centro urbano infestado de pobres que contribuem para a formação de um ambiente insalubre e inseguro. É idéia da desordem, que se estabelece pela falta de condições de habitação, iluminação, transporte, comunicação e saneamento básico na cidade que beiravam a precariedade e que contribui para o alastramento de enfermidades. As lavadeiras, os pedintes, os desempregados e a criação de animais domésticos que viviam pelas ruas, eram diuturnamente denunciados pelos jornais com o sinônimo de desordem (Lima, 2011, p. 5).

Dessa forma, devemos ter cuidado em tomar essas fontes como verdade irrefutável e acabar caindo nos mesmos erros dos discursos das elites. Para isso não ocorrer, é necessário calibrar os sentidos na análise documental e ler nas entrelinhas, procurando perceber o não dito, o ocultado. Portanto,

A notícia é arquitetada por meio de uma teia discursiva, que consiste em descrever o que se passou, em reportar reações e analisar os fatos. Estes, entretanto, não são apresentados em seu estado bruto. O que é oferecido ao público é uma representação discursiva da realidade, que se constrói a partir de um olhar filtrado dos agentes das notícias, visto que são inscritos dentro de uma lógica institucionalizada (Lima, 2011, p. 5).

Logo, devemos refazer aquela mesma pergunta que o professor Pedro Vilarinho (2020) fez ao indagar suas fontes: “O que esperar, porém, da circulação e consumo de um periódico num meio social desvinculado da cultura escrita e do hábito de leitura de jornais” (Castelo Branco, 2020, p.

13). Interrogar as fontes não é nada fácil, principalmente quando o material é de periódicos jornalísticos e, se o leitor for descuidado, pode tomar aquilo como uma verdade absoluta. Seria bom voltar no tempo, ou, como diria Marc Bloch: “Qual historiador não sonhou poder, como Ulisses, alimentar as sombras com sangue para interrogá-las?”<sup>4</sup> (Bloch, 2001, p. 74).

Essa indagação que o professor Pedro Vilarinho faz é importante para compreendermos que o contexto social daquela época era de que a maioria da população fosse analfabeta, então, com que objetivos esses jornais noticiavam tais notícias? E dentro da conjuntura da seca havia ofícios onde informava pedidos de ajuda para a massa de retirantes que se concentrava em Teresina. Mas, o que acontecia, de fato, era uma guerra de narrativas que envolviam interesses políticos.

Tendo a comissão de socorros desta capital, da qual faço parte, contratado no dia 31 de janeiro passado com o major Francisco Rocha Falcão, para fornecimento dos emigrantes e da pobreza desvalida – 160 bois, a razão de 300 reis o kilogramma, esses periódicos maliciosamente alterando a verdade, taxarão de escandaloso o contracto feito. Movidos, mais pelo despeito opposicionista, do que pelo amor das públicas economias, não obstante estarem informados da verdade dos factos, utilidade e conveniencia desse contracto, injustamente offenderão a referida comissão. Para que, porém, não passe em sillencio o em julgado essa imputação, venho somente por amor do publico aquem respeito, desfivelar as mascaras maldisentes – e informar todo o occorrido (A Imprensa 12 fev. de 1879, p. 3).

Como pode-se ler, o tom dessa narrativa é de se defender de outras narrativas contrárias, que, neste caso, o autor desse texto – Alfredo Teixeira Mendes – usa do periódico *A Imprensa* para rebater outros discursos de outros periódicos (o *Semanário* e *A Época*). Assim,

Ao analisarmos as notícias produzidas pela imprensa local procuramos nos atentar às intencionalidades contidas nas narrativas, bem como nos grupos que as produziram. Deve se lembrar que os posicionamentos econômicos e políticos das notas variavam de acordo com o interesse do autor e da filiação (Liberais ou Conservadores) dos editores dos jornais (Borges; Monteiro, 2023, p. 219).

---

4. Para entender a passagem, ver o canto XI da *Odisseia*, de Homero. HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 297-319.

Percebe-se, portanto, que Alfredo Teixeira Mendes teceu críticas a esses periódicos que são de oposição ao partido liberal, nome este que o periódico *A Imprensa* leva em seu título. Essas críticas estavam atreladas ao momento de estiagem em que esses sujeitos estavam inseridos e que acaba deixando o discurso favorável àquele que denuncia esses contratos, que mais favoreceram aos contratados do que de fato os pobres migrantes que estavam à espera desses benefícios. Mas vejamos o desfecho dessa defesa:

Havendo somente suprido por tres dias, e reconhecendo ser diminuto e nullo o lucro almejado, não mais quis assignar o termo, já no livro lavrado, e rescindio o contracto. Existindo nessa occasião em caixa 600\$000 reis de venda de cereais, applicou a mesma commissão essa quantia em compra de gado, e por alguns dias, dispensou fornecedores. Esgotada essa pequena quantia, e, baixa de recursos, vio-se forçada a referida commissão, a de novo chamar contractantes. Comparecendo somente em 12 janeiro passado, o alferes Sant`Anna, e apresentado proposta de 400 reis o kilo, não foi aceita. Não havendo porem recurso algum, nem quem menos suprisse, visto terem os outros marchantes disposto de seos gados, a instancias do referido major, continuou o mesmo alferes Sant`Anna, a fornecer por 350 reis (*A Imprensa*, 12 fev. de 1879, p. 3).

O argumento é o de justificar o alto preço do contrato citado no trecho anterior, pois apareceu somente um fornecedor, o jeito foi continuar o contrato com esse sujeito para o fornecimento a 350 reis o quilo da carne de gado. Mas, continua Alfredo com o seu argumento:

Sendo nomeado membro e presidente da commissão no dia 30, e a 31 offerecido se o major Francisco Falcão, para suprir toda a carne precisa a tres tostões o kilo (160 reis demenos em cada um) e, tomando em consideração o estado dos cofres da tesouraria geral, a vantagem do preço, a promptidão, a sinceridade e garantia do contractante; depois de ouvir os de mais membros da commissão, aceitei a proposta e lavrou-se o contracto; não por tempo indeterminado, como parece querer dar a entender a «*Epoca*», mas somente, da carne de 160 bois, que se achão muito perto desta capital; sendo de notar que o contracto com o referido major, além de offerecer garantia (promptidão e não recisão), é relativo somente a carne não também a fatos, que o Sr. Alferes Sant`Anna dava por carne, dando isso lugar a receber-se em um só dia, 8, ou mais fatos. Dizer-se que

a comissão firmou contracto por preço mais alto, havendo proposta de menos, é uma inverdade. O contracto firmado com o major Falcão foi a 31 de janeiro, e a offerta ou proposta do Sr. José Sant`Anna no dia 3 do corrente, 3 dias portanto depois, e não na mesma occasião como dizem os apaixonados periódicos. Podia e devia a comissão em taes circustancia, violando e faltando a fé dos contractos rescindir o por ella feito, e prejudicar dessa arte o major Falcão, que, por amor a sua palavra e brios de homem de bem sustentara por sua parte, deixando de fazer venda vantajosa de grande numero de bois? (A Imprensa, 12 fev. de 1879, p. 3).

Ou seja, o contrato assinado com o major Francisco Falcão se deu porque a outra proposta veio três dias depois. Mas o que intriga nessa análise é essa defesa apaixonada por esse major. Será que eram amigos? Será que havia interesses particulares entre esses dois? Façamos essas perguntas justamente para não concordar com esse discurso de defesa e transformar essa história entre esses jornais entre vilões e heróis, pois, como já foi dito, esses periódicos estavam discutindo constantemente e que cada um tinha interesses políticos e escreviam de acordo com esses interesses, favorecendo seus aliados ou criticando seus opositores, e tudo isso tinha como palco o aspecto horrendo da seca, miséria e fome dos pobres migrantes.

E, por fim, para encerrar esse conflito de disputas de narrativas onde um acusa o outro, o periódico *A Imprensa* diz o seguinte:

O «Semanario» sabe que por mais de uma vez a comissão abriu a concorrência para o fornecimento de carne; sabe que o Sr. José Sant`Anna propoz-se a contractar a 400 reis o kilo, o que não foi aceito; sabe que, independente do contracto, estava ele fornecendo a 360; sabe finalmente que só depois de ter a comissão contractado 166 bois com o major Francisco Rocha Falcão a preço de 300 reis o kilo, resultando uma diferença para menos 20%, foi que o mesmo Sr. Sant`Anna fez o oferecimento a 240. O «Semanario», sabe perfeitamente de tudo isso, temos certeza. E pois como censurar a honrada comissão? Será por não ter rescindido o contracto feito com o major falcão? Se assim fosse onde a fé dos contractos. Responda-nos, reverendo. Não temos em vista defender a digna comissão, que não precisa do nosso fraco auxilio; apenas queremos pôr bem patente ao público sensado o procedimento digno do sotaina, redactor do «Semanario», sendo por nossa parte contentamo-nos em dizer «Bem te conhecemos frei Thomaz...

Em síntese, os jornais *Semanário* e *A Época* acusam a comissão de contratar o major Francisco Falcão por preços muito altos, mas, em resposta a isso, o jornal *A Imprensa* sai em defesa dizendo que no período de concorrência para selecionar os contratantes, o senhor José Sant'Anna ofereceu 400 reis o quilo da carne de boi e o major ofereceu a 300 reis, 100 reis a menos. Desse modo, depois de ter firmado o contrato com o major, só depois o senhor José Sant'Anna apareceu com a proposta de 240 reis o quilo. O que podemos tirar disso tudo é que, de um lado, sabemos que naquele referido período, houve denúncias acerca de como eram usados esses recursos da Comissão de Socorros Públicos que tinha como objetivo final destinar ajudar para migrantes da seca. E do outro temos essas disputas de narrativas na qual a informação e as notícias ficavam dentro desse campo de batalha de ideologias políticas.

Por outro lado, em outro artigo, publicado no ano passado (“Os efeitos da seca de 1877-1879 no Piauí na narrativa do periódico ‘A Imprensa’”), as autoras Kátia de Araújo e Maria de Lourdes (2022) fizeram um bom trabalho ao analisar esse jornal e elaborar quadros que nos mostram quais localidades foram atingidas pela seca nessa região:

Quadro 1 – Distribuição espacial da seca de 1877/1879 na Província do Piauí

| <b>Localidades piauienses atingidas pela seca de 1877/1879</b>   | <b>Regiões geográficas da Província do Piauí</b> |
|--|--|
| Jeromenha, Villa Manga, Parnaguá, São Raimundo Nonato e Bom Jesus.   | Sudoeste Piauiense                               |
| Picos, Oeiras, São João do Piauí e Jaicós.   | Sudeste Piauiense                                |
| Amarante, Teresina, Valença, Pedro II, Campo Maior, Independência, Príncipe Imperial, Marvão, Vila do Livramento, Piripiri e Humildes. | Centro-Norte Piauiense                           |
| Parnaíba, Barras e Piracuruca.   | Norte Piauiense                                  |

Fonte: Elaborada pelas autoras Kátia Araújo e Maria de Lourdes (2022) a partir da coleta de dados no jornal *A Imprensa* (1877-1879) e que está disponível no artigo já citado.

Como podem observar, foram muitas as regiões onde a seca alcançou, mas o nosso foco aqui é centrado na região do centro-norte piauiense, onde fica localizada a capital Teresina, destino de muitos migrantes fugindo da seca. Portanto, diante do que foi dito anteriormente, é impor-

tante que se perceba que o caldo político, econômico e sociocultural vivido naquele período de estiagens na capital Teresina e sob o comando dos mais diversos presidentes provinciais, provocou mudanças de postura nas diferentes narrativas descritas pelo jornal *A Imprensa*. Além disso, é fundamental compreender o seguinte: “As ações de auxílios aos migrantes da seca se fixaram no assistencialismo e no trabalho e nesse sentido, vemos que as autoridades e as elites locais analisaram a seca não somente como um fenômeno climático, mas social” (Borges; Monteiro, 2022, p. 232).

Fazendo uma análise externa do periódico *A Imprensa*, conseguimos identificar algumas informações que possam servir para o desenvolvimento da nossa investigação. Isto posto, a gazeta periódica intitulada *A Imprensa – Órgão do Partido Liberal*, funcionava através de assinaturas, ou seja, o seu público-alvo eram pessoas letradas e com um certo poder aquisitivo para poderem pagar essas assinaturas (por ano, 10, 500\$; por semestre, 3,500\$).

Além disso, o jornal abria espaços para publicações de interesses particulares (anúncios, avisos, etc.) por meio de uma taxa, e os respectivos textos tinham que conter a assinatura do autor. Por isso, ao longo da leitura do jornal, identifiquei que em alguns espaços do jornal havia assinaturas e outras não, como é o caso do texto que abre a manchete, cujo título é “A Secca”.

No tocante a isso, o escrito tem a intenção de precaver sobre o que estava acontecendo nas terras piauienses (mas, vale lembrar, que esse fenômeno atingiu quase todo o nordeste). Foi nesse período que houve muitas migrações dentro da região para fugirem da seca e da fome. Muitos desses migrantes se dirigiram para a capital de Teresina em busca de trabalhos e auxílio do governo.

Porém, antes disso, o Piauí era um corredor migratório para as diversas tribos indígenas existentes entre Pernambuco e Maranhão, como os Tremembés, Rodeleiros, Beíçudos, Putis, Aimoipirás (descendentes dos Tupis), Pimenteiras, Acoroás, Gueguês, Ubatês, Aroaquizes, Abetiras, Anassus, (Tapuias legítimos). Mas, a região servia, também, para o traslado de gado da Bahia ao Pará (Santos, 2012, p. 8).

A imprensa ganhou força e importância no século XVIII – especialmente nos eventos que moldaram a Revolução Francesa – e ela se tornou

uma importante aliada dos historiadores por fornecerem um material riquíssimo como fontes históricas que nos possibilita analisar uma determinada época. No entanto,

Os historiadores tratam em geral a palavra imprensa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Mas a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente durante a década de 1789-1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública (Darton; Roche, 1996, p. 15).

Portanto, devemos entender que a imprensa não servia apenas para informar. Ela estava inserida dentro de um contexto histórico, ocupando um importante papel no desenrolar da realidade. Assim, o que devemos fazer diante dessas fontes é realizar as seguintes perguntas: quais são suas intenções? Para quem estavam sendo direcionadas essas informações? Quem tinha acesso a essas informações? O seu público leitor fazia parte de qual estrato social? Essas e outras perguntas nos ajudam a entender que a imprensa serviu e serve como um agente ativo da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Livia; FILGUEIRA, Amanda. A Propaganda Republicana na Imprensa Piauiense do século XIX. **Intercom**: Maceió, 2011, p. 1-10. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-1047-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BORGES, Cássio; MONTEIRO, Francisco. Migração, seca e a imprensa no Piauí (1877-1879). In: ROCHA, Cristiana (Orgs.). **Brais**: Terra, Trabalho e Natureza. Teresina: Editora EdUESPI, 2023, p. 216-236.

CARVALHO, José. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELO BRANCO, P. V. Imprensa e política no Piauí na primeira metade do período monárquico. **Revista Ágora**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e-2020310107, 2020.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco Editora, 1997.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 297-319.

LIMA, Nilsângela. Imagens de Teresina (PI) do século XIX-XX: sentimentos, desejos, tramas urbanas e práticas jornalísticas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: São Paulo, 2011, p. 1-15. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680602\\_ARQUIVO\\_Anpuh\\_2011\\_Textocompleto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680602_ARQUIVO_Anpuh_2011_Textocompleto.pdf). Acesso em: 17 fev. 2024.

LUCA, Tânia; MARTINS, Ana. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Gervásio. **Leonardo de Carvalho Castello Branco**. Teresina: Zodíaco, 2012.

SILVA, Kátia; SANTOS, Maria. Os efeitos da seca 1877-1879 no Piauí na narrativa do periódico “A Imprensa”. In: ROCHA, Cristiana (Orgs.). **Brasis**: Terra, Trabalho e Natureza. Teresina: Editora EdUESPI, 2023, p. 216-236.

# “TODOS NÓS GRITAMOS CONTRA AQUELE QUE VENHA PREJUDICAR A LIBERDADE”: O JORNAL *O ABOLICIONISTA* E AS DENÚNCIAS CONTRA A ESCRAVIDÃO NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1884

*Talyta Marjorie Lira Sousa*<sup>1</sup>

## **Introdução**

A partir metade do século XIX, a escravidão no Brasil sofreu transformações significativas, impulsionadas pelas mudanças na dinâmica mundial. Primeiro, com o fim do tráfico transatlântico e o declínio acentuado da população escrava no Norte pela transferência de cativos para as áreas rurais de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, posteriormente, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei do Sexagenário, em 1885. Dentro da perspectiva das mudanças sociais, políticas, econômicas e jurídicas, na conjuntura do Oitocentos, é necessário refletir sobre os motivos que levaram intelectuais, políticos e grupos sociais a se envolverem com a causa da abolição da escravidão no Brasil.

A campanha abolicionista envolveu vários setores da elite, funcionários públicos, camadas médias urbanas, estudantes e a população negra. O movimento levou a causa da abolição para a imprensa, com o objetivo de

---

1. Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Doutora (2023), mestra (2012) e graduada (2009) em História pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial pela Universidade Federal do Piauí (2015) e em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Legale (2022). Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba (2019).

conquistar a opinião pública e fazer com que ressoasse em todas as camadas sociais do país. Recorriam à linguagem habitual dos periódicos, agregando a literatura romântica e a oratória bacharelesca (Martins, 2012, p. 36).

A abolição se transformou em pauta, um dos temas centrais dos jornais piauienses. Nesse sentido, pretendemos compreender como a imprensa do Estado do Piauí divulgou a campanha abolicionista e qual a sua influência na intensificação das fugas, nos periódicos que difundiram as posições e as distensões entre o pensamento do partido liberal e conservador, inclusive com a criação de jornais específicos sobre a questão abolicionista. Os jornais atuavam no sentido de ordenar novos valores para uma sociedade que passava por um processo de mudanças. Na pesquisa, constatamos que os periódicos *Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, *O Telephone*, *Cri-Cri*, *O Abolicionista* e *A Reforma*, traziam em suas páginas apenas temas específicos a favor da emancipação e conteúdos com denúncia contra a escravidão. Os outros jornais pesquisados, ao mesmo tempo que combatiam a escravidão, lucravam com ela, pois noticiavam sobre a redução de pessoas à escravidão, violência contra os cativos, manumissões, formação de sociedades emancipadoras, faziam a contrapropaganda abolicionista e anunciavam a venda, aluguel e fuga de escravos.

No levantamento feito durante a pesquisa, observamos que, a partir da década de 1860, as exposições dos articulistas passaram a apresentar as denúncias sobre as violências praticadas contra os escravos, pessoas reduzidas à escravidão, a formação das sociedades emancipadoras, a concessão de cartas de alforria e artigos apoiando a substituição do trabalho escravo pelo livre. Essas temáticas intensificaram-se na década de 1870, quando os liberais estavam no governo (1878-1884), incorporando a divulgação das leis emancipatórias, o fim da escravidão no Ceará, o caráter abolicionista e o discurso antiescravista nas publicações periódicas piauienses.

Nosso objetivo é analisar o jornal *O Abolicionista* na Província do Piauí, de outubro a dezembro de 1884 e as denúncias contra escravidão. Este periódico foi criado nesta província para defender as ações abolicionistas, as leis emancipacionistas e a libertação dos escravos. No que diz respeito ao levantamento da documentação, recorreremos ao acervo digital do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação, da Universidade Federal do Piauí e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Escavamos os meandros deste periódico, as intenções de quem o pro-

duziu, para emergir vozes e narrações que escaparam da produção oficial. A consequência desse modelo analítico é uma multiplicidade de estratégias, táticas, determinações e projetos individuais e coletivos com reflexo no nosso fazer histórico. Dessa forma, analisaremos situações, especificaremos ações, “acontecimentos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global” (Pesavento, 2000, p. 214).

### **O jornal *O Abolicionista* e as denúncias contra a escravidão**

O primeiro ciclo de mobilização abolicionista iniciou-se com a Independência e abolição da escravidão do Haiti em 1791. No início do século XIX, as colônias espanholas na América passam uma dupla libertação com a independência e o fim da escravidão. Em 1807, a Inglaterra e os Estados Unidos acabaram com o tráfico africano em seus domínios. Em 1815, no Congresso de Viena, o Império Britânico tornou-se cada vez mais enérgico no combate a escravidão. Entre 1820 e 1830, Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México, Guiana Inglesa e Ilhas Maurício, aboliram o cativeiro de seus territórios (Alonso, 2015, p. 27). O segundo ciclo internacional de abolições ocorreu a partir de 1851 em países como Colômbia, Haváí, Argentina e Jamaica. Entre 1876 e 1882, o Brasil isolou-se cada vez mais com a manutenção do regime escravista, pois Zanzibar, Madagascar, Gana, Bulgária e o Império Otomano também aboliram a escravidão de seus territórios (Alonso, 2015, p. 31).

Nesse contexto, a aceleração da urbanização e a modernização propiciaram o crescimento dos espaços públicos e discussões em torno do processo de abolição. O incremento dos avanços tecnológicos “com trens e navio a vapor, máquinas tipográficas e telégrafo, permitiram a circulação de informações, mercadorias, pessoas, inovações sociais, de invenções científicas a empreendimento econômicos, de máquinas a ideias” (Alonso, 2015, p. 92). Essas mudanças convergiam também para o âmbito do processo civilizatório e o estilo de vida moderno que assimilava a escravidão como amoral e um cancro que impedia o progresso. A retórica abolicionista balizou-se a partir dessa perspectiva em compaixão, direito e progresso.

A superação do escravismo foi associada à “imagem de progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, urbanização” (Cha-

lhoub, 2012, p. 34). A ideia de civilização estava ligada a perspectiva enganosa de viés ideológico do trabalho livre ligado a assalariamento, a superação da escravidão ligada ao progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade dos trabalhadores e conquista de direitos (Chalhoub, 2012, p. 47).

A emergência de novas sensibilidades e o antiescravismo, baseado nos valores do Iluminismo, progresso e romantismo. O Iluminismo defendia a liberdade como direito natural do homem, dessa forma a liberdade era princípio universal e um homem não poderia sujeitar outro através da escravidão. Na retórica iluminista seria inadmissível o século XIX, tempos do progresso e do avanço científico, manter uma instituição totalmente desumana, “o cancro que corrói a seiva deste malfadado país”. De acordo com Ângela Alonso (2015, p. 99), o abolicionismo brasileiro amparou-se na comparação entre cancro moral e cancro social, como esquema interpretativo da compaixão definira a escravidão.

As publicações do jornal *O Abolicionista* baseavam-se na retórica iluminista, valores do progresso e ideais românticos para defender o fim da escravidão. Dentro dessa perspectiva, levantamos algumas perguntas: como essa publicação se constituiu força histórica durante o período tão curto de publicação? Como se constituiu e atuou em relação às forças na conjuntura histórica do final da escravidão? Quem eram seus aliados? Que grupos ou forças sociais podem ser identificados como, adversários ou forças de oposição?

Após os questionamentos, nossa primeira tarefa foi identificar no periódico seu título, subtítulo, datas de publicação, periodicidade e o acervo em que se desenvolveu a pesquisa. O subtítulo é o lema da Inconfidência Mineira, *libertas quae sera tamen* (liberdade ainda que tardia), remetendo ao Iluminismo, às liberdades individuais e ao uso da razão. Os exemplares apontam a brevidade na edição do periódico, de outubro a dezembro de 1884, totalizando oito edições. Não há menção sobre editor ou redator, apenas que era impresso pela tipografia do jornal *O Telephone*, na Rua Bella na cidade de Teresina, publicação semanal, assinatura trimestral no valor de 2\$000 réis e semestral 5\$000 para a capital. Este jornal está disponível para consulta no site do projeto “Memória do Jornalismo Piauiense”. O periódico ainda estampava as províncias que tinham abolido a escravidão, Ceará e Amazonas, e as vilas piauienses onde existiam sociedades liberta-

doras, Barras, Amarração e Jaicós.

A próxima fase foi a análise da composição do projeto gráfico. Isso envolveu observar a organização e distribuição dos conteúdos nas diversas seções no interior do periódico e sua formatação. *O Abolicionista* era formatado em quatro colunas e quatro páginas, usavam o negrito e letras em caixa-alta para dar ênfase a temas e questões, todo o conteúdo abordado no periódico tinha relação direta com o fim da escravidão, os editoriais assinados eram apenas aqueles que traziam o protesto ou contraprotesto ao jornal *A Época*, e não existe a publicação de nenhuma iconografia.

As seções eram bem definidas, na primeira e segunda página existia sempre um artigo sobre os motivos para o fim da escravidão, numa tentativa de persuadir a opinião pública, expressar o ponto de vista e os interesses dos editores, e deslegitimar o escravismo, caracterizá-lo como ilegal, imoral e com o intuito de distinguir o atraso dos que apoiavam a instituição e progresso dos que alertavam contra (Alonso, 2015, p. 131). Também foi publicado nesta página um romance intitulado *Três Botões de Rosas*, escrito por J.F, em homenagem a Clodoaldo Freitas e Joaquim N. Parangá.

Na terceira página os editores publicaram a transcrição da sessão da Câmara dos Deputados de 4 de agosto de 1884, sobre o projeto n.º 48, referente a emancipação dos escravos e a Lei do Sexagenário e uma sessão particular, assinada por diferentes sujeitos em diferentes edições, contra as acusações proferidas aos abolicionistas pelo coronel José Antonio Rodrigues da feitoria Por Enquanto na vila de Barras em 1884 no jornal *A Época*. Na última página há a continuidade da seção particular, a publicação de notícias de diferentes províncias e vilas do Piauí, poemas e anúncios sobre a venda de livros, cerveja, produtos da casa comercial de Raimundo Gomes de Souza e convite para missa “do eterno repouso da alma do capitão Manoel Sotero Vaz” (O 1º SUPLENTE do Juiz Municipal das Barras ao Público. *O Abolicionista*. Teresina, 6 dez. 1884, ano 1, n. 7, p. 1).

Sobre as condições técnicas, na segunda metade do século XIX, em especial com a mudança da capital de Oeiras para Teresina, a imprensa ganhou maiores dimensões. Alguns fatores como desenvolvimento da vida urbana, as técnicas de transmissão sistemática da cultura e educação, as técnicas de transmissão de pensamento como o telégrafo, uso cabo submarino, telefone, os meios de transporte, e o desenvolvimento da arte gráfica, foram condições importantes para a ampliação da imprensa (Sodré,

1999, p. 7). As inovações são importantes, mas não devemos subestimar a difusão oral da circulação das notícias que permitia atingir um número maior e não restrita apenas à elite letrada.

As restrições à alfabetização não impediram a manifestação e proliferação de periódicos; portanto, não podemos justificar o atraso devido a condições econômicas, políticas e culturais que limitaram a circulação de impressos pelo Brasil. A sociedade oitocentista era oralizada, “as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas”, corriam tanto as notícias como as vozes que transformavam a informação em notícia. Consoante Marialva Barbosa, existiam as trocas e o “entrelaçamento de múltiplos meios entre o mundo oral, o mundo manuscrito e o mundo dos impressos” (Barbosa, 2010, p. 34).

Quanto ao conteúdo, o jornal *O Abolicionista* recorreu à estratégia do uso da literatura, ampliação do número de adeptos com a questão de gênero e a discussão com outros periódicos com o objetivo de persuadir a opinião pública. Em nossa pesquisa encontramos o uso recorrente de poemas e contos, denunciando os males do sistema escravocrata, disputas políticas com outros periódicos, notícias sobre os benefícios do progresso e da civilização.

Nas distensões entre os grupos ou forças sociais adversárias ao jornal *O Abolicionista*, evidenciamos as publicações contra o jornal *A Época*. Este periódico surgiu em 1878 em substituição ao jornal *Moderação*. Constituiu um órgão do Partido Conservador, editado em tipografia própria e teve como redatores Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêa Leão e Simplicio Coelho de Resende. Com uma linguagem metafórica, era espaço de discussão das rixas partidárias, legitimando as prioridades do seu partido e com diálogo aberto com o periódico *A Imprensa* (Rêgo, 2001, p. 88). Era impresso uma vez por semana em formato quatro páginas e quatro colunas; a assinatura anual custava 10\$000, 5\$000 semestral e número avulso 320 réis.

O jornal *A Época* conferiu grande atenção à fuga de onze escravos do coronel José Antonio Rodrigues da feitoria Por Enquanto na vila de Barras em 1884. Observamos que o noticiário apresentou a fuga como insurreição: “Compete refrear os atentados”, “dura contingência de furtar contra os horrores da anarquia”, “seduz ou manda seduzir os escravos alheios à fugirem”, “a emancipação dos escravos deve ser feita de modo a

não provocar abalos” (SECCÃO particular. *A Época*. Teresina, 20 set. 1884, ano 7, n. 322, p. 2). A tendência em nomear os abolicionistas como anarquistas era uma forma de criminalizar e pedir a repressão do governo, conforme solicitação feita pelo redator do noticiário:

Diga-lhe isto, sr. Presidente, aconselhe que mude de rumo o delegado das Barras, porém sem grandes detalhes, pois ele além de pouco vergonhoso, é quase analfabeto e por tanto selvagem. Possui, é certo, qualidades para cargos policiais, mas não está a altura de ser abolicionista, por que ele pensa que abolir é conjugar outro verbo (SECCÃO particular. *A Época*. Teresina, 20 set. 1884, ano 7, n. 322, p. 2).

Na legalidade, os cidadãos ameaçados pelo abolicionismo pediam a troca do delegado, Manoel Pires Ferreira, por acreditarem que este não possuía predicados para o cargo que exercia, acobertando os horrores da anarquia e “um abolicionista como os que há por aí, que se dizem apóstolos da ideia unicamente para especular e colher miseráveis e pequeninos proveitos” (SECCÃO particular. *A Época*. Teresina, 20 set. 1884, ano 7, n. 322, p. 2). O relato tenta criar na opinião pública um clima de medo e insegurança para justificar a vigilância sobre os escravos, tornando a fuga uma ameaça a sociedade e política de controle da escravidão.

O coronel José Antonio Rodrigues atribuía a sociedade abolicionista de Barras e a liberta Virginia, ligada por afinidade de parentesco aos ditos escravos, o aliciamento, a indução de abandonarem seus senhores e o conselho de seguirem a fuga para a Província do Ceará. Em 1º de abril de 1884 houve a criação da Sociedade Libertadora Barrense que segundo *O Semanário* era marca de uma época notável e que levou a vila as páginas da história, “recomendando-se as nações civilizadas, como uma comarca cheia de patriotismo e possuída de sentimentos humanitários”, a fim de sacudir esse “jugo da escravidão, que só pode ter assento no seio de um povo inculto” (MOVIMENTO abolicionista. *O Semanário*. Teresina, 21 jun. 1884, ano 9, n. 340, p. 3). No ato de instalação da sociedade libertadora foram alforriados 35 escravos.

O dr. Estevão Lopes Castello Branco libertou 9 escravos.

Capitão Germano de Araújo Lima libertou 9 escravos.

Francisco José do Rego libertou 3 escravos.

Capitão Francisco Alves do Nascimento libertou 2 escravos.

Francisco Carvalho de Oliveira, capitão Joaquim José do Rego, tenente José Joaquim de Santana, alferes Silvestre Tito Castello Branco, alferes Firmino Servo d'Araújo, tenente Joaquim Vieira de Queirós, tenente Antonio Forte Castello Branco, Sesostris José Correia, Martinho dos Santos Correia, Nelson Correia, D. Felisbella de Jesus Fortes, tenente coronel Jose Pires Ferreira, Lincol Correia, capitão Raimundo Fernandes Pereira, capitão Francisco Marcellino de Carvalho, D. Maria de Assumpção Pires Lages, libertaram 1 escravo (MOVIMENTO abolicionista. *O Semanário*. Teresina, 21 jun. 1884, ano 9, n. 340, p. 3).

Os membros da Libertadora Barrense, Sesostris José Correia, vice-presidente, Martinho dos Santos Correia, primeiro secretário, Francisco Marcellino de Carvalho, segundo secretário, Francisco Alves do Nascimento, orador, Silvestre Tito Castello Branco, tesoureiro, solicitaram que a notícia de criação desta sociedade fosse noticiada pelo jornal *O Semanário*, pois este prestava relevantes serviços à causa abolicionista e “como obreiros do progresso defenderão causa tão honrosa em suas colunas” (MOVIMENTO abolicionista. *O Semanário*. Teresina, 21 jun. 1884, ano 9, n. 340, p. 3).

Em contraposição ao jornal *A Época*, foi publicada no jornal *O Abolicionista*, em seção particular escrita por Francisco Alves do Nascimento na defesa contra as acusações proferidas. O segundo secretário da Libertadora Barrense “senti-me possuído de profundo e duplo pesar, não só por ver que os autores desses escritos, a quem aliás muito preso, guidos, sem dúvida, por falsas informações”. Em sua declaração afirmou que o doutor Estevão, capitão Manoel Pires e Francisco Marcellino não mandaram aliciar e seduzir os aludidos escravos do coronel José Antonio Rodrigues para fugirem para o Ceará. O certo é que os escravos saíram da feitoria onde residiam para a vila de Barras, “onde entraram publicamente numa noite dos primeiros dias do mês de setembro findo, em procura da proteção da sociedade Libertadora Barrense”, conversaram com alguns membros desta sociedade, porém estes “aconselharam-nos par voltar a casa de seu senhor, oferecendo-lhes cartas, pedindo perdão para eles pela falta cometida” (SECCÃO particular. *O Abolicionista*. Teresina, 1º out. 1884, ano 1, n. 1, p. 3).

Continuou explicando aos leitores, ao coronel José Antonio Rodrigues e seu genro Valdevino Ribeiro Torres, que se tivessem aliciado e

aconselhado os escravos para fugirem para o Ceará, eles saíram “da feitoria onde estavam seguiram diretamente para aquela Província e não vieram para a vila, como vieram, expondo-se a serem capturados”. Também não existiam escravos ocultos em posse de nenhum sócio da Libertadora, pois sabiam que não tinham fundos para indenização dos valores dos ditos escravos e os que ficaram na cidade estiveram sempre com toda a publicidade, “promovendo os meios de sua libertação, nos termos facultados pelo art.4 §2, da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, sendo para notar-se, que todos estes são maiores de 60 anos, baseado não só em informações fidedignas, como no que representa a fisionomia dos mesmos” (SECÇÃO particular. *O Abolicionista*. Teresina, 1º out. 1884, ano 1, n. 1, p. 3).

O jornal *A Época* e *O Abolicionista* tornaram-se atores políticos na formação da opinião pública sobre a fuga dos escravos e o destinavam-se não apenas ao público leitor, mas aos adversários, articulistas e a outros jornais. Roger Anibal L. da Silva aponta que os jornais do século XIX mantinham um diálogo entre si, com respostas ao outro, reprodução de textos, ampliando o debate e o estímulo à produção de discursos (Silva, 2017, p. 83). Isso proporciona um sistema de autorreferenciação onde os jornais “citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado” (Barbosa, 2010, p. 62).

Sobre a atitude do delegado foi exposto que ele agiu legalmente, exigindo a documentação que comprovasse a propriedade dos cativos, documento da matrícula, providenciando a procura dos escravos fugidos para o Ceará, negando o uso da força pública para a apreensão e um mandado de busca dos escravos que diziam estar ocultos em casa de diversos cidadãos na vila. O delegado negou a busca e apreensão baseado nas atribuições criminais dos delegados e subdelegados, disposto no artigo 212 do Regimento n.º 120 de 31 de janeiro de 1842, que previa desempenhar as mesmas atribuições incumbidas aos chefes de polícia, sejam elas proceder a auto de corpo de delito, e formar culpa aos delinquentes, e aos oficiais que perante eles servirem; conceder fiança, na forma das leis, aos réus que pronunciarem ou prenderem; prender os culpados, ou o sejam no seu, ou em outro Juízo; conceder mandados de busca e formar culpa em toda a Província aos seus delegados, subdelegados e subalternos quando o mereçam (BRASIL. Regulamento n. 120, de 31 de janeiro

de 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei n.º 261 de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/regulamentos/r120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm). Acesso: 12/04/2021). Era dever do requerente provar que existia ilicitude para obter um mandado de busca, além disso, não seria dever da força pública buscar escravos fugidos no Ceará, “os soldados têm uma missão mais nobre na sociedade de que a de capitão do mato, além de que não conheço lei alguma que imponha as autoridades policiais o dever de mandar capturar escravos fugidos de quem quer que seja” (SECCÃO particular. *O Abolicionista*. Teresina, 1º out. 1884, ano 1, n. 1, p. 3).

A respeito dos pedidos de busca pela força policial, observamos que o delegado responsável pelo inquérito da fuga dos onze escravos em Barras, negou o uso dos soldados alegando que eles não eram capitães do mato e que não existia lei que os obrigassem a cumprir essa função. Até 1887 o exército brasileiro foi obrigado a caçar os escravos fugidos recusando-se a essa prática após reunião no clube militar no Rio de Janeiro, onde concluíram que não cabia o “papel menos decoroso e menos digno”, e redigiram um ofício à Princesa Isabel, regente do império, solicitando a dispensa dessa atribuição:

Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior com o fim, [...] os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque já viviam cansados de sofrer os horrores ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma (Brasil, 2020, p. 1155).

Em publicação subsequente escrita por Leovigildo Belmonte de Carvalho no jornal *O Abolicionista*, foi exposto que mesmo antes da instalação da sociedade libertadora, os escravos da região fugiam para o Ceará: “três escravos do Major João Batista Loes, um dito do capitão Silvestre do Rego, dois de dona Maria d’Assumpção, alguns de D. Genoveva e outros que torna-se desnecessário mencionar, provando-se assim, a não influência da sociedade”. O autor do contraprotesto questionou ainda sobre o direito da liberta Virginia visitar os seus parentes: “Pobre Virginia! Se quando escrava dava-se-lhe essa mesquinha permissão, agora livre, veda-se-lhe-ia de tudo, por entenderem algures, que deva aparecer uma lei privando-a

de toda a convivência com os de sua espécie!” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 18 de novembro de 1884, ano 1, n.º 5, p. 4).

Após a fuga, quatro escravos não prosseguiram viagem e ficaram na cidade de Barras, três pela avançada idade e Isidora que estava em adiantado estado de gravidez. Estes foram depositados sob responsabilidade do poder público, aguardando o pedido de restituição de posse do seu senhor ou a liberdade através da sociedade emancipadora. Os abolicionistas defenderam que o arbitramento dos escravos foi praticado com “flagrante violação da lei, trazendo, conseguintemente, grave responsabilidade aos que a elas deram lugar”. O juiz do feito foi trocado durante o processo demonstrando parcialidade ao caso e incompetência ao relaxar o depósito em que estavam os escravos “mandando entregá-los ao seu senhor”, sem proporcionar a libertadora oportunidade de alforriar os escravos, pois o valor decidido pelo juiz era incompatível com o praticado na vila das Barras, “onde esse gênero está por demais depreciado” e os escravos serem septuagenários ou sexagenários (SEÇÃO PARTICULAR. O *Abolicionista*. Teresina, 5 nov. 1884, ano 1, n. 4, p. 4).

O primeiro suplente do juiz municipal de Barras, José Raimundo Gomes, manifestou-se sobre o caso no jornal *A Época*, negando as acusações publicadas pelo *O Abolicionista*. Alegou que deturparam os fatos, pois ao reassumir o cargo recebeu o requerimento do coronel Rodrigues para “o levantamento do depósito daqueles escravos de cujo serviço estava ilegalmente privado”. De acordo com José Raimundo Gomes, o depósito era apenas um preparatório para ação contenciosa de liberdade, não se considerando um arbitramento, por isso devolveu a petição do requerente. Na audiência na qual devia proceder-se ao arbitramento dos cativos, foi averbado pelo curador que o juiz era suspeito no processo, sob alegação que este fazia parte da sociedade abolicionista e estava impedido de julgar o arbitramento. O juiz não reconheceu a suspeição dado que “essa suspeição nenhuma razão de ser tinha; porque, além de tudo, nem mesmo fazia eu parte de tal sociedade, a que aliás só prestei um diminuto donativo em princípio, quando me pareceu coisa séria”. Os escravos foram avaliados pelo “arbitro Leovigildo Belmonte de Carvalho por 5\$000 réis a cada um dos escravos e o arbitro tenente Alexandre Carvalho de Almeida por 450\$000 mil réis a primeira, por 200\$ mil réis a segundo e por 40\$ mil réis e a 3ª”. Por fim, afirmou que o coronel Ro-

drigues estava receoso quanto a posse dos escravos, acreditava que seriam mandados para o Ceará e os seus procuradores, major Valdevino Ribeiro Torres e capitão Raimundo Fernandes Pereira, ofereceram libertá-los sob indenização quando a sociedade abolicionista tivesse fundos (SEÇÃO PARTICULAR. *O Abolicionista*. Teresina, 5 nov. 1884, ano 1, n. 4, p. 4).

Na mesma edição do jornal *A Época*, o coronel José Antônio Rodrigues e Valdivino Ribeiro Torres apresentaram ao público sua versão sobre o arbitramento dos cativos, acusando os abolicionistas de tentarem acelerar o processo e conquistar as ovações públicas. Sabiam que Francisco Alves do Nascimento apenas mencionara os eventos baseados em presunção, pois mesmo estando na vila quando ocorreu a fuga, não estava do lado de Francisco Marcellino quando este mandou a liberta Virginia aliciar os cativos e não os aconselhou evadirem-se para o Ceará quando chegaram na vila. Denunciaram que moradores de Barras mantinham escravos em posse ocultos dos proprietários e declararam que não eram escravocratas e tão pouco abolicionistas, mas em menos de três anos libertaram, sem ônus algum, cinco escravos (SEÇÃO PARTICULAR. O 1º Suplente do Juiz Municipal das Barras ao público. *A Época*. Teresina, 15 nov. 1884, ano 7, n. 329, p. 3.). Isso evidencia as formas de encaminhamento para o fim da escravidão gradual, onde os senhores buscavam assegurar seus interesses específicos e meios de emancipação que não atingissem seu patrimônio.

Em resposta aos tópicos levantados pelo coronel José Antonio Rodrigues e seu genro Valdevino Ribeiro Torres, Francisco Alves do Nascimento fez publicar *O Abolicionista*, afirmando suas presunções que “aliás fortes e de tanto peso, que geraram em meu espírito a íntima convicção, que ainda tenho, de ter afirmado” e defendendo Estevão Lopes Castello Branco, capitão Manoel Pires e alferes Francisco Marcellino. Os correspondentes acusam Estevão Lopes Castello Branco, “homem reconhecidamente ordeiro e alheio a tudo quanto não está dentro dos limites de seus deveres”, “é abolicionista de coração”, na instalação da sociedade libertadora emancipou doze escravos e contribuía junto com “sua senhora com as quantias correspondentes as joias de sócios”, foi eleito presidente da Libertadora Barrense, mas só aceitou sob a condição de não exigirem dele frequência nas respectivas sessões e atividades.

Em pesquisa aos registros de compra e venda de escravos de 17 de junho de 1869, encontramos o capitão Estevão Lopes Castello Branco Burlamaque Castello Branco, comprando vinte e cinco escravos, do doutor Candido Gil Castello Branco e sua esposa D. Lavinia Cesar Burlamaque Castello Branco, no sítio Buqueirão do termo de Campo Maior na Província do Piauí.

Fernando, 40 anos, crioulo, seiscentos mil réis.  
José, 30 anos, crioulo, um conto de réis.  
Justino, 30 anos, crioulo, um conto de réis.  
Raimundo, 22 anos, cabra, um conto de réis.  
Quitério, 40 anos, crioulo, duzentos mil réis.  
Sansão, 14 anos, cabra, oitocentos mil réis.  
Matuzalém, 13 anos, crioulo, quatrocentos mil réis.  
Bernardo, 14 anos, cabra, oitocentos mil réis.  
Malaquias, 2 anos, crioulo, duzentos mil réis.  
Ventura, 40 anos, crioulo, seiscentos mil réis.  
Um pagão com 3 meses, crioulo, cinquenta mil réis.  
Delmira, 35 anos, crioula, quinhentos mil réis.  
Marcelina, 35 anos, crioula, quinhentos mil réis.  
Sabina, 34 anos, crioula, quinhentos mil réis.  
Rita, 30 anos, crioula, quinhentos mil réis.  
Custódia, 13 anos, crioula, oitocentos mil réis.  
Izabel, digo Custódia, 19 anos, crioula, trezentos mil réis.  
Caridade, 9 anos, crioula, quatrocentos mil réis.  
Fé, 7 anos, cabra, trezentos mil réis.  
Raimunda, 4 anos, crioula, trezentos mil réis.  
Maria dos Anjos, 2 anos, cabra, cento e cinquenta mil réis.  
Luiza, 4 anos, cabra, duzentos mil réis.  
Joana, 3 anos, crioula, duzentos e cinquenta mil réis (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de escritura de compra e venda. n. 12. Cartório de 1º ofício de notas. 1869-1870. Teresina).

O capitão Estevão Lopes Castello Branco Burlamaque Castello Branco, homem do seu tempo, apresentava uma visão curiosa acerca da escravidão, pois, ao mesmo tempo, apoiava a existência do regime comprando cativos e combatia a “violência desnecessária e as punições físicas mais cruéis, assumindo diversas vezes um discurso de tom solidário e de defesa dos cativos” (Castilho, 2019, p. 53), filiando-se à sociedade emancipadora.

O capitão Manoel Pires e alferes Francisco Marcellino eram abolicionistas ativos e exaltados, mas não cabia a hipótese de deturpar suas convicções, que fossem “capazes de mandar à feitoria do Sr. Coronel aliciar os seus escravos”, e caso tivessem mandado seduzir os escravos não os mandaria para a vila onde moravam, se encarregariam de fornecer ajuda para a viagem e “fariam todo o possível para que os escravos não aparecessem na vila onde moram muitos parentes do sr. Coronel; já porque arriscavam-se a serem capturados e já porque necessariamente ficar-se-ia sabendo quais os promotores ou aliciadores da fuga dos mesmos” (SECÇÃO particular. Ao público. *O Abolicionista*. Teresina, 27 nov. 1884, ano 1, n. 6, p. 2-3).

As últimas alegações sobre o caso foram publicadas no periódico *O Abolicionista* que se defendeu das queixas do primeiro suplente do juiz municipal das Barras e apresentou as contestações de Sesostris José Correia e Claudino Gomes de Moraes. Nas alegações contra o juiz, afirmou-se que este reassumiu o exercício da vara municipal quando os processos se achavam em andamento e os escravos estavam depositados por despacho do seu antecessor. Os jornalistas acreditavam que o juiz não tinha competência para levantar o depósito, não tinha conhecimento do feito, o fizera de forma ilegal sem informar as partes dos respectivos termos, “observando depois e fazendo guardar no cumprimento de seu despacho as formalidades legais e substanciais”. O juiz despachou as petições do levantamento do depósito, em segredo de justiça, sem que o depositário tivesse ciência, “autorizou particularmente o senhor destes a conduzi-los para sua feitoria, levantando assim a própria parte, e não os empregados do foro, o depósito em que eles se achavam” (O 1º SUPLENTE do Juiz Municipal das Barras ao Público. *O Abolicionista*. Teresina, 6 dez. 1884, ano 1, n. 7, p. 1).

A forma como os cativos foram tratados após o depósito também foi motivo para reação do periódico *O Abolicionista*. Os escravos foram conduzidos de volta à feitoria Por Enquanto de “modo bárbaro e selvagem”, em especial a escrava Isidora que estava nos últimos meses de gestação. Houve ponderação quanto “a inconveniência que uma tal viagem podia trazer, visto se achar a aludida escrava no último período de sua gravidez, e que o abalo da jornada e o receio que naturalmente devia ela nutrir de ser castigada ao chegar ao termo desta, podiam trazer-lhe um grande choque moral, cuja consequência seria a expulsão do feto”. Os capitães Joaquim

Antonio Rodrigues e Domingos José Rodrigues, conduziram-na mesmo assim, no meio de uma carga e tangida por três capangas.

Mal havia caminhado 4 léguas manifestaram-se-lhe as dores que precedem ao parto.

A desgraçada suplicava compaixão, fazia compreender a sua dor, mostrando-se impossibilitada de continuar a derrota, porém os seus rogos, as suas aflições isso nada enterneciam a seus algozes e seus gemidos cheios de angústia e desespero, cortando os ares, perdiam-se nas solidões da sombria mata. Era forçoso marchar e esperar em Deus; entretanto que suas dores a miudavam-se; quando chegando perto do Matto Grande, feitoria da exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D. Ingez, deu a luz a uma inocente criança, seguindo com esta em uma rede até a casa que já se achava próxima onde foi caridosamente recolhida (O 1º SUPLENTE do Juiz Municipal das Barras ao Público. O Abolicionista. Teresina, 6 dez. 1884, ano 1, n. 7, p. 1).

O fato serviu de justificativa para os abolicionistas publicizarem os motivos pelo qual os escravos fugiam da posse do coronel Rodrigues e expor a opinião pública que o proprietário maltratava seus escravos, ato que não deveria ser permitido numa sociedade que buscava o progresso e que a violência era vista como barbárie.

Até às vésperas da Abolição houve fugas entre as Províncias do Piauí e do Ceará, conforme pesquisa nos jornais cearenses, em que foi publicada a notícia da evasão de sete escravos da feitoria de Luiz Gonçalves na vila de Barras para o Ceará. O juiz municipal Clarindo Lopes reuniu doze homens armados de facões e cassetetes para buscarem os cativos. Ao alcançarem os fugitivos, eles foram vítimas de um tiroteio, no qual seis escaparam e um “depois de lutar desesperadamente, foi por um homem da escolta, varado com um facão, que atravessou-lhe o ventre e o matou” (UM ATENTADO BÁRBARO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza, 16 fev. 1888, ano 8, n. 36, p. 1).

Em mais uma disputa ideológica entre os dois jornais, foi publicado em *A Época* um protesto atacando diretamente os abolicionistas, que promoviam com a vilania e sem reflexão a propaganda abolicionista do governo, além de “implantar no seio da escravatura a insubordinação e o incentivo para o assassinato”. Os autores do protesto disseram estar ameaçados em suas fortunas e suas vidas em razão do “estandarte da libertação dos cativos”, não eram opostos à ideia do governo de emancipação, até

porque se consideravam emancipadores, mas queriam “que a solução do problema se faça prudentemente, sem agitações sociais, sempre funestas e perigosas” (O ABOLICIONISMO do governo. *A Época*. Teresina, 11 out. 1884, ano 7, n. 325, p. 2). O protesto foi firmado por quarenta proprietários, lavradores e fazendeiros residentes em Paulista, comarca de Jai-cós. Não eram infensos à emancipação, mas como cidadãos contribuintes deste país libérrimo, julgavam-se no seu direito de propriedade outorgada pela Constituição do Império. Os cidadãos do Império perseguiram os abolicionistas, exigiam que a Câmara e a imprensa tomassem medidas para pôr fim às agitações e usavam sua influência política para remover funcionários públicos, como no caso destacado da vila de Barras.

O contraprotesto foi publicado pelo *O Abolicionista*, afirmando que os signatários da reivindicação contra o movimento estavam “redondamente enganados e são cruelmente injustos” tanto com os abolicionistas como com o gabinete liberal que tentava guiar o país para a solução pacífica da crise do escravismo e “extirpar do solo brasileiro a mácula sombria que constitui o seu supremo opróbrio”. Foram vários os protestos contra o projeto Dantas e o movimento emancipacionista. Os redatores do jornal afirmavam que o projeto “tem sido tão mal recebido justamente porque não é conhecido por aqueles que, como se honrados signatários do protesto, conhecem-no pelo que dizem dele certo espírito emperrados”, e que o movimento em Barras e Jai-cós levaram várias vantagens à região, “ao convergirem todos os espíritos para esse mesmo ponto, digno certamente da atenção de todos os que se interessam pela prosperidade nacional” (CONVÉM ACABAR com a escravidão. *O Abolicionista*. Teresina, 16 out. 1884, ano 1, n. 2, p. 2).

### **Considerações finais**

Durante os séculos a escravidão moderna foi praticada e legitimada com base no pensamento aristotélico que considerava natural a subjugação de senhores sobre escravos, na diferenciação da cor entre brancos e negros presente no discurso de Kant, Voltaire e Hume, e na tradição cristã do discurso da maldição de Caim, que forneceu os conceitos utilizados pela Igreja Católica na justificação do sistema escravista e que possivelmente foi interpretado de forma divergente, visto que a escravidão Bíblica pode ser

compreendida como servidão/subordinação, portanto, os escritos bíblicos não justificavam a escravidão (Alonso, 2015, p. 57). Os valores do direito natural, pregados a partir do século XVIII, abalaram essas justificativas em decorrência do combate aos antigos privilégios da ordem social europeia e reafirmação dos direitos à liberdade, igualdade e propriedade. Os novos valores ressoaram no século seguinte e deles remontam às origens teóricas do abolicionismo, que compreende a escravidão como criação dos homens e não divina (Costa, 1982, p. 18).

Mudanças significativas convergiram para o desenvolvimento do movimento abolicionista brasileiro. A primeira mudança está ligada ao cenário internacional com um ciclo de abolições que se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba. A segunda mudança está atrelada às transformações urbanas e os padrões de civilidade que redefiniu a escravidão de natural em abominável. E a terceira mudança foi a conjuntura política que oportunizou condições para o abolicionismo crescer e se expandir pelas províncias brasileiras (Alonso, 2015, p. 17-18).

A superação do escravismo foi associada à “imagem de progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, urbanização” (Chalhoub, 2012, p. 34). A ideia de civilização estava relacionada à perspectiva enganosa de viés ideológico do trabalho livre ligado a assalariamento, à superação da escravidão, ao progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade dos trabalhadores e conquista de direitos (Chalhoub, 2012, p. 47).

A emergência de novas sensibilidades e o antiescravismo, baseado nos valores do Iluminismo, progresso e romantismo, estão permeados nos periódicos piauienses. Em escala global, os valores iluministas vão ser inspiração para o ativismo político abolicionista. O Iluminismo defendia a liberdade como direito natural do homem, dessa forma, a liberdade era princípio universal e um homem não poderia sujeitar outro por meio da escravidão.

Observamos que a imprensa foi importante tanto no processo de luta contra a escravidão como na sua manutenção. O jornal é um documento que proporciona ao pesquisador a medida mais aproximada do panorama, consciência e problemas que os sujeitos têm de uma época. Mesmo que estas notícias sejam apenas informativas, elas não estão livres de de-

monstrações críticas, opinativas e omissões deliberadas (Camargo, 1971, p. 225). A visão parcial e subjetiva da realidade não significa que ela seja falsa, visto que o pesquisador deve perceber que a concepção de documento se modificou e um documento/notícia/fato visto como “falso” também é relevante do ponto de vista histórico, cabendo averiguar por que e como foi produzido (Capelato, 1988, p. 23).

O interessante dessa perspectiva são as contradições inerentes ao momento histórico estudado, pois muitos jornais apresentam, numa mesma edição, a defesa dos direitos à liberdade e a publicação de anúncios de fuga e venda de escravos. Ao trabalhar com jornais, percebemos que não é possível um enquadramento e uma abordagem uníssona (Lapuenta, 2016, p. 17), pois são fontes de sua própria história, meio de expressão de ideias, cotidiano de uma determinada sociedade e suas práticas políticas, econômicas e culturais (Capelato, 1988, p. 21).

## Referências

### Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de escritura de compra e venda. n. 12. Cartório de 1º ofício de notas. 1869-1870. Teresina.

O 1º SUPLENTE do Juiz Municipal das Barras ao Público. **O Abolicionista**. Teresina, 6 dez. 1884, ano 1, n. 7, p. 1.

SECÇÃO particular. O 1º Suplente do Juiz Municipal das Barras ao público. **A Época**. Teresina, 15 nov. 1884, ano 7, n. 329, p. 3.

MOVIMENTO abolicionista. **O Semanário**. Teresina, 21 jun. 1884, ano 9, n. 340, p. 3.

SECÇÃO particular. **A Época**. Teresina, 20 set. 1884, ano 7, n. 322, p. 2.

SECÇÃO particular. **O Abolicionista**. Teresina, 1º out. 1884, ano 1, n. 1, p. 3.

O ABOLICIONISMO do governo. **A Época**. Teresina, 11 out. 1884, ano 7, n. 325, p. 2.

SEÇÃO PARTICULAR. **O Abolicionista**. Teresina, 5 nov. 1884, ano 1, n. 4, p.4

UM ATENTADO BÁRBARO. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, 16 fev. 1888, ano 8, n. 36, p. 1.

CONVÉM ACABAR com a escravidão. **O Abolicionista**. Teresina, 16 out. 1884, ano 1, n. 2, p. 2.

SECÇÃO particular. Ao público. **O Abolicionista**. Teresina, 27 nov. 1884, ano 1, n. 6, p. 2-3.

## **Bibliografia**

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo. **Anais...** 1971,

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A representação escrava em O Jornal do Pilar: a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 50-70, maio/ago. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: **A construção nacional**: 1830-1889. 1Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global: 1982.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa com fonte apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista Bilros**, v. 4, n. 6, p.11-29, jan.-jun. 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que chamam micro. In: Cesar Augusto Barcellos *et al.* (Orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 209-234.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa Piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REGULAMENTO n.º 120, DE 31 DE JANEIRO DE 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei n.º 261 de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/regulamentos/r120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm). Acesso: 12/04/2021.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem**: o jornal do Commercio e as batalhas da abolição. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.

# O “ESGARÇAR DA CHAPADA DO CORISCO”: O ALARGAMENTO URBANO PARA ALÉM DAS MARGENS DO RIO POTI

*Cristina Cunha de Araújo*<sup>1</sup>

## **Introdução**

Refletindo sobre o procedimento de melhoramento urbano ocorrido em cidades no século XIX e primeira metade do século XX, observamos que esse fenômeno foi relativamente comum na Europa Ocidental por razões ainda ligadas aos efeitos desencadeados pela primeira fase da Revolução Industrial. Logo, não soaria estranho dizer que urbes como: Paris, São Petersburgo, Londres fizeram parte desse regime, tal fenômeno pode ser compreendido enquanto de modernização, no sentido de implementação dos hábitos e valores ditos modernos (Benjamin, 1989), que aos poucos foram levados para fora das “diferentes europas”.

Quando da época da fundação de Teresina, em 1852, ainda que a proposta trouxesse no seu bojo fatores de cunho econômico (Chaves 1998)<sup>2</sup>, o desenho urbanístico desta trazia nos seus primórdios elementos

---

1. Doutoranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). BOLSISTA-PDPG Estratégico de Consolidação de Doutorado da CAPES.

2. Conforme Monsenhor Chaves (1998), a Vila Nova do Poti foi escolhida para ser a nova sede do governo na Província do Piauí por estar bem situada e ser mais salubre, conforme indicado na planta que foi mandada levantar. Além disso, ela fica em uma posição que permite deslocar todo o comércio de Caxias com o Piauí, alcançando assim a maior vantagem da mudança. Por estar mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento

ditos modernos que se estendiam desde sua planta no formato de Xadrez – semelhante a de outras cidades europeias – a própria justificativa do Conselheiro, Antônio Saraiva, no tocante a afirmativa de salubridade, ideia há muito propagada entre os adeptos da modernidade. Logo que a transferência da sede administrativa da Província do Piauí foi concretizada, lembramos que Oeiras até 1852 ocupou lugar de capital, os gestores da nova capital empenharam-se em dotá-la das condições mínimas de cidade para receber os órgãos de gestão da Província, já nos primeiros tempos a ideia era romper com as características das cidades coloniais e acrescentar os elementos ditos modernos que pontuamos no início destas linhas.

Desse modo, nossa proposta de texto está pautada nas seguintes questões: quais foram as ações ou medidas executadas pelos gestores da nova sede administrativa da Província do Piauí que possibilitaram o desenvolvimento urbano da mesma nas primeiras décadas de sua existência? Em que medida tais ações foram rompendo-se ao longo do tempo e contribuíram para o alargamento da Zona Urbana definida pelo “Plano Saraiva”, contribuindo assim para o surgimento de “novos sujeitos citadinos”.

## **Das primeiras edificações**

Neste primeiro momento nos permitiremos à análise da primeira questão que recorta nosso texto, que é: quais foram as ações ou medidas executadas pelos gestores da nova sede administrativa da província que possibilitaram o desenvolvimento urbano da mesma nas primeiras décadas de sua existência? A capitania do Piauí, durante muito tempo, teve Oeiras como sede administrativa, a mesma fica situada no Sul do estado e distante do litoral e do maior rio navegável do estado, o Parnaíba. Discorrendo sobre os primeiros tempos de Teresina, Monsenhor Chaves:

Realiza-se a eleição para a Assembleia Provincial a 15/01/1852. Seu resultado é conhecido em 15 de março. Venceu Saraiva: a maioria dos deputados é partidária da mudança. Instalam-se os trabalhos da Assembleia a primeiro de julho e no dia 20 vai aprovada a Lei da mudança conforme o desejo do presidente. Por essa Lei a Vila Nova do Poti ficava, desde já, elevada à categoria de cidade com a denominação de Teresina, e para

---

da navegação e desfrutar do grande benefício de facilitar suas relações políticas e comerciais com a corte e todos os centros civilizados do Império .

essa a cidade seria transferida a sede do governo da província com todas as repartições públicas e a reunião da Assembleia Legislativa (Chaves, 1998. p. 26).

Findado o processo de transferência, era chegado o momento de gestar a cidade, que agora emergia do desejo de Saraiva e, segundo alguns, das necessidades econômico-estratégicas do lugar. Destarte, para o nome da nova cidade – Teresina – o mesmo faz alusão ao nome da Imperatriz do Brasil na época, Teresa Cristina, sendo importante salientarmos que vivíamos o Período Imperial. A historiografia registra que houve forte resistência de parte de gestores e moradores da antiga capital, Oeiras, a ideia de remoção da sede administrativa da província, destarte o desejo de ambos os opositores do processo, a transferência foi concluída. Nesse ínterim era preciso iniciar as primeiras medidas destinadas à construção dos primeiros prédios públicos na cidade, o local que abrigaria a nova sede da província conforme Iracilde Maria de Moura Fé Lima (2002) surge com delimitações bem estabelecidas:

A área delimitada para abrigar o sítio urbano de Teresina pertencia à sesmaria denominada data Covas, e o seu traçado inicial foi definido pela miniatura do plano da cidade, contando com 100 quarteirões para abrigar as igrejas os prédios públicos, comerciais, residenciais e, ainda, algumas praças. Fora desse limite urbano inicial de Teresina, foram reservadas as áreas para outros logradouros, como o cemitério, a cadeia e um poço (Lima, 2002. p. 183).

Pelo exposto fica claro que a nova capital emergiu com objetivos bem estabelecidos e com funções administrativas bem fincadas, ao menos no “papel” como apontado pela autora acima. Teresina, agora capital do Piauí, emergia de um projeto ou daquilo que comumente dizemos: foi projetada, já nasceu com um ideário moderno, ao menos no projeto (planta) que trazia no seu bojo o formato de xadrez. Aqui vale refletirmos que o elemento urbano seria uma característica marcante da nova cidade. E o que é o urbano? O urbano é uma característica da cidade, pois esta é marcada pelas relações sociais, trocas comerciais e hábitos ditos urbanos.

No entanto, as primeiras décadas de existência de Teresina foram sinalizadas por elementos que, em parte, destoavam do desejo primeiro de seus idealizadores: uma cidade moderna. Já nos primeiros tempos, duas

obras marcaram a paisagem urbana da capital: a construção da Igreja Matriz da agora padroeira dos teresinenses – Nossa Senhora do Amparo – e da Santa Casa. Em relação à primeira é válido lembrar que o edifício foi construído em diferentes momentos, haja vista segundo os idealizadores: faltava verba, material adequado e até mesmo pessoal. Sobre a Santa Casa a situação não era diferente, segundo Clodoaldo Freitas (1988), ainda em 1861 o então Presidente Dr. Manoel Antônio de Azevêdo, dizia que o edifício estava estabelecido em péssima edificação e necessitava de reparos e de utensílios de primeira necessidade para os enfermos. Percebe-se pelo exposto que as construções dos prédios públicos se estendiam por um longo período e que estes quando inaugurados já precisavam de reparos, situação comum na época não somente no Piauí, mas no Império do Brasil, como um todo.

Para além das construções citadas, outras também fizeram parte da época como: o prédio do mercado público, em que as obras tiveram início em outubro de 1854, na administração do Coronel Balduino José Coelho e sob a direção do mestre de obras, João Isidoro França; outro empreendimento de relevância da época foi o Cemitério Público de Teresina, a obra foi iniciada ainda na época da mudança da capital, em 1852. Ambas foram marcadas pela falta de recursos e atrasos na sua conclusão. Outra construção da época em questão foram os prédios da cadeia, a Igreja de Nossa Senhora das Dores e a Biblioteca Pública. Além do investimento na construção de prédios, o governo também produziu ações voltadas para a educação, tais como: a criação de uma escola noturna – destinada ao ensino de adultos pobres – o Colégio de Humanidades, criado em 1862, segundo Clodoaldo Freitas (1988) foi fundado pelo malgrado engenheiro piauiense, Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho, no entanto, teve curta duração.

Citados e dispostos dessa maneira, somos levados a concluir que os primeiros tempos da nova capital foram de muita efervescência urbanística, deveras muitas das principais feitura citadas anteriormente foram concluídas muito depois do início de sua construção, ou simplesmente não foram concluídas, mas tiveram aquelas que alcançaram êxito na sua edificação, a exemplo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, situada no marco zero da cidade. Aqui é salutar frisar que entre os empreendimentos citados anteriormente, ambos ficam nas proximidades da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, nesse sentido fica perceptível a

posição estratégica de cada prédio no seu entorno, na frente da igreja foi construída a Praça da Constituição, a atual Deodoro da Fonseca, que ao longo dos tempos passou por diversas reformas e mudança de nome. Assim, as delimitações fronteiriças de Teresina, que por muito tempo ficou conhecida como uma cidade delimitada pelas zonas Norte e Sul, eram postas conforme Lima da seguinte maneira:

Confrontando esse plano de construção inicial com a planta atual da cidade, observa-se que esse espaço estava empreendido entre os seguintes limites: Ao Norte – Rua da Estrela (atual desembargador Freitas); ao Sul a Rua Santo Antônio, terminando no Largo das Dores (hoje Olavo Bilac e Praça Saraiva, respectivamente); ao Leste atual rua 24 de janeiro, passando na base do alto da jurubeba (onde ficava o antigo cemitério e hoje se encontra a Igreja de São Benedito). No sentido centro-oeste, a área urbanizada naquela época chegava somente até a atual Rua João Cabral, limitando-se quais cerca de vários pequenos sítios que existiam daí até o Rio Parnaíba. Constituíam-se também uma área suburbana o espaço entre o alto da jurubeba até o Rio Poti, no sentido leste e enquanto os núcleos de população que se localizavam no extremo-Norte (norte antiga Vila do Poti) na Catarina (atual Piçarra e adjacências) e Angelim/Areias (hoje vermelha e bairros circunvizinhos) eram interligadas à área urbana central por estradas carroçáveis (Lima, 2002, p. 183-184).

No exposto acima, Lima nos mostra os contornos físicos que delimitavam Teresina, as edificações destacadas anteriormente situavam-se dentro deste marco físico. Voltando à questão que recorta este tópico: quais foram as ações ou medidas executadas pelos gestores da nova sede administrativa da Província do Piauí que possibilitaram o desenvolvimento urbano da mesma nas primeiras décadas de sua existência? Podemos observar que a construção dos prédios, que naqueles primeiros tempos marcaram a cidade como “mero” centro administrativo local, também foram responsáveis pela vinda ou procura de pessoas para residirem na cidade, visto que a mesma era o centro administrativo da província. É possível que, ao longo dos anos, muitos dos prédios dos órgãos da administração tenham sido construídos. Podemos afirmar que a ação dos poderes públicos foi crucial para o “progresso urbano” da cidade, embora muitas vezes tenha contado com a ajuda de particulares. Como exemplo temos o terreno onde foi construído o mercado velho, este “cedido pela

Câmara Municipal ao Cel. Jacob Manoel de Almendra, perto da margem do Parnaíba” (Chaves, 1998, p. 29).

Para falar sobre a interrupção das fronteiras postas nos primeiros tempos da capital é pertinente lembrar que, ainda no ano de 1867, o presidente da Província, Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, por meio do artigo 2 da resolução de 25 de outubro de 1831, aprovou provisoriamente as posturas da Câmara Municipal de Teresina (Chaves, 1998). Data da década de 1860 do século XIX o primeiro Código de Postura de Teresina.<sup>3</sup> Por meio da deliberação do código, uma preocupação dos legisladores da cidade; o código procurava estabelecer limites, regras sobre: compra de terreno, construção de casas e manutenção de casas, largura de rua, bem como a limpeza das mesmas, dentre outras coisas. Percebe-se aqui que essa era uma preocupação dos gestores em administrar e gestar sobre a vida urbana e em Teresina não foi diferente, porém o crescimento da mesma deu-se de forma lenta, a atração que exercia sobre as demais povoações do estado não foi o suficiente para povoá-la de imediato. Segundo o historiador, Francisco Alcides do Nascimento (2002), na década de 1940, Teresina possuía 67.641 habitantes. Pode ser considerado relativo, mas nessa época ainda apresentava muitas características de cidade do interior. Ademais, pode-se dizer que com o passar dos anos e com a chegada de pessoas que vinham para a capital para assumir cargos administrativos e posterior busca por moradias possibilitou o crescimento da cidade, e aos poucos outros vieram para a cidade com o intuito de residir, mesmo não ocupando cargo administrativo. As moradias eram erguidas nas proximidades dos principais prédios administrativos, algo peculiar no século XIX dado à “vida pacata”, o rompimento dos limites fronteiriços estabelecidos da época da fundação da capital deu-se conforme a chegada de novos residentes. Quando destacamos que as fronteiras físicas da cidade começam a ser burladas, fica evidente que os agentes sociais – aqui indivíduos – foram responsáveis por esse processo, salientando o contraste entre estes agentes sociais, no primeiro caso os planejadores da cidade, e daqueles que fazem a cidade por meio de suas práticas cotidianas. Voltando à questão levantada no início do tópico, fica perceptível que as primeiras construções físicas re-

3. Conforme Chaves (1998, p. 37), as posturas são uma espécie de retrato de uma cidade, ao mesmo tempo que revelam o esforço dos legisladores para soerguê-la a um plano mais civilizado, mais consentâneo com a dignidade humana. Denunciando-lhe as fraquezas, as lacunas, apontam-lhe um rumo melhor, mas alevantado.

alizadas na cidade ao seu modo contribuíram para o posterior crescimento urbana da cidade visto que estas foram responsáveis por dotar a cidade de características ditas urbanas, fato este que, por sua vez, também atraiu pessoas para residirem nesta.

### **Da ruptura das limitações físicas**

Destacados elementos da fundação da cidade, delimitações físicas e algumas construções, agora nos reportaremos ao seguinte ponto: em que medida tais ações foram rompendo-se ao longo do tempo e contribuíram para o alargamento da Zona Urbana definida pelo “Plano Saraiva”? Citamos anteriormente, por meio de Lima (2002) as demarcações habitáveis de Teresina e na mesma fica evidente que a cidade era e por muito tempo ficou conhecida por estar entre “Zonas Norte e Sul” como se ela tivesse dificuldade de extrapolar tais fronteiras. A questão que norteia nosso tópico dista sobre isso e podemos então começar nos indagando sobre que elemento particular contribuiu para tal rompimento destas fronteiras? Raquel Rolnik (1995) discorrendo sobre como as cidades se formam, elenca uma série de elementos e, dentre eles: elemento de atração, a urbe tem poder de atração entre as pessoas, em conformidade com essa afirmativa podemos dizer que a capital piauiense aos poucos começou a exercer atração entre as pessoas. De que forma? O que ela oferecia na época? Bem, o fato de ser a sede administrativa já era fator mais que relevante, embora não dispusesse de atrativos produtivos, mas era a sede do governo estadual e daqui emanava as decisões, mesmo que não as tomasse por completo, mas da cidade emanava a palavra final, visto que a sede do governo residia aqui.

Com o passar dos anos, a cidade crescia de forma lenta, mas a partir dos anos 1930, do século XX, sobretudo após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, outras medidas voltadas para o maior desenvolvimento econômico do país foram colocadas em prática, especialmente o investimento na industrialização de base. Desse modo, é possível relacionarmos os reflexos das medidas adotadas pelo Governo Federal no Piauí, isso ficou perceptível com a indicação do ex-interventor estadual, Landri Sales (1930-1935) que fora indicado por Vargas para administrar o Estado, no seu governo são percebidas medidas que ao seu modo foram responsáveis pelo melhoramento urbanístico da capital.

Na Administração de Landri Sales, seu diretor de obras públicas, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, elaborou um projeto de grupo escolar e um plano para construir prédios destinados a sediar escolas públicas, as despesas com a construção eram divididas entre o governo estadual e o município (Nascimento, 2002, p. 61). Ao deixar o governo em 1935, Sales não havia construído prédios em todos os municípios do Estado, mas conseguiu inaugurar grupos escolares a exemplo do Grupo Escolar Domingo Jorge Velho situado na Avenida Miguel Rosa; o mesmo foi inaugurado em 1933 na ocasião da visita do então presidente da República a Teresina em 1933 e havia, ainda, mais 25 escolas em construção no Estado (Nascimento, 2002). Além das ações de Sales, Leônidas de Castro Melo, interventor do estado do Piauí durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), atrelado aos objetivos do governo federal, colocou em prática movimentações que se estenderam: melhoramento de abastecimento de água, construção e pavimentação de estradas, aumento das forças policiais, construção de prédios públicos, substituição de casas de palha por casas com telhado de telha de cerâmica, de forma autoritária seu projeto foi posto em prática (Nascimento, 2002).

Os projetos de Leônidas Melo foram postos de forma autoritária, excluindo a população menos abastada afetada pelas implementações físicas na cidade, uma vez que as decisões eram tomadas por um pequeno grupo de gestores que cada um a seu modo compactuavam com as decisões do interventor. Destarte, a cidade no final dos anos 1940 experienciou um demasiado crescimento, tendo alargado suas zonas fronteiriças, aquelas estabelecidas pelo plano Saraiva, no tópico a seguir falaremos sobre tais mudanças.

As franjas urbanas da capital piauiense expandem-se sobremaneira a partir da década de 1950, do século XX, tal fato está ligado às transformações ocorridas a nível nacional e reflete em diferentes momentos e lugares no Brasil. As medidas adotadas pelos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) na economia nacional foram cruciais para o desenvolvimento do setor de serviço no Brasil. Kubitschek investiu no setor de automóveis, eletrodomésticos, mecanização da agricultura e isso impactou sobremaneira o acesso destes produtos a parte da sociedade brasileira, no entanto, provocou desemprego na Zona Rural, o que contribuiu sobremaneira para uma considerada migração de trabalhadores rurais para cidades de médio e grande porte no país. Nesse

período os investimentos em infraestrutura foram decisivos, em ferrovias e produção de energia elétrica (Casalecchi, 2002).

Por outro lado, no Piauí essas medidas ficavam mais visíveis na capital, nas novas obras de cunho urbano, contribuindo para o alargamento das fronteiras da cidade, assim fica evidente a ação do Estado enquanto agente social responsável pela modificação do espaço urbano. A cidade que surgirá num pedaço de terra situado entre dois rios – como já citado – agora começava a edificar formas de acesso físico a áreas além das margens dos rios, aqui o Poti. Ainda na década de 1950, tivemos a construção do primeiro vão de concreto armado da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, essa ponte foi importante particularmente para facilitar o acesso ao lado da Zona do Jockey Club,<sup>4</sup> que até a inauguração da ponte era feito por meio de embarcações denominadas de “pontão”, na época das cheias e na época de estiagem a travessia era feita a pé em locais onde as “coroas de areia” de areia se formavam ou onde o leito da água era consideravelmente baixo. Sobre o crescimento da cidade para o lado leste, Antônia Jesuíta Lima destaca:

A região leste também se firmou como polo de expansão pela transposição do Rio Poti e ampliação da malha urbana com a construção da avenida João XXIII. Os primeiros bairros a se formarem ali foram Fátima, Jockey Clube e São Cristóvão, situados ao longo da BR 343, que garantiu a ligação Teresina-Fortaleza e completou um sistema rodoviário regional (Lima, 2010, p. 34).

Pelo exposto acima, por Lima (2010) a região Leste aos poucos foi tornando-se um lugar de expansão, haja vista que havia na região sítios e moradias de finais de semana de pessoas que residiam no centro da cidade ou na Avenida Frei Serafim. A Zona do Jockey Club era habitada por pessoas que trabalhavam nos sítios ou nas residências de veraneio. A construção da ponte, como adianta Lima, foi de suma relevância para posterioridade, visto que essa possibilitou a construção da Avenida João XXIII, via que dá acesso a BR-343 que liga Teresina ao sul do estado e, conseqüentemente, facilitou o povoamento da região. A região também servia de ponto de moradia para migrantes que vinham para Teresina, sobretudo do sul do estado. A presen-

---

4. Até meados da década de 1960, o lado leste da cidade era denominado de “Zona do Jockey Club”, em alusão a uma pista de corrida de cavalo que existe na região.

ça da Igreja Católica na região já era um fato, existia na região do atual bairro de Fátima uma capela de palha que servia de templo para as celebrações na região e como dito por Lima o bairro de Fátima, São Cristóvão e Jockey Club foram os primeiros bairros a se formarem na localidade. Pelo exposto fica evidente que o Estado, por meio da construção da ponte, foi facilitador de acesso e povoamento da Região Leste e sobre isso nos indagamos: por que para a Zona do Jockey Club e não para a Zona Norte? O que a Zona do Jockey oferecia naquele momento?

Para além da margem direita do Rio Poti, a cidade expandia suas fronteiras na direção Sul o processo ocorre bem antes, pois nas proximidades da estrada que deu origem a Avenida Frei Serafim existia o bairro Piçarra que desde os primórdios concentrava a atividade do comércio e servia de ligação entre a margem direita e esquerda do Rio Poti, habitado sobretudo por migrantes que vinham em busca de vida melhor em Teresina, pois ali, ainda na década de 1930, foi construída uma ponte de madeira que servia de travessia e de estrada para pessoas que se locomoviam para a Zona do Jockey. Da movimentação no bairro Piçarra na região é aberta uma estrada de chão batido – denominada Avenida Circular, embrião da atual Avenida Miguel Rosa – (Jesus; Sousa Neto, 2022). Dali existia muita movimentação haja vista que o mesmo ficava próximo da antiga ponte de madeira que existia servindo de travessia do rio Poti, ligando-o a estrada que dava acesso ao norte do estado, assim podemos dizer que os migrantes que residiam no bairro Piçarra posavam logo que fazia a travessia do rio e fixavam-se ali. Se comparada a área onde a cidade surgira, era considerada periférica. Na continuidade de expansão na direção Sul, segundo Antônia Jesuíta Lima:

Com a construção na BR-316 foi aberto no prolongamento da avenida Miguel rosa, o acesso a Pernambuco, Bahia e o resto do país, passando a zona sul a se constituir um ponto de convergência entre essa rodovia e a PI-130 (estadual) além de eixo de entrada de população migrantes. Com a edificação, vou no começo da década de 70, da ponte Rodoviária entre Teresina e Timon-MA, e o prolongamento da BR-316, ligou-se à capital São Luís, e conseqüentemente, à Belém do Pará. O quadro urbano também se redefiniu, na zona sul, pela expansão e instalação de atividades de comércio e serviços, confirmando, em décadas posteriores a Avenida Barão de Gurgueia como seu maior centro (Lima, 2010, p. 34).

A despeito do exposto acima, podemos nos indagar sobre aquilo que ficou exposto por consequência direta da construção das obras citadas por Lima: os vazios urbanos. Pois junto consigo, as edificações deixavam e abriam possibilidades de moradias nos seus entornos, alguns destes no decorrer do tempo serviram de refúgio e morada para muitas pessoas que procuravam moradias, muitas vindas de outras cidades. Posto isso, ao tempo que os agentes reguladores do espaço, neste caso o Estado, por via de suas ações disciplinadoras, cria meios para as ações de agentes que ficam à margem da sociedade.

### **Considerações finais**

Assim sendo, Teresina surgiu de um projeto estratégico de transferência administrativa, dos seus objetivos urbanos, ditos modernos, surgiram as primeiras edificações físicas de objetivos estratégicos que foram responsáveis pelo crescimento da mesma. Do desejo de dotar a nova capital de uma arquitetura moderna, de condições para receber o corpo administrativo, estas mesmas edificações, ao seu modo e tempo, foram cruciais para o posterior crescimento da cidade e rompimento do plano urbano estabelecido na época de fundação da cidade. As administrações locais, em especial aquelas localizadas na primeira metade do século XX foram cruciais para este processo de crescimento urbano, no que se refere às administrações federais tiveram reflexos consideráveis, sobretudo aqueles referentes a abertura de rodovias e ferrovias, isso porque interligava o país e modificaram a vida na Zona Rural, permitindo assim o deslocamento de pessoas vindas da Zona Rural para a Zona Urbana, marcando assim novos conflitos de organização socioespacial em Teresina.

### **Referências**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DOBAL, H. **Obra Completa II**. Prosa. 2. ed. Teresina: Plug, 2007.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

JESUS, Ismael Sousa de; NETO, Marcelo de Sousa. A cidade (in) desejada: história e memória de migrantes na ocupação do bairro Piçarra (Teresina, 1945-1970). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 40, Jul-Dez, 2022.

LE, Corbusier. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

# ENTENDIMENTOS E ENGENDRAMENTOS ECONÔMICO-SOCIAIS: TRATATIVAS DOS RUMOS DO PIAUÍ A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

*José Lins Duarte<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Na transição da primeira para a segunda metade do oitocentos, o Piauí apresentava-se na incômoda condição de modesta prosperidade, considerando amplos aspectos que envolviam a dinâmica do desenvolvimento econômico, reflexo do seu parco desempenho nas arrecadações. Esse foi um elemento essencial exercido no período, respaldado através de direcionamentos adotados pelo governo imperial em algumas províncias.

Outra circunstância que aparecia como um evidente obstáculo, nessa fase, estava na localização e na apresentação da sua sede administrativa, avaliada por parcela da sua população e de alguns visitantes como um lugar inapto de projetar a província ao desenvolvimento, devido principalmente a sua disposição geográfica, considerada inadequada para atender as exigências em curso, destacando as dificuldades de acesso, devido a qualidade dos meios de transportes utilizados. Ainda, acrescentada pela ausência de estrutura organizacional condizente com a posição que lhe era conferida, também não possuindo uma estética urbana a altura de uma capital (Gardner, 1942, p. 210).

Cientes desse contexto, os grupos responsáveis pelas decisões da província, logo direcionaram suas atenções para a tomada de medidas,

1. Doutor em História pela UFPI. Professor de História da UFPI - CCH/CSHNB.

consideradas mais importantes em busca da prosperidade. Assim sendo, representantes do governo e da elite local, buscaram formas de suplantar essa situação. Para tanto, entendiam como urgente introduzir ações que pudessem atingir objetivos convincentes, a fim de passar credibilidade e incentivar outros a participarem, pois dentre as deliberações a serem implementadas, tidas como essenciais, haveriam casos que certamente implicariam em desaprovações, uma vez que poderiam afetar interesses instituídos dentro da estrutura estabelecida, a qual demonstrava resistência a certas mudanças, principalmente as que esboçavam alterações nos mecanismos políticos e econômicos vigentes.

Esse era um posicionamento percebido como coerente, em decorrência da compreensão dos demonstrativos certificados nesse período, em que a base da arrecadação piauiense continuava embasada na pecuária, atividade desenvolvida em praticamente toda província, mas com modesta concentração na região centro-sudeste (Queiroz, 2011, p. 19-20).

Decorrente dessas demandas, foi criada em 1817 uma alfândega em Parnaíba, que proporcionou uma maior dinâmica comercial na época, pois “exportavam carne salgada, couro, peles, chifre, algodão, fumo, açúcar e arroz. Sendo o Piauí um dos principais produtores de charque, juntamente com o Ceará e Rio Grande do Norte” (Knox, 1986, p. 19).

Outrossim, havia a percepção de que essas atividades poderiam ser incrementadas através de melhores condições estruturais. Assim sendo, identifica-se que a falta de boas vias de circulação dificultava as relações comerciais da província, pois “essa situação tornou-se séria para os produtores, que, por não terem outra opção para transportar as mercadorias, avaliavam que essa forma de transporte em lombos de animais onerava as despesas e encarecia os produtos”. Entre esses artigos destacava-se o sal, o qual era um item raro e vendido por um alto preço na região (Monteiro, 2016, p. 80).

Envolvendo as atividades agrícolas, se tratava até então, de um setor destinado praticamente à subsistência, apesar disso, mesmo indicando condições de pequena projeção, apresentava possibilidades de crescimento, tendo em vista a existência de áreas cultiváveis e as pretensas medidas delineadas para impulsionar o seu desempenho (Santana, 2001, p. 81). Embora o principal interesse fosse atuar no mercado exportador, esperava-se que também atendesse o âmbito local, tendo em vista que algumas

vezes, o Piauí, teve que importar cereais do Maranhão e Ceará (Nunes, 1975, p. 165).

O engenheiro Gustavo Dodt, reitera essa condição ao afirmar que

A província tem terras suficientes de boa e até da melhor qualidade possível para poder sustentar um número de habitantes muito mais crescido do que existe, mas as plantações são tão limitadas que se importam da Província do Maranhão muitos mantimentos, e raro é o ano em que não aparece em um ou outro ponto da província carência de víveres e mesmo fome (Dodt, 2008, p. 52).

Embora a pecuária sendo a principal atividade econômica desenvolvida no Piauí do século XIX, não podemos deixar de observar que na província praticava-se a agricultura, porém apenas como meio de subsistência, com ressalva para uma pequena produção de algodão, destinada à exportação. Sobre esse tema, Miridan Brito Knox ressalta que:

[...] a agricultura se desenvolvia de maneira ineficaz em lugares isolados, nos chamados “baixões”, onde o gado não encontrava habitat adequado. Caracterizava-se uma agricultura de subsistência com base no arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar e algodão” (Knox, 1986, p. 28).

Portanto, esse tipo de serviço atuava apenas como uma ocupação complementar, tendo em vista que a dispersão populacional também impossibilitou o desenvolvimento dessa atividade. Diante disso, vemos que a economia piauiense no oitocentos, permanecia apresentando marcas coloniais.

Diante desse cenário, buscou-se alterar essa situação, utilizando como direcionamento para o desenvolvimento, a implementação de elementos considerados essenciais, associados a ideia de progresso. Destacando como componente mais importante a questão dos meios de transportes, voltado para o escoamento da produção local e incentivo a exploração de atividades agrícolas nas proximidades da hidrovía.

## **No curso do desenvolvimento**

Tomando como referência interesses de ordem econômica, constata-se que se alargavam os debates e as possibilidades de melhoramentos na província. Contando com o apoio de negociantes locais e estrangeiros,

ampliavam-se as possibilidades de desfecho positivo, além de setores da sociedade vislumbrar nas novidades a realização e participação da “civildade”, capaz de gerar conforto, satisfação e desenvolvimento (Le Goff, 1990, p. 258).

A respeito da composição política e econômica nesse processo, Gerçinair Gandara (2010, p. 123) compreende que “[...] a modernidade era entendida pelos grupos de poder como sinônimo de progresso em suas relações com o poder”. Esse posicionamento, demonstrava um dos principais objetivos dos interessados, que era de reverter a marca do Piauí como lugar decadente e carente. Portanto, concordava-se em aceitar, como elemento essencial, a participação do sistema capitalista, atuando em questões estruturais no âmbito urbano, industrial e nos transportes.

A intenção de estabelecer benfeitorias, se deparava com as condições insatisfatórias em que a província se encontrava, apresentando apoucada arrecadação e limitado potencial de crescimento. Essa situação, decorria em parte, pela sua dependência comercial, cujos produtos de exportação e importação, eram na maioria escoadas pelo porto maranhense, assim fugindo ao controle do fisco local, além de consumir mercadorias com preços mais elevados (Relatório do Presidente da Província, 03/07/1851, p. 35-36). Acentuando os problemas, não havia incentivo suficiente para atrair investimentos e estimular o assentamento populacional voltado a exploração agrônômica.

Vamos encontrar na análise de Júnia Motta A. N. Rego (2013, p. 48), como se apresentava o Piauí e a necessidade de criar estratégias para superar impasses políticos e sociais, que o colocava em uma situação de estagnação. Nesse sentido, reforça essa compreensão ao expor que “A modernização da província só seria possível, pois, ao ser dinamizada a produção, a comunicação e o acesso entre os setores produtivos e os comerciais de curta e longa distância” (Rego, 2013, p. 49).

Essas apreciações, constatavam que nesse ínterim, a administração piauiense estava ciente das diversas carências e se empenhava em elaborar medidas capazes de supri-las. Dentre os motivos, constava a dificuldade de conseguir mão de obra em quase toda a sua extensão, assim travando o avanço da atividade agrícola de subsistência e comercial. Além dessa situação, o seu principal item de exportação, o gado bovino, enfrentava a concorrência de províncias vizinhas e do sul brasileiro, merecendo maior

atenção inclusive, a promoção de conhecimentos no charqueado (Nunes, 1975, p. 182). Somava-se a esses fatores a evidente deficiência nas comunicações, sendo um elemento fundamental na sustentação da movimentação dos principais bens produzidos, traduzindo-se em outra peça de essencial importância, cabendo urgência na resolução dessa pendência.

Apesar de circunstâncias adversas, havia relativo fluxo nos negócios, sendo possível notar durante a segunda metade do século XIX, certa participação em atividades ligadas ao mercado internacional, através da exportação da carne bovina diretamente para portos europeus e Guiana Francesa. A essa mercadoria, somavam-se outras menos importantes, as quais totalizaram 38:000\$000 de exportação entre 1854-1855 (Elementos de estatística, 1865, tomo II, p. 9).

Diante da possibilidade de crescimento, argumentava-se que no início do terceiro quartel do oitocentos, era incontestemente o reconhecimento da importância de melhorar os meios de transportes utilizados para o carregamento desses produtos até o porto de Parnaíba. Isso, com a finalidade de reduzir os custos e cumprir as metas de entrega em tempo hábil, tendo em vista que a condução das mercadorias era feita através de cavalgadas e embarcações rudimentares (Nunes, 1975, p. 25).

Considerando que a principal concorrente aumentou a vantagem, pois, observando as intenções do Piauí nesse período, as atenções momentaneamente se voltaram para a vizinha província do Maranhão, cujas iniciais embarcações a vapor chegaram em 1858, para explorarem o rio Itapecuru (Pachêco Filho, 2011, p. 115). Esse acontecimento causou bastante entusiasmo local, mas elevou a preocupação piauiense, pois esse avanço tecnológico robustecia a superioridade comercial maranhense.

Essa condição suscitou rapidez no intuito de se inserir nesse tipo de progresso, o que ocorreu logo no ano seguinte com a inclusão do Piauí nesse processo. O desfecho ocorreu com a implantação da companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba, representando o primeiro grande acontecimento compreendendo a implementação de tecnologia com reconhecida qualidade internacional, no que se refere a utilização da mecanização (Le Goff, 1996, p. 165).

Cientes da situação, setores envolvidos nas decisões da província se empenhavam na efetivação de alternativas para vencer os obstáculos. Incumbência bastante dificultada, pois o Piauí, até essa altura, não conseguiu

em nenhuma oportunidade se destacar em algum tipo de produto relevante na arrecadação imperial. Dessa forma, tornava-se dificultoso conseguir apoio do governo central, tendo em vista que o Brasil estava vivenciando um momento em que suas atenções se focavam no norte açucareiro e no sul cafeeiro (Paula, 2012, p. 35).

Entretanto, sabia-se que para transpor as adversidades e atingir seu propósito, era preciso superar um motivo considerado de crucial dimensão, aproximar o centro administrativo piauiense para as margens da principal artéria aquática da província. Esse intento, em curso, evoluiu para a sua concretização, depois de várias tentativas. Para tanto, dedicou-se amplos esforços com a finalidade de proporcionar substancial avanço nas comunicações, permitindo a sua ligação com o litoral e áreas adjacentes com maior acessibilidade e rapidez. Porquanto, foi preciso assegurar apoio local e na Corte, no propósito de efetuar a transferência da capital do Piauí, para o centro-norte às margens do rio Parnaíba.

Acentuando os problemas, essas circunstâncias ainda interferiam na questão da ocupação do território piauiense, pois não estimulava o assentamento populacional, uma carência presente em quase toda a sua extensão, a fim de suprir as lacunas existentes no cultivo da lavoura de subsistência no escoamento da sua produção agrícola e na criação de bovinos (Sampaio, 1963, p. 154).

Contudo, essa era uma das etapas que presumidamente, iria acelerar o desenvolvimento da província. No entanto, a consolidação do projeto somente se alcançaria com a implementação da navegação fluvial a vapor, o elemento principal dessa realização. Nesse direcionamento, as análises abordadas convergiram de maneira ampla para um dos mecanismos vistos como indispensáveis a concepção de progresso, crescimento, incentivo e oportunidade, através da melhoria nas comunicações, a partir do aproveitamento da hidrovia (Gandara, 2010, p. 152).

Inteirados que a maior parte das mercadorias, que chegava à província piauiense vinham do Maranhão, determinados grupos locais desejavam “antes de tudo, tirar de Caxias o seu comércio com o Piauí por meio da navegação a vapor no rio Parnaíba” (Gandara, 2010, p. 155), pois isso possibilitaria o estabelecimento de relações políticas e comerciais diretamente com a Corte e demais centros do Império.

Assim sendo, intensificaram-se esforços, cuja primordial intenção era de aproveitar a hidrovia, utilizando embarcações modernas, como forma de acelerar os negócios relativos à agropecuária e a integração local e nacional. Tal encaminhamento, encontrou consonância na presidência da província, a qual buscou apoio no ministério imperial, alegando a viabilidade do empreendimento e que podia contar com a adesão de respeitados negociantes locais e representantes de empresas do exterior instaladas em Parnaíba (Nunes, 1975, p. 128).

Diante de tais entendimentos, considerava-se como sendo de vital necessidade esses melhoramentos, pois caso não se firmassem, pairava a perspectiva de perdurar o quadro de escassos recursos e poucos indicativos de desenvolvimento. Tratava-se de benfeitorias de acordo com as precisões e remetia a um processo de ampliação, adiante da capacidade local. Essas apreciações, funcionavam como forma de convencimento e mobilização em torno da inclusão do progresso no Piauí, através de um novo e melhor recinto para acomodar a sede provincial e essencialmente, de um meio de condução com elevado padrão de tecnologia (Nunes, 1975, p. 127).

As apreciações contaram com a mobilização de agentes sociais, destacando-se os de Parnaíba, um proeminente centro econômico do norte piauiense na época. Essas ações foram exercidas por moradores dessa região, negociantes locais e alguns estrangeiros, os quais se posicionaram e pressionaram os seus representantes políticos a se empenharem favoravelmente as implementações em curso, pois expressavam o seu descontentamento com as dificuldades de acesso a capital e principalmente com a situação do sistema de transporte vigente, o qual impedia os agricultores, criadores e comerciantes de propagarem seus negócios (Gandara, 2010, p. 151).

Esse sentimento veio a ser compactuado de forma considerável, sendo refletido através do presidente da província Antonio Francisco Pereira de Carvalho, que assim se expressou:

O rio Parnaíba, senhores, com trezentas e tantas léguas de curso guarda em si o livro em branco, em que só há de escrever a história desta província, em relação a sua prosperidade e grandeza futura, e só o entregará ao 1º vapor, que sulcar as suas águas e subjugar a sua corrente! O vapor que por onde passa leva a civilização e riqueza, trará vida a esta província, que destituída de meios de transporte jaz amortecida, sem poder desenvolver os elementos de sua grandeza. Sou feliz podendo-vos hoje dizer, que esta

questão vital para o Piauí ocupa a mais séria atenção do governo imperial, é um dos objetos do seu empenho. De minha parte não tenho cessado de tratar dela, remetendo ao mesmo governo todos os esclarecimentos e informações, que tenho obtido, e cuido, que não estará muito longe a época de ser visitada por vapores a capital dessa província (Relatório do presidente da província, 1854, p. 17).

Embora concordando com a situação apresentada, a província esbarrava na falta de condições para realizar esse tipo de investimento. No entanto, mesmo demonstrando coerência nos argumentos utilizados, pelos representantes piauienses, a contrapartida imperial mostrava-se morosa. Sendo assim, coube reforçar espaço o debate fora da esfera local em que tornou-se perceptível o pouco grau de presteza dispensada a algumas províncias consideradas menos importantes ao Brasil.

Portanto, é possível conferir através da análise político-econômica, a pertinência das inquietações e empenho piauiense, colocando-se como merecedor de préstimos do governo imperial. Nesse direcionamento, tinha-se a impressão de outros segmentos fora do Piauí, buscavam partilhar das necessidades compreendidas por esta província. Para uma melhor compreensão a esse respeito, Evaldo Cabral de Mello (1983, p. 248) fez comentários quanto à distribuição de arrecadação através da Lei orçamentária de 1835, em que o deputado alagoano Tavares Bastos alegou que o governo geral monopolizava de forma integral toda sorte de impostos, situação essa tendo perdurado até o final do Império.

Mais adiante, Mello (1983, p. 251) expõe que os recursos financeiros em sua maioria, eram aplicados na construção de obras, ferrovias e prédios públicos nas províncias do sul. Sendo, o montante dos saldos transferidos para a Corte, na ordem de 2/3 da receita imperial arrecadados nas províncias nortistas. Dessa forma, demonstrando que essa região suportava uma porção desproporcional dos encargos do Império.

Durante as discussões no Rio de Janeiro, a questão dos saldos financeiros proporcionado pelo Norte era ignorada nos debates parlamentares. Quanto a essa postura, segundo relata Mello:

No norte, pelo contrário, as províncias deficitárias: Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, recebiam recursos modestos do Governo central, de modo que o total dos déficits das províncias meridionais era quase

nove vezes superior ao montante dos déficits das províncias setentrionais (Mello, 1983, p. 257).

Envolvendo outra perspectiva, reconhecia-se as desigualdades no tratamento das províncias, tanto que houve uma proposta de divisão em três classes, reconhecidas num projeto enviado a Câmara em 1860. Nesse parecer ficariam na primeira classe São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará e Maranhão; na segunda classe estariam Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba e Ceará e finalmente na terceira classe Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Piauí. Até mesmo os salários dos presidentes variavam de acordo com a classificação provincial (Carvalho, 2003, p.137).

Percebia-se a intenção de direcionar investimentos, adotando a política de quem contribui mais recebe mais. Além dessa postura havia o intento do governo em quebrar a unidade das grandes bancadas. Compreende-se ainda que as desigualdades provinciais iam além da ênfase na desprovincialização, não somente por competição e prestígio, uma vez que se apresentava com reais divergências embasadas em interesses econômicos (Carvalho, 2003, p.139).

Analisando outra circunstância, reconhecia-se a necessidade da presença, mais efetiva, do governo geral abrangendo todo o território brasileiro. Dessa forma, tornava-se essencial a participação dos funcionários do fisco nessas localidades, principalmente em áreas afastadas do litoral, apesar de resultar em pouca arrecadação. Isso porque representava o comparecimento do estado, do poder público na região, porém, um dos entraves estava na acessibilidade.

Sobre acesso a partir do litoral, até a capital piauiense, Sampaio (1963, p. 154) acrescenta “Ampliando as condições antagônicas, percebia-se que o fator da localização não atingia apenas o domínio econômico, mas também implicava em outros aspectos: dentre eles prejudicava a presença do governo imperial na região interiorana, isso resultante das dificuldades de acesso”.

Enfim, reconhecia-se as dificuldades do Estado imperial em alcançar o interior com facilidades, situação essa bem delineada pelos compromissos que se via forçado a fazer com os poderes locais. Nessa circunstância utilizou-se a Guarda nacional, composta de notáveis da região representados por fazendeiros, comerciantes e capitalistas. Os

quais exerciam controle da população livre e pobre pelos chefes locais (Carvalho, 2003, p. 158).

Nessa época, alguns viajantes estrangeiros relataram em seus diários vários aspectos observados durante os percursos percorridos, inclusive a precariedade das vias de comunicação. Citando os alemães Spix e Martius, na primeira década do século XIX, também expressaram o isolamento das províncias do interior brasileiro. Conforme visto nas explanações propiciadas por esses escritos, observamos que se tratava de eventos recorrentes, tal qual podemos acrescentar, tomando como referência o inglês George Gardner em sua passagem pelo Piauí (Gardner, 1942, p. 74).

Não alheio a essa conformação, mas voltado para o seu momento, o Piauí admitia a condição de certificar a sua intenção, insistindo na viabilidade de incentivar o povoamento nas proximidades das áreas ribeirinhas, inclusive com o desbravamento e ocupação de pessoas das províncias adjacentes (Queiroz, 2006a, p. 53). Dessa forma, configurando interesses de setores políticos e econômicos, nessa ocasião unidos em favor da mesma causa, no intuito de sair do isolamento interiorano e elevar-se a condição de reconhecido participe nos interesses do Império (Nunes, 1975, p. 127).

Após processada a transferência da sede administrativa do Piauí, saindo de Oeiras para Vila Nova do Poti, logo depois passando a se chamar Teresina, de acordo com a Resolução nº 315, de 21 de julho de 1852 (Nunes, 1975, p. 112). Iniciou-se outra etapa, visando atingir o mais importante desígnio, realizar a conexão entre a capital e o litoral utilizando a condução fluvial a vapor, tendo como elo dessa ligação, o rio Parnaíba.

Somando-se ao deslocamento da sede provincial, atrelou-se a conquista do progresso a melhoria dos transportes, tendo esse ponto como fator indispensável para a ampliação do sucesso da realização. Compreendia-se que a implementação de modernas embarcações a vapor serviria como o elemento incentivador, capaz de promover uma maior concentração de pessoas nas proximidades da hidrovía, sendo esse um termo apontado como imprescindível ao seu desenvolvimento, considerando a natureza econômica praticada na época (Queiroz, 2006a, p. 54).

Atualmente, existia a consciência de que mesmo apresentando pareceres favoráveis a esse intento, tanto as condições da iniciativa privada quanto a província, não apresentavam viabilidade capaz de apenas um desses seto-

res assumir sozinho esse projeto, daí demandando uma parceria entre as partes. Pois sucedia a compreensão que nesse momento,

[...] a participação do Piauí no comércio mundial não gerara condições suficientemente fortes que levassem a iniciativa privada a realizar a navegação no Parnaíba por conta própria, fazendo-se necessária a iniciativa governamental. Verbas e auxílios do tesouro provincial e imperial asseguraram a construção do primeiro vapor, a constituição da companhia e estimularam os seus acionistas privados. O primeiro barco a vapor, construído no Estabelecimento da Ponta da Areia, no Rio de Janeiro, contratado pela quantia de 48 contos de réis, foi pago com recursos provenientes da renda provincial e de empréstimos realizados com particulares (Santana, 2001, p. 109).

Como resultado desse investimento, na observação efetuada por Odi-  
lon Nunes, vai haver um aumento significativo em diversos aspectos, pois

Surgem povoações nas margens do rio e suas vizinhanças, e, como consequência, há um estímulo para a incipiente agricultura da província que já se mostrava mais promissora nessa faixa territorial, bem como nas proximidades do litoral (Nunes, 1975, p. 163).

Em uma conjuntura mais ampla podemos observar a província piauiense procurando se colocar em um patamar capaz de satisfazer, atender exigências de desenvolvimento impostas pela necessidade e pela propagação capitalista. Esse posicionamento mostrou-se envolto em circunstâncias que visavam acolher tanto as determinações de caráter interno quanto externo.

O contexto verificado no Piauí do oitocentos a partir da sua segunda metade, conduziu ao estabelecimento e preparação de diretrizes que proporcionaram perspectivas abrangendo avanços em alguns setores essenciais aos seus intentos. Assim, correspondendo dentro das suas possibilidades, interesses econômicos e a grupos políticos e sociais. Para tanto, as suas articulações se embasaram na arguição de que somente através do progresso nos transportes, seria possível criar condições capazes de dinamizar a ligação entre o interior e o litoral. Dessa maneira, promover um novo direcionamento à província piauiense, afastando o estereótipo de correlação com o atraso. Resultante disso, atrelou-se como sendo indis-

pensável o estabelecimento da navegação fluvial a vapor no rio Parnaíba.

Propósito esse cumprido a partir de 1859, com a implementação desse moderno meio de condução, que operou por cerca de um século, até meados do século XX, tornando-se responsável pelo escoamento de produtos piauienses para exportação, assim como pela entrada de diversos produtos importados (Chaves, 2005, p. 68).

## **Conclusão**

Os engendramentos formulados durante o oitocentos no Piauí, se davam, em parte, pelas leituras efetuadas pelos grupos que conduziam as decisões da província. Para chegar a determinadas colocações, antes precisava-se atingir certos elementos que influenciavam parcela desses posicionamentos, que eram considerados de significativa importância. Estes, se mostravam através de dados fornecidos pelo governo imperial, os quais interferiam nas deliberações locais.

Porquanto, a linha de informação que não podia ser deixada de observar, estava no quesito desempenho econômico, tendo em vista que demonstrava, em parte, a evolução da província. Para ter uma ideia mais apurada da realidade piauiense em meados do século XIX, pode-se verificar uma amostra dos valores relativos ao comércio de importação e exportação, da navegação de cabotagem no Brasil considerando os anos 1854 e 1855, em que o Piauí consta na última colocação entre todas as províncias (Elementos de Estatística, 1865, Tomo I, p. 105).

Diante das circunstâncias, representantes do governo e da elite piauiense, buscaram formas para mudar essa condição, atrelando interesses políticos e econômicos. Para tanto, entendiam como urgente introduzir ações que pudessem atingir objetivos convincentes, a fim de atrair outros partícipes. Contudo, se prepararam para as dificuldades previstas, uma vez que a primeira etapa do projeto, incluía a transferência da sede administrativa de Oeiras para Teresina, pois entendiam que haveria oposição de pessoas que tinham seus interesses na permanência da conjuntura vigente.

A segunda e mais significativa concretização, consistia em estabelecer a mais importante realização que era a implantação de um moderno sistema de transporte capaz de atender as necessidades da província. Desígnio esse ocorrido com êxito, tendo efetivamente entrado em operação, com

o barco a vapor Uruçuí, em sua primeira viagem saindo da capital com destino a Parnaíba no dia 24 de maio de 1859 (Jornal O Propagador, 27/04/1859, nº 66, p. 3).

Ambas ações visavam vencer a disputa de mercado com Caxias-MA e mais ainda, somente utilizar a rota comercial do rio Parnaíba. Ainda, conseguir atrair pessoas para praticarem atividades agrícolas nas proximidades da hidrovia, criando a possibilidades de aumentar a oferta de produtos para consumo interno e principalmente na expectativa de gerar excedentes para o comércio externo. Por fim proporcionar uma superior dinâmica ao setor de transportes, oferecendo qualidade, segurança e menores preços dos fretes.

## **Referências bibliográficas**

### **Impressos**

Elementos de estatística. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, Tomo I.

Elementos de estatística. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, Tomo II.

Jornal O Propagador – Piauí, 27 de abril de 1859 (BN Digital)

Relatório do Presidente da Província, 03 de julho de 1851 (APEPI)

Relatório do Presidente da Província, 01 de julho de 1854 (APEPI)

### **Bibliografia**

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Imperatriz, MA: Ética, 2011.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira 1850-1950**. Teresina: EDUFPI, 2010.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)**. São Paulo: Nacional, 1942.

KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE. Recife, 2016.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec C. Gomes. **Varando mundos: navegação no Vale do rio Grajaú**. 2011. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense,

Niterói, RJ.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. São Paulo: Artenova, 1975.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006a.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 2011.

REGO, Júnia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história dos comerciantes da cidade de Parnaíba. Teresina: EDUFPI, 2013.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Teresina: 2001.

SAMPAIO, Antônio José de. **Descrição Geral do Estado do Piauí**. Teresina: Gráfica Assembleia Legislativa, 1963.

PARTE II  
O PIAUÍ NO SÉCULO XX

# ***INFLUENZA* ESPANHOLA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA GRIPE ESPANHOLA NO PIAUÍ**

*Denise Soares e Silva<sup>1</sup>  
Joseanne Zingleara Soares Marinho<sup>2</sup>*

## **Introdução**

[...] a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social [...] O acontecimento mórbido pode ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma (Revel; Peter, 1976, p. 154).

A partir de 1970, com o advento da Nova História, as doenças, epidemias e epidemias passaram a ser alvos de reflexão dos historiadores, visto que diferentes grupos sociais proporcionaram sentidos e significados distintos às enfermidades. Com isso, é importante destacar que, a partir do estudo das doenças, é possível entender uma enorme gama de questões, como as reações sociais, os deslocamentos populacionais, as identidades nacionais e a constituição do Estado (Nascimento, 2005, p. 30).

Ademais, vale ressaltar que a doença “não respeita” uma hierarquia social em relação às suas vítimas. Uma boa demonstração disso é o presi-

---

1. Discente do curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí (UFPI).

2. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Atua também como Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

dente eleito Rodrigues Alves, que contraiu a gripe espanhola. Embora os jornais da época tenham noticiado a doença como benigna, no dia 15 de novembro de 1918, o presidente não estava em condições de comparecer à posse e no dia 16 de janeiro de 1919, sem nem ao menos chegar a assumir o cargo, a enfermidade o levou à morte.

Contudo, é evidente que embora as doenças não escolham as suas vítimas, as pessoas são afetadas de maneiras desiguais pelas enfermidades, tendo em vista que elas atingem de forma mais avassaladora certos segmentos sociais. As maneiras de se sentir o adoecimento são distintas e sua severidade está diretamente vinculada ao grau de fragilidade social, pois esses grupos tendem a ser os elementos mais afetados nas crises de saúde pública.

No início do século XX, o combate às doenças era pautado em uma visão higienista e objetivava introduzir normas de comportamento e padrões morais na sociedade, baseando-se no modelo de nação que se almejava alcançar (Nascimento, 2005, p. 39). Desse modo, a modernização estava diretamente ligada aos padrões europeus, sendo que o processo civilizador consistia na negação dos elementos brasileiros. Com isso, a população pobre e majoritariamente negra era considerada pelas elites um entrave para o progresso.

Dessa forma, ocorreu uma mudança no modo de se perceber os pobres que, para além de um incômodo visual, passaram a representar também o risco de contágio (Chalhoub, 2017, p. 29). Com isso, essa parcela da sociedade começou a ocupar as regiões periféricas. E, assim, os centros das cidades se tornaram focos de agitação e exibicionismo da burguesia.

## **A saúde brasileira no início do século XX**

Para que haja pátria é necessário que haja consciência, coesão e disciplina. Mas para que isto exista, é necessário que haja instrução [...] fácil e gratuitamente distribuída. Não trato da instrução secundária e superior. Trato apenas da instrução elementar, daquela que deve servir a todos os homens do povo como a higiene do corpo, e da alma [...] com a higiene do corpo e da alma, a instrução primária, cívica e militar, com a capacidade para o trabalho e a instrução. É necessário, enfim, para que haja pátria, para que haja cidadão (Bilac apud Carone, 1988, p. 302).

Na Primeira República, era difícil a definição de responsabilidade da saúde pública, já que a Constituição não deixava claro quais eram as obrigações do Governo Central, estados e municípios quanto aos referidos “socorros públicos”. Dessa forma, as unidades federativas e os municípios conduziam a saúde à sua maneira, conforme os recursos que dispunham (Filho, 2000, p. 34).

Em razão das epidemias no Brasil, os mendigos eram recolhidos aos asilos, os animais eram proibidos de circular nas ruas e até o ato de cuspir no chão passou a ser ilícito. No entanto, apenas essas medidas não foram suficientes. As doenças, em especial as epidemias, passavam de uma cidade para outra, pondo em risco não apenas o sertão, mas também a capital federal. Além disso, tantas moléstias afetavam negativamente a imagem do Brasil no exterior, trazendo prejuízos financeiros e prejudicando a vinda de imigrantes para o país. Logo, ficava evidente a necessidade não só do saneamento no Brasil, mas também da coletivização da saúde.

Dessa maneira, acreditamos que o sanitarismo passou a ser atrelado diretamente à pátria. O poder público passou a ser criticado por intelectuais, que o acusavam pelo abandono sofrido por uma grande parcela da população e o estado calamitoso em que a maior parte do país se encontrava devido à falta de higiene. Além disso, nesse momento a elite começou a ter percepção de que também é afetada pelas moléstias e, com isso, passou a defender a salvação da nacionalidade, que poderia ser alcançada por vários caminhos como o serviço militar obrigatório, civismo e valores nacionais. É nesse contexto que surge Liga Nacional Pró-Saneamento.

Com isso, no início do século XX, as ações da medicina social urbana não eram voltadas para as pessoas, mas sim para o ambiente. Logo, o que havia nesse período era uma verdadeira “medicina das coisas”, a preocupação não se dava com os organismos, mas sim com a água, a decomposição e o ar, em suma, a medicina tratava o meio de existência do indivíduo. Outrossim, atrelado a esse ideário estava presente também o racismo, muitos médicos acreditavam que a mestiçagem era um problema para o progresso do país.

## A situação de saúde em Teresina

O local em que está plantada a cidade é uma chapada agreste, estéril e irregular e excessivamente quente pelo verão, frio e úmida no inverno [...] sem arrabaldes e correntes que, ao menos, ofereçam refrigério aos seus habitantes [...] finalmente sem condições de salubridades, de difícil aclimação aos forasteiros, que em sua maior parte, cedo ou mais tarde, pegam o tributo de febres e outras moléstias endêmicas quase sempre fatais (A Pátria, 1902, p. 1).

Na Primeira República, as moléstias epidêmicas eram recorrentes não somente no cotidiano da capital, Teresina, mas também do interior do Piauí. Vale ressaltar que “Os surtos epidêmicos eram o único tipo de problema enfrentado pela Diretoria de Saúde Pública, sendo um campo de ações emergenciais do estado” (Marinho, 2018, p. 67). Nesse período a capital não contava com um sistema de saúde pública, a caridade e a filantropia eram as principais responsáveis por prestar serviços de saúde à cidade. O poder público de forma limitada e precária atuava apenas como um auxiliador, que executava uma política de saúde independente, frequentemente sem contar com a contribuição do governo central.

Ademais, apenas três cidades do estado eram contempladas com os auxílios financeiros para as instituições de saúde filantrópicas: Teresina, Parnaíba e Floriano (Marinho, 2018, p. 108). Destacamos que, dentre as três, Teresina ficava com a maior parte das verbas. Nesse contexto, é nítida a falta de ação intensiva do poder público e a salubridade do estado era bastante citada nos discursos em certos momentos, como favorável para o bem-estar dos piauienses e em outros como desfavorável para a saúde da população.

Ainda mais, podemos perceber um cuidado com a saúde a partir de 1917, com as ações governamentais de Eurípedes de Aguiar, que ao assumir o governo do estado providenciou para o Hospital de Caridade de Teresina o pagamento das subvenções atrasadas, os reparos urgentes no prédio, e fundou uma farmácia no hospital. Além disso, havia somente seis Delegacias de Higiene que funcionavam de maneira burocrática e restringiam suas ações ao combate de epidemias no Piauí (Marinho, 2021, p. 178).

Antes do abastecimento hidráulico havia muitas críticas da imprensa em relação à qualidade da água da capital e também em relação ao trato

dos alimentos consumidos pelos teresinenses. Apontava-se que não havia fiscalização no Mercado Público e que a água utilizada para consumo era retirada do rio Parnaíba, onde também bebiam os animais, se lavavam roupas e eram jogados restos de alimentos (Filho, 2000, p. 70).

A partir de tantas reclamações, o governador Arlindo Nogueira, se empenhou em iniciar o melhoramento sanitário de Teresina, no entanto, apenas obras relacionadas a saneamento físico foram realizadas. Com isso, percebemos que não eram promovidas ações para a profilaxia das doenças, o único propósito era modernizar a urbe e embelezar a cidade. Dessa maneira, afirmamos que nesse período a ideia de saúde estava profundamente atrelada ao conceito de salubridade (Queiroz, 1994, p. 21).

Nesse sentido, outro importante fator eram os códigos de postura da cidade, que nos fazem perceber a utilização da doença como forma de controle sobre as classes pobres, principalmente no que se refere ao trabalho. Existia a ideia de que quem trabalhava era um bom cidadão, logo as pessoas que praticavam a dita vadiagem eram levadas para o Asilo de Alienados, revelando assim a outra face dessa instituição.

O Asilo servia como um depósito de indesejados, aqueles que causavam incômodo e eram considerados um risco seriam mandados para lá, onde ficavam exilados e sujeitos a péssimas condições de vida. A partir das mensagens governamentais, podemos perceber a delicada situação da instituição, a estrutura física era decadente, faltavam medicamentos e até mesmo roupas para os internos, mas mesmo assim o Asilo cumpria o seu real propósito (Silva, 2016, p. 128):

Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos e moradia dos pobres eram nocivos à sociedade (Chalhoub, 2017, p. 26).

Desse modo, a população era adestrada de acordo com os preceitos do bem-estar e da saúde. Os intelectuais-médicos e o Estado ditavam as regras de maneira excludente, estes muitas vezes comportavam-se como detentores do conhecimento, tratando as moradias, terapêuticas e hábitos dos pobres como elementos prejudiciais para a sociedade (Santos, 2021, p. 154).

## A gripe espanhola no Piauí

Imagine a Praça da Bandeira vazia sem o movimento de pedestres circulando, sem os gritos dos ambulantes que tentam vender os seus produtos ou a Avenida Frei Serafim silenciosa e sem as pessoas caminhando. Pense nas igrejas, mas ao invés de estarem lotadas de fiéis, imagine os padres realizando missas para bancos vazios. Foi dessa forma que ficaram as cidades durante a epidemia de gripe espanhola, as praças vazias, repartições públicas fechadas e os estabelecimentos comerciais sem fregueses.

Além disso, a gripe espanhola trouxera no ventre costumes jamais sonhados. E, então, o sujeito passou a fazer coisas, a pensar coisas, a sentir coisas inéditas e, mesmo, demoníacas (Rodrigues, 1993, p. 78). Com isso, podemos perceber como a pandemia de gripe espanhola modificou o mundo, trazendo, dessa forma, uma nova maneira de existência.

A *influenza* já era velha conhecida dos piauienses, ao analisarmos o jornal *O Apóstolo*, no ano de 1908, havia uma grande quantidade de medicamentos e até mesmo receitas caseiras para a cura dessa enfermidade, antes do período da gripe espanhola. Assim, os mais pobres, que dificilmente tinham acesso a médicos e medicamentos, utilizavam chás de alho com limão e de malícia-de-homem contra a gripe (Silva, 1988, p. 35). A partir disso, concluímos que as gripes eram constantemente presentes na sociedade. Contudo, tendo a gripe causado efeitos catastróficos na Capital Federal, os jornais alertaram a população para o grave problema que estaria por vir:

O espirito publico therezinense tem estado apprehensivo com a aproximação da influenza espanhola. Maxime depois da leitura dos jornais do Rio, descrevendo o que foi ali a terrível pandemia [...] mesmo com o caracter epidêmico, não é a primeira vez que a gripe ataca Therezina. Em 1904, aqui tivemol-a. Roubou então, é certo, vidas preciosas [...] Falhos os meios preventivos, já aqui profundamente divulgados, logo que se sinta as primeiras manifestações do mal nada mais ha a fazer do que recolher ao leito e tomar um purgante (Influenza Espanhola, 1918, p. 1).

Ademais, a *influenza* espanhola, como tantas outras epidemias, chegou ao estado do mesmo modo que se espalhou pelo mundo, a partir dos portos. Em Parnaíba aportou, até então, a pior epidemia que atacou o estado:

Nem a Primeira Guerra Mundial matou tanta gente como a gripe “espanhola”. Por volta de nove milhões de pessoas morreram durante o conflito e na epidemia do início do século XX as estimativas beiram os 50 milhões de mortos (Almico, 2020 p. 220).

Em 1919, o governador Eurípedes de Aguiar, na mensagem ao congresso do estado do Piauí relatou que a gripe espanhola atingiu todos os municípios do estado, trazendo para a população sobressalto e desesperança, atingindo uma gravidade jamais observada em epidemias anteriores, devastando, assim, o mundo. A epidemia chegou ao Piauí no final do ano de 1918, atingindo inicialmente três localidades: Parnaíba, Teresina e Amarração. Com isso, alastrou-se de modo irregular, em alguns pontos do estado se fez presente com virulência e intensidade e, em outros pontos, se apresentou de forma mais branda.

Eurípedes de Aguiar afirmou que o governo estadual agiu rapidamente para combater a calamidade, propiciando para a Diretoria de Saúde Pública os recursos que estavam disponíveis para a profilaxia e o tratamento da doença. Devido ao fato de não haver uma verba específica para a saúde pública, um crédito extraordinário foi aberto no dia seis de dezembro de mil novecentos e dezoito no valor de 20:000\$000 para custear as despesas com hospitais, medicamentos, auxílio em dinheiro e em gêneros alimentícios para os “indigentes” vítimas da enfermidade na capital e no interior do estado (Piauí, 1919, p. 27).

Entretanto, nem todos estavam satisfeitos com as ações tomadas pelo governador, os jornais o acusavam de não tomar as medidas necessárias para impedir que a moléstia chegasse ao estado, visto que já era de conhecimento geral os estragos causados pela epidemia no Rio de Janeiro:

O Sr. Eurípedes de Aguiar não providenciou para que a epidemia da gripe não invadisse a capital. Fez pilherias, fez trocadilhos na reunião dos médicos em casa do Diretor de Hygiene, foi passear em sua fazenda [...] Depois que os primeiros casos apareceram na cidade, foi que se alugou uma casa no Por enquanto, mas para lá não se mandou nada [...] os doentes deitavam-se no chão! (A Gripe, 1919, p. 2).

Também foram mencionados dois Hospitais provisórios para atender aos doentes em Teresina. Um se localizava na Praça Saraiva e o outro fi-

cava na estrada do “Poremquanto”. Percebemos que para o gerenciamento da crise, foi contratado o médico Manoel Sotero Vaz da Silveira para auxiliar o Diretor de Saúde Pública. Os auxílios prestados em dinheiro e medicamentos aos desvalidos eram realizados por intermédio da Secretaria de Polícia, estes poderiam ser feitos no edifício da própria secretaria ou nas residências dos afetados.

Essas ações eram realizadas sob a superintendência do médico Porphirio da Motta e seus auxiliares. Já para os municípios que estavam sendo afetados pela epidemia com mais severidade, foram enviados socorros em medicamentos e dinheiro. É interessante perceber que o governador não menciona o envio de equipes médicas para esses locais, acreditamos que isso se deve ao fato de haver pouquíssimos médicos no Piauí durante esse período.

Ainda foram ressaltadas as ações tomadas por Octaviano Pereira de Albuquerque, um bispo diocesano que promoveu subscrições para angariar donativos e os distribuiu aos gripados da capital e do interior do estado. Logo, podemos perceber mais uma vez como a saúde estava atrelada à caridade pública. Um bom exemplo de hospital benemérito é a Santa Casa de Misericórdia:

Já a Santa Casa de Misericórdia tem como filosofia principal arregimentar as forças sociais voluntárias, no sentido de manifestarem seu espírito caridoso, para a cura dos indigentes que perambulavam pela cidade, ou não tinha condições de pagar um tratamento particular. [...] Essa instituição tem a finalidade de prestar serviços caritativos, tendo como alvo a população pobre e indigente, e a concepção religiosa como base de sua ação; porém mantida pelos cidadãos abastados, que, sustentando esta “pla instituição”, protegiam-se dos “pobres infelizes” que podiam morrer ao relento (Filho, 2000, p. 73.)

Infelizmente, é impossível precisar com exatidão o número de mortos deixados pela gripe espanhola no Piauí, isso ocorre devido às dificuldades impostas pela imprecisão dos dados em relação à mortalidade da epidemia nas diversas regiões do estado. Além disso, ainda devemos considerar que devido à doença ter afetado um grande contingente de pessoas, não deve ser descartado o fato de que houve muitos enterros dos quais as autoridades nem sequer tiveram conhecimento.

Eurípedes de Aguiar relatou que apenas em Teresina é possível fazer uma estimativa aproximada do número de vítimas. O então governador calculava que tenham acontecido mais ou menos 200 mortes na capital e afirmava que a epidemia ainda continuava presente em todo estado. Além de ressaltar que Picos e Oeiras foram afetados com bastante intensidade, o que resultou em muitas mortes (Piauí, 1919, p. 28)

Assim, a literatura também expõe a cruel realidade da *influenza* espanhola, o doente além de sofrer com o flagelo físico causado pela enfermidade, também sofreu com a solidão trazida pelo isolamento. E aos que não resistiam à moléstia restava apenas o enterro, sem velório, sem vela, sem despedida:

Estou aqui reunindo as minhas lembranças. Aquele Carnaval foi também, e, sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Ora, um defunto que não teve o seu bom terno, a sua boa camisa, a sua boa gravata – é mais cruel e mais ressentido do que um mero ultrajado. E o Zé de S. Januário está me dizendo que enterrou sujeitos em ceroulas, e outros nus como santos (Rodrigues, 1993, p. 78).

Ainda mais, o governador fez a descrição dos gastos do estado com a epidemia, podemos perceber que o depois da capital as maiores despesas foram com os municípios de Parnaíba, Oeiras e Picos respectivamente. Além disso, Jaicós, Amarante, Amarração, Simplício Mendes e Regeneração, receberam cada um a quantia de quinhentos mil réis. Dessa forma, ficou evidente que os maiores contingentes foram destinados para a compra de medicamentos e enterros dos indigentes vitimados pela gripe, seguido do pagamento de médicos e auxiliares pelos serviços prestados aos hospitais provisórios.

Também foram destinadas verbas para um auxílio-pobreza que era dado aos desvalidos cadastrados. Visto que os indivíduos que eram acometidos pela doença deveriam ficar em quarentena para evitar o contágio de outras pessoas. Esse auxílio dependia da quantidade de moradores nas casas, podendo variar entre 2\$000 a 4\$500 (Piauí, 1919, p. 28).

A Santa Casa de Misericórdia também teve um importante papel nesse período, o prédio foi reformado, melhorando as condições higiênicas e dotado de novas acomodações e mobiliário. A farmácia do hospital, convenientemente montada e suprida de medicamentos, satisfazia as ne-

cessidades do estabelecimento, aviando, além disso, o receituário do Asilo de Alienados e da Cadeia Pública. E, ainda, a farmácia desta instituição forneceu medicamentos aos enfermos indigentes, além de aviar receitas para os hospitais da Praça Saraiva e da estrada de “Poremquanto”.

Outro grave problema enfrentado durante a epidemia foram as formas de cura utilizadas pelos pobres. Desde antes da gripe espanhola, os médicos já condenavam a utilização dos métodos populares para o tratamento de doenças e afirmavam que apenas os métodos científicos eram bem-sucedidos nos tratamentos de moléstias. Em Teresina, a polícia reprimia os benzedores e curandeiros, que utilizavam garrafadas como medicamentos e eram considerados charlatões.

Mas não podemos deixar de refletir a respeito dos motivos pelos quais a população recorria aos meios alternativos de tratamento. Devemos levar em consideração que a maior parte dessas pessoas não eram letradas e, por essa razão, não tinham acesso a muitas informações. Ademais, havia também os custos, consultas médicas eram extremamente caras, logo não faziam parte da realidade da maior parte dos piauienses. Além dos valores dos medicamentos aumentarem muito em períodos de epidemia.

### **Considerações finais**

Por fim, podemos admitir que as doenças são agentes transformadores da sociedade, e que embora moléstias não discriminem as suas vítimas, existem diferenças na forma de sentir o adoecimento, sendo este muito mais doloroso para as pessoas fragilizadas economicamente.

Observamos que as medidas tomadas para a modernização e saneamento do país estavam atreladas ao afastamento do pobre dos centros urbanos e, principalmente, a negação dos elementos brasileiros para a adoção do padrão europeu, resultando na ampliação do preconceito em relação aos negros e mestiços e gerando um favorecimento para os imigrantes.

Assim, entendemos que nas décadas iniciais da Primeira República não havia um sistema de saúde pública e no Piauí as consequências dessa limitação eram flagrantes. As instituições de saúde existentes no estado eram mantidas por caridade e filantropia, e as ações realizadas em prol da saúde eram apenas obras físicas, voltadas para a salubridade do ambiente. Ademais, as instituições de caridade não serviam apenas para auxiliar os

desvalidos, mas também para controlá-los, limitando o acesso dos indesejáveis aos locais de circulação da burguesia.

Destarte, a gripe espanhola modificou profundamente o cotidiano do estado do Piauí, expondo a fragilidade da saúde, a falta de assistência, principalmente ao interior do estado e, para além disso, a falta de estrutura física dos municípios e da capital, que não contavam sequer com saneamento básico. Dessa forma, a epidemia de gripe espanhola tornou ainda mais evidentes as diferenças sociais e, em alguns casos, até mesmo as ampliou.

## Referências

ALMICO, Rita de Cássia. A morte sem pudor: reflexões sobre duas gripes. ALMICO, Rita de Cássia da Silva; GOODWIN JR, William James; SARAIVA, Luiz Fernando (Org.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da covid-19**. 1. ed. São Paulo : Hucitec, 2020.

BERTUCCI Liane. **Influenza, a medicina enferma: ciência e prática de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2004.

BERTUCCI, Liane. Memória que educa: epidemias do final do século XIX e início do XX. **Educ. Rev.**, v. 21, n. 25, p. 75-89, 2005.

CARONE, Edgard. **A Primeira República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FILHO, Antônio Melo. **Teresina: A condição da saúde pública na Primeira República (188-1930)**. Tese (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares Marinho. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. São Paulo: Paco, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A interiorização da saúde no Piauí: Parnaíba entre o fim do século XIX e meados do século XX. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 29, p. 175-191. 2021.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As Pestes do século XX**: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as Tirantias do Tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela**: memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Patrick. Do Império à República: As epidemias justificadoras da estigmatização e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Espacialidades**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. 2021.

SILVA, Pedro. **O Piauí no folclore**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1988.

SILVA, Rafaela Martins. **As faces da misericórdia**: A Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SILVA, Rafaela Martins. Seca e doenças em Teresina: A Santa Casa de

Misericórdia e a Assistência médica aos pobres na cidade (1877-1915). **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 96-106, maio/ago. 2020.

### **Fontes**

A gripe no Piauí. **Jornal de Notícias**, Teresina, n. 83, ano 2. p. 2, 26 fev. 1919.

**A Pátria**, Teresina, ano I, p. 1, 15 de fev. de 1902.

Influenza espanhola. **Jornal de Notícias**, Teresina, n. 67, ano 2. p. 1, 5 dez. 1918.

Peitoral das Crianças. **Apóstolo**, Teresina, ano IV. p. 4, 08 de janeiro de 1908.

PIAUHY. Governo 1910-1912. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado**. Therezina: Typ. do Piauhy, 1910.

PIAUHY. Governo 1916-1920. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado**. Therezina: Typ. do Piauhy, 1917.

PIAUHY. Governo 1916-1920. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado**. Therezina: Typ. do Piauhy, 1919.

# “[...] OS MEDICAMENTOS SÃO MUITO INSUFICIENTES, MAL CHEGAM PARA ATENDER A INDIGENCIA QUE PROCURA O POSTO”: OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE FORNECIDOS PELO POSTO DE HIGIENE DE FLORIANO (1933-1945)<sup>1</sup>

*Rakell Milena Osório Silva<sup>2</sup>*  
*Joseanne Zingleara Soares Marinho<sup>3</sup>*

## Introdução

A transição da Primeira República para o governo provisório de Getúlio Vargas foi conturbada, pois ocorreram medidas descentralizadas a partir de relações desiguais entre os estados e o início de uma reforma político-administrativa do governo vigente, adotada pelo novo presidente. No início da década de 1930, uma das principais medidas adotadas no país foi em direção à saúde pública, que apresentava estruturas precárias, principalmente no interior do país. Houve um processo lento a partir do

---

1. Este trabalho é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseanne Zingleara Soares Marinho.

2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), Bolsista CAPES, graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), membra do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas da Saúde e das Doenças (GEPHPSD).

3. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Atua também como Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

que já vinha sendo realizado na área da saúde, com a incorporação tanto das instituições, quanto dos agentes, para estabelecer a normatização, centralização e especialização profissional (Hochman, 2002).

A área da saúde pública constituiu-se como uma das responsabilidades do Estado a partir do combate às doenças infectocontagiosas. De acordo com Bertolli (1996), para efetivar as mudanças desse panorama, ainda em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que visava à remodelação dos serviços sanitários e a incorporação da política social para a população que não fazia parte da medicina previdenciária, uma vez que os trabalhadores que não possuíam carteira assinada precisavam recorrer à caridade pública.

Essas transformações já estavam em processo desde o final da década de 1910, com reformas nos serviços de profilaxia rural e saneamento, em especial, no combate de endemias. Os serviços sanitários da capital Rio de Janeiro ainda não atuavam da forma almejada, mesmo havendo a concentração dos programas de saúde na área urbana, as precárias condições de salubridade e higiene ocasionavam a presença de diversas doenças endêmicas e epidêmicas, tais como: febre amarela, varíola, verminoses, tuberculose, sífilis, entre outras. Em contrapartida, o interior ficava à margem, com serviços precários ou sem nenhuma assistência sistemática de caráter público (Paim, 2011).

A saúde pública passou a ser vista com maior interesse pela agenda estatal, sendo importante para a construção nacional a partir da década de 1920, pois foi partilhada por médicos higienistas, outros profissionais da saúde, variados setores intelectuais e elites políticas, que visavam um país modernizado e, para isso, era necessária a incorporação de uma medicina social de cunho preventivo, com medidas higiênicas e profiláticas, que segundo Hochman (2002), foram importantes para romper com esse ideário construído do Brasil como “um imenso hospital”, advindo do discurso médico de Miguel Pereira, proferido em decorrência das endemias que assolavam a região rural, tendo repercussão nas decisões acerca das políticas públicas de saúde na primeira metade do século XX.

Com a tímida incorporação do Estado nas políticas públicas de saúde no Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas, a família foi colocada como incapaz de proteger a saúde adulta e infantil, por conta dos altos índices de mortalidade e as precárias condições de saúde. Conforme

aborda Jurandir Costa (1989), o Estado passou a interferir na vida privada a partir de intervenções normativas que defendiam a saúde física e moral das famílias, onde a política do Estado, em nome dos direitos do homem, era usada como instrumento de dominação para modelar o ideal de família saudável, onde a mãe e a criança passaram a ser o foco:

A primeira dessas intervenções deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em tona da conservação e educação das crianças. A segunda dirigiu-se as famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concentraram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos (Costa, 1989, p. 51-52).

Desse modo, com as intervenções no âmbito privado, a conduta a partir da medicalização, que teve como propósito tímidas iniciativas visando medidas de saneamento, principalmente nas localidades rurais para conter as endemias em voga, tornou-se indispensável para o funcionamento do Estado e deu base para entender como as relações entre família, medicina e Estado no Brasil passaram a organizar a sociedade a partir dessa série de medidas normatizadoras.

As práticas políticas da Primeira República ainda estavam latentes na década de 1930 com as relações desiguais entre os estados, que se orientavam através das noções de privilégio e exclusão (Fonseca, 2017). Nesse cenário de constantes mudanças, o Estado passou a ser o principal prestador desses serviços, com uma campanha de nacionalização pautada na modernização do sistema político da união, a saúde pública seria delimitadora desse modelo centralizado, em contraponto aos interesses privados regionais, que colocavam o higienismo e a salubridade em segundo plano.

As referências de saúde pública, antes baseadas na cura e tratamento das enfermidades, passaram a combinar de forma peculiar as medicinas preventiva e curativa, desenvolvendo uma nova forma de tratar a população do país. As viagens de Arthur Neiva e Belisário Penna repercutiram na imprensa, a partir das campanhas pelo saneamento, que foram importantes como forma de alerta sobre a salubridade rural e sobre as várias endemias que atingiam essas localidades, como a malária, a febre amarela

e as verminoses (Hochman, 2002). Foi criada a Liga Pró-Saneamento ainda em 1918, que visava à uniformização dos serviços no território nacional, subordinada à Inspetoria de Profilaxia da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), coordenada pelo Governo Federal.

As concepções de prevenção, estratégias e prioridades foram definidas, não se restringindo somente à capital federal e ao espaço urbano, voltando-se para o interior do país, principalmente o Nordeste, com regiões estratégicas para comunicação sobre a população do campo e moléstias rurais, que se sobressaiam antes mesmo do início da década de 1930, mas só nesse momento foram tratadas como pautas para debate.

A organização da saúde pública foi sendo remodelada pelos interventores federais de cada estado designados pelo presidente Getúlio Vargas, pois os profissionais qualificados eram limitados, as estruturas eram precárias e os materiais eram insuficientes (Fonseca, 2017). De acordo com Joseanne Marinho (2018), tais medidas chegaram ao Piauí através da gestão do interventor federal, Landry Salles Gonçalves, que foi responsável por uma reformulação da administração pública, incluindo as instituições públicas de saúde.

### **A saúde pública no cenário piauiense (1930-1945)**

Ainda na Primeira República, no que se refere ao contexto político, o Piauí passou pelo início da construção de uma cultura sanitária, através das primeiras iniciativas de medicalização da população. As dificuldades se davam, principalmente, na organização política que beneficiava interesses particulares e no grau secundário que a saúde pública se encontrava, com péssimas condições de higiene e salubridade, pois a população pobre apresentava condições de vida precária, em decorrência da ineficiência na estrutura básica, com a falta de abastecimento de água potável, o descarte incorreto de lixo, a falta de saneamento básico e a sujeira predominante nas ruas das cidades (Silva, 2010).

Ainda na década de 1920, a capital Teresina, mesmo atrasada em relação à capital do país, contou com a instalação do primeiro Posto Sanitário do estado, em 1921, no antigo prédio da Repartição Sanitária, visto como sinônimo de civilização e modernidade. O Posto Sanitário Clementino Fraga realizava vacinações e revacinações contra varíola e oferecia

serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas e tuberculose, serviços ambulatoriais e serviços domiciliários, com inspeções visando à fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento (Silva, 2019). Desse modo, o posto passou a prestar relevantes serviços, que de acordo com o Governador João Luiz Ferreira:

[...] os serviços desta repartição continuaram a ser executados com a máxima regularidade e a possível eficiência obedecendo á mesma orientação tecnica com que foram iniciados. Procurou-se intensificar a campanha contra as verminoses, dividida, por forças circunstanciais, desde o seu inicio, em dois serviços: um ambulatorial, denominado porta, para doentes que vão espontaneamente ao Posto; e outro, o mais importante, domiciliario, feito pelos guardas em numero de quatro e distribuidos pelas respectivas zonas (Relatório Governamental, 1923, p. 29-30).

Ademais, o mesmo relatório ainda destacou medidas para conter o alastramento das verminoses e da malária, doenças endêmicas muito presentes no período. Para a profilaxia da primeira, foi realizada a distribuição de cartilhas com vários ensinamentos de como prevenir a endemia, além de realizar a construção de fossas higiênicas e recomendar o uso de calçados e, para a segunda doença, foram distribuídos medicamentos de sais de quinino para o tratamento. Para ocorrer a distribuição dos medicamentos e das cartilhas à população pobre, foi implantado o serviço domiciliário, feito pelos delegados de higiene da capital, em que o governador informava:

O serviço domiciliario já havendo percorrido as zonas convencionalmente chamadas de Pacatuba, Vermelha, Santa Luzia e Cajueiros está sendo feita actualmente nas zonas do Barroão, Palmeirinha, Campos Salles e Estrada de S Raymundo, cada uma das quaes comprehende tres ou mais ruas, em toda sua extensão (Relatório Governamental, 1923, p. 30).

Apesar do serviço regular no Posto de Higiene Clementino Fraga, a saúde pública ainda se restringia a capital Teresina, Parnaíba e Floriano, além das políticas sanitaristas serem pouco efetivas em outros municípios. A assistência do estado se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital de Caridade de Floriano, pois para o Estado era mais viável fazer reparos

e melhorias em instituições já existentes do que construir e aparelhar novos serviços (Araújo, 2012).

A partir da década de 1930, com a reorganização administrativa efetiva de Landry Salles, a saúde pública no Piauí passou a visar o ideário de prevenção e amparo da saúde. As políticas públicas de saúde passaram a ser materializadas nas instituições, nos discursos médicos, no tratamento das doenças, nas ações do governo piauiense direcionadas à população, fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo (Nery, 2019). Entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que praticavam o tratamento e a profilaxia dos doentes com mais organização e regularidade (Marinho, 2018).

Apesar de o interventor federal do Piauí ser nomeado somente em 1931, com a instalação do Governo Provisório, medidas mais abrangentes já estavam sendo tomadas pelo governador João de Deus Pires Leal, como é retratado no Relatório Governamental de 1930, apresentado à Câmara Legislativa. O documento demonstra as dificuldades enfrentadas na expansão do serviço de saneamento para o interior do estado, que visava a melhoria da fiscalização e cumprimento das obrigações legais quanto as instalações higiênicas, por conta da falta de verbas (Relatório Governamental, 1930).

Nesse mesmo ano, com a regularidade dos serviços do Posto Sanitário, ele foi transformado em Centro de Saúde e, com isso, houve uma mudança no cenário do tratamento das doenças, possibilitando maior suporte a população, pois era responsável pelo combate às verminoses, malária e doenças venéreas. Além disso, também foi criado o Posto Anti-Tracomoso Moura Brasil e o Posto Escolar Abreu Fialho, que no geral eram responsáveis pelo tratamento dos casos que estavam em crescimento de tracoma no estado (Marinho, 2018).

A partir de 1931 foi possível notar mudanças graduais, até mesmo no que tange aos Relatórios Governamentais do Estado. Desde o início da Primeira República até o ano de 1930, mostravam-se mais as dificuldades enfrentadas na instalação de serviços públicos com a falta de verbas para custeá-los, do que nas melhorias desempenhadas de forma regular e, somente a partir da década de 1920, medidas centralizadoras em direção à saúde pública do estado foram institucionalizadas. Todavia, com

a interventoria federal de Landry Salles Gonçalves, houve o esforço em reorganizar a saúde pública, priorizando a centralização e o controle da administração. Cada serviço de saúde passou a ser organizado burocraticamente para mostrar os avanços no atendimento e a diminuição das doenças que assolavam a região.

O primeiro Governo Vargas foi responsável por priorizar diversos âmbitos que no período anterior não eram considerados relevantes. Desse modo, nesse período no Piauí, houve um aumento significativo nas verbas destinadas para a saúde pública, tanto pessoal quanto material, possibilitando que se organizasse melhor, a partir do investimento em profissionais e estabelecimentos hospitalares, com o estabelecimento e a elevação do número de postos de saúde e das delegacias de higiene no interior do estado, não se restringindo somente a capital Teresina, Parnaíba e Floriano (Marinho, 2014).

Com isso, outros serviços foram instalados, como em 1932, o Instituto Alvarenga, na capital, responsável por pesquisas microbiológicas e produção da linfa antivariólica. A partir de 1933, mais verbas foram destinadas para diversos serviços e instituições, como: o Leprosário de Parnaíba, estabelecimentos hospitalares do estado, Asilo de Mendigos de Teresina e a Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. Antes, mesmo a filantropia contando com os subsídios governamentais desde o século XIX, as verbas eram insuficientes para suprir as necessidades da população por todo o estado, por isso, somente no governo de Landry Salles, com os aumentos de verbas houve avanços na área da saúde pública (Relatório Governamental, 1931-1935).

A Diretoria de Saúde atuava de forma ineficiente e dependente no período anterior, se limitando ao Serviço de Profilaxia Rural, por isso, o principal propósito do Interventor era reorganizar os serviços de saúde para desempenhar, gradativamente, uma melhor performance, como demonstra Landry Salles em seu relatório:

As primeiras administrações posteriores á Resolução, creando e conservando a Assistencia Publica, não tentaram, comtudo modificar, mesmo levemente, a situação da Directoria de Saúde. Ambas cheguei, por fim, a verificar ineficientes, desapparelhadas e sem regulamentação. Não era possivel admittir que assim permanecessem. Logo no segundo mês de Governo, procurei, unificando-as, reorganizal-as convenientemente, [...]

(Relatório Governamental, 1931-1935, p. 39).

Com a sua reorganização gradual, a Diretoria foi dividida em três seções: a Seção de Assistência Médica, responsável pelas clínicas médica, cirúrgica, mental e obstétrico-ginecológica, a Seção de Saúde Pública, especializada no enfrentamento de endemias e epidemias e uma seção especializada em higiene escolar, que já mostrava como a proteção à infância começava a ser materializada (Marinho, 2019). As novas medidas tinham como propósito conservar a assistência pública, com a ampliação dos serviços, não se limitando somente a Teresina e Parnaíba, através da dissolução das delegacias de higiene dessas duas cidades, onde se transformaram em inspetorias demógrafo-sanitárias, de saneamento, profilaxia rural, de moléstias venéreas e lepra e de higiene escolar, especialmente do tracoma, que vinha acometendo o estado, principalmente a capital, visando dar maior assistência para a população no tratamento e prevenção das doenças locais. Além dessas medidas, a reestruturação da Santa Casa de Misericórdia da capital foi necessária, sua estrutura era precária e a assistência hospitalar era ineficiente, sendo necessárias reformas nas partes cirúrgica, clínica médica e obstétrico-ginecológica.

De acordo com Marinho (2014), no ano de 1934, foi ampliado o benefício da assistência médica a outros municípios, pois os postos e inspetorias da capital funcionavam regularmente, enquanto no interior do estado grande parte da população vivia em estado precário. Assim, o número de Delegacias de Saúde foi elevado, contabilizando 15 unidades de atendimento,<sup>4</sup> onde cada delegacia abrangia um distrito administrativo, exceto David Caldas, que era restrita à Colônia, sendo aquelas responsáveis pelo tratamento de doenças que assolavam a região, como: malária, sífilis, verminose e outras moléstias venéreas. Além da instalação de um dispensário no município de Parnaíba, com três médicos e outro em Floriano, com dois médicos. Nesse mesmo ano, a Inspeção de Higiene Infantil foi substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, onde a infância passou a ser de importância governamental.

Com base no Relatório Governamental de 1931 a 1935, apresentado pelo interventor federal Landry Salles Gonçalves ao presidente Getúlio

4. As delegacias estavam situadas em: Barras, Piripiri, Campo Maior, Oeiras, União, Amarante, Valença, Picos, São João do Piauí, Bom Jesus, Uruçuí, Castelo, Joaquim Távora, Piracuruca e David Caldas (Relatório Governamental, 1931-1935, p. 41).

Vargas, foi possível avaliar o funcionamento e atuação da Diretoria de Saúde Pública, com o quadro demonstrativo do movimento dos Postos de Teresina, que funcionavam com certa regularidade se comparado aos municípios do interior do estado (Relatório Governamental, 1931-1935).

Além dos Postos de Saúde, havia duas inspetorias na capital. A primeira era a Inspetoria de Moléstias Venéreas e Lepra, chamada de Dispensário Arêa Leão, que fornecia medicamentos e injeções, para tratamento de doenças como sífilis, gonorreia e cancro venéreo. Já o outro serviço era da Inspetoria Médico-Escolar, que também atuava de forma irregular, agia principalmente na inspeção dos alunos doentes, a partir da aplicação de vacinas, da expedição de exames, da distribuição de medicamentos para verminoses e malária e com pequenas intervenções cirúrgicas e troca de curativos. Os dados apresentados no relatório constam somente os anos de 1934 e 1935, com um decréscimo altíssimo entre o número de crianças matriculadas, examinadas e vacinadas (Relatório Governamental, 1931-1935).

Apesar dessas melhorias apresentadas, ainda não era suficiente para suprir a demanda do estado, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente por impaludismo, sífilis e outros tipos de verminose, uma vez que os postos de saúde e as inspetorias que funcionavam regularmente eram somente os da capital Teresina, enquanto os serviços de saneamento e as delegacias de saúde no interior do estado deixavam a desejar. Desse modo, os códigos de saúde da cidade de Floriano demonstram como os serviços se organizavam e de que forma as práticas médicas foram concebidas.

### **A organização da saúde pública em Floriano a partir da administração municipal de Theodoro Sobral e Oswaldo da Costa e Silva (1933-1945)**

A cidade de Floriano está localizada ao sul do Piauí, e a partir da década de 1930, com a reorganização e centralização da administração pública pelo interventor federal, em 1931, foi nomeado Theodoro Ferreira Sobral como prefeito da cidade, sem a ocorrência de eleição, em virtude de vigorar o regime imposto pela Revolução de 30. Em sua administração, de julho de 1931 a outubro de 1934, ele se preocupou em modernizar a cidade, a partir dos calçamentos das ruas para facilitar o trabalho das car-

roças que traziam consigo mercadorias destinadas às casas comerciais da cidade, além da criação de uma praça, um mercado, um cemitério e uma igreja (Demes, 2002).

No início da Primeira República, Florianópolis não possuía assistência médica oficial, havia apenas algumas iniciativas filantrópicas, como o Hospital São Vicente de Paulo, irmandade fundada em 1901 pelo magistrado Dr. Augusto Ewerton e Silva, futuramente conhecido como Hospital de Caridade Miguel Couto, que desde o início dos serviços prestou auxílios aos desfavorecidos, fornecendo alimentos, remédios e moradia. Com a chegada do Dr. Eurípedes Clementino Aguiar, no início do século, ele se firmou como um profissional que atuava para melhorar as condições de saúde da população florianense, a partir da instalação do seu consultório na antiga Rua da Paz, onde fornecia consultas gratuitas aos pobres (Bezerra, 1989).

No início da década de 1930, a saúde pública no sul do Piauí se encontrava deficitária por conta da falta de profissionais, restando apenas o Dr. Djalma Nunes e o Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, responsáveis pela assistência médica da cidade. Os serviços de saúde do sul do estado se concentravam no Hospital de Caridade Miguel Couto e no Posto de Saúde de Florianópolis, ambos dirigidos pelo médico Sebastião Martins que, ao longo dos seus anos de trabalho, elaborou planos e medidas para estruturar essas instituições de saúde e tratar a população doente. Desse modo, Josefina Demes, em seu livro *Florianópolis: sua história, sua gente*, retrata manifestações que demonstram o descontentamento do médico sanitarista com a insuficiência de recursos destinados ao Hospital de Caridade Miguel Couto “Fora de mão, pouco visitado pela população, de assistência médica precária, mal dotado, é o hospital, já com o nome mudado para Hospital Miguel Couto, transferido para o novo prédio situado na zona urbana” (Demes, 2002, p. 485). Segundo a autora, o prédio ao qual o médico se referia era o Colégio Santíssima Virgem, conhecido como antigo Colégio de Freiras, fundado ainda na década de 1920, e por não ser mais utilizado, foram feitas reformas no prédio, a fim de adaptá-lo às suas novas funções.

Os atendimentos fornecidos pelo Hospital de Caridade Miguel Couto, segundo o código de saúde, datam desde novembro de 1932, com tabelas ainda escritas a mão. Os serviços do hospital eram diversificados,

contando com um serviço interno, voltado para a medicina curativa, com a aplicação de injeções, entrega de receitas para receber remédios e até mesmo algumas intervenções cirúrgicas. No serviço externo, feito pelo ambulatório do próprio hospital, o atendimento era fornecido para crianças e adultos de ambos os sexos, prestando serviços contra tuberculose, paludismo, além das consultas oftalmológicas, psiquiátricas, ginecológicas (Piauhy, 1932). No recorte analisado, a constância maior no atendimento era de mulheres e adultos, com as doenças de malária, sífilis e verminoses, principalmente ancilostomose.

Também eram prestados serviços por meio do Posto de Saúde, onde os atendimentos datam de março de 1933. O código do posto possui várias tabelas extensas, separadas por idade, desde crianças com menos de um mês, até pessoas com mais de sessenta anos. Todavia, apesar do número de habitantes ser de quase seis mil pessoas no período, segundo os dados da própria tabela, poucos são os casos em cada mês. Os códigos de saúde, ainda em 1933, passaram a ser padronizados e impressos e, com isso, foi possível notar que a contabilização dos casos começava somente a partir da décima doença, tuberculose do aparelho respiratório, enquanto doenças como: febre tifoide e paratifoide, tifo exantemático, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, difteria, gripe ou influenza e peste não aparecem enumeradas em nenhum mês que foi analisado. Foi possível notar que as tabelas dos postos de Floriano são bem imprecisas, pois enquanto há dados de vacinação contra varíola e febre tifoide, não há contabilização das doenças nas tabelas (Piauhy, 1933).

A partir de janeiro de 1934, os boletins mensais passaram a ser divididos de outra forma, ao invés de todas as doenças serem organizadas como no ano anterior, em idade e sexo *versus* doença, agora passaram a ser distribuídos em: serviços de profilaxia de diversas doenças, sejam elas contagiosas, venéreas ou helmintoses, separadas por medicina curativa e preventiva; número de consultas no Posto de Saúde e em domicílio, feitas pelas enfermeiras visitadoras; vacinação e soroterapia contra varíola, tuberculose, peste, difteria, etc.; medicação utilizada contra essas doenças, como: injeções, comprimidos, sais, etc., principalmente as que mais assolavam a região, como: verminoses, sífilis, malária e tuberculose; trabalhos epidemiológicos contra essas enfermidades; serviços de saneamento no município, como: abastecimento de água, construção de fossas, poços e

valas; serviços de educação e propaganda, como o serviço escolar e os trabalhos escolares; e serviços laboratoriais, com pesquisas de micróbios e parasitas (Piauhy, 1934).

### **Considerações finais**

Dessa maneira, foi possível notar uma transição de uma saúde pública sem organização administrativa na Primeira República, com a falta de verbas, sem instalações adequadas e falta de profissionais, para a década de 1930, com a intervenção federal de Landry Salles Gonçalves no Piauí, que remodelou os serviços públicos a partir de uma política federal centralizada, principalmente no que tange à saúde pública, através de verbas para a conservação desses benefícios propostos pela Diretoria de Saúde Pública, com a reforma e centralização administrativa, por meio da criação de postos de higiene, dispensários, delegacias de saúde, ampliação dos estabelecimentos hospitalares, não se restringindo somente a capital Teresina, mas abrangendo outros municípios do interior, como é o caso de Floriano.

Apesar de os códices do Hospital de Caridade e, principalmente, do Posto de Saúde de Floriano serem elaborados, eram correntes as falhas e dados incompletos. A maioria das tabelas não estava preenchida, só havia dados nos atendimentos através da medicina curativa, feitos no posto e a domicílio e as medicações para o tratamento das doenças. Dessa forma, foi possível notar que apesar de contar com avanços na saúde pública, ainda não havia um serviço regular a fim de suprir as necessidades da população do sul do Piauí.

### **Referências bibliográficas e documentais**

ARAÚJO, Romão Moura de. **“Saúde, uma de nossas reais necessidades”**: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930). Dissertação (Mestrado), Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BEZERRA, Bento. **Medicina e Poder Político em Floriano**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1989.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda., 1992.

DEMES, Josefina. **Floriano**: sua história, sua gente. Teresina: S.A. Gráfica e Editora, 2002.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FONSECA, Cristina. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945)**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

HOCHMAN, Gilberto. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, v. 9, p. 233-73. Rio de Janeiro, 2002.

MARINHO, Joseanne. A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945). **XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento**. Teresina, 2014.

MARINHO, Joseanne. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir**, vol. X, n.º I, 2019.

MARINHO, Joseanne. **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne. Sobre o cuidar do “futuro do Brasil”: o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929). **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

NERY, Ana. A assistência pública aos doentes venéreos nas instituições de saúde de Teresina. **ANPUH Brasil**. Recife, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Revista Séries**. Rio de Janeiro, 2011.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no ano de 1933**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1933. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no ano de 1934**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1934. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal do Movimento do Serviço Interno e Ambulatório do Hospital de Caridade Miguel Couto, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no ano de 1932**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1932. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Governo 1923. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1923**. Therezina: Typ. d'O Piauhly, 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/>. Acesso em: 23 mar 2022.

PIAUHY, Governo 1930. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhly, a 1º de junho de 1930, pelo Governador, Exmo. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal**. Therezina: Imprensa Oficial, 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/>. Acesso em: 23 mar 2022.

PIAUHY, Governo do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ge-**

**túlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no estado do Piauí.** Teresina: Imprensa Oficial, 1931-1935. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 23 mar 2022.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM.** Teresina: 2010.

SILVA, Rafaela Martins. O determinismo hereditário da medicina legal e o discurso higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da nação no final do século XIX e o início do século XX. **Revista Contraponto**, v. 3, n. 1. Teresina, 2014.

# “TUDO PELO TRABALHO”: OS TRABALHADORES NO EXTRATIVISMO DA *MANIHOT PLAUHYENSIS*, CONFLITOS POR TERRAS E ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Charlene Veras de Araújo*<sup>1</sup>

*Jobny Santana de Araújo*<sup>2</sup>

No ano de 1909, Marcos José dos Santos afirmava que estava sendo vítima da maior das injustiças e, desse modo, vinha à imprensa patentear-las ao público. Assegurava ser o único proprietário da fazenda Mato Grosso, com três léguas de extensão e uma e meia de largura, com os seguintes limites: ao nascente, com a fazenda Umbuzeiro; ao poente, com Gerais da Caatinga; ao sul com a fazenda São Romão, e ao norte com a fazenda Campo Alegre. O registro havia sido procedido em 22 de junho de 1885, pelo vigário de São Raimundo Nonato, padre Sebastião Ribeiro Lima, como também pela escritura pública da compra.

O Sr. Marcos José relatava que, quando comprou a fazenda, ela não possuía criação alguma de gado, porque o animal havia sido retirado em consequência das secas; entretanto, com a descoberta da indústria gomífera, levado pelo desejo de também extrair maniçoba, adentrou pela vastidão de suas terras e deparou-se com um grande maniçobal, “julgando ter encontrado as minas da Califórnia”. Sem demora, construiu naquele terreno

---

1. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor associado III da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

um barracão próprio para o serviço da borracha.

Passado algum tempo, foi surpreendido com a presença do tenente Oseas Rodrigues Ramos, subdelegado de polícia, organizando um grupo de homens, os quais, em nome do Sr. Herculano Ferreira de Carvalho, se apoderaram de suas terras, invadindo-as sob a desculpa de elas serem as terras da fazenda Santana, de propriedade do Sr. Herculano. Nessa ocasião, o subdelegado de polícia afirmara que havia arrendado aquelas terras. Herculano Ferreira era muito temido na região, havia conseguido grandes extensões de terra e, por meio delas, estabeleceu-se no município de São Raimundo Nonato como autoridade. O Sr. Marcos José falara que se dirigiu a ele “com o medo que este inspira a todos os seus vassalos”, solicitando a retirada do pessoal invasor. Porém, nada adiantou, logo depois, mandou queimar o barracão que havia sido construído e fincou marcas divisórias a seu bel-prazer, separando sua fazenda Santana. O grupo organizado pelo Sr. Oseas continuou “na devastação de minhas terras como se tratasse de uma conquista de selvagens”<sup>3</sup>.

Com base no exposto, podemos inferir que o trabalho feitorizado, por meio do “sistema de barracão”, estava associado à disputa por terras que, por sua vez, motivou diversos conflitos na região produtora de maniçoba. Para montar o barracão<sup>4</sup> e contratar trabalhadores para a extração da borracha, era necessário possuir terras ou adquirir condições para arrendá-las. É nesse sentido que podemos perceber que a exploração da força de trabalho aviltada ao sistema de barracão estava inserida no contexto da concentração fundiária. O maniçobeiro não possuía a propriedade da terra, desse modo, estava vulnerável a vender sua força de trabalho em condições precarizadas para garantir sua sobrevivência.

O processo de desvalorização da força de trabalho dos maniçobeiros pelo sistema de barracão consiste no fato de que esses trabalhadores, ao serem separados de seus meios de produção como a terra, tornam-se subordinados ao barraquista e a toda coerção econômica existente nesse tipo de exploração<sup>5</sup>.

---

3. O COMÉRCIO, 7 de out. 1909, ano 1, n. 15, p. 2.

4. Barracão: local onde morava o gerente do maniçobal e as famílias de trabalhadores remunerados, formando um pequeno lugarejo, no qual ficava o armazém de mercadorias e o de borracha. Para esta análise, ver: BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

5. Não existe coerção legal, isto é, não existe uma lei que obrigue o trabalhador a trabalhar.

O barraquista era responsável por aliciar trabalhadores nas povoações mais próximas, convencendo-os de excelentes salários. Entretanto, ao iniciar seus trabalhos no barracão, ficavam presos aos seus patrões pela remuneração, que consistia no endividamento. O barracão se constituía como o depósito em que estavam armazenadas as mercadorias que seriam debitadas durante a semana, por meio da borracha colhida e ferramentas utilizadas pelos maniçobeiros para abrir estradas nos maniçobais onde as árvores seriam sangradas, como também no combate de animais ferozes encontrados na mata. Por meio do barracão, os barraquistas controlavam todo o trabalho de extração e comercialização da maniçoba.

Os barracões eram construídos distantes das áreas urbanas dos municípios, em sua maioria, ficavam concentrados em regiões de chapadas, próximos de poços de água, para facilitar o trabalho dos maniçobeiros, inclusive em relação à lavagem do látex. Segundo Teresinha Queiroz, nos barracões, aconteciam a pesagem e o registro da borracha extraída pelo maniçobeiro; logo após a pesagem eram realizadas as contas referentes ao fornecimento efetuado durante a semana no barracão (Queiroz, 2006).

Como o endividamento era progressivo, o maniçobeiro ficava obrigado a trabalhar para o mesmo patrão. Perto dos barracões eram construídas choupanas, que serviam de residência para o maniçobeiro e sua família; os barracões acabavam se transformando em pequenos lugarejos.

Ao chegar ao barracão, era antecipada ao maniçobeiro e sua família certa quantia de alimentos, roupas e outros objetos. Os médicos sanitaristas Belisário Pena e Arthur Neiva relataram que, nos maniçobais piauienses, onde eram instalados os barracões, também havia um armazém de propriedade do barraquista, em que os maniçobeiros eram obrigados a comprar gêneros alimentícios, cujos preços eram 100% e 200% mais elevados que os cobrados nas feiras dos municípios (Pena; Neiva, 1916).

Esses barracões mantinham um estoque de tudo o que os maniçobeiros pudessem necessitar, e como os extratores chegavam, geralmente, sem recursos, era o barracão que lhes adiantava víveres, roupas e outras necessidades, sob a condição de ser vendida a borracha colhida. Os barracões

---

A coerção é econômica: como não possui os meios de produção, resta-lhe apenas vender sua força de trabalho para garantir a própria subsistência e a de sua família. A força de trabalho torna-se uma mercadoria transacionada no mercado, como todas as demais mercadorias. Ver: BASTOS, Vânia. *Para entender a economia capitalista: noções introdutórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. p. 14.

eram construídos na maioria das vezes em terras devolutas<sup>6</sup> das quais, com o desenvolvimento do mercado extrativo, a posse passou a ser fiscalizada pelo governo, com o intuito de cobrar impostos pelo arrendamento delas. Nos terrenos de propriedade particular, os proprietários, quando não interessados na exploração da borracha, preferiam vender ou alugá-los a outros, para exploração. Havia lugares, não especificamente nos maniçobais piauienses, mas em outras regiões do país, onde, para explorar o látex nos terrenos particulares, os maniçobeiros tinham de pagar uma renda em dinheiro ou em borracha para a permissão de trabalhar nos maniçobais (Zehntner, 1914).

Desse modo, o maniçobeiro era um devedor que não conseguia saldar suas dívidas, pois ela crescia constantemente, haja vista que os produtos fornecidos pelo armazém eram necessários para garantir a sobrevivência dele e de seus familiares, como alimentos e a água consumida durante a extração do látex. Os barraquistas forneciam, além de alimentos, roupas e utensílios. Os maniçobeiros não tinham liberdade de comprar seus produtos em outros armazéns, seu direito de consumo era restrito ao armazém do barraquista ao qual ele estava subordinado, pagando-lhe determinada quantia por quilo de borracha. O maniçobeiro só conseguia quitar sua dívida quando havia transferência de patrões. No momento em que o novo patrão assumia a dívida, o maniçobeiro, sob o jugo desse recente proprietário, iniciava os seus trabalhos já na condição de devedor.

Há relatos de maniçobeiros que tentaram fugir da opressão dos barraquistas, no entanto, eram alcançados pelos jagunços que prestavam serviços aos proprietários: “É inútil qualquer fuga ou rebelião, as turmas são guardadas à vista por capatazes armados; e o sistema é tão generalizado que, mesmo na Fazenda Serra, administrada por dois ingleses, os capatazes fazem o serviço de carabina em punho” (Pena; Neiva, 1916, p. 180).

Assim, percebe-se que as relações de trabalho estabelecidas no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, no Piauí, pelo sistema de barracão, continuaram a ocorrer em condições de

---

6. De acordo com a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, art. 3, são terras devolutas as que não se acharem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou municipal. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial. Para essa análise, ver: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016. p. 112.

coerção, a exemplo dos trabalhadores escravizados do século XIX.

A disciplina imposta aos cativos, quando da desestruturação do sistema escravista, foi efetivada com a intervenção do Estado, por meio da promulgação de leis paliativas de libertação dos escravos, cujo objetivo era disciplinar e coagir a força de trabalho. No início do século XX, a disciplina e a obediência impostas aos extratores da maniçoba no sudeste do Piauí se concretizavam pela dominação pessoal dos barraquistas, que haviam adquirido condições de mando pelo controle da propriedade fundiária e influência política. O Estado esteve distante dos maniçobais, no sentido de regulamentar o ofício da extração do látex e minimizar o poder arbitrário dos proprietários de maniçobais.

As autoridades locais ajudavam os barraquistas a encontrar os maniçobeiros fugitivos e denunciavam as práticas de fugas. Relatava-se a violência praticada contra quatro maniçobeiros que haviam fugido de um barracão, localizado na vila de Parnaguá, “tivemos o desprazer de assistir a prisão de quatro maniçobeiros levados à viva força para o barracão de um barraquista” (Pena; Neiva, 1916, p. 199).

Os maniçobeiros, quando eram encontrados por seus algozes, sofriam diversos castigos físicos, caso resistissem, eram mortos impiedosamente. José de Sousa Martins, ao analisar as condições de trabalho asentadas no sistema de parceria no Sudeste cafeeiro, reitera que o caráter opressivo do sistema de parceria adotado pelos fazendeiros era manifesto, sobretudo, no fato de que, embora os colonos fossem juridicamente livres, não o eram economicamente, do que resultava uma situação similar a do escravo (Martins, 1990, p. 64).

No que se refere à situação dos maniçobeiros presos ao sistema de barracão, entendemos que eles eram livres juridicamente, mas sua condição de expropriados não os tornava proprietários de sua força de trabalho, desse modo, tornaram-se alvo da arbitrariedade cometida pelos barraquistas. E as áreas onde estavam localizados os barracões eram vistas como locais perigosos, pelo número constante de assaltos e crimes, como podemos perceber no relato dos viajantes:

Os nossos camaradas não nos inspiram, e estamos sempre receosos de alguma traição, sobretudo, agora que vamos atravessar uma região perigosa de barracões de maniçobeiros, gente sem escrúpulos arrebanhada nos sertões da Bahia, cangaceiros habituados aos assaltos, passamos por

alguns ranchos de maniçobeiros, com os quais conversamos, ouvindo-lhes a história de sua escravização (Pena; Neiva, 1916, p. 195).

A propósito da escravização dos maniçobeiros, o mais revoltante era a realidade de alguns rapazes pobres, entre doze e dezesseis anos, e crianças com idade menor, que acabavam sendo contratadas pelos barraquistas. Alguns agenciadores, na condição de tropeiros ou barraquistas, chegavam às moradias mais miseráveis dos municípios extratores da maniçoba e, ao interessar-se por alguma criança, entregavam-na ao fazendeiro, com consentimento dos pais, em troca de 90 a 100\$ réis, valor correspondente às despesas que havia realizado para a manutenção do pequeno: “O infeliz ao entrar para o serviço do novo dono terá que trabalhar por miseráveis salários sofrendo ainda o desconto da roupa e gêneros fornecidos, até conseguir alforriar-se” (Pena; Neiva, 1916, p. 199). Contudo, não havia nenhuma repressão contra os agenciadores de menores, utilizados como força de trabalho nos maniçobais piauienses.

Os barraquistas, tropeiros e fazendeiros que recrutavam crianças e jovens para a extração do látex tinham relações políticas com os governos e autoridades locais, os quais eram coniventes com a “traficância” de menores nos maniçobais. Eles dispunham de agentes que viajavam por toda parte, aliciando os maniçobeiros, inclusive, crianças e jovens.

Essa cumplicidade existia porque os fazendeiros eram vistos como “senhores de todos”, detinham grande autoridade e o seu poder era incontestável. De acordo com relatos da época, o papel desempenhado pelo fazendeiro proprietário de maniçobais, no início do século XX, estava relacionado com sua concentração de renda e seu nível de cultura. Por meio destes “poderes terrenos”, ele exercia grande influência sobre os moradores, que só acabava quando entrava em contato com a esfera de influência de outro proprietário tão abastado quanto ele. Vale ressaltar que as fazendas eram isoladas umas das outras, tendo em vista que se caracterizavam por se tratar de latifúndios de dimensões sempre crescentes.

### **Concentração fundiária no extrativismo da borracha de maniçoba no Sudeste do Piauí**

O problema da concentração da propriedade da terra no Brasil encontra-se no processo de gênese da formação do seu território. Desde

o sistema de divisão das terras, por meio das capitânicas hereditárias e a concessão das sesmarias, foi possível promover a privatização das terras brasileiras, obedecendo a critérios de privilégios baseados em diferenciação étnica e de classe. Em 1822, o regime sesmarial foi extinto, o Brasil passou quase trinta anos sem promover nenhuma regulamentação na apropriação do domínio de terras até o momento da promulgação da Lei de Terras, de 1850. O período que se estendeu entre 1822, e 1850 ficou conhecido como “império de posses”, caracterizado pela ausência de leis e decretos que normatizassem a propriedade da terra. Nesse momento, são formadas as oligarquias rurais no Brasil, apropriando-se de grandes extensões de terras, por meio de relações de clientelismo com o Estado. Com a constituição republicana de 1891, os estados ficaram responsáveis pela emissão de títulos de propriedade, e não mais a União, fortalecendo assim o poder das oligarquias estaduais.

O processo de gênese da concentração fundiária no Piauí também se encontra na concessão de sesmarias, evidenciada ainda na formação do seu território. Os irmãos Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, organizados em bandeiras, em perseguição e conquista aos índios, foram os primeiros beneficiados na aquisição de grandes propriedades de terras, por meio do regime sesmarial: “Supondo Domingos Afonso e seus sócios que na qualidade de descobridores eram os únicos senhores da vasta região do Piauí arbitrariamente, entre si, partilharam as terras” (Alencastre, 2015, p. 46).

Vale ressaltar que a concentração fundiária no Piauí deu-se como no restante do Brasil, por meio da concessão de sesmarias, promovendo uma acumulação primitiva, em que a terra desempenhou a função de capital. Entretanto, essa divisão de terras ocorreu de forma arbitrária, obedecendo a critérios de dominação pessoal, como podemos ver no testamento de Domingos Afonso Mafrense, celebrado na cidade da Bahia, em 12 de maio de 1711:

Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas: e havendo dúvidas entre mim, e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel,

sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Valensuella da Silva, na qual declaramos os sítios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós, ou pelos rendeiros que metêssemos, como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacuum como cavalar, e todos fornecidos com escravos e cavalos, e o mais necessário; o que tudo constará dos meus papéis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas; e outros muitos estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor (Costa, 1974).

Solimar Lima, ao analisar a concentração fundiária no Piauí, ressalta que os sesmeiros se faziam “donatários da terra”, de modo que a propriedade da terra centralizava-se nas mãos de poucos, em decorrência de “favores reais” concedidos. Dentre eles, a conquista da população nativa. Para o autor, o controle da propriedade da terra no Piauí foi vista pela historiografia como ausente de conflitos e disputas: “Reproduziu-se a visão da fazenda desconhecedora da diferença de classe do proprietário paternalista e do trabalhador fiel” (Lima, 2010, p. 73-91). Entretanto, a configuração das relações sociais, desde a segunda metade do século XVII e a incidência do século XVIII, dar-se-á por meio de conflitos entre arrendatários, criadores e vaqueiros pelo domínio da propriedade da terra e, por conseguinte, da renda fundiária conquistada pelo sobretrabalho<sup>7</sup> da mão de obra explorada.

Percebe-se que, à medida que a renda da terra auferia lucros para os proprietários, maior a incidência de disputas pela apropriação fundiária. Assim, entendemos que o processo de gênese da formação e ocupação do território piauiense, marcado pela concessão de sesmarias, ao obedecer a critérios de privilégios, foi responsável em delinear as relações de trabalho

---

7. A atividade desenvolvida na segunda parte do dia pode ser denominada trabalho excedente ou sobretrabalho, que excede às necessidades imediatas. O sobretrabalho não é remunerado. O produto desse trabalho é excedente, isto é, além e acima do necessário à sobrevivência e reprodução do homem. O sobretrabalho é responsável pela formação do capital. Ou seja, este é formado por trabalho não pago. Para esta análise, ver: BASTOS, Vânia. *Para entender a economia capitalista: noções introdutórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. p. 8-9.

no Piauí, inclusive no sistema de barracão, evidenciado no extrativismo da borracha de maniçoba no sudeste do estado, no início do século XX.

O comércio da borracha tornara-se expressivamente atrativo, devido às vultosas exportações. Dessa forma, a procura por terrenos onde houvesse a maniçoba, principalmente no seu estado silvestre, passou a ser um imperativo, de modo que alguns trabalhadores passaram a invadir maniçobais localizados em propriedades particulares. No ano de 1907, a fazenda da Sra. Benedita Lustosa de Sousa foi invadida. O seu genro protestou o acontecido nos órgãos judiciais à época, responsabilizando os maniçobeiros oriundos do estado da Bahia pela invasão: “Venho, perante o poder competente, protestar contra a invasão e conseqüente destruição dos grandes maniçobais, matas e caatingas do lugar de sua legítima e única propriedade denominada-Tábua”<sup>8</sup>. Conforme registramos anteriormente, o período de 1822 a 1850 foi marcado pelo “império das posses”, quando da extinção do regime sesmario (1822) e a promulgação da Lei de terras (1850).

Nesse intervalo de tempo, registra-se um período de vinte e oito anos, em que as pessoas se apropriaram do controle da propriedade territorial de forma arbitrária. É nesse sentido que as invasões serão justificadas, alegando o fato de serem propriedades sem demarcação judicial.

Contudo, é importante ressaltar que o Império Brasileiro, mediante a Lei de Terras de 1850, garantiu os direitos dos ocupantes de terras e possuidores de títulos de sesmaria com empreendimento agrícola instalado até aquela data. Os apossados, sob o regime de sesmaria, tiveram o seu direito de proprietário garantido. Para que esse direito fosse efetivado, era necessário declarar suas terras nas paróquias locais.

Hebe Mattos chama a atenção para o fato de que, no período entre 1855 e 1860, os registros foram realizados em quase todas as paróquias do Império, sem, no entanto, os trabalhos de medição e revalidação. Nesse sentido, os registros paroquiais valeram como títulos de propriedade (Castro, 2009, p. 18-19)<sup>20</sup>.

Os ocupantes de terras existentes na área produtora de maniçoba no Piauí apresentavam os registros paroquiais para validar seu domínio de propriedade em momentos de disputas pelo controle da terra. Foi o caso do conflito envolvendo Marcos José dos Santos e Herculano Ferreira de Carvalho, fato mencionado anteriormente. O primeiro, para provar que

---

8. PROTESTO Parnaguá. *O Comércio*. 17 nov. 1907, ano 2, n. 71, p. 3. Secção paga.

as terras nas quais se encontrava um enorme maníçobal eram suas, apresentou uma escritura pública de compra mediante um registro paroquial procedido em 22 de junho de 1885, pelo vigário de São Raimundo Nonato, Sebastião Ribeiro Lima. Os conflitos por terras aconteciam justamente porque, quando da realização dos registros paroquiais, não fora feito o serviço de medição e revalidação dessas terras.

Com o desenvolvimento da indústria gomífera no Piauí, os limites dessas fazendas passam a ser motivo de disputas e questionamentos. Assim, acontecia a construção de um barracão para extração do látex em fazendas cujos limites eram questionáveis, ocasionando conflitos.

A historiografia que se debruçou em estudar o mundo agrário no Brasil demonstra que sempre houve uma resistência dos senhores proprietários de terras em demarcar os limites de seus terrenos, ainda na vigência do regime sesmarial, o qual foi extinto em 1822. Esse problema tomou novas e maiores proporções com a aprovação da Lei de Terras de 1850, que possibilitou uma maior vigilância do Império Brasileiro em relação às terras devolutas. Para Márcia Motta, as medições e demarcações das terras de sesmarias “feriam” os interesses dos grandes fazendeiros, fazendo com que eles insistissem em descumprir as ordens Reais (Motta, 1998, p. 39). A explicação para a resistência dos senhores em demarcar os limites de suas propriedades encontrava-se no fato de que a extensão de seus territórios determinava o seu poder diante de toda a comunidade. Desse modo, para além do domínio territorial, era necessário exercer o poder sobre outros indivíduos. Esse jogo de relações se fazia necessário no campo da disputa política não só para manter os seus territórios como também para expandi-los.

Havia também os apossados, que não possuíam títulos de propriedade, a exemplo dos registros paroquiais, no entanto, foram considerados “proprietários”, em virtude da apropriação do trabalho. Para essa categoria, a seguinte análise é bastante explicativa: “Só é legítima a posse da terra porque é baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista” (Godoi, 1999). É nesse contexto que se inserem os ocupantes que serão objeto da vigilância do Estado, quando do apogeu do mercado da borracha no Piauí.

As vastas extensões de terra onde estava o maior número de maniço-

bais encontravam-se em territórios pertencentes ao Estado, no entanto, entregues a apossados, que realizavam a exploração da maníçoba sem pagar nenhum imposto para a receita pública. No entanto, com o desenvolvimento da economia da borracha voltada para o mercado externo, os dirigentes do Estado perceberam que os cofres públicos estavam perdendo uma oportunidade de arrecadação. Essas terras consideradas devolutas estavam sendo apropriadas ainda sob “o império das posses”, não prevalecendo, deste modo, a Lei de Terras (1850), que conferia o título de proprietário apenas mediante a compra.

Além desse exposto, afirmava-se também que os apossados exploravam os maníçobais sem prudência, “os particulares exploram com real prejuízo para o Estado, os estragam, incendiam, desvalorizam de forma que mais tarde, não encontrará o governo por eles, o preço de que atualmente podem gozar”<sup>9</sup>.

É nesse contexto que as mensagens governamentais do início do século XX serão enfáticas ao abordar a demarcação das terras públicas como medida urgente a ser tomada pelos dirigentes do Estado. No ano de 1909, Anísio de Abreu reiterava a necessidade de proteger as terras devolutas por meio da demarcação e arrendamento. Afirmava que essas terras haviam sido apropriadas de forma clandestina, “o desrespeito a essa propriedade do Estado, que incontestavelmente constitui o seu mais rico patrimônio, agrava-se, sobretudo, nos municípios que possuem maníçobais nativos”<sup>10</sup>. Com a Proclamação da República e o dispositivo constitucional de 1891, ficou estabelecido que a demarcação e divisão das terras devolutas e as propriedades particulares das diversas unidades federativas passavam à responsabilidade do Estado.

Para assegurar o direito aos proprietários de revalidar e legitimar as suas posses, foi elaborado o regulamento de 1898, criando o registro geral de terras, do mesmo modo como aconteceu em 1854, com a instituição por parte do império do registro paroquial<sup>11</sup>.

---

9. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – APEPI. Poder Executivo. Relatório apresentado ao Exm. Antonino Freire da Silva, governador do Estado do Piauí, em 22 de maio de 1911. Pelo secretário de Estado da fazenda coronel João Augusto Rosa. Envelope. 8. Ano 1911.

10. APEPI. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Anísio Auto de Abreu, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1909.

11. APEPI. Mensagem lida a 1º de junho de 1925 perante a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Diretoria de agricultura, terras, viação e obras públicas.

Protelava-se a todo instante a demarcação das terras devolutas, mesmo com a criação do regulamento de terras de 1898, que consistia em organizar o registro geral de terras e, dessa maneira, assegurar o direito de propriedade dos fazendeiros. Ainda em 1904, Francisco Arlindo Nogueira, governador do estado, relatava: “Não me foi possível também iniciar como pretendia o serviço de demarcação das terras devolutas do Estado, onde existem grandes mançobais, entregues à exploração particular”<sup>12</sup>.

Entendemos que o serviço de demarcação das terras devolutas arrasava-se, porque o Estado não possuía recursos suficientes para contratar profissionais habilitados para o trabalho de divisão das terras, a exemplo dos topógrafos. Como também exigia um contingente maior da força pública para uma possível resistência dos ocupantes. O governador do estado já havia enviado um número bastante significativo de policiais para fazer a segurança dos municípios produtores da mançoba, devido ao número crescente de conflitos. Entretanto, muitos dos oficiais e soldados acabavam desertando, alegando o alto custo de vida nessa área, em decorrência da seca e do aumento da violência de forma sistemática.

Portanto, ao tempo em que a demarcação das terras devolutas não acontecia, os conflitos em torno do domínio da propriedade da terra continuavam, sem cessar. O governador Álvaro de Assis Osório alertava para as insistentes reclamações recebidas sobre a “situação perigosa” em que se achava o município de São Raimundo Nonato. O governador relatava que as reclamações eram sempre sobre disputas por áreas onde se encontravam grandes extensões de mançoba, geralmente, no seu estado nativo.

Além de tentar combater os invasores “malfeitores”, provenientes de outros estados como Pernambuco e Bahia, que, atraídos pelo mercado da borracha, estavam apoderando-se das terras devolutas pertencentes ao Piauí, também se fazia necessário protestar contra uma firma comercial de norte-americanos que tinha invadido áreas pertencentes ao Estado. Para assegurar o controle das terras devolutas diante da ocupação dessa empresa, o governador Álvaro de Assis enviou dois agrimensores e um oficial militar, com o objetivo de minimizar os conflitos iminentes, haja vista que essas terras devolutas também estavam sendo ocupadas de forma

---

12. APEPI. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1904 pelo Exmo. Sr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado.

clandestina por diversos outros trabalhadores interessados na extração e comercialização da maniçoba<sup>13</sup>.

Com efeito, o problema em torno da concentração e uso das terras onde estavam localizados os maniçobais, gerou grandes disputas, envolvendo, inclusive, empresas estrangeiras. O cenário socioeconômico construído pelo mercado da borracha no sudeste do Piauí possui na apropriação fundiária o seu núcleo e essência, tornando-a objeto de análise complexo, visto que a disputa pelo uso da terra envolvia diferentes segmentos sociais: extratores do látex, barraquistas, comerciantes, pequenos agricultores e empresas estrangeiras, corporificando o capital externo.

Toda essa infraestrutura construída na elaboração do mercado extrativo no Piauí mobilizou diversas situações que se apresentaram de forma intrincada, quais sejam: diversos tipos de posse, limites de fazendas sendo protestados, inúmeros apossados questionando o direito de apropriação da mesma área em questão, e a relação conflituosa entre os interesses do capital estrangeiro e os da esfera estadual pelo uso das terras devolutas.

Todavia, sabemos que as empresas estrangeiras que vieram para o Brasil, interessadas no mercado da borracha, ao se instalarem nas áreas produtoras e apropriar-se da força de trabalho, não contribuíram na melhoria das relações de trabalho, cooperando assim para a desvalorização da mão de obra. Em contrapartida, o capital externo favoreceu o crescimento de algumas dessas regiões. Para os seringais da Amazônia, o capital estrangeiro engendrou grandes transformações em relação ao desenvolvimento estrutural das áreas urbanas.

Na compreensão de Silva, a primeira fase de extração da borracha na Amazônia apresentou dificuldades pela ínfima existência de capitais privados regionais. Posteriormente, foi possível o desenvolvimento, porque o capital estrangeiro possibilitou o financiamento inicial de toda a infraestrutura necessária. Ainda, segundo o autor, a primeira fonte de acumulação de capital para o desenvolvimento da empresa seringueira estava nas mãos de estrangeiros, portugueses e ingleses. Os europeus construíram o porto de Manaus, usina elétrica, linhas de bonde e trouxeram a navegação a vapor (Silva, 2010)<sup>28</sup>.

No extrativismo piauiense, foi possível perceber que a ação do capital estrangeiro se resumiu a garantir aos donos das casas exportadoras o co-

---

13. APEPI. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1907 pelo Exmo. Sr. Álvaro de Assis Osório Mendes.

mércio da borracha, o incentivo à migração dos trabalhadores piauienses para os seringais da Amazônia, por intermédio da empresa norte-americana *Rubber Development Corporation* e propiciar a formação do mercado de trabalho, no sentido de subordinar o trabalho ao capital. Entretanto, não garantiu melhorias nas condições de trabalho, que continuaram precarizadas e análogas à escravidão do século XIX, tampouco viabilizou o desenvolvimento urbano, a exemplo do que aconteceu na Amazônia.

As melhorias urbanas, verificadas principalmente na capital Teresina, tiveram como fonte a cobrança de impostos em torno da atividade extrativa, a qual era feita para toda a cadeia do comércio da borracha. Havia, inclusive, a cobrança de impostos para agenciadores de trabalhadores piauienses para outros estados, sobretudo para os seringais da Amazônia, como podemos atestar:

Fontes de receita como a exportação da borracha que foi calculada em 120.000\$000, como a exportação do gado em 80.000\$000 ficarão reduzidos, menos da metade, pela ação concorrente e complexa da seca, da falta de braços para o trabalho e de compradores. Ao lado da redução destas verbas de receita, outras existem puramente nominais como a de agenciadores de colonos e trabalhadores para outros estados, computada em 10.000\$000 cifras a que jamais atingiu semelhante imposto mesmo nos melhores dias da fabulosa riqueza que atraía os nossos braços aos seringais do Pará e do Amazonas<sup>14</sup>.

A presença das empresas estrangeiras nos maníçobais piauienses foi vista por meio dos conflitos em torno das terras devolutas pertencentes ao Estado. Portanto, sua ação não foi perceptível no crescimento da infraestrutura da indústria gomífera. O desenvolvimento que esse mercado sofreu no Piauí foi em decorrência da acumulação primitiva de capital, ocasionada pela concentração fundiária e, posteriormente, na cobrança de impostos pelo comércio da maniçoba, como verificamos anteriormente. A empresa norte-americana chamava-se *Hirchs e Hess*: “Em 1907, ocorreu séria disputa pelo controle de terras devolutas dos municípios de São Raimundo Nonato e São João [do Piauí], envolvendo a empresa americana *Hirchs e Hess*” (Queiroz, 2006, p. 121).

---

14. APEPI. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual por Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1902.

Sobre esse conflito, relatou-se que uma “sociedade americana” havia comprado, no município de São Raimundo Nonato, uma fazenda para plantio de maniçoba, entregando a sua administração ao engenheiro José Correia de Lacerda, residente na cidade de Remanso, na Bahia. Este, no intuito de alargar os limites da dita fazenda, procurou reunir grande número de “turbulentos”<sup>15</sup> das margens do rio São Francisco e, armados de rifles, começou a fazer o alargamento das terras, estendendo-se para as terras devolutas. No entanto, ao fazerem essa extensão, chocou-se com maniçobeiros residentes e alojados em barracões contratados pelo barraquista Ângelo de Miranda.

O Sr. Lacerda, engenheiro contratado pela empresa norte-americana e responsável pelo alargamento arbitrário dos limites da fazenda, despejou à força os maniçobeiros do barracão do Sr. Ângelo de Miranda, em seguida, retornou para Remanso. Não reconhecendo o direito do Sr. Lacerda, o barraquista Ângelo repôs a sua turma de maniçobeiros e dispensou os trabalhadores do engenheiro. Ao saber do acontecido, prometeu que, em breve, estaria no município de São Raimundo Nonato, para um confronto “bélico” contra Ângelo de Miranda e seus maniçobeiros, provocando medo na população<sup>16</sup>.

Nesse contexto, foi possível perceber a atuação das empresas estrangeiras, em especial a *Hirchs e Hess*, de procedência norte-americana, na indústria gomífera do Piauí, envolvida em disputas por terras e, não necessariamente, no desenvolvimento da infraestrutura da economia da borracha, como aconteceu nos seringais da Amazônia. O que nos permite inferir, mais uma vez, acerca da importância da apropriação fundiária para o exercício da atividade extrativa no Piauí. Demonstrando, pois, que a aquisição de terras se delineou como aspecto fundante do mercado da borracha nessa área do sertão nordestino.

A historiografia piauiense que se debruçou sobre o contexto social e econômico da maniçoba também evidenciou os problemas engendrados em torno da aquisição e uso das terras para o comércio da borracha, assentado no sistema de barracão. Entretanto, essa mesma historiografia

---

15. Eram maniçobeiros oriundos do Estado da Bahia e Pernambuco, que ficaram conhecidos como “malfeitores” em razão do envolvimento com brigas e crimes em torno da indústria gomífera. Cf. Pena; Neiva, op. cit., 1916.

16. APEPI. Palácio do Governo. Assunto: Municípios. São Raimundo Nonato, 12 de abril de 1907.

atribuiu para esses conflitos, unicamente, as ações dos maniçobeiros provenientes de outros estados, confirmando um pensamento, historicamente herdado pela população das áreas produtoras de maniçoba, de que esses “forasteiros” eram “turbulentos” e “malfeitores”, e todos os crimes e disputas incididos no contexto do mercado da maniçoba tinham como ascendência esses trabalhadores de outros estados.

O que essa mesma historiografia não atentou foi para o fato de que todos os conflitos decorriam do controle e do domínio da propriedade da terra nas mãos dos fazendeiros e arrendatários. Todos os maniçobeiros, independente da sua naturalização, eram despossuídos de seus meios de produção, inclusive, o direito pelo uso da terra. Aviltado pelo sistema de barracão, a sua força de trabalho foi totalmente desvalorizada. Um maniçobeiro fazia incisões em duzentas árvores, diariamente, a borracha colhida era apenas para garantir a sua sobrevivência, portanto, sem condições de acumulação, restringindo-o violentamente do acesso à terra.

### **Considerações finais**

O estudo sobre as condições de trabalho no extrativismo da borracha de maniçoba no Piauí nos oportuniza problematizar e pensar como se deu o processo de transição do trabalho escravizado da segunda metade do século XIX para o trabalho assalariado no início do século XX. E, conseqüentemente, dentro desse cenário histórico, observar como ocorreu a formação do mercado de trabalho no Piauí no começo do século XX. As relações de trabalho desenvolvidas na indústria gomífera no estado traziam na sua essência características herdadas do sistema escravista do século XIX, o que nos fez perceber uma espécie de “escravidão reabilitada” no limiar da República brasileira, na qual o processo produtivo aconteceu sobretudo no campo. O assalariamento não esteve presente como forma de remuneração predominante para este momento; foram evidenciadas formas transitórias de assalariamento, a exemplo da meação, que tinha como característica principal o sistema de endividamento, tornando o trabalhador cada vez mais dependente das ações arbitrárias do seu patrão.

As condições de trabalho inseridas no contexto da exploração e comercialização da maniçoba eram determinadas pelo caráter privado das relações sociais exercidas pelos barraquistas mediante o controle da propriedade da

terra, tornando, assim, os trabalhadores vulneráveis aos arbitramentos da dominação pessoal. Quando se operacionalizou a regionalização da formação do mercado de trabalho na Primeira República, o governo federal foi proibido pela Constituição Republicana de 1981 de interferir na regulamentação do trabalho, promovendo a efetivação do clientelismo.

Nesse momento, o desenvolvimento da indústria gomífera no estado foi responsável por delinear características próprias no processo produtivo à época, em razão das significativas cifras de exportação, que viabilizaram a migração de diversos trabalhadores de outros estados para a região sudeste do Piauí, acirrando as disputas pelo domínio da propriedade da terra e possibilitando a concentração de uma massa de trabalhadores apta a vender sua força de trabalho para o mercado da borracha.

A receita pública do estado conseguiu uma arrecadação significativa para os cofres do Piauí graças aos impostos cobrados sobre a maniçoba. Esses recursos adquiridos foram investidos, particularmente, na infraestrutura de Teresina, no que diz respeito aos serviços de luz e abastecimento d'água da capital. Entretanto, com a concorrência dos mercados asiático e africano, o negócio da borracha no Brasil entra em crise e o desenvolvimento que o estado do Piauí havia adquirido com essa atividade produtiva começa a sofrer refrações.

A crise é explicada pela ausência de interesse do governo federal em assegurar o Plano Nacional da Defesa da Borracha. No Piauí, as péssimas condições das estradas, a ausência de investimentos em maquinário mais desenvolvido no plantio e extração da maniçoba e a falsificação da borracha exercida pelos maniçobeiros são utilizadas como justificativas para a crise e o declínio da indústria gomífera no estado. No entanto, além desses fatores, também contavam as péssimas condições de trabalho dos maniçobeiros, aviltados pelo sistema de barracão, que os constituía eternos devedores por meio da remuneração, baseada na meação, que consistia na troca de produtos por quantidade de borracha produzida.

O assalariamento aparece no extrativismo, porém, sofrendo rebaixamento nos níveis salariais, por causa da formação de um exército de trabalhadores no início da República brasileira em decorrência, inclusive, da desestruturação do sistema escravista. A lei da oferta e da procura provocará a precarização das relações de trabalho na Primeira República, tornando o cotidiano de trabalho dos maniçobeiros análogo aos trabalha-

dores escravizados do século XIX, demonstrando que a luta desses trabalhadores ainda não havia terminado.

## Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

BASTOS, Vânia. **Para entender a economia capitalista: noções introdutórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: FGV: FAPERJ, 2009.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Arte Nova. v. 2, 1974.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

LIMA, Solimar Oliveira. Fortunas do gado: fraudes e acumulação subtraída nas fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mario. **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2010.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **“Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”**: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850- 1888). 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito**

de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

SILVA, José Rubinstein. **Redes de aviamento da borracha e a organização espacial de Fortaleza do Abunã/Amazônia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, 2010.

### **Outras Fontes**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – APEPI

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Anísio Auto de Abreu, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1909**. Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1904, pelo Exmo. Sr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado**. Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1907 pelo Exmo. Sr. Álvaro de Assis Osório Mendes**. Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual, por Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1902**. Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem lida a 1º de junho de 1925 perante a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**. Diretoria de agricultura, terras, viação e obras públicas. Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. **Assunto:** Municípios. São Raimundo Nonato. 12 de abril de 1907.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Poder Executivo. **Relatório apresentado ao Exmo. Antonino Freire da Silva, governador do Estado do Piauí, em 22 de maio de 1911, pelo secretário de Estado da fazenda coronel João Augusto Rosa.** Envelope 8. Ano 1911. Teresina.

NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ NUPEM/UFPI

Jornais

O COMMÉRCIO. São João do Piauí, 7 out. 1909, ano 1, n. 15, p. 2.

PROTESTO Parnaguá. **O Comércio.** 17 nov. 1907, ano 2, n. 71, p. 3.

Relatórios

PENA, Belisário; NEIVA, Artur. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte ao sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz.* Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916.

ZEHNTNER, Leo. **Relatório sobre o estudo da borracha de maniçoba do estado da Bahia, em relação ao problema das secas.** Rio de Janeiro, 1914. p. 27.

# O PROGRESSISMO CIENTIFICISTA DE ABDIAS NEVES

*Rodrigo Thadeu Paiva Dias<sup>1</sup>*  
*Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz<sup>2</sup>*

O século XIX foi um período fecundo em novidades. As populações ocidentais assistiram a diversos avanços técnico-científicos que impactaram de maneira significativa a vida cotidiana, aumentando certa percepção de bem-estar social, ao menos, entre as elites. Esses segmentos, através do otimismo radicado daquele contexto, aproximaram-se de perspectivas intelectuais tendentes a atribuir um sentido à história. O amanhã haveria de ser, portanto, sempre melhor que o hoje; o progresso parecia inevitável e irresistível aos olhos de quem testemunhava o que parecia ser o pleno desabrochar desse processo profundamente antropocêntrico (Hobsbawm, 2019).

Este texto discutirá como Abdias Neves,<sup>3</sup> um dos mais destacados pensadores piauienses do início do século XX, percebeu essas transforma-

---

1. Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2021). Atualmente (2023-2025) realiza Mestrado em História do Brasil, na Linha de Pesquisa História, Cultura e Arte, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual, História e Literatura, História e Imprensa.

2. Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense.

3. Abdias da Costa Neves (1878-1928) foi bacharel em Direito, político, jornalista e maçom de grande destaque no Piauí da Primeira República. O intelectual se tornou perene na memória piauiense através de sua atuação na política partidária, chegando a ser senador da República entre 1915 e 1924, e na cultura escrita, publicando diversas obras, entres quais se destacam: *A Guerra do Fidié* (1907), *Um Manicaca* (1909) e *Psicologia do Cristianismo* (1910). O pensamento de Abdias Neves é marcado por tendências anticlericais e científicas.

ções, relacionou-se com as construções culturais do Oitocentos e formulou a sua própria visão sobre o progresso, firmada sobre bases científicas.

O Piauí no qual viveu o intelectual, na percepção de muitos dos livres-pensadores da época, era um estado rudimentar nas mais diversas esferas: da religiosidade exacerbada à instrução pública, da infraestrutura ao lazer, dos aspectos mais ordinários da vida cotidiana à macroeconomia. Inserido nesse tempo-espaço, Abdias Neves buscou, através da ponta de sua pena, interferir na mecânica que regia a vida social piauiense. Em seus escritos estão registradas proposições a respeito de um vir a ser desejado que, na prática, representava radical oposição ao universo piauiense como ele se apresentava (Queiroz, 2011; Pinheiro, 2003).

Os posicionamentos de Abdias Neves estavam pautados em um fundo teórico bastante comum aos intelectuais daquele período. A partir da leitura de nomes como Herbert Spencer<sup>4</sup> e Ernest Renan<sup>5</sup>, o autor registrou na cultura escrita uma série de reflexões sobre o caminho a ser trilhado rumo ao progresso. Essas reflexões, entre as quais se encontram denúncias e vaticínios, são pistas reveladoras sobre a forma como Abdias Neves se relacionou com o contexto no qual estava inserido (Pinheiro, 2003).

Por fim, o estudo parte da análise de duas modalidades distintas de escritos do autor: os artigos publicados entre 1901 e 1902 no jornal *Nortista*, de Parnaíba (PI), sobre o declínio da pecuária piauiense; e as obras anticlericais *Um Manicaca* (1909) e *Psicologia do Cristianismo* (1910). Esses textos, embora distintos do ponto de vista das temáticas abordadas, apresentam evidências a respeito da posição científica adotada por Abdias Neves na interação com as questões de seu tempo. Objetivamente, busca-se compreender a posição do intelectual, no início do século XX, sobre a forte crença no progresso disseminada em sua época, a partir de um processo iniciado no decorrer do século XIX.

---

4. Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo, biólogo e antropólogo inglês amplamente divulgado no ocidente entre o fim do século XIX e o início do século XX. As ideias de Spencer integraram o pensamento de diversos intelectuais brasileiros, especialmente no tocante à aplicação de princípios darwinistas aos estudos socioculturais e às suas formulações sobre a noção de progresso.

5. Ernest Renan (1823-1892) foi um destacado intelectual francês do século XIX, reconhecido especialmente por seus estudos no campo da religião. Diversos de seus escritos tiveram grande ressonância internacional, de modo que, no Brasil, inspirou o pensamento de nomes como Joaquim Nabuco, Luiz Gama e Abdias Neves.

## O progresso

Há muitos séculos o Ocidente convive intimamente com a noção de progresso, em uma relação cercada pelas mais diversas intencionalidades, incluindo motivações políticas. Ora enfraquecida, ora mais acentuada, essa euforia com relação ao futuro está presente em reflexões filosóficas e científicas de importantes pensadores ao menos desde o Renascimento. Os humanistas da Renascença, entretanto, lidavam com um significativo empecilho epistemológico: havia um esforço hercúleo em superar o passado mais recente (Idade Média) exumando um passado longínquo (Antiguidade). Buscava-se, pois, uma espécie de progressismo que rumava ao porvir, mas mirando tempos já idos. A partir de meados do século XVII, a ideia de progresso se associa ao desenvolvimento científico. Nos três séculos seguintes, então, as inovações tecnológicas, exploradas pela indústria, pelo comércio e pelas artes, subsidiaram os momentos em que determinados segmentos das sociedades ocidentais se permitiram olhar para o horizonte com maior esperança (Le Goff, 2013, p. 217-259).

No final do Oitocentos, período em que Abdias Neves se torna bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e vive a sua mocidade, há notáveis movimentações em diversos campos do conhecimento. Disciplinas como a Física, a Genética e a História estavam prestes a passar por verdadeiras revoluções teórico-metodológicas no início do século XX; outras áreas, como a Biologia, já haviam registrado mudanças importantes. Os muitos usos da teoria evolucionista de Charles Darwin<sup>6</sup> abalaram as bases do cristianismo, que passou a ser questionado quanto à sua capacidade de explicar o mundo natural com o qual os seres humanos interagiam. Além disso, algumas das proposições de Darwin sobre a natureza foram aplicadas aos estudos sociais, originando teorias que hierarquizavam as categorias raça e cultura, atribuindo aos brancos europeus uma suposta superioridade em relação a outros grupos étnicos e fundando uma tradição intelectual de racismo científico que durou décadas (Hobsbawm, 2019, p. 373-399).

---

6. Charles Darwin (1809-1882) foi um destacado naturalista britânico do século XIX. Sua obra prima, *A Origem das Espécies* (1859), impactou de maneira significativa os mais diversos campos científicos – dos estudos naturais aos sociais –, ao propor uma teoria evolutiva fundamentada no princípio da seleção natural. Para Darwin, as transformações pelas quais passam os seres vivos ocorrem através da transmissão hereditária de características que potencializam as chances de sobrevivência e, conseqüentemente, de reprodução, dos indivíduos.

Entre os vulgarizadores mais destacados de Darwin, está o inglês Herbert Spencer. Os seus escritos repercutiram de maneira excepcional no Brasil a partir do início do século XX, chegando a inspirar a adoção de políticas públicas por parte do governo federal (Graham, 1973, p. 254). Entre as enunciações de Spencer, pode-se destacar dois pontos centrais: o evolucionismo (baseado na hierarquização dos grupos étnicos, de maneira explicitamente determinista e racista) e a noção de progresso (que se daria de maneira acidentada, irregular, mas irresistível). O pensador inglês está presente nas notas de rodapé de Abdias Neves em sua obra *Psicologia do Cristianismo*, sendo possível, através de uma leitura atenta, perceber a presença de algumas de suas teses nas reflexões do piauiense (Neves, 2015).

Em síntese, para Spencer, haveria uma lei geral do progresso que rege o desenvolvimento dos mais variados domínios: o meio biológico, a sociedade, a política, a astronomia, o mundo microbiano. Todo o universo conhecido, segundo essa perspectiva, caminharia rumo à passagem de um estado homogêneo para um heterogêneo, ou seja, submeter-se-ia a um processo de complexificação da composição dos corpos – sejam eles biológicos, geológicos ou sociais. Toda causa produziria elevado e variado número de efeitos: essa premissa seria o “motor” do progresso (Spencer, 1939). Entender a noção de progresso formulada por Herbert Spencer é importante em virtude do nível de penetração que suas ideias tiveram entre os intelectuais brasileiros contemporâneos a Abdias Neves, incluindo o próprio bacharel piauiense. Spencer, é oportuno dizer, também foi um dos responsáveis pela ampla disseminação do cientificismo no Brasil (Graham, 1973). Com algumas ressalvas, é possível afirmar que as obras do inglês estiveram para o início do século XX como as de Auguste Comte estiveram para a segunda metade do século XIX.

Em linhas gerais, a crença no progresso no recorte analisado neste trabalho esteve ombreada às novidades oriundas dos avanços científicos. Para além dos melhoramentos nos transportes e comunicações, passou-se a buscar por um ideal de civilidade, um modo de vida mais urbanizado e alinhado ao gosto das elites. No Piauí, essa realidade é percebida através das páginas dos periódicos, que registram o descontentamento dos homens de letras com a paisagem que os rodeava. Mesmo a capital, Teresina, apresentava em seu dia a dia cenas como: ruas enlameadas, casas com telhados de palha e animais circundantes (Queiroz, 2011).

Deve-se observar, entretanto, que resvalaria em reducionismo uma tentativa de descrever objetivamente o que foi a crença no progresso durante o período da Primeira República, no Brasil; ou melhor dizendo, como essa postura foi percebida e vivenciada. As experiências que envolvem o progresso nesse longo processo que vai, pelo menos, até o início da Primeira Guerra Mundial, são profundamente plurais (Hobsbawm, 2019).

O panorama traçado brevemente é importante neste momento inicial da análise, uma vez que Abdias Neves não estava, de forma alguma, alheio aos acontecimentos e ideias que agitavam os grandes centros europeus e brasileiros. As manifestações culturais percebidas no universo das letras piauiense dialogavam com um contexto mais amplo, visto que os principais livres-pensadores do estado mantinham comunicação com grandes centros intelectuais brasileiros e, mesmo, europeus – em especial, a França (Queiroz, 2011, p. 232).

### **O declínio da pecuária piauiense**

Entre os anos de 1901 e 1902, Abdias Neves teve assídua participação no jornal *Nortista*, publicado semanalmente em Parnaíba, no litoral piauiense. O periódico tinha como colaboradores importantes nomes da política e das letras, deixando registrados em suas páginas textos sobre os litígios territoriais piauienses, economia, política, moral, enfim, as temáticas mais diversas, que evidenciam algumas das principais preocupações de parcela da elite piauiense, mais próxima ao comércio litorâneo.

Abdias Neves, entretanto, a partir da série de artigos intitulada “Indústria pecuária”, reclama a atenção de fazendeiros e governantes para uma questão própria dos sertões do Piauí: a criação do gado para exportação. O intelectual, à época, ocupava o cargo de Juiz de Direito interino na cidade de Piracuruca, distante cerca de cento e trinta quilômetros de Parnaíba. A partir dessa posição, valeu-se de uma metodologia que marca outros de seus estudos, a observação participante, para perceber questões técnicas da pecuária piauiense e os aspectos culturais constituídos em torno dessa prática: “Tenho procurado utilizar meu estadio no sertão observando e estudando as condições e as energias de nossa principal fonte de receita e creio não haver perdido meu tempo. É o resultado dessas observações que, corrente calamo, passo a dar” (Neves, 23 nov. 1901, p. 1).

O estudo, em síntese, apresenta o cenário de declínio no qual se encontrava a pecuária piauiense – processo que teve início na segunda metade do século XIX. São apontadas duas razões centrais que estariam contribuindo com o alargamento da crise: a passividade do piauiense frente à natureza e a falta de políticas públicas efetivas que incentivassem o aprimoramento da criação de gado. Em relação à primeira causa, Abdias Neves traça uma espécie de perfil psicológico coletivo dos piauienses, que constituiriam um povo desprovido de atitude frente às demandas cotidianas da vida sertaneja, conservando há dois séculos o mesmo modelo de criação do gado vacum. Sobre a segunda questão, para a manutenção da posição do Piauí como um importante estado exportador, seria indispensável a contribuição estatal: “É de notar que, num estado onde a criação é a principal riqueza, não haja uma lei que providencie sobre o caso” (Neves, 23 nov. 1901, p. 1). Aos governos estadual e federal, caberiam ações que contribuíssem para a superação de equívocos e desafios reincidentes nas últimas décadas do século XIX, como a falta de cruzamento entre raças, as epizootias, a exportação de quase todo o gado masculino e as secas. Abdias Neves é categórico ao afirmar que o desenvolvimento da pecuária demandaria um esforço coletivo no sentido da inovação. Seria indispensável explorar as possibilidades ofertadas pelo progresso do Oitocentos nos campos da medicina veterinária e da genética; assim como seria um terrível equívoco a manutenção da fórmula colonial de lida com o gado. A esse respeito, o autor, em tom pessimista, faz a seguinte previsão: “No ano de 1950 a raça estará extinta e o Piauí importará o gado necessário ao abastecimento de sua população” (Neves, 7 dez. 1901, p. 1).

Ao analisar o contexto econômico descrito por Abdias Neves, a historiadora Teresinha Queiroz percebe um cenário semelhante, marcado pelo declínio da atividade pecuária e pela manutenção de práticas oriundas do período colonial na criação dos rebanhos. Além disso, considerável parcela da população piauiense se ocupava da prática da agricultura de subsistência, com escassas possibilidades de ascensão para as posições de maior prestígio, como fazendeiro ou comerciante (Queiroz, 2015, p. 54). O quadro é reafirmado, ainda, por Raimundo Nonato Monteiro de Santana, que destaca o modo rudimentar através do qual era criado o gado: “É inegável a importância relativa da pecuária, já apresentada como a pri-

meira fonte de riqueza e cujo comércio se mantinha. Contudo, não se esqueça que permanecia inteiramente entregue aos recursos que oferecia a natureza” (Santana, 2017, p. 143).

Nesse sentido, na construção do seu discurso pró-ciência, Abdias Neves compara o Piauí a países europeus, com o objetivo de destacar o forte contraste existente entre o estado e os grandes centros do progresso e da civilidade, que seriam vitrines para os expressivos resultados adquiridos através das mais recentes descobertas científicas. Trata-se do desenho de um quadro com dois pontos referenciais: um reprovável e outro ideal. O modelo ideal seria aquele que, alinhado à cultura científica do século XIX, potencializava os resultados de sua economia. O reprovável, aquele que andava na contramão do progresso através de um distanciamento consciente e preguiçoso das inovações da técnica, mantendo-se refém da natureza:

[...] a indústria pecuária se mostrou refratária à evolução, empregando os processos de dois séculos atrás. Não deu um passo para a frente, não fez uma conquista, nada obteve. Entregou-se em absoluto à fatalidade das forças mecânicas da natureza, impulsionada, se o inverno era favorável, sem nada tentar que diminuísse os ataques das secas periódicas. A consequência lógica não se fez esperar: a indústria vai em pleno regresso com a degenerescência do gado. A espécie marcha para a extinção e se extinguirá porque para evitá-lo seriam necessários meios prontos e apropriados que não vejo possibilidade de surgirem (Neves, 7 dez. 1901, p. 1).

Para além dessa questão, Abdias Neves apresenta um outro grande empecilho ao desenvolvimento da pecuária estadual, que seria a precária infraestrutura oferecida para a realização dos deslocamentos necessários ao comércio:

Empreendimentos daquela ordem [a criação de fazendas-modelo por parte do Estado] em meios como o nosso, reduzem-se, fatalmente, a uma seriação de tentativas e desastres, que só vencem a perseverança e o trabalho. Basta conhecer se a deficiência de recursos imanente aos nossos sertões, completamente virgens de estradas regulares, de vias férreas, de rios navegados, distanciados da capital (também pobre) por centenas de léguas [...]. Só a troca do dispêndio de muita energia, do gasto de muita força, poder-se-á levar de vencida as óbices e desbravar o terreno para proliferação da indústria (Neves, 28 dez. 1901, p. 1).

Os reclames de Abdias Neves, no tocante à infraestrutura ligada aos transportes, convergem com as reflexões de Herbert Spencer sobre a importância do estabelecimento de um fluxo humano no interior dos países. O inglês foi um grande defensor da construção de estradas de ferro que, para além do poder de potencializar o comércio e a indústria, estimulariam transformações culturais e sociais, ao impactarem a vida cotidiana das cidades. As locomotivas trariam em seus vagões os ingredientes necessários ao progresso, segundo o exemplo da própria Inglaterra, que graças aos caminhos de ferro observou mudanças no “aspecto do país”, nos “rumos do comércio” e nos “hábitos gerais” (Spencer, 1939, p. 91). Richard Graham, ao analisar a influência inglesa na modernização do Brasil, afirma que: “uma das razões pelas quais Spencer exercia tanta atração era o singular interesse que demonstrava pelas estradas de ferro, como parte importante do sistema orgânico de uma sociedade moderna” (Graham, 1973, p. 248).

A posição de Herbert Spencer remete a análise a uma outra característica apresentada por Abdias Neves em seus artigos no jornal *Nortista*. Os textos do intelectual apresentam um forte tom cientificista, utilizando muitas vezes noções da Biologia e da Genética para argumentar em favor da modernização na pecuária piauiense. As reflexões são carregadas de críticas à fórmula utilizada na criação do gado. Seria indispensável, portanto, a utilização dos “recursos que o progresso conquistou” (Neves, 21 dez. 1901, p. 1).

A presença do cientificismo também é percebida em diversos outros escritos de Abdias Neves, a exemplo de sua formulação sobre a psicologia coletiva de piauienses e cearenses, presente na obra historiográfica *A Guerra do Fidié* e fundamentada em bases mesológicas (Neves, 2009, p. 248-267). Tais posicionamentos, essencialmente deterministas, estavam bastante em voga à época, entrelaçando sociedade, cultura, natureza e raça na tentativa de explicar cientificamente a realidade, de acordo com as definições de ciência daquele momento (Hobsbawm, 2019, p. 373-399).

Observando essa ascensão racionalista, percebida em diversos intelectuais, artistas e políticos, Jacques Le Goff afirma que o “século XIX foi o grande século da ideia de progresso” (Le Goff, 2013, p. 238), de modo que certo espírito de inovação e modernização pode ser percebido mesmo em locais periféricos e recônditos. A afirmação pode ser exemplificada a partir da trajetória de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco

(1789-1873). Dono de uma biografia recheada com as experiências mais diversas, esse proeminente piauiense, nascido no município de Parnaíba, envolveu-se nas lutas pela Independência e no movimento da Confederação do Equador, sendo preso em ambas as ocasiões. Em 1833 partiu para Lisboa, visando desenvolver pesquisas sobre o moto-contínuo: aparelho que pretendia subverter princípios termodinâmicos, reaproveitando indefinidamente a energia gerada por seu próprio movimento. Essa máquina de atividade perpétua, caso bem sucedida, representaria uma revolução na indústria enérgica a nível global. Em virtude de tão largo potencial, segundo Clodoaldo Freitas, a pesquisa de Leonardo Castelo Branco – que a Física atual afirma unanimemente ser um projeto de impossível realização – chegou a receber financiamento do Império Brasileiro (Freitas, 2012, p. 77-89).

O moto-contínuo acabou por se mostrar, de fato, irrealizável, mas iniciativa tão ousada era indicativo da ascendência de um progressismo científico que se encontra presente, com bastante vigor, nos escritos de Abdias Neves do início do século XX. Para o intelectual, a ciência seria a forma mais segura de compreensão da realidade e qualquer empreendimento deveria ser firmado sobre bases testadas, através da experimentação: “O autor usa [...] causas deterministas, científicas, históricas e psicológicas para fundamentar seus argumentos” (Souza, 2010, p. 257).

Nesse sentido, Abdias Neves utiliza uma tese raciológica que, aplicada ao gado, explicaria o declínio qualitativo dos rebanhos piauienses. Trata-se claramente da aplicação de uma lógica pretensamente racionalista, baseada em preceitos da ciência de sua época, para discutir formas de melhoramento genético:

A observação superficial, mesmo dos fenômenos de ordem biológica, feita cotidianamente na seriação animal, está aí para demonstrar a verdade da afirmativa que produzi. O organismo precisa de ter suas forças renovadas por uma difusão de sangue novo sob pena dos mais tristes resultados patológicos ou teratológicos. Os casamentos entre parentes estão hoje condenados pela prática dos povos cultos. O que origina a proverbial degenerescência física, intelectual e moral dos membros dinásticos? O consórcio entre parentes. Há famílias que, por prejuízos de nobreza ou interesse pecuniário, não admitem a introdução de pessoas estranhas em seu grêmio. Também, a sua degenerescência é composta de indivíduos

de uma altura abaixo da mediana, uns corcundas, outros cambaios. Não é raro encontra-se entre eles epiléticos, paralíticos, surdos, cretinos e idiotas (Neves, 14 dez. 1901, p. 1).

O quadro apresentado, que utiliza humanos para explicar os riscos da reprodução entre consanguíneos, é empregado por Abdias Neves para reforçar o seu argumento em favor do cruzamento de raças pela pecuária piauiense. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza observa que o autor: “Recorrendo à linguagem cientificista, tão em voga na época, usa expressões da biologia para explicar a realidade passada e presente” (Souza, 2010, p. 256).

Em síntese, os artigos de Abdias Neves apresentam um problema bem demarcado: o declínio da pecuária no Piauí. Ao passo que, em tom propositivo, também indicam a aproximação com as inovações científicas como caminho a ser trilhado para retornar à posição ocupada na primeira metade do século XIX. O estado, outrora grande exportador, responsável por suprir as demandas de considerável parcela do mercado consumidor brasileiro, encontrava-se em crise, superado pelo sul do país e pela Argentina. Essa queda, como tem sido discutido, é patrocinada pela forma rudimentar através da qual os empreendedores e o Estado lidavam com o gado.

Os textos de Abdias Neves denunciam uma realidade indesejada: o Piauí, através da falta de iniciativa das autoridades governamentais e dos pecuaristas, fazia-se alheio aos ventos do progresso que sopravam da Europa. Ao apresentar esse cenário, o autor deixa transparecer seu próprio posicionamento sobre o otimismo teleológico presente em muitos de seus pares. Para Abdias Neves, a ciência era tanto o meio quanto o fim desejado. A racionalidade deveria, portanto, acompanhar todas as dimensões que envolvem as agremiações humanas.

### **Escritos anticlericais**

Neste momento, a análise passa da série de artigos de Abdias Neves sobre o declínio da pecuária piauiense para as obras *Um Manicaca* e *Psicologia do Cristianismo*. A virada temática, *a priori* radical, justifica-se pelo conteúdo dos dois trabalhos. A partir do forte tom anticlerical adotado pelo autor nos livros, é possibilitada a oportunidade de investigar vestígios do seu progressismo cientificista.

Inicialmente, para melhor situar o leitor, segue uma breve síntese das duas produções. *Um Manicaca*, publicado em 1909, é um romance naturalista sobre os costumes da sociedade piauiense entre o final do século XIX e o início do século XX. Abdias Neves utiliza a literatura como forma de tecer fortes críticas sociais, especialmente à religiosidade exacerbada da população, que se encontraria refém de um *modus vivendi* repleto de supersticiosidade e submissão ao clero local. *Psicologia do Cristianismo*, por sua vez, é uma exegese religiosa; um estudo erudito sobre a constituição histórica do cristianismo, onde o autor registra duras afirmações contra os ensinamentos da Igreja Católica. Abdias Neves chega, mesmo, a afirmar que Jesus Cristo não teria existido: “Existiu? Foi um judeu notável – um agitador, como queriam Arius e os dissidentes de Nicéia? Foi um doente, um delirante? É um mito solar? É, para mim, um mito solar” (Neves, 2015, p. 71).

É importante destacar que a feitura das obras se deu em um contexto de fortes animosidades entre livres-pensadores ligados à Maçonaria e representantes da Igreja Católica. O século XIX foi marcado pela ascendência do racionalismo e da ideia de progresso científico, o que estimulou o surgimento de uma tendência mundial de questionamentos à religião. A esse cenário, soma-se a separação entre Igreja e Estado a partir da Proclamação da República, em 1889, levando o clero a concluir que havia a necessidade de uma reação. A resposta da Igreja, no Piauí, foi marcada por dois pontos principais: o crescimento do ultramontanismo (tendência católica de natureza extremada no tocante à exigência do seguimento de doutrinas, dogmas e sacramentos) e a criação do Bispado do Piauí. Abdias Neves, sendo um dos sujeitos mais engajados às disputas contra os católicos, escreveu diversos textos denunciando o que ele acreditava ser uma influência perniciosa da religião sobre as consciências. O autor, através de livros, artigos em periódicos e conferências, colocou-se em um lugar de forte oposição ao clero, tornando-se destacado divulgador de ideias científicas no Piauí. Esse contexto se estendeu pelas duas primeiras décadas do século XX e apresentava um fundo político. Alinhada às motivações ideológicas e intelectuais, a política partidária também deve ser considerada entre as causas das dissidências (Pinheiro, 2001, p. 31-50; Souza, 1986; Chaves, 2013, p. 612).

Segundo a historiadora Áurea da Paz Pinheiro: “O ideal de civili-

zação, ordem e progresso norteou as ideias de intelectuais, livres-pensadores, maçons, que se colocaram numa posição de reação às ideias ultramontanas da Igreja Católica, mais romanizada e hierarquizada” (Pinheiro, 2001, p. 34). Havia, portanto, um conjunto de ideias que fundamentava os posicionamentos adotados pelos livres-pensadores – muitos dos quais, formados na Faculdade de Direito do Recife.<sup>7</sup> No caso de Abdias Neves, breve consulta às notas de rodapé de *Psicologia do Cristianismo* revela um intenso diálogo do intelectual com autores como Herbert Spencer, Ernest Renan, Ernst Haeckel; todos amplamente lidos no início do século XX e disseminadores de ideias científicas.

A posição de Abdias Neves pode ser vislumbrada a partir da seguinte citação, retirada de *Um Manicaca*. Trata-se de uma reflexão do protagonista Araújo sobre a posição da Igreja Católica diante do contexto intelectual do final do século XIX:

Araújo não quis ouvir mais. Apesar de católico, sabia que, se a religião declina, uma das causas que a tem mais abatido é a desmoralização do clero, pelos escândalos que dá, pela sede de ouro, pela venda dos sacramentos, pela intolerância e pelo arrojo com que, neste século de livre exame, de raciocínio e de crítica, ele quer amordaçar as consciências, impondo a ferro e a fogo a todos os espíritos crenças e superstições grosseiras (Neves, 2022, p. 166).

O pensamento de Araújo explicita a percepção de que o século XIX, período “livre de exame, de raciocínio e de crítica”, era percebido como um momento de efervescência racionalista. A constatação é confirmada a partir da posição de Abdias Neves em *Psicologia do Cristianismo*, texto não ficcional. O intelectual fala sobre uma “intensidade crescente da cultura do século” (Neves, 2015, p. 186), que estaria a contribuir com a inevitável ruína da Igreja. O cristianismo, “religião da morte, destinada a preparar os espíritos para a noite pavorosa do juízo final”, colocar-se-ia em posição de

---

7. A Faculdade de Direito da Escola do Recife foi um importante centro intelectual brasileiro na segunda metade do século XIX, que teve nas figuras de Silvio Romero e Tobias Barreto os seus dois grandes mestres; ambos foram grandes divulgadores de autores e ideias científicas. A instituição foi responsável pela formação de bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais que vieram a ocupar cargos político-administrativos em diversos estados do país. Para saber mais sobre a influência da Escola do Recife no Piauí, ver: Queiroz, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 92-108.

“antagonismo com a expansão da verdade e as concepções científicas de todos os tempos” (Neves, 2015, p. 165).

Nesse sentido, Abdias Neves conjectura sobre os rumos que seriam tomados pela humanidade. O autor acreditava estar vivendo um momento singular da história, a partir do franco declínio da influência religiosa sobre as sociedades e da ascensão de perspectivas científicas como explicadoras do mundo. Passaria, pois, à responsabilidade dos cientistas, responder às grandes questões sobre o universo em todas as suas dimensões. O progresso científico, na percepção de Abdias Neves, repercutia na consciência dos povos. Essa repercussão deveria ser potencializada pelo trabalho dos intelectuais, que a partir de sua atuação poderiam ampliar o alcance do que o autor chama de “cultura do século”:

Assistimos ao crepúsculo dos deuses que morrem, numa agonia lenta, atormentada pelo desespero dos que, em vão, procuram salvá-los. Não fiquemos indiferentes. Apressemos a sua morte, porque, ao crepúsculo, sucederá, não a noite, mas a alvorada radiosa, percursora do novo sol que vai iluminar o mundo (Neves, 2015, p. 202).

A proposição de Abdias Neves converge de maneira explícita com o seu posicionamento nos textos sobre a pecuária piauiense. Em ambas as ocasiões, o autor aponta um problema a ser superado. Em 1901, seria o declínio do Piauí, ao longo da segunda metade do século XIX, como exportador pecuário. Em 1910, a influência do cristianismo sobre a sociedade piauiense. A solução apontada em ambas as ocasiões é a ciência. O progresso científico, uma vez incorporado pela população e pelos governantes como uma nova possibilidade de ver o mundo, seria o remédio para o atraso técnico e para o poder demasiado do clero.

A conjectura de Abdias Neves, entretanto, presumia ação. A luta político-religiosa demandaria a atuação assídua dos livres-pensadores, no sentido de potencializarem o alcance das ideias científicas na sociedade. Da mesma forma, a retomada no crescimento da pecuária estadual demandaria determinadas iniciativas por parte dos pecuaristas e dos dirigentes políticos no sentido da inovação.

No tocante à crítica religiosa, em específico, um grande obstáculo à atuação dos livres-pensadores seria a pouca instrução da sociedade piauiense, propensa à supersticiosidade e ao fanatismo religioso. Em *Um Mani-*

*caca*, Abdias Neves registra grande preocupação para com a religiosidade exacerbada de parcela da população feminina da capital Teresina. O autor inventa personagens representativas que privilegiam os trabalhos prestados à Igreja em detrimento da felicidade conjugal, da mocidade e, mesmo, da própria saúde. São tipos que objetivam ilustrar as beatas piauienses, servidoras quase que incondicionais do clero local, componentes de uma espécie de exército da salvação a serviço do padre (Neves, 2022).

A realidade apresentada por Abdias Neves em *Um Manicaca*, também é encontrada de maneira semelhante, algumas décadas antes, nos escritos de João Alfredo de Freitas (1862-1891). O bacharel, contemporâneo de Clodoaldo Freitas e Clovis Bevilacqua na Escola do Recife, percebia uma certa passividade da população piauiense para com as instruções, determinações e tradições religiosas. Essa característica, subsidiada em boa medida pela insciência de determinados segmentos sociais, contribuiria para o quadro de demasiada supersticiosidade e submissão ao cristianismo (Freitas, 2018).

A partir de vestígios encontrados em *Um Manicaca*, percebe-se que Abdias Neves considerava a manutenção de um calendário repleto de eventos religiosos ocorria em virtude da força da tradição; e não por o cristianismo piauiense ser suficientemente sofisticado a nível espiritual e intelectual. Seguiam-se os costumes sem a atribuição de um sentido, como sugere o seguinte trecho sobre o Dia de Finados:

Desde a manhã, muito cedo ainda seguiam grupos numerosos para o cemitério – um desfilar contínuo de senhoras e crianças. Iam alegres, conversando, levando flores, conduzindo velas, na despreocupação de quem vai à peregrinação festiva de um santo. Percebia-se facilmente a nota convencional da visita à casa dos mortos. Era feita porque obrigavam os costumes. Muitos a faziam na ânsia de gozar o espetáculo daquele fluxo e refluxo humano (Neves, 2022, p. 297-298).

É válido destacar que Abdias Neves apresentava como característica o que Nicolau Sevcenko, ao estudar homens de letras da Primeira República, chama de “utilitarismo intelectual” (Sevcenko, 2003, p. 99-100). O piauiense registrou em seus textos uma clara dimensão pragmática, ao buscar, através da cultura escrita, transformar o meio social no qual estava inserido. Essa transformação pretendida realizar-se-ia em consonância

com o conjunto de ideias científicas que norteava sua atuação intelectual (Dias, 2021; Feitosa, 2006).

Tal característica é explicitada através do empenho de Abdias Neves em combater o clero piauiense. Nas páginas de *Psicologia do Cristianismo*, é apresentada uma Igreja Católica absolutamente histórica, não santa. Sendo histórica, pois, trata-se de uma construção humana: sujeita a interesses políticos, à corrupção, a imoralidades diversas e, no que mais interessa para este texto, também propensa a ir às últimas consequências na defesa de seus interesses (Neves, 2015).

Naquele momento brasileiro, com uma jovem e vacilante República que há duas décadas apenas havia realizado a separação entre Igreja e Estado, percebe-se uma clara tentativa de estabelecer e consolidar novas fronteiras nas relações entre os religiosos e os governos civis. Para além da tentativa de frear a influência da Igreja sobre as consciências, os livres-pensadores – também políticos, em sua maioria –, buscavam limitar a ação do clero nas instâncias governamentais (Pinheiro, 2001; Pinheiro, 2003; Souza, 1986).

No campo das ideias, uma forte influência do que o próprio Abdias Neves chama de “cultura do século” é exercida sobre os intelectuais. O pensamento de Auguste Comte esteve presente no 15 de novembro de 1889, sendo superado por fórmulas heterodoxas de positivismo nos anos seguintes; o evolucionismo de Herbert Spencer, o monismo de Ernst Haeckel e as análises de Ernest Renan sobre o cristianismo ecoam nos escritos de vários pensadores brasileiros; o racismo científico de Gobineau e do próprio Herbert Spencer encontra adeptos nos mais altos escalões de governos estaduais e do governo federal, a exemplo de Joaquim Murinho, ministro da Fazenda do presidente Campos Sales (Carvalho, 2017, p. 127-140; Graham, 1973, p. 241-260; Romero, 2001).

Abdias Neves estava profundamente engajado a esse contexto político e intelectual. O piauiense não se encontrava alheio às movimentações ocorridas no mundo naquele momento, sendo perceptível em seus escritos a presença do progressismo científico da segunda metade do século XIX:

A situação é, de tal modo, clara, que os católicos não podem fugir à evidência da crise que avassala a consciência cristã. Esta se desprende, pouco a pouco, do domínio das fórmulas, das lendas, dos mitos, e da autoridade da igreja. A concepção sociológica da religião, apagando-lhe a auréola do

sobrenatural; o progresso das ciências físicas percebendo, em toda parte, o fenômeno e submetendo-o às suas leis; a impotência moral dos Evangelhos com o seu aparelho de virtudes ativas se impõem como uma necessidade imperiosa para o triunfo na luta pela existência; o esforço para integralização política do indivíduo – trabalhando a descentralização dos governos, na tendência universal das massas para a democracia; o espírito de reforma que irrompe no próprio seio do catolicismo – eis as causas complexas, poderosas, insuperáveis dessa crise (Neves, 2015, p. 197).

Em suas obras anticlericais, *Psicologia do Cristianismo* e *Um Manicaca*, Abdias Neves apresenta o racionalismo como o caminho mais seguro a ser trilhado rumo ao progresso. A Igreja Católica, para o autor, a partir de sua atuação, representava um forte empecilho à caminhada rumo à evolução da humanidade enquanto coletivo social. Tal avanço, apesar de inevitável – em *Psicologia do Cristianismo*, Abdias Neves se mostra seguro quanto à vitória da ciência sobre a religião –, exigiria a ação dos homens de letras.

### **Considerações finais**

A partir de dois conjuntos distintos de escritos, pretendeu-se investigar como Abdias Neves interagiu com a ideia de progresso, profundamente disseminada em sua época. Tanto os artigos a respeito do declínio da pecuária piauiense, publicadas no jornal *Nortista*, quanto suas obras anticlericais, apesar da distinção do ponto de vista temático, convergem em apresentar, ao leitor atento, vestígios do cientificismo do intelectual.

É válido destacar que produções historiográficas são sínteses e, portanto, marcadas por escolhas de diversas naturezas. Nos moldes propostos para este texto, foram selecionadas as produções de Abdias Neves que, entre outras possíveis, oferecem de maneira mais fecunda a possibilidade de entender o bacharel como um filho de seu tempo, um sujeito profundamente mergulhado na história a ele contemporânea.

A partir do conjunto documental utilizado, somado aos diálogos estabelecidos com outros pesquisadores, é possível perceber em Abdias Neves a convicção de estar vivendo uma época de importantes transformações; esse quadro é visto e interpretado pelo autor, como observador privilegiado, a partir de uma lente anticlerical, evolucionista e, em algum grau, de maneira heterodoxa, positivista.

A ciência seria, pois, o bálsamo contra os males causados pelo atraso técnico e pela religiosidade exacerbada no Piauí; seria como uma vela em meio à escuridão, indicando o caminho mais seguro rumo ao progresso. O corolário de ideias que mediava a interação de Abdias Neves com o mundo, acima de tudo, era cientificista.

## Referências

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. Naturalismo e utilitarismo intelectual em Um manicaca. In: ARAÚJO, Johnny Santana de (org.). **Ensaio de História: olhares sobre a sociedade, a cultura e a política**. Teresina: EDUFPI, 2021. p. 82-97.

FEITOSA, Adriana Anatólio. **Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias Neves**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2006.

FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses: apontamentos biográficos**. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ EDUFPI, 2012.

FREITAS, João Alfredo de. **Lendas e superstições no norte do Brasil**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

GRAHAM, Richard. Spencer e o Progresso. In: GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 241-260.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 217-259.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. 4. ed. Teresina: Fundapi, 2006.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária I. **Nortista**. Parnaíba, ano 1, n. 47, 23 nov. 1901, p. 1-6.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária III. **Nortista**. Parnaíba, ano 1, n. 49, 7 dez. 1901, p. 1-6.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária IV. **Nortista**. Parnaíba, ano 1, n. 50, 14 dez. 1901, p. 1-4.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária V. **Nortista**. Parnaíba, ano 1, n. 51, 21 dez. 1901, p. 1-4.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária VI. **Nortista**. Parnaíba, ano 1, n. 52, 28 dez. 1901, p. 1-4.

NEVES, Abdias. **Psicologia do cristianismo**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

NEVES, Abdias. **Um manicaca**. Teresina: Nova Aliança, 2022.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **O desmoronar das utopias**: Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maniçoba para a**

**economia do Piauí: 1900-1920.** 3. ed. Teresina, EDUFPI, 2015.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

ROMERO, Silvio. **Introdução a doutrina contra doutrina.** São Paulo, Companhia das Letras: 2001.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos.** 2.ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

SEVCENKO. Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Paulo Gutemberg Carvalho de Souza. **História e identidade:** as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOUZA, Paulo Gutemberg Carvalho de Souza. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: (1902-1914). **Carta Cepro**, Teresina, v. 11, n. 1, p. 87-114, jul./dez/. 1986.

SPENCER, Herbert. **Do progresso:** sua lei e sua causa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

# PRÁTICAS AUTORITÁRIAS E AS CELEBRAÇÕES DO PODER VARGUISTA EM TERRITÓRIO PIAUIENSE (1930-1945)

*José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior<sup>1</sup>*

*Pedro Pio Fontineles Filho<sup>2</sup>*

## Introdução

Este capítulo apresenta uma pesquisa sobre as celebrações cívicas que aconteceram no Piauí durante o período varguista e como esses eventos foram utilizados como mecanismos para disseminar práticas de controle entre a infância e a juventude piauiense. Buscou-se analisar como o *Dia do Presidente*, a *Semana da Pátria* e o *Dia da Juventude*, foram utilizados para fortalecer o poder do presidente e do governo Vargas em território piauiense. Essas comemorações contavam com o envolvimento de muitos segmentos, como estudantes, professores, militares, intelectuais, entre outros.

Neste trabalho, foram utilizados periódicos que circulavam no Piauí, como o *Diário Oficial*, *portarias escolares* e *entrevistas* com pessoas que viveram as décadas de 1930 e 1940. Quanto à utilização de conceitos que norteiam o artigo, destacam-se os conceitos de memória, na perspectiva de Maurice Halbwachs (2003), que ressalta que a memória individual sempre se remete a sua integração em algum grupo do qual o indivíduo faça parte, tendo em vista que o evento rememorado tem relação com um quadro de referências partilhados pelo grupo. No tocante às festas cívicas,

---

1. Doutorando em História do Brasil (UFPI).

2. Doutor em História Social (UFC). Professor do PPGHB/UFPI e do PROFHISTÓRIA/UESPI.

Tânia Unglaub (2009) reflete que as músicas nacionalistas e hinos adquiriram um sentido ímpar, indo além dos ritos e performances presentes nas cerimônias públicas e no cotidiano escolar. O nacionalismo no Estado Novo tinha como finalidade despertar a brasilidade nos sentimentos mais íntimos das pessoas. Muitas daquelas canções ficaram gravadas para sempre na memória dos estudantes e professores do período.

A música, ao lado do cinema e do rádio, teria um papel central no esforço educativo e de mobilização, onde a linha divisória entre cultura e propaganda tornava-se tão difícil de estabelecer. A música contava com o maestro Heitor Villa-Lobos como o grande incentivador desta arte no país. Basicamente, o trabalho de Villa-Lobos consistia em desenvolver a educação musical artística através do canto coral popular, ou seja, canto orfeônico. O maestro fez diversas viagens percorrendo o interior paulista, realizando conferências e acabou formando um coral de dez mil vozes para o canto de hinos patrióticos. Nos folhetos distribuídos nessa cruzada, Villa-Lobos lembrava que, no estrangeiro, pensava-se que o brasileiro era desprovido de vontade e de espírito de cooperação, que vivia disperso, sem unidade de ação, sem a coesão necessária à formação de uma grande nacionalidade. No entanto, para o maestro, isso seria corrigido pela educação e pelo canto (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984).

A partir da pesquisa, percebeu-se que o governo Vargas e as interventorias locais estiveram imbuídos em celebrar o regime e disseminar uma cultura política nacionalista pelo território piauiense. Nesse sentido, as celebrações patrióticas contavam com discursos ufanistas, desfiles cívicos e com momentos que buscavam fortalecer a unidade nacional. O governo varguista e aliados buscavam a aproximação com a sociedade e as comemorações cívicas eram momentos que eles utilizavam para divulgar o projeto político do regime. A imprensa, a educação e alguns grupos tiveram forte envolvimento no processo de divulgação e na busca pelo fortalecimento do regime varguista em território piauiense.

### **As celebrações do poder no Piauí**

O *Dia do Presidente* foi amplamente celebrado em território piauiense. Os jornais noticiavam a passagem da data, em longo noticiário, dedicando várias páginas dos periódicos, que abordavam as obras realizadas

pelo chefe nacional. Ressaltava-se que Vargas havia enfrentado a “onda de extremismos”, que eram as ideias associadas ao comunismo, tanto em 1935, como no momento de instauração do golpe do Estado Novo. Além disso, muitos jornalistas renomados escreviam longos estudos sobre a personalidade do chefe da nação. Em 1939, na data do seu aniversário, o presidente encontrava-se na cidade de Caxambú, momento em que se recolheu em uma fazenda pela região (O Aniversário, 1939).

O aniversário do presidente Getúlio Vargas, comemorado no dia 19 de abril, foi muito celebrado no estado do Piauí. A criação do Dia do Presidente era uma forma encontrada pelo regime de engrandecer a figura de Vargas e criar elementos persuasivos em torno do chefe nacional. Foi um momento utilizado para louvar a figura de Getúlio Vargas, que ganhava cartazes, bandeiras, ocupava capas de cadernos, sua vida e obras eram anunciadas nas instituições. O aniversário do presidente ganhou grande projeção em território piauiense, sendo bastante utilizado para angariar adesões das crianças, juventude, trabalhadores, entre outros grupos.

O poder governamental, ao veicular, pelos diversos programas de ensino para a escola, a memória histórica desejável, tem examinado a necessidade de se valer de outros instrumentos educacionais, além das aulas, para constituir a memória nacional. As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de cívicas, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar (Bittencourt, 2011). A essas formas de pensar o Estado nacional na Era Vargas, soma-se a perspectiva defendida por Ângela Maria de Castro Gomes (2005) ao se referir à função presidencial do período. Segundo ela, o estadista era apontado como o representante da consciência coletiva da nação. Como um símbolo, ele se identificaria com a alma popular e exprimiria os ideais nacionais.

A instituição da Juventude Brasileira aconteceu através de um decreto assinado por Getúlio Vargas, em 1940. Que, segundo os aliados do regime, tinha intenção de dar uma profunda orientação a juventude do país, que estava vivendo sem um órgão de disciplina coletivo, no sentido das aspirações nacionalistas. Para a defesa da criação da Juventude Brasileira, dizia-se que todos os países do mundo, que sofreram reformas impostas

pela mudança de regimes, criaram as “formações de moços”, com a intenção de unificar e de direcionar as ações da juventude para ações políticas do momento. No entanto, no Brasil, a organização da juventude teve suas particularidades:

Entre nós, a organização da “Juventude Brasileira” destina-se a fins mais amplos, mais complexos e mais humanos, dir-se-á mesmo que lhe domina a estruturação um sentido pedagógico, no que pode comportar de objetivo, para um disciplinamento das alas moças de nossa terra, sob os princípios de um largo e comum ideal de civismo e de cultura. [...] A instituição atual tem, por isso mesmo, alta função corretiva desses desvios de educação e disciplina, coordenando, dirigindo e esclarecendo os moços, ao mesmo tempo que lhes incute, pela solidariedade no civismo, a compreensão do dever e, pelo ordenamento da cultura, a consciência da vontade criadora (O Dia, 1940, p. 8).

O redator do jornal enfatizava que as crianças e a juventude sofriam de “grandes males” no processo educativo brasileiro, cresciam na indiferença dos assuntos relacionados ao nacionalismo. Dentro dessa perspectiva, foi criado o Dia da Juventude em 1940. Para a celebração desta data, em Teresina, realizou-se uma parada dos colegiais, assistida pelas autoridades civis, militares e pelo povo na praça Pedro II. No ato patriótico, discursaram Valdir Gonçalves, professor da Escola Normal Oficial, que deixou em evidência as aspirações do presidente Getúlio Vargas, a partir da instauração do golpe de 1937 (Gonçalves, 1940).

Nas palavras do professor, o dia 25 de março passaria a entrar para a história pelos “fios de ouro da consciência dos bons brasileiros”, demarcando um “novo sentido” na vida de povo civilizado e em harmonia com as prescrições do regime varguista. Para cumprimento do decreto, o governo piauiense, professores e pais se uniram para a celebração do Dia da Mocidade em 1940. Nesta concepção, a criança, além de ser o encanto do lar e da família, era celebrada como o futuro da pátria, vista como depositária em fortalecer os laços de comunhão nacionalista. Dentro desse cenário, os aliados do regime criavam mecanismos cívico-pedagógicos para a infância e juventude tomarem conhecimento das normatizações do governo varguista e, assim, assumirem sua cota de responsabilidade na campanha patriótica do “Brasil unido e forte”.

É interessante destacar que o Dia da Juventude tornou-se uma celebração móvel, que passou a ser direcionada para as datas cívicas que já tinham grande destaque na Era Vargas. No ano de 1941, o Dia da Juventude foi comemorado no mesmo dia que homenageava o presidente Getúlio Vargas, 19 de abril. O Piauí foi um dos estados que prestaram homenagens ao chefe nacional e a Juventude Brasileira. Os discursos dos aliados do regime representavam Vargas como estadista ilustre, que sabia tomar as decisões para o destino do país e a conduzir as legiões patrióticas no caminho do engrandecimento nacional. Atribuía a Vargas a imagem de que ele sabia ouvir as multidões e tomava decisões no sentido conduzi-las na senda da grandeza do Brasil.

O discurso oficial colocava o Dia do Presidente como um momento de fortalecer o patriotismo e de “glorificar o seu máximo orientador, no instante emotivo em que a alma brasileira palpita e resplandece nesse irresistível movimento de consagração nacional” (O Dia, 1941, p. 1). O governo piauiense decretou feriado estadual no dia 19 de abril, no sentido de incentivar o comparecimento dos escolares, dos professores, do funcionalismo, dos comerciários e das demais classes trabalhistas que deviam estar irmanados nas comemorações do Dia do Presidente e do Dia da Juventude.

A programação das festas cívicas contou com concentração escolar, na praça Pedro II, composta por alunos dos cursos primário, ginásial e normal de Teresina, discursando na ocasião o professor Robert Wall de Carvalho, pelos alunos do curso ginásial, e o professor Valdir de Figueiredo Gonçalves, representando as alunas do curso normal. Após as conferências, os alunos do curso secundário desfilaram pelas principais ruas do centro da capital. As diretoras e professoras dos grupos escolares, antes de orientarem as crianças para irem à praça, fizeram preleções sobre a personalidade do presidente Getúlio Vargas. Houve hasteamento da Bandeira Nacional no quartel do 25º Batalhão de Caçadores e no da Força Policial do Estado. Na ocasião, no quartel do exército, falou sobre o presidente Getúlio Vargas, o capitão Almir Valente, comparecendo à cerimônia o interventor federal, o comandante e oficialidade da Força Policial, os auxiliares de governo, entre outras autoridades. Em seguida, os militares desfilaram pelas principais ruas de Teresina.

Também houve missa na Igreja de São Benedito em homenagem

ao aniversário do presidente Vargas, momento em que compareceram o interventor, os militares do 25º BC e da Força Policial, as equipes de governo, entre outras autoridades. Em homenagem à data, aconteceu uma sessão cívica no Theatro 4 de Setembro, presidida pelo interventor Leônidas Melo, momento em que discursou sobre a personalidade do aniversariante, um intelectual brasileiro, enviado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Além dessas celebrações, uma comissão de operários, na sede da Delegacia Regional, em homenagem ao presidente Vargas, distribuiu livros de instrução primária as crianças pobres de Teresina. Para encerrar o dia festivo, houve na residência do Sr. Antônio Sales, na rua Lisandro Nogueira, um baile em homenagem a Vargas, oferecido pelos operários sindicalizados.

### **Práticas nacionalistas e os mecanismos de controle nas escolas piauienses**

Nas décadas de 1930 e 1940, as festas cívicas tomaram grandes proporções e foram utilizadas para fortalecer a pátria varguista. O dia 7 de setembro, em que se celebrava a independência política do país, ganhou maior visibilidade ao ser inserido dentro da Semana da Pátria. O governo varguista utilizou a Semana da Pátria para celebrar a figura do presidente e fortalecer seu poder pelo país. Em território piauiense, a semana patriótica foi celebrada nas escolas, nos quartéis e nos espaços públicos, mobilizando diversos piauienses em torno dos símbolos nacionais e da imagem de Getúlio Vargas. Essas celebrações eram utilizadas pelo governo e instituições como mecanismos de sedução para as mensagens nacionalistas difundidas naquele cenário autoritário. Era também um momento em que a juventude prestava suas homenagens à pátria e realizava as apresentações do que havia ensaiado ao longo de diversos dias.

Era uma semana festiva utilizada para mobilizar diversos segmentos da sociedade. A ex-aluna da Escola Normal Oficial, Raimunda de Carvalho, rememora um momento em que participou da Semana da Pátria:

Eu participei de uma coisa que ainda hoje eu lembro a bandeira viva, que fizeram uma vez [...]. A gente usava a farda, mas usava um pano de acordo com sua posição... que eles faziam um palco, assim degrau, e desenhavam as cores da bandeira, verde, era tudo numerado ai vinha o losango amarelo e vinha o globo azul... Era um pano, uma espécie de uma capinha que a gente

metia na cabeça e ficava só até aqui na cintura e a gente ficava em pé naquele degrau e de acordo com a cor, você ficava na bandeira, formava a bandeira direitim e ainda tinha ordem e progresso. Eu me lembro dessa participação no Teatro 4 de setembro, a Bandeira Viva, quando eu era aluna da escola eu me lembro disso. Eu me lembro até que meu pano era amarelo, eu ficava de amarelo, comemoração da Semana da Pátria (Sousa, 2013).

A partir do relato de Raimunda de Carvalho Sousa, nota-se o envolvimento ativamente dela e de demais alunas da Escola Normal de Teresina na Semana da Pátria. Essa instituição de ensino normal costumava mobilizar as alunas para participarem desses eventos de fortalecimento do nacionalismo na capital, especialmente porque essas futuras professoras levariam essa consciência cívica e de incentivo ao envolvimento da infância e da juventude piauiense nos assuntos ligados ao patriotismo brasileiro. É oportuno destacar que, no período varguista, a Semana da Pátria não ficava restrita aos assuntos relacionados à independência política do país. O presidente utilizava esses dias para robustecer o ufanismo e propagar a necessidade dos brasileiros estarem apoiando suas decisões e a maneira que ele vinha conduzindo o país. O apelo aos símbolos nacionais, como a bandeira brasileira, costumava ganhar uma maior projeção nesses momentos, isso pode ser percebido na forma que a depoente cita uma demonstração da chamada Bandeira Viva. Esse envolvimento direto dos alunos e uma produção especial utilizando um dos símbolos nacionais era uma maneira do regime varguista estar fortalecendo a consciência nacionalista nas mentes da juventude do período.

Através das portarias das escolas analisadas percebemos que seus diretores, inspetores e secretários, foram grupos que estiveram aliados ao Diretor do Departamento de Ensino. Todos estes preocupados em enquadrar os estudantes piauienses em condutas e normas compatíveis com o modelo de obediência aclamado pelo governo Vargas. No entanto, compreendemos quanto era difícil para os alunos estarem o tempo todo monitorados e alinhados aos regimentos e regulamentos da época, tudo isso não impediu que os estudantes buscassem outras formas de participar do cotidiano escolar e se divertissem em meio a tantas ordens.

É interessante perceber quanto os estabelecimentos de ensino em Teresina eram monitorados no período, principalmente os mais conceituados como a Escola Normal Oficial, Liceu Piauiense e o Ginásio “São

Francisco de Sales”,<sup>3</sup> que tiveram diversas das suas portarias publicadas no jornal oficial do governo piauiense. Sobretudo, quanto às punições sofridas pelos alunos que não se enquadravam no modelo de estudante obediente às normas dos estabelecimentos de ensino.

Os alunos do Liceu Piauiense também ficavam sob constante vigilância dos inspetores da escola. As portarias, além de informar sobre as práticas educativas do período, da rotina das aulas, dos regulamentos da instituição, nos informam sobre os comportamentos que entravam em atrito com o modelo de estudante pretendido pelo colégio:

Portaria n. 47

O Director do Lyceu Piauiense usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista a parte escripta que lhe foi apresentada pelo Inspector da 1ª série, Francisco de Moraes Brito, resolve suspender por dez dias, os alunos – Aniceto Sousa, Antônio Luiz Fernandes Torres, Alprim da Silva Ary, Antônio José da Costa, Affonso Ferro Gomes, Antônio Farias Filho, Afrânio Clementino Martins, Benedicto Torres, Benedicto Ribeiro de Brito e José Gonçalves Costa, por estarem promovendo algazarra em plena aula de Música. Cumpra-se!

a) João Pinheiro – Director (Lyceu, 1935, p. 4).

O ensino de música passou a ganhar cada vez mais evidência no governo varguista. As aulas da disciplina faziam parte da rotina dos escolares, com o intuito de despertar o patriotismo tão propalado nas escolas e nos eventos cívicos. Mesmo as instituições escolares criando seus regulamentos e prescrevendo modelos de comportamento para os escolares, fica em evidência que muitos burlavam e rompiam com os códigos da época.

### **Considerações finais**

Percebe-se que as festividades cívicas foram utilizadas para disseminar práticas nacionalistas em território piauiense, em que visavam fortalecer o regime Vargas e as interventorias locais. Nas diversas cidades do estado, os estudantes, os professores, os militares, entre outros grupos,

---

3. O Colégio Diocesano São Francisco de Sales foi criado em 1906, inicialmente destinado exclusivamente ao público masculino, aceitava alunos internos, semi-internos e externos (Queiroz, 2008).

foram conclamados a se organizarem e a prestarem homenagens ao presidente e ao regime varguista.

Nota-se que as celebrações patrióticas, como o *Dia do Presidente*, o *Dia da Juventude* e a *Semana da Pátria*, foram momentos utilizados para difundir as prescrições do regime e a fortalecer a figura de Getúlio Vargas. Essas comemorações ganhavam o espaço das praças, ruas e avenidas do estado, especialmente de Teresina, e os alunos de diversos estabelecimentos de ensino desfilavam com material que continham mensagens nacionalistas que celebravam o regime político e a imagem do presidente Getúlio Vargas.

As celebrações do poder varguista aconteceram em diversos espaços do território piauiense. A partir das diversas fontes analisadas percebeu-se o quanto os eventos foram utilizados para propagar o ideário varguista e como uma forma de fortalecer a imagem do chefe nacional. No entanto, observou-se que existiam piauienses que confrontaram as normatizações do período e acabavam sofrendo as punições da época. Através das portarias escolares, percebe-se que muitos jovens mantinham comportamentos que entravam em atrito com o modelo de estudante pretendido pelo governo varguista.

## Referências

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-54.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.208.

GONÇALVES, Valdir. Discurso do professor no Dia da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano X, n. 69, p. 3-4, 26 mar. 1940.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LYCEU Piauiense – expediente do mês de outubro. **Diário Oficial**,

Teresina, ano V, n. 240, p. 4, 29 out. 1935.

O ANIVERSÁRIO do Presidente Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 90, p. 1, 20 abr. 1939.

O DIA da Juventude Brasileira e o Aniversário natalício do presidente Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 73, p. 1, 31 mar. 1941.

O DIA da Mocidade. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 68, p. 8, 25 mar. 1940.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz – MA: Ética, 2008. p. 69.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 90-93.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior**. Teresina, 07 jun. 2013.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do Canto Orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. **Revista Linhas**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, v.10, n. 01, jan./jun. 2009. p. 125.

# A PARTICIPAÇÃO DO PIAUÍ NA “OPERAÇÃO NORDESTE” (1959-1964)

*Luis Matheus Sena Lopes<sup>1</sup>*  
*Antonia Valtéria Melo Alvarenga<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Buscando entender a gênese dos problemas sociais que envolvem o Brasil, em especial do Nordeste, um conjunto de intelectuais passou a estudar a região, de modo que a chamada “modernização” brasileira do século XX fosse colocada em xeque. A tese levantada nesses estudos era a de que o Estado havia privilegiado alguns setores do país, em particular a região “Centro-Sul no referido processo”, subordinando os estados nordestinos, num processo de acúmulo de capitais, concentração de renda, desemprego e miséria relativa.

Seria impossível, neste ou em qualquer outro estudo, apontar de forma objetiva todas as causas para o subdesenvolvimento de uma região, ainda mais se levarmos em consideração os estados que dentro deste recorte espacial sinalizaram um desenvolvimento ainda menor que os demais, como é o caso do Piauí. Contudo, é objetivo desta investigação: destacar as principais intervenções piauienses na tentativa de entender e superar o atraso nordestino, durante a segunda metade do século XX, a partir da chamada “Operação Nordeste”.

Antes de entender o Piauí, é necessário rever a situação do Nordeste, que nem sempre esteve em situação de subordinação às demais regiões

---

1. Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

2. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

do país, incluindo o favorecido “Centro-Sul”. Historicamente falando, o Nordeste foi pioneiro nas relações comerciais brasileiras no período da colônia portuguesa. A dinâmica comercial dos primeiros séculos da colonização funcionava basicamente numa estrutura de superexploração por parte da metrópole, que financiava grandes extensões de terra cuja finalidade era a de produzir um único em larga.

O ciclo do açúcar, cujo produto era destinado à exportação, solidificou uma estrutura agroexportadora onde o trabalho escravo e servil vigorou. A “monocultura” se concentrava nas áreas litorâneas onde havia solo mais propício a este tipo de produção e, assim sendo, as boas terras do território nordestino, próximas ao litoral, foram utilizadas para produzir mercadorias destinadas ao mercado externo, o que dificultou o desenvolvimento local e favoreceu o processo de interiorização da região.

Conforme Furtado (2007, p. 73):

Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou – caso de São Vicente – o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância da mão de obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação. Contudo, não fora o mercado de escravos das regiões açucareiras e de suas pequenas dependências urbanas, e a captura destes não chegaria a ser uma atividade econômica capaz de justificar a existência dos colonos de São Vicente. Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira.

No interior, a principal atividade era a pecuária, que além de promover a ocupação de novas terras, ajudava a abastecer os latifúndios com o gado na forma de produtos alimentícios ou no transporte de cargas. Além disso, o interior seria o local de abrigo e trabalho para um número considerável de pessoas que, no geral, não eram absorvidas na grande produção. Estes indivíduos sobreviveriam a partir de pequenas produções agrícolas, a chamada agricultura de subsistência, além da própria pecuária, também utilizada em regiões específicas. Esta outra atividade econômica, segundo Furtado (2007), estaria condicionada pela fluidez e abundância de terras no próprio Nordeste.

No sertão nordestino, as condições de existência não eram as melhores, mas ainda sim “a ocupação dos sertões intensificou-se a partir do início do século XVIII quando uma Carta Régia proibiu a criação de gado numa faixa contida desde o litoral até uma distância de 10 léguas em direção aos sertões” (Campos; Studart, 2004, p. 2). Com efeito, a pecuária passou a desempenhar importante papel na economia regional, embora a empresa açucareira ainda era bastante praticada mesmo depois do Nordeste perder a hegemonia na produção do açúcar (Furtado, 2007). Essa situação só mudaria ao decorrer do século, especialmente a partir da segunda metade com o ciclo dos minérios em Minas Gerais, que ajudaria a estagnar o lucro dos engenhos nordestinos.

### **O Nordeste durante o século XX e a criação da Sudene**

Durante a primeira metade do século XX, nos deparamos com um Nordeste tido como a região “problema” do país, enquanto o eixo Centro-Sul se esforçava em formar a sua burguesia industrial a partir de uma tentativa de industrialização regional que se utilizava de meios públicos para se fortalecer. Segundo Leopoldi (2000, p. 108):

[...] durante a década de 1920 a campanha dos industriais envolveu o uso da imprensa, o lobby sobre parlamentares e até mesmo subsídio ao Partido republicano Paulista (PRP), com os quais os industriais mantinham um relacionamento estreito nascido da campanha tarifária de 1919-20.

É importante destacar a atuação de pastas como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) que, como o nome sugere, compôs parte do plano estatal na tentativa de identificar e solucionar os problemas relacionados não só a seca como outros flagelos geofísicos, geológicos e meteorológicos. Desde a criação da IOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) no Decreto 7.619, de 21/10/1909, passando pela sua reorganização em 1919 como IFOCS e chegando na atual DNOCS, a seca passa a ser tratada como um problema nacional, ficando a cargo do Estado a elaboração de intervenções políticas de caráter científico.

Algumas décadas depois, esse quadro do Nordeste continuava a desafiar sua população, agravando-se à medida que a economia do Centro-Sul se modernizava e ampliava a atividade industrial. Nesse cenário, a

região passou a integrar o processo de modernização do país, como fornecedor de matéria-prima para a economia industrial e consumidor de produtos industrializados. Essa situação produzia grandes desequilíbrios quando fatores de ordem natural alteravam as condições de produção da região, trazendo dificuldade para os que viviam da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. É o que ocorreu, por exemplo, em 1958, quando uma grande seca assolou a região, deixando quase 500 mil pessoas em situação de miséria. Após uma viagem à região no fim do mês de março e começo de abril de 1960, o Ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, realizou um discurso na Câmara dos Deputados onde afirmou a seguinte situação:

Nessa ocasião, pude constatar objetivamente que o flagelo (seca), mais uma vez, assumira grandes proporções. As chuvas não haviam chegado a tempo e as lavouras estavam praticamente perdidas. Com exceção apenas do algodão e do feijão, que são culturas mais resistentes à estiagem – e que à época ainda havia esperança de salvar – tudo fora sacrificado pela falta de precipitações pluviométricas oportunas; verifiquei, ainda, que caíam chuvas extemporâneas na região – e, para minha surpresa e dos que me acompanhavam, encontramos, em 2 de abril, o rio Jaguaribe e o rio Piranhas correndo em alguns trechos. Reconhece-se, finalmente que, quando advém o flagelo das secas, urge arregimentar, de pronto e sem tergiversações, centenas de milhares de pessoas (Pinheiro, 1960. p. 209).

Foi nesse contexto que o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, convocou uma reunião com um grupo de intelectuais, entre eles o economista Celso Furtado, para 6 de janeiro de 1959 com o objetivo de realizar um amplo debate sobre os problemas do Nordeste. Dessa iniciativa saiu a decisão para a implantação de uma política de desenvolvimento para o Nordeste que ficou conhecida como “Operação Nordeste”. Para garantir a implementação bem-sucedida da política, em sequência, ao longo dos meses seguintes, o governo convocou os líderes políticos nordestinos, imprensa nacional e tomou decisões como a criação, por decreto, do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e o encaminhamento de uma mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Na prática, o que se percebe é que ao gerar o gatilho da criação da SUDENE, a seca (especialmente a de 1958) despertou o poder público

para um problema bem mais profundo e estrutural, que é o subdesenvolvimento e a subordinação nordestina em relação à divisão nacional do trabalho. A partir de então, novas pesquisas e empreendimentos surgirão para combater as secas e, mais que isso, propor uma reorganização das relações econômicas que promovem essa desigualdade regional.

## **O Piauí durante a Operação Nordeste**

O ano de 1959 seria marcante para a relação Nordeste-Governo Federal. Em sua plataforma governamental, Kubitschek deu continuidade a uma política de incentivo ao industrialismo, com forte presença do capital estrangeiro. Furtado (1989) destaca que o crescimento industrial brasileiro observado na década de 1950 deu-se em decorrência do grande volume de capital internacional e de recursos tecnológicos vinculados às indústrias transnacionais que entraram no país. A existência de um mercado interno reduzia os riscos e ampliava as possibilidades de altos lucros, atraindo investidores internos e externos.

Kubitschek representava a possibilidade inovadora de industrialização do país, bem como da integração dos interesses da burguesia comercial com os da oligarquia rural e da classe média tradicional nacional. A relação de forças atrelada a esses arranjos políticos e econômicos significou o apoio à industrialização modernizadora, com forte potencial para a criação de empregos, estímulo à inversão privada, criação de uma legislação que facilitava a obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, taxas de juros baixas e reservas de mercado para a produção que substituiu importados.

Assim, enquanto o Centro-Oeste do Brasil mergulhava no desafiador projeto da construção da capital dos sonhos, as regiões Sudeste e o Sul enfrentavam desafios para implementar suas bases industriais, o Nordeste, com uma economia voltada para a produção e exportação de produtos primários, vivia uma das maiores secas dos últimos tempos, colocando em situação de miséria grande parte de sua população. Furtado (1989) afirma que os investimentos públicos, parte da poupança líquida do país, durante esse período foram canalizados para o grande projeto de Kubitschek de construção da nova capital do Brasil, que tinha uma “relação produto/capital zero ou negativa”, comprometendo a situação econômica nacio-

nal. Porém, o governo se favoreceu com a falsa impressão produzida pela elevação das taxas de investimentos que saíram de 14,5% em 1956 para 20,6% em 1959, produzindo uma aceleração da economia. Mas a euforia não mudava os fatos e isso exigia do governo decisões urgentes para problemas que ficavam cada vez mais graves, dentre eles estava o efeito da seca de 1958 no Nordeste.

A escassez de alimentos decorrente da grande estiagem, associada ao aumento da renda monetária, efeito das medidas políticas adotadas pelo governo federal ao promover as frentes de trabalho, obrigou os nordestinos a conviverem com uma realidade inflacionária desumana. O resultado do quadro informado foi o aumento do desemprego, da fome e da miséria para uma grande massa de nordestinos que viviam nas áreas semiáridas dos estados da região (Furtado, 1989).

A insatisfação gerada por esse quadro de dificuldades refletiu-se nas eleições de 1958 para a escolha dos governos estaduais e do Congresso Nacional. O primeiro caderno do jornal *Correio da Manhã* de 3 fevereiro de 1959, trouxe uma matéria com o título “Novos governadores”, tratando a respeito da eleição e da posse dos representantes do executivo e dos legislativos estaduais. A matéria tem como pauta a importância do retorno ao regime democrático pós-1945, destacando que as eleições transcorridas recentemente evidenciavam que, embora ainda “vacilante e incompleta”, a democracia estava oportunizando à vida pública brasileira o surgimento e afirmação de novas vocações políticas pertencentes aos quadros dos regimes populares representativos. Afirmava ainda que:

O país começa a se dar conta da responsabilidade de votar e de reiterar a sua confiança nos eleitos, menos pelo influxo das palavras e promessas, do que dos exemplos e antecedentes, no exercício da autoridade pública. Autoridade e integridade precisam associar-se, entre o povo, de maneira tão eficiente e constante que acabemos podendo alcançar uma mentalidade de governo em que os ladrões de galinha não sejam os únicos a temer a polícia (Correio da Manhã, 3 de fev. de 1959, p. 06).

No referido pleito, dois importantes estados do Nordeste – Bahia e Pernambuco – elegeram candidatos de oposição, criando uma situação difícil para os núcleos políticos tradicionais da região e uma situação de desconforto para os quadros políticos nacionais. Furtado (1989, p. 35)

afirma que os dois governadores eleitos eram populistas, visto que nos seus discursos “[...] denunciavam a malversação dos fundos públicos, as estruturas sociais anacrônicas, a espoliação da região pelos interesses econômicos do Centro-Sul do país”.

Kubitschek percebeu que estava perdendo terreno e, procurando recuperá-lo, convocou uma reunião com um grupo de intelectuais, entre eles o economista Celso Furtado, para 6 de janeiro de 1959. O objetivo era realizar um amplo debate sobre os problemas do Nordeste. Dessa iniciativa saiu a decisão para a implantação de uma política de desenvolvimento para o Nordeste que ficou conhecida como “Operação Nordeste”. Para garantir a implementação bem-sucedida da política, em sequência, ao longo dos meses seguintes convocou os líderes políticos nordestinos, a imprensa nacional e tomou decisões como a criação, por decreto, do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e o encaminhamento de uma mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Apesar de existir uma vasta literatura sobre essa temática, principalmente a produzida pelo economista Celso Furtado e outras mais recentes derivadas de estudos em programas de pós-graduação em Economia, a temática pouco tem sido abordada por historiadores, e mais raro ainda se tem dedicado a compreender a importância dos estados nordestinos na elaboração desta política. Para os políticos da situação, o momento era de confiança na CODENO. Esperava-se que o conselho atendesse as demandas mais imediatas do estado e apontasse para uma política mais séria em relação às demandas industriais projetadas para os anos seguintes, principalmente a partir da SUDENE.

Após a realização da 2ª reunião ordinária em Recife, no dia 1 de julho de 1959, foram aprovadas as propostas do Piauí para o aumento das extensões rodoviárias correspondentes ao estado. Além disso, foram deliberadas a “implantação das rodovias” Jerumenha-Bom Jesus, Jaicós-Petrolina, Piripiri-Parnaíba, Teresina-Piripiri, Pedro II-Crateus, Cocal-Luzilândia, Buriti dos Lopes-Esperantina-Barras, Itauêira-São Raimundo Nonato-Bom Jesus-Santa Filomena, Pedro II-Castelo-Picos. Sendo que outras de menor expressão ficariam na dependência das verbas orçamentárias anuais (Folha da Manhã, 10 de jul. de 1959).

Em entrevista ao *Folha da Manhã*, o secretário de Viação e Obras

Públicas, representante do governador Chagas Rodrigues, o Dr. José Mariotte Pires Rebêllo demonstrou confiança na Operação Nordeste. Respondendo a uma pergunta sobre a atividade específica da reunião do CODENO, realizada em Recife, assim se expressou o secretário:

Ficou acertado, em definitivo, o financiamento pelo BNDE da Usina Piloto para o aproveitamento integral do babaçu, a ser construída em Parnaíba. Também foi firmado ponto pacífico o financiamento da etapa primária relativa ao aumento da potência para a energia elétrica em Teresina, bem como, na etapa seguinte o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Itapicuru (Folha da Manhã, 10 de jul. de 1959, p. 04).

Sobre a CODENO, assim se manifestou o secretário:

Os meus contatos junto ao CODENO me levam a emprestar meu apoio total e depositar uma esperança absoluta na execução de suas boas finalidades. A finalidade do CODENO é servir como um super-ministério de controle disciplinando as atividades de todos os órgãos naqueles estados já conhecidos (Folha da Manhã, 10 de jul. de 1959, p. 04).

A confiança depositada na CODENO que se desdobraria na SUDENE, entretanto, não era absoluta. Para muitos jornalistas, as obras “faraônicas” de Juscelino Kubitschek mascaravam os problemas estruturais concomitantes ao desenvolvimento nordestino. Para o jornalista Cunha e Silva o governo federal só “lembrava de Brasília” (O DIA, 12 de nov. de 1959). Ainda, segundo ele, estados pobres, como o Piauí, são os que mais sofrem com os empreendimentos de Juscelino Kubitschek. Verbas, que uma vez liberadas, eram retidas pelo Ministério da Fazenda, e além disso, o Banco do Brasil também procedia da mesma forma.

De fato, os investimentos federais no Piauí durante o início dos anos 60 até o golpe militar de 1964 corroboram a narrativa da oposição contra Kubitschek. Como veremos adiante, a então criada SUDENE pouco contribuiu para o avanço econômico piauiense, especialmente no setor agropecuário.

Quadro 1 – Projetos Aprovados pela SUDENE 1960/1977

| Ano  | Número por Estado |    |    |    |    |    |    |    |    |    | Total |
|------|-------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|
|      | MA                | PI | CE | RN | PB | PE | AL | SE | BA | MG |       |
| 1960 | -                 | -  | 3  | -  | 5  | 8  | 2  | -  | 6  | -  | 24    |
| 1961 | 1                 | 1  | -  | -  | 4  | 10 | 1  | 3  | 5  | -  | 22    |
| 1962 | 2                 | 1  | 8  | 2  | 8  | 17 | 2  | 5  | 15 | -  | 58    |
| 1963 | 1                 | 3  | 13 | 6  | 11 | 25 | 4  | 2  | 13 | -  | 81    |
| 1964 | 1                 | 2  | 18 | 3  | 8  | 29 | 5  | 2  | 16 | 1  | 85    |

Fonte: Andrade (1981)

\* O estado de MG compreende a área do polígono das secas, atendido pela SUDENE.

Segundo o estudo publicado pela Fundação CEPRO em 1982, podemos constatar que a produção agropecuária piauiense, durante as décadas de 60, 70 e 80, é marcada por grandes flutuações nas quantidades produzidas. Em termos globais, projeta-se debilmente, revelando índices de crescimento bastante reduzidos, e, em alguns produtos, constatou-se taxa de crescimento nulo e até mesmo decrescente, como foi o caso do feijão e da cana-de-açúcar.

No que tange o processo de urbanização piauiense, especialmente aquela estimulada a partir dos esforços federais e regionais de industrialização do fim dos anos 50 e início de 60, podemos dizer que se deu de forma desordenada e desigual como não poderia deixar de ser. Pegando como base o trabalho do economista William Jorge Bandeira da Fundação CEPRO, podemos atrelar o conceito de marginalidade urbana ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

Ele desenvolve o conceito de marginalidade a partir das unidades produtivas que vivem em função de um mercado, como é o caso do trabalho de tipo familiar já citado aqui, porém no contexto urbano. São formas de trabalho que não se inserem no processo capitalista e, ao contrário, existem em paralelo e subordinado a este.

Acontece que nas economias dependentes os empregos destruídos (principalmente agrícolas) são mais numerosos que a criação de novos empregos pelo setor moderno, isso devido ao fato de este setor ser altamente capitalizado e concentrado no espaço, além de a tecnologia ser controlada pelas economias centrais, formando, deste modo, uma população exce-

dente que procura sua sobrevivência fora do setor capitalista hegemônico (CEPRO, 1980, p. 5).

A criação da SUDENE mobilizou uma série de investimentos em profissionais e recursos para a solução de problemas imediatos e estruturais. Com efeito, verificou-se eficiência no primeiro, trazendo consigo planejamento e execução de obras de empreendimentos e infraestrutura para a capital piauiense e os demais municípios. Segundo o representante da “MORAES S/A - Indústria e Comércio” em depoimento (O DIA, 21 de out. de 1959) e levando em consideração as demandas piauienses, a Operação Nordeste poderia ter se firmado nas seguintes necessidades:

1. Construção da Barragem do Médio Parnaíba, nas proximidades de Floriano;
2. Instalação da Usina Piloto para o aproveitamento integral do Babaçu em Parnaíba;
3. Prosseguimento das obras do Porto de Luís Correia;
4. Reforma de reaparelhamento de luz, energia elétrica, água e esgotos de Teresina;
5. Construção e Montagem do Matadouro Frigorífico de Campo Maior.

Grande parte dessas demandas eventualmente foram atendidas, embora algumas até os dias de hoje ainda parecem do comprometimento estatal para finalização das obras, como é o caso do Porto de Luís Correia, demonstrando um total descaso do poder público com o desenvolvimento econômico a partir do comércio marítimo, além de outras possibilidades comerciais, além do frigorífico de Campo Maior, que teve sua criação amparado na Lei n.º 1.626 (Lei Estadual), de 5 de novembro de 1957, e instalado em 28 de novembro de 1967, portanto, dez anos depois de instituído legalmente (Luselene, 2013).

No tocante ao setor agropecuário, o poder público de imediato promoveu alguns ganhos na produtividade, mas ainda longe de alcançar resultados estáveis e duradouros. Pouco se comprometeu em transformar as relações de produção no campo, não forneceu aportes econômicos como incentivos fiscais e créditos, além de nem sequer fornecer materiais e insumos suficientes para um desenvolvimento real das técnicas produtivas, mantendo a competição desigual entre pequenos e grandes produtores. O baixíssimo emprego de insumos modernos, como máquinas e equipa-

mentos agrícolas, fertilizantes e corretivos, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, associados ao uso intensivo da terra, são queixas comuns dos pequenos produtores (CEPRO, 1980).

### **Considerações finais**

No geral, pode-se dizer que o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) na figura do economista Celso Furtado e tantos outros intelectuais nordestinos, chegaram a conclusão de que o Nordeste enfrenta uma disparidade de níveis de renda em relação ao Centro-Sul, que se aproveita da mão de obra e mercado nordestino para se desenvolver. Além da política federal, que incentiva esse desequilíbrio econômico e o crescimento do eixo central, mesmo porque o Estado foi e continua sendo peça fundamental nessa concentração de capital.

Ainda, percebeu-se que devido a condições históricas e, em segundo plano, climáticas, o Nordeste não teria forças para desenvolver a sua indústria local, seja por falta de investimentos externos ou mesmo por incapacidade técnica e de diversidade econômica. Em se tratando de Piauí, esses fatores foram ampliados, já que historicamente o estado nunca foi protagonista nos setores de exportação, uma vez que os latifúndios se instalavam em terras litorâneas, restando a criação de gado e a agricultura de subsistência. Durante o século XX o Piauí tentou alcançar o mercado exterior através da extração vegetal, mas por falta de recursos industriais não logrou êxito.

### **Referências**

BENEVIDES, Maria Vitória. Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela de Castro (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **As secas do Nordeste**. Recife: SUDENE-DRN, 1979.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997 CERTOU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, Vol. 1.

Campos, José Nilson B.; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. Secas no nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. *Boletim Trimestral do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental/UFCE*, n. 14, nov-dez. 2004.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, S.A: 1990.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **CNI: História e Concretização do Pensamento Industrial** – catálogo da exposição comemorativa do cinquentenário. Rio de Janeiro: CNI, 1988

**DEPOSITA CONFIANÇA NO CODENO**: Fala a Folha da Manhã o Dr. Jose Mariotte Pires Rebelo. Folha da Manhã, Teresina, 10, julho, 1959.

E SILVA, Cunha. Governo desastroso. **O Dia**, Teresina, 21, julho de 1959.

FELDHUES, Paulo Raphael Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste brasileiro**: o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957-1964). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito final à obtenção do grau de Doutor em História, 2014.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS, Recife. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife, 1973.

LEAL, Nunes Victor. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUSELENE, Maria. Bairro Fripisa - fazendas, fábricas, escolas. **Blog Super Campo Maior**. Campo Maior, 6 mai. 2013. Disponível em: colas.html. Acesso em: 26 ago. 2023.

MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí**: Evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação Cepro, 1979.

PINHEIRO, Luiz Carlos Martins. **Notas sobre as secas**. Rio de Janeiro. DNOCS. 1960.

SCHNEIDER, Ben Ross. **IPEA**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo-1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

## Fontes

CARTA CEPRO, Teresina, v2, n. 3, set-dez, 1975.

CARTA CEPRO, Teresina, v.6 n. 1 p. 4-13, jan-jun, 1980.

CARTA CEPRO, Teresina, v.8, n. 2, jul-dez, 1982.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo agropecuário: Piauí – 1970.** Rio de Janeiro, 1975.

LEI MORAES: PAUTA OFICIAL – USINA PILOTO BABAÇU. **O Dia**, Teresina, 21, outubro, 1959.

# COMEMORANDO A “REVOLUÇÃO”: AS NARRATIVAS DA COMEMORAÇÃO NOS ANIVERSÁRIOS DA “REVOLUÇÃO DE 1964” NA IMPRENSA PIAUIENSE (1964-1979)

*Joel Marcos Brasil de Sousa Batista*<sup>1</sup>  
*Francisco de Assis de Sousa Nascimento*<sup>2</sup>

## Introdução

“O Dia Antes da Revolução” (O Dia, 26 mar. 1965), foi uma série de manchetes especiais do jornal *O Dia*, em comemoração ao primeiro aniversário do golpe de 1964, salientando o papel do periódico piauiense antes do golpe civil-militar, destacando as denúncias que fizeram contra a suposta “infiltração” comunista presente no governo Goulart. Essas representações difundidas pelo periódico foram escritas durante a comemoração do aniversário de um ano da chamada “Revolução de 1964”,<sup>3</sup> fazendo parte de um conjunto de notícias que glorificavam e exaltavam às Forças Armadas por impedirem a “comunização” do Brasil.

1. Mestrando em História do Brasil pelo programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Bolsista da CAPES/DS. Possui experiência nas pesquisas de temas relacionados à História do Brasil República, com ênfase na Formação da Identidade Nacional brasileiro, a produção científica discursiva jornalística, História da Imprensa, Ditadura Militar, História do Piauí e a imprensa piauiense. Gmail: joelmarcosbrasil@gmail.com

2. Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente, é Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo. G-mail: franciscoufpi@gmail.com

3. Não consideramos o golpe civil-militar de 1964 uma revolução, quando referimos ao golpe de 1964, como “revolução” estamos aludindo à maneira que os apoiadores e entusiastas da ditadura militar se referiam ao governo.

A recepção e o apoio da sociedade civil com o governo ditatorial pós-golpe de 1964 foi complexa e seu posicionamento sobre o regime militar dependeu da conjuntura política. Entretanto, diferente da dicotomia simplista que reduz as relações sociais em “Estado opressor x sociedade vítima” que foi consolidada no senso comum da sociedade. Durante a ditadura militar, os militares não governaram e não agiram sozinhos, pois diversos setores sociais não apenas se acomodaram com o regime autoritário, como o apoiaram e foram por ele beneficiados.<sup>4</sup>

De acordo com o historiador Castro (2022) no estado do Piauí, que desde a sua colonização foi permeado por “culturas políticas”<sup>5</sup> conservadoras de violência e de exclusão contra os setores populares, as elites políticas e econômicas viam como necessária uma presidência forte, centralizadora e autoritária para o crescimento econômico do Piauí de uma maneira conservadora e exclusivista que não ameaçasse o *status quo*, ao mesmo tempo que reprimisse os movimentos sociais que reivindicassem mudanças profundas na ordem estabelecida. Segundo o pesquisador, as elites políticas do Piauí não só apoiaram a ditadura, como foram fundamentais para a sua sustentação e legitimação no estado.

Nesse sentido, visamos entender as demonstrações de apoio, adesão e de legitimação da ditadura militar no estado do Piauí, a partir da análise das “representações”<sup>6</sup> das comemorações do aniversário do golpe de 1964 na imprensa piauiense. Escolhemos como fonte histórica os jornais impressos de maior circulação no estado, por serem escritos por setores ligados às elites políticas, econômicas e intelectuais que buscaram não apenas informar a

---

4. Consideramos o regime autoritário instalado no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, uma ditadura militar, embora tivessem o apoio de setores expressivos da sociedade civil, tais como: a grande mídia, empresariado, ter a presença de tecnocratas, bacharéis, políticos influentes e magistrados no governo militar; quem estava no controle do centro decisório da presidência era a alta oficialidade militar e não os setores da sociedade civil (Motta, 2021, p. 98).

5. O historiador Motta (2020, p. 114) define como “cultura política” o conjunto de tradições, práticas, valores e representações políticas que são partilhadas por determinado grupo humano que constrói e expressa sua identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, pela recorrência e normalização dessas práticas, assim como inspirar projetos políticos direcionados ao futuro.

6. Utilizamos os conceitos de “representação” da historiadora Pesavento (2003, p. 40-42), que a define não como a representação do real, tal como ele é ou um reflexo do real, mas como uma construção produzida a partir dele. Sendo que a força de coesão de uma representação não está na verdade, porém na sua capacidade de mobilizar e produzir legitimidade social.

população sobre o evento comemorativo defendido pelos militares, como as difundiram e as fundamentaram positivamente para a sociedade.

Destacamos na pesquisa os jornais piauienses: *Estado do Piauí*, de Josípio Lustosa,<sup>7</sup> *O Dia*, do coronel Octávio Miranda,<sup>8</sup> *O Estado*, de direção de Heitor Feitosa<sup>9</sup>, e *O Dominical*, que era de propriedade da Arquidiocese do Piauí.<sup>10</sup> Seleccionamos esses periódicos, não apenas pela sua circulação, mas por expressarem opiniões e visões de diversos segmentos sociais do estado do Piauí durante a ditadura militar.

Por trabalharmos com fontes impressas, não consideramos o que está escrito nos jornais como se fosse uma “verdade” objetiva imparcial tão como aconteceu. Segundo o historiador Barros (2023, p. 12), o jornal não é um veículo passivo e neutro, faz parte de um sistema capaz de difundir discursos parciais, revelar “verdades” e aspectos da realidade que escondem interesses políticos e econômicos de determinados grupos sociais específicos. Além disso, a imprensa é capaz de produzir “meias-verdades” e se omitir sobre determinados assuntos.

---

7. *Estado do Piauí* foi um jornal de propriedade de Josípio da Silva Lustosa. O periódico no período analisado era um semanário, circulava duas vezes na semana, se autodefinia como “Político e Noticioso”, trazendo opiniões políticas. As opiniões emitidas no periódico refletiam as tendências políticas de seu proprietário, que era filiado ao MDB durante o bipartidarismo da ditadura militar Mota (2021, p. 76).

8. O jornal *O Dia* foi fundado em 1951 por Raimundo Leão Monteiro em 1951, a partir de 1964 foi vendido pelo coronel da reserva e empresário Octávio Miranda, influente no meio político piauiense, especialmente, com os políticos da União Democrática Nacional (UDN) em nível estadual. A partir de sua gestão o periódico foi reformulado com características de um periódico de “grande” imprensa, com circulação diária e reformulação da equipe editorial com colunas diversificadas. Nas suas representações políticas o periódico tinha posicionamento favorável ao *status quo* governamental militar, contrário às reformas de base e tendo posicionamentos anticomunistas. Para mais informações indicamos Oliveira (2007).

9. O jornal *O Estado* foi fundado em março de 1969, por Venelouis Xavier Pereira, e dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e, posteriormente, por Teresinha Belchior Cavalcanti. O periódico era uma extensão do Estado-CE, possuía características políticas vinculadas ao *status quo* governamental, sua circulação era diária, possuía em média 10-12 páginas, exceto em edições comemorativas e em edições especiais que possuíam uma maior publicação (Mota, 2021, p. 76-77).

10. *O Dominical* foi um semanário vinculado à Arquidiocese do Piauí que circulava nos domingos, fundado no governo arquidiocesano de Dom Severino Vieira de Melo (1880-1955) em 1937, retornando em 1948, o jornal era a apresentado como: “Semanário de Orientação Católica” com o objetivo de instruir, formar e informar os leitores católicos dos perigos do mundo secular, reforçando a necessidade da conservação da tradição católica. O jornal noticiava e informava às notícias segundo a visão católica dos “fatos”. O periódico circulou até o ano de 1971. Para mais informações indicamos a leitura de: Pereira (2008).

Concordamos com a definição do historiador que os jornais são, antes de ser um “meio de informação”, um “meio de comunicação”, pois os mesmos não transmitem apenas informações objetivas. A imprensa divulga “[...] ideias e valores, e através dessas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses [...]” (Barros, 2023, p. 32).

Na seleção das fontes hemerográficas analisadas, priorizamos as representações escritas na imprensa piauiense que não eram assinadas por colunistas específicos, pois esse caráter da ausência da assinatura dos colunistas numa coluna é um recurso jornalístico, tendo em vista o receptor, com o objetivo de gerar “[...] um efeito de distanciamento e objetividade, permitindo que o narrador coloque-se na posição de porta-voz da verdade, da ciência [...]” (Flôres, 2006, p. 82). Ademais, esse recurso da falta da assinatura, resulta na responsabilidade da escrita recair para equipe editorial do veículo de comunicação e não para o jornalista em específico, além de indicar a opinião do jornal que vogar para si ser um meio de comunicação “objetivo e neutro”.

### **O apoio social à ditadura militar: uma memória incômoda**

O pesquisador Ridenti (2014, p. 30) defende que o regime ditatorial instalado após golpe de 1964, embora não hesitasse em utilizar a repressão visando a manutenção de seu poder contra qualquer tipo de oposição política, não resultava necessariamente que os civis e os militares que participaram da coalizão golpista não se preocupassem com formas alternativas de legitimidade social, afinal, a ditadura militar atentava-se em manter a “fachada democrática” de um regime democrático-liberal, jamais assumindo suas características ditatoriais e autocráticas abertamente.

Em nível discursivo e de ideias, a principal justificativa que legitimou o golpe de 1964 foi o combate ao comunismo, o medo que os comunistas apoiados pelo presidente João Goulart aplicassem um golpe de Estado e, em seguida, instituissem um regime político de modelo socialista (Motta, 2002, p. 271). Os golpistas de 1964 utilizaram o medo do comunismo, que foi apropriado e aprofundado da tradição anticomunista preexistente<sup>11</sup> com o cenário internacional da Guerra Fria. Esses sentimentos e ob-

11. Segundo o historiador Motta (2002, p. 161-178), o medo do comunismo, apesar de ter sido superdimensionado pelas elites liberais-conservadoras, era sincero e partia de diversos grupos sociais avessos ao modelo político-social possuíam o medo de que o comunismo – por

sessões anticomunistas “[...] findaram raízes fundas em vários segmentos sociais, principalmente entre os militares e grupos religiosos, que foram o esteio de campanhas contra a esquerda” (Motta, 2021, p. 23).

Os jornais da “grande imprensa” segundo Motta (2021), alinhados aos grupos liberais-conservadores e seus temores anticomunistas, não só apoiaram como participaram do processo de desgaste, difamação e deslegitimação do governo Goulart, contribuindo para o golpe de 1964. Com a instalação da ditadura militar, não ficaram restritos em apoiar, como também aderiram e fizeram parte do processo de legitimação do regime autoritário, difundindo a narrativa dos militares terem feito uma “revolução” contra a “ameaça comunista”.

Nesse contexto, os militares e os civis que faziam parte do regime ditatorial com o objetivo de legitimarem-se, organizaram por meio de iniciativas estatais festividades cívicas públicas, visando atrair pessoas às ruas para demonstrar o seu “patriotismo” e o apoio que a população tinha com o governo. De acordo com Motta (2021, p. 142-143), o propósito dessas festas cívicas era demonstrar por meio de manifestações públicas que o regime militar possuía “[...] legitimidade popular, com a intenção de impactar não apenas os apoiadores internos e externos, mas também os opositores [...]”. O dia 31 de março foi a data escolhida pelo regime militar com o propósito de comemorar o aniversário da chamada “Revolução de 1964”, de transformar essa data numa festividade cívica, além do intuito de afirmar e legitimar o governo ditatorial instalado, por meio de demonstração de apoio da população nesse “evento cívico”.

Os veículos de comunicação em massa, nesse contexto, segundo o escrutínio de Napolitano (2015), por meio da análise dos periódicos da “grande imprensa” carioca e paulista durante os “aniversários” do golpe de 1964,<sup>12</sup> apesar de não concordarem com todas as medidas do regime,

---

causa da experiência traumática que aconteceu nos países em que foi instalado – ameaçasse seus valores morais, tradição e religião cristã, além disso, muitos possuíam o medo que foi difundido pelas representações anticomunistas de que esse regime fosse sanguinário e violento. Entretanto, isso não exclui a existência de grupos políticos e econômico que criaram uma “indústria do comunismo” que superdimensionaram a “ameaça vermelha”, a fim de obter vitórias eleitorais, favorecer seus interesses econômicos e seus projetos políticos autoritários, utilizando o medo da população para sua legitimação e viabilização.

12. A pesquisa feita pelo historiador Marcos Napolitano foi a partir da análise dos periódicos paulistas: *Jornal do Brasil (JB)*, *O Globo*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Estado de São Paulo (OESP)* e sua relação com a ditadura militar (1964-1985).

não chegavam a fazer uma crítica profunda sobre o governo, sendo que os periódicos variavam no entusiasmo com o regime e, às vezes, faziam críticas a alguns “desvios”.

Os jornais impressos, segundo o historiador, também reivindicavam serem “revolucionários” autênticos, no sentido de não terem apenas apoiado, mas participado da chamada “Revolução de 64” e serem defensores de seus ideais juntamente com as Forças Armadas. O autor, na sua pesquisa, conclui que os jornais da grande mídia carioca e paulista contribuíram com a tentativa de transformar essa data num dia cívico, porém, com o desgaste do regime a partir de 1979, as comemorações dessa data começaram a ficar em “segundo plano” e negligenciadas.

### **“Brasileiros a revolução salvou o Brasil do PAREDON”: as representações da “revolução” na imprensa piauiense**

Analisando os periódicos piauienses, principalmente os ligados às elites locais, como o jornal *O Dia*, após o golpe de 1964, percebemos um apoio entusiasta à intervenção militar, com representações exaltadoras que reduzem o episódio a um maniqueísmo de “bem x mal”, publicando colunas com o título: “Brasil a caminho da Paz” (*O Dia*, 2 abr. 1964, p. 1), “As raízes do Câncer” (*O Dia*, 5 abr. 1964, p. 3), “Revolução comunista estava por um fio” (*O Dia*, 9 abr. 1964, p. 1). Essas representações, analisadas a partir desses títulos e conteúdos enraizados pelo anticomunismo, justificava a intervenção militar colocando os militares como os “salvadores” da democracia por terem impedido a tomada do poder pelos comunistas (Castro, 2022, p. 253-254).

O espaço midiático piauiense não ficou restrito em informar o desdobramento policial em nível nacional, como noticiou também de maneira periódica as batidas policiais em sindicatos, as prisões arbitrárias contra sindicalistas, políticos e trabalhadores acusados de serem “subversivos” e “comunistas” de maneira glorificadora. As publicações do jornal *Estado do Piauí* são bem elucidativas, por terem feito durante os meses de junho-agosto de 1964, uma retrospectiva das ações da Guarnição Federal de Teresina desde 31 de março de 1964 (*Estado do Piauí*, 16 jun. 1964, p. 1-3), dando destaque as batidas policiais, as prisões, a organização da Marcha da Família no Piauí e publicando os pronunciamentos das autoridades militares.

Durante a comemoração do aniversário de um ano da “revolução” organizada pelos militares e pelas autoridades civis, os jornais não se apartaram de divulgarem notícias exaltadoras que conferissem legitimidade à ditadura militar. O noticioso *O Dia*, duas semanas antes, fez um “resgate” de uma série de colunas com o título de “O Dia antes da Revolução”, que eram colunas denunciativas, críticas e contrárias ao governo Goulart que foram divulgadas no periódico entre os dias 13 a 31 de março de 1964. Como podemos analisar nesse seguinte fragmento:

Há precisamente um ano o País atravessava situação das mais difíceis e incertas. No dia de hoje seria assinado como efetivamente foi, o célebre decreto da SUPRA. Era evidente a preocupação dos democratas face à agitação que dominava o País, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Ésse jornal sereno e firme, tinha a sua linha de conduta, da qual não teve necessidade de afastar-se, depois da Revolução de 31 de março. Eis como comportamos anos atrás (*O Dia*, 13 abr. 1965, p. 1).

Nota-se que os editores do jornal *O Dia* recordaram próximo da completação de um ano do governo instalado pelo golpe civil-militar, o clima de “incertezas” e medos que o Brasil estava passando no governo Goulart, sendo salientado o papel que o grupo editorial do jornal como “democratas” tivera nessa situação. O historiador Napolitano (2020, p. 313) defende que os vencedores e aliados de processos históricos traumáticos, tais como: guerras civis, golpes de Estado, revoluções e ditaduras, “[...] fazem um grande esforço para reescrever a história, justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos [...]”, ou seja, os grupos dominantes e seus apoiadores utilizam a história para se autolegitimarem para a sociedade, aproveitando o passado para defenderem o modelo de sociedade que pretendem construir e instalar.

O periódico *O Dia*, nesse contexto da tentativa das Forças Armadas de buscarem fontes de legitimação, por meio da participação popular na comemoração do aniversário da “revolução”, usaram o passado para “advogarem” o governo autoritário instalado em nome da defesa da “ordem” e da estabilidade da “democracia”. Ademais, o periódico utilizou o passado para marcar a sua participação no processo de deposição do governo Goulart, repetindo as representações que fizeram na última página na semana antes do golpe de 1964, salientando as denúncias e apelos que faziam à

população, repetindo as representações como: “Reação” (O Dia, 19 mar. 1965, p. 1), “A Voz de um democrata” (O Dia, 20 mar. 1965, p. 1), “Por Deus e pela Liberdade” (O Dia, 21 mar. 1965, p. 1), “Trégua e Prece” (O Dia, 26 mar. 1965, p. 1), entre outros. Além de difundir frases de efeito como: “A Revolução de 31 de março salvou o Brasil do Comunismo. Aqui há liberdade, não há ‘PAREDON’” (O Dia, 24 mar. 1965, p. 1)

Outrossim, o periódico *O Dia* fez a cobertura das celebrações ao aniversário do golpe de 1964, organizado pela Guarnição Federal de Teresina e pelas autoridades civis do estado do Piauí, que iriam acontecer no dia 24 a 31 de março de 1965:

Dia 24 – Palestra do Dr. JOSÉ EDUARDO PEREIRA, irradiada às 20.00 hs, pelas Emissoras do Estado, sob o tema: “REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL”. [...]

Dia 26 – SESSÃO SOLENE às 21 horas no Teatro “4 de Setembro”, constando seguinte programa: - Início da solenidade com o Hino da Independência; - Palavras de Abertura pelo Cel. da Guarnição Federal; - Número de Arte pelo Coral da Nossa Senhora do Amparo; - Palestra do Cel. TORRES DE MELO, sob o tema: “HOJE E ANTES DO 31 DE MARÇO”. – Número de Arte pelo Coral Nossa Senhora do Amparo; - Palestra do Dr. PAULO DE TARSO MELO E FREITAS, sob o tema: “A REVOLUÇÃO E OS PODERES DO ESTADO; - Número de Arte pelo Coral Nossa Senhora do Amparo; - Palavras de Encerramento pelo Governador do Estado; - Término da Solenidade com o canto do Hino Nacional, por todos os presentes. [...].

Dia 28 – Palestra do Dr. JOSÉ CAMILO DA SILVEIRA FILHO, irradiada às 20.00 hs pelas Emissoras do Estado, sob o tema: “A EDUCAÇÃO E A REVOLUÇÃO”.

Dia 29 – Torneio de Futebol de Salão, com início às 20.00 hs., no Quartel da Polícia Militar do Estado entre as Equipes e Praças Organizadoras Militares da Guarnição, na disputa da Taça: “PREFEITURA DE TERESINA”.

Dia 30 – Missa Gratulatória, às 09.00 hs., na Igreja de São Benedito – ministrada por S. Exa. Rema D. AVELAR BRANDÃO VILELA, O D Arcebispo metropolitano.

Dia 31 – 06.00 hs. – Salva de foguetes em diversos pontos da cidade, a cargo da Prefeitura Municipal de Teresina; 09. 00 hs – Desfile do Destacamento Militar , constituído pelo 25ºB.C., PMPI e Rádio Patrulha. 11.00hs – Leitura da Ordem do Dia, do EXMO. Sr. Ministro da Guerra,

em tôdas as Organizações militares. 12.00 hs. – Salva de Foguetes em diversos pontos da cidade e repicar dos sinos em tôdas as Igrejas. 20:00 hs – Retreta pela Banda de Música da PMPI, na Praça Pedro II (O DIA, 24 mar. 1965, p. 1).

No excerto do periódico *O Dia* com o título: “Programa das Comemorações do Aniversário da Revolução de 31 de Março”, o noticioso divulgou os eventos programados que seriam realizados na capital em comemoração ao aniversário do golpe de 1964, além disso, essa notícia não revela apenas a organização dos militares e policiais nesse evento, mas o engajamento de civis, políticos e autoridades religiosas nessas comemorações. Com a participação de “figuras ilustres” da sociedade piauiense, como o Dr. José Eduardo Pereira.<sup>13</sup> governador Petrônio Portella Nunes,<sup>14</sup> Dr. José Camilo da Silveira Filho<sup>15</sup> e o Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela<sup>16</sup> aliado à palestras e pronunciamentos favoráveis à chamada “Revolução de 1964”, salientando o “antes” e “depois” do Brasil após as Forças Armadas terem

---

13. José Eduardo Pereira (1929-1993) foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (PE), em 1950/52, e concluiu na Faculdade de Direito do Piauí, 1953/54. cursou Letras Neolatinas na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí em 1960, da qual foi orador oficial. Foi Procurador-geral do Estado do Piauí (1971-1975). Link de acesso: <https://portal.pi.gov.br/pge/member/jose-eduardo-pereira/>

14. Petrônio Portella Nunes (1925-1980) foi eleito deputado estadual em (1955-1958) , prefeito de Teresina (1959-1962) e governador do estado do Piauí (1963-1966) pela UDN. Apesar de no início do golpe civil-militar ter feito um pronunciamento a favor da legalidade constitucional contra os militares, aderiu e apoiou rapidamente as Forças Armadas, objetivando permanecer no seu cargo de governador. Durante a ditadura militar, cresceu nacionalmente tornando-se senador durante (1967-1980), crescendo hierarquicamente na política tornando-se presidente do senado (1971-1972; 1977-1979), presidente da Arena (1973-1975) e ministro da Justiça (1979-1980) durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985). Para mais informações sobre a adesão de Petrônio Portella à ditadura militar, recomendamos a leitura de Castro (2022).

15. José Camilo da Silveira Filho (1927-2004) foi bacharel em Direito, professor da Faculdade de Direito do Piauí e da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, ocupou a Secretária de Estado (Fazenda, Justiça e Segurança Pública), a Procuradoria de Justiça do Estado, Presidência do Conselho Estadual de Educação, Assessoria jurídica da Universidade Federal do Piauí e, à época da nomeação para o Conselho Diretor, era diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras. Em 1974-1982 foi o reitor da UFPI.

16. Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986) foi um cardeal brasileiro, atuou como Bispo de Petrolina (1946-1955), Arcebispo de Teresina (1956-1971), Arcebispo de Salvador (1971-1986), Presidente do Concílio Episcopal Latino-Americano (1966-1972), foi elevado ao cargo de Cardeal em 1973. Seu governo arquidiocesano em Teresina foi marcado por uma postura eclesial e pela preocupação e engajamento social com os problemas das populações carentes.

intervido e se mantido no poder, destacando o caráter “democrático”, a eficiência administrativa, a honestidade dos gestores e o combate à “corrupção” e ao comunismo.

As representações produzidas pelo jornal *O Dia*, além de indicar o apoio de seu proprietário e editores à ditadura militar, retrata também o apoio e adesão de setores influentes da sociedade piauiense, como as figuras de políticos, bacharéis, procuradores de estado e, até, do arcebispo.

Sobre o apoio da Arquidiocese do Piauí ao golpe de 1964, através do jornal *O Dominical* – o noticioso organizado pela Igreja Católica no Piauí – verificamos uma posição inicialmente de apoio ao golpe por temerem a “ameaça” do comunismo, a radicalização dos trabalhadores e por acreditarem que o governo Castelo Branco iria trazer a normalidade democrática e realizar as reformas sociais prometidas anteriormente. Porém, quando ocorreram às denúncias do desrespeito aos direitos humanos, torturas, prisões arbitrárias e a repressão ditatorial estarem sendo aplicadas não apenas contra os comunistas, atingindo também os clérigos e leigos da Igreja que eram envolvidos nos movimentos sociais da Arquidiocese do Piauí, assim como a posição da Igreja Católica, em nível nacional, foi a de se afastar aos poucos do regime ditatorial<sup>17</sup>.

Entretanto, observamos que durante os aniversários da “revolução”, o jornal *O Dominical* teve a iniciativa de realizar representações positivas ao governo, apesar de fazer críticas aos “desvios” de seus objetivos “revolucionários”, como podemos analisar no excerto:

[...] Encontrando o País em difícil situação econômica e administrativa, não seria fácil dar uma solução rápida a todos os problemas, sendo o Brasil tão grande e tão complexo representa sempre um desafio à capacidade dos dirigentes nacional. Mesmo cometendo falhas e omissões, é justo ressaltar os aspectos positivos da Revolução, ao fazer cessar o clima de intranquilidade reinante no País e tentar uma obra de objetividade administrativa cujos resultados a parte, já aparecem. Entretanto, quando a outros problemas é cedo demais para apreciá-los devidamente. Nesta oportunidade, O DOMINICAL saúda o Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cujo esforço pelo bem nacional deve ser respeitado (O DOMINICAL, 28 mar. 1965, p. 1).

---

17. Para mais informações sobre a atuação da Igreja Católica no estado do Piauí durante a ditadura militar e a relação tensa entre os militares e o setor eclesiástico, recomendamos a leitura de Carvalho (2006).

No excerto, produzido pela equipe editorial do jornal, percebemos que o noticioso utiliza esse espaço para criticar a ditadura, entretanto, de maneira tímida e não dando nomes aos erros e as falhas. Em contrapartida, reproduz a narrativa defendida pelos militares de que eles retiraram o Brasil do clima de “intranquilidade” – ameaça comunista – e que as dificuldades que eles têm encontrado e a violência é devido à complexidade dos problemas do Brasil. Pelo “lugar social” do periódico *O Dominical*, percebemos uma narrativa que demonstra a oposição de setores da Igreja contra o Estado com o governo ditatorial, porém não questiona a sua “legitimidade”.

### **“Desenvolvimento e estabilidade”: a representação do aniversário da “revolução” em tempos de AI-5**

As comemorações do “aniversário” do golpe civil-militar, que era chamado pelo regime ditatorial e pela imprensa de “revolução”, continuaram com o passar dos anos do governo, inclusive após a sanção do AI-5, que foi responsável pelas restrições das liberdades políticas e civis dos indivíduos. Os jornais, nesse contexto, continuavam representando favoravelmente essa data como fosse um episódio histórico positivo, como podemos analisar no excerto do periódico *O Dia*:

Não havia mais recursos de reação na lei. Surgia, assim, o direito de Revolução, que se exercerá quando o despotismo seja intolerável. Em desespero de causa, cabe ao povo, pelas armas, procurar restabelecer a sua segurança. E o fez, depondo um regime sem consistência jurídica, sem apoio ou solidariedade de consciência nacional [...]. Faz amanhã cinco anos da Revolução de 1964. Seria inadmissível que ela fôsse virgem em desacertos. Dêstes há exemplos. Mas ninguém poderia, em sã razão, recusar-lhe o patriotismo sincero e eloquente de vir procurando, no dia a dia das preocupações dos seus chefes, sanear, higienizar a Nação para que esta reencontre os seus destinos mais altos, que se confundem com a própria felicidade da gente brasileira (*O Dia*, 31 mar. 1969, p. 1).

Nessa narrativa produzida pelos editores do jornal *O Dia*, na coluna comemorativa escrita pela equipe editorial desse periódico, no 5º aniversário do golpe de 1964, redigida durante a vigência do AI-5, percebemos a repetição da justificativa reivindicada pelas Forças Armadas do

porquê precisaram depor o governo Goulart que era considerado pelos líderes civis e militares do golpe como subversivo e aliado dos comunistas. Todavia, apesar da representação indicar erros do governo, o exalta de maneira bem “ufânica”, colocando as ações do governo e seu projeto como se fossem a concretização da “felicidade” da população. Essa representação indica o apoio que o jornal *O Dia* deu ao regime ditatorial na sua fase mais repressiva com a vigência do AI-5 que negava o direito de *habeas corpus* aos acusados de “subversão” e dava poderes ditatoriais ao presidente da República.

O regime ditatorial, apesar de não hesitar em usar a violência, se preocupava com sua legitimidade. Durante o endurecimento da ditadura com o AI-5, os militares e os civis que faziam parte do regime, buscaram a sua legitimidade pelo desempenho econômico, durante o chamado “milagre econômico” (Ridenti, 2014). Os periódicos impressos piauienses, nesse contexto, difundiam representações, em especial na data do 31 de março, de um “Brasil estável e desenvolvido”, como podemos analisar nesse fragmento do periódico *O Estado*:

Muito se tem falado e escrito sobre o atual esforço do atual Governo da República no sentido de desenvolver o Brasil. Seria diante disso, até ocioso dissertamos aqui sobre o trabalho imenso delineado pelos dois primeiros presidentes revolucionários e colocado em prática, a todo vapor, pelo Presidente atual, general Emílio Garrastazu Médici. [...]. Há, entretanto, um aspecto menos exaltado, mas igualmente importante da revolução de 1964. Trata-se da estabilidade do nosso regime, fenômeno raras vezes observada na conturbada América Latina, contingente explosivo onde países há em que golpes de estado sucedem-se com frequência tal que chegam mesmo a transformar-se em monótona rotina. [...]. É duplo, pois, o mérito da revolução e 1964. A estabilidade do regime e o esforço desenvolvimentista são os fatores básicos que se completam mutuamente para dar resultados do quilate da Transamazônica, do PIS, do Proterra, enfim, de todos os empreendimentos emanados do Planalto Central objetivando a colocação do Brasil na posição de alto destaque que, não restam dúvidas, virá a ocupar na comunidade das nações do planeta (O Estado, 30 mar. 1972, p. 1).

No texto produzido pela equipe editorial do periódico *O Estado*, observamos uma exaltação à ditadura militar, fazendo uma alusão, segundo

a visão dos autores, ao “desenvolvimento” e a “estabilidade” do regime. A alusão da “estabilidade” do regime faz parte de um discurso produzido sobre o governo sediado pelos militares terem produzido um momento de “ordem”, “paz” e “segurança”, além disso, nas “estratégias” de cooptação observamos a referência da situação de estabilidade do Brasil em comparação com os demais países da América Latina, que estavam imersos em golpes de estados. A retórica do periódico, ao mesmo tempo, negava a própria realidade do Brasil de se encontrar imerso em golpes de estado, de estar, inclusive, numa ditadura militar, e do próprio regime ditatorial ter as suas instabilidades em torno do poder.<sup>18</sup>

Algo que chamou a nossa atenção em torno da análise dos periódicos piauienses durante as comemorações do aniversário da “Revolução de 1964”, foram as publicações de “cadernos especiais” nos jornais: *O Estado* e *O Dia* que possuíam um maior número de páginas em comparação com os outros dias. Trazendo nas edições matérias exaltando o regime, homenagens e discursos de figuras “ilustres” do Piauí, como governadores, prefeitos, deputados e empresários, demonstrando que não apenas os jornais usavam esse espaço para elogiar a ditadura, mas também era um espaço em que as autoridades difundiam seus discursos favoráveis ao regime autocrata. Demonstrando que diferente do que foi reproduzido pelo *sensu comum* durante a “abertura” política, os civis não só fizeram parte do regime como o apoiaram e foram fundamentais para a sua longa duração.

Em contrapartida, observamos que dos cinco periódicos analisados, o jornal *Estado do Piauí* de Josípio Lustosa, em alguns anos da comemoração do aniversário do golpe de 1964, não representava positivamente o regime ditatorial e não o parabenizava pelo seu “aniversário”, a partir do ano de 1971, durante o governo Médici. Analisando esse periódico, fomos cuidadosos em demarcar que o jornal em análise foi um semanário que tinha duas edições por semana, não coincidindo com os dias 30, 31 e 1° de março, entretanto, por não colocar nenhuma exaltação podemos observar uma “tática”<sup>19</sup> em mostrar o desacordo com o regime

---

18. Para mais aprofundamento da temática acerca dos estudos sobre a instabilidade do regime ditatorial militar, causada pelo descontentamento e tensões dentro da própria caserna, indicamos a leitura de: Chirio (2012).

19. O teórico Certeau (1998, p. 102-104) salienta que a “tática” é a “arte do fraco” que suas atitudes são válidas pela pertinência da recorrência do tempo e pela espera de um momento oportuno para agir sem muitas vezes notado. Consideramos a atitude do jornal *Estado do*

autoritário, omitindo-se de exaltar a ditadura no chamado “aniversário” da ditadura militar.

Apesar de antes comemorar a data do 31 de março e ainda realizar representações positivas ao governo militar com o tempo, a partir do governo Geisel mostrava a sua desaprovação com o regime ditatorial, principalmente, publicando notícias de outros jornais – que consideramos uma forma de burla a censura – e difundindo bandeiras defendidas pelo MDB, partido de oposição do regime, na qual o proprietário do noticioso era filiado durante a vigência do bipartidarismo (1965-1979).

### **A comemoração do aniversário da “revolução” durante o “lento, gradual e seguro” processo de distensão política**

Os jornais piauienses analisados durante o governo Geisel, apesar de começarem a expressar os seus “descontentamentos” e críticas acerca da política e economia, continuavam a representar positivamente a “Revolução de 1964” nas datas que o regime ditatorial comemorava seu aniversário, noticiando as comemorações produzidas pelos militares e o pronunciamento de políticos em alusão a referida data.

Porém, percebemos que a intensidade da alusão a data e as “edições especiais” diminuem, principalmente, a partir de 1977 que corresponde ao aumento do desgaste que o regime ditatorial, com as tensões entre as promessas de distensão feitas pelo governo Geisel ao mesmo tempo que este utilizava artifícios arbitrários, como o “Pacote de Abril” para forçar a sua vontade no possível processo de “distensão” política.

Percebemos uma aproximação com a tendência da “grande imprensa” do eixo Sudeste, analisadas por Napolitano (2015, p. 361) que salienta uma tendência de ruptura lenta com o regime ditatorial, porém sem defender um projeto radical de uma derrubada abrupta da ordem institucional criada pelos militares, defendendo as pautas “democráticas” de maneira que conciliava o processo de distensão defendido e praticado pelos militares.

Com o decorrer dos últimos anos do mandato do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), percebemos uma posição de não defender

---

*Piauí*, de omitir-se de propagar representações que comemorassem o aniversário da ditadura como uma “tática” para mostrar seu desgosto com o regime, visando sair por despercebido.

mais a ditadura, não tendo uma postura positiva, apesar de não criticá-la de maneira enfática, como podemos analisar nesse trecho de um balanço feito pelo jornal *O Dia*, no aniversário de 20 anos do golpe de 1964:

[...]. A verdade é que aquela revolução de 1964 já se exauriu. Justamente porque a sua eclosão trazia a característica de ação transitória e não de permanência que completa hoje 20 anos. Não será possível fazer o rol de resultados positivos, mas a ninguém será lícito imaginar, também que essas conquistas não tivessem sido materializadas por governos não militares, a partir da década de 1970, por exemplo. O fato é que as Forças Armadas têm existência e desempenho específico no conjunto da sociedade, sendo a atividade política, mera tarefa passageira. Inclusive para colocar-se a salvo do jogo partidário, bastante distante da filosofia castrense. [...] (O Dia, 31 mar. 1984, p. 2).

Nesse excerto do periódico *O Dia*, verificamos uma postura que não exalta de maneira gloriosa o golpe de 1964, apesar de ainda se referir a mesma como “revolução”, entretanto, percebe-se que a crítica não é tão profunda em condenar as arbitrariedades, a violência e as eleições indiretas aos governantes, mas se limita a criticar a duração que os militares permaneceram no poder, sendo que desde o governo do marechal Castello Branco (1964-1967), havia a promessa de devolver o poder aos civis no fim do seu mandato e não que permaneceriam no poder por duas décadas. Apesar de insinuar que as “conquistas” dos “resultados positivos” adquiridos na década de 1970 – alusão ao “milagre econômico” – não aconteceria nos governos civis, mas nos militares.

Essa representação demonstra uma postura de afastamento “lento” dos editores do jornal *O Dia* com a ditadura, mesmo com o seu desgaste, apesar de não endeusar um regime que estava com sua legitimidade e duração cada vez mais questionada. Porém, essa postura reflete a própria simbiose que o jornal *O Dia* teve com os governos militares e com os governantes civis que assumiram no Piauí pela indicação dos generais, sendo que o proprietário do periódico, o coronel Octávio Miranda, era um ex-militar e empresário que, pela trajetória da sua empresa de comunicação, podemos concluir que foi beneficiado pelo regime ditatorial.

## Considerações finais

Os posicionamentos dos jornais piauienses revelam as complexidades dos posicionamentos da sociedade com a ditadura militar, principalmente, durante a euforia econômica do chamado “milagre” em que, ao mesmo tempo, comemoravam e vibravam com um “Brasil Próspero” e viviam no endurecimento da repressão estatal e das violações dos direitos humanos.

Não excluimos a possibilidade de os proprietários dos jornais talvez nem concordarem com 1964 ser uma “revolução”, mas justamente por poderem ser prejudicados pela censura à imprensa, exaltavam a ditadura militar. Também não excluimos a hipótese das barganhas por verbas ou recursos, como nos casos do *O Dia*, *O Estado*, *Estado do Piauí* e *O Dominical*, os quais demonstraram uma postura de “acomodação” com o regime autoritário.

Entretanto, com o desgaste da ditadura militar e o prosseguimento do processo de “abertura” política com o general Figueiredo, a data então comemorada e exaltada pelos periódicos ficava negligenciada e “esquecida”, sugerindo uma postura de esquecimento do que aconteceu e do próprio apoio e papel que esses veículos de comunicação deram ao regime ditatorial com a difusão da versão oficial da narrativa dos militares terem feito uma “revolução” e com a tentativa que não vingou, de transformar o 31 de março numa data cívica.

## Referências

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2023.

CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. Teresina: UFPI, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FLÔRES, Onici. **Teorias do texto e do discurso**. Canoas (RS): Ed. Ulbra, 2006.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **POR DENTRO DA PAUTA**: História política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975). Dissertação (Mestrado em História do Brasil): UFPI, Teresina, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos**: Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346- 366, maio-ago. 2017.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal “O Dia”. Teresina: Fundação Cultural Monseñor Chaves, 2007.

PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja Católica em “Tempos Munda-**

**nos”:** A luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Teresina: UFPI, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte (Minas Gerais): Autêntica, 2003.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

### **Fontes hemerográficas**

Agora, 31 de março. **O Dia:** Teresina, 31 de março de 1984, n.º 6.692, p. 2.

Brasil a caminho da paz. **O Dia:** Teresina, 02 de abril de 1964, n. 1206, p. 1.

Brasileiros! **O Dia:** Teresina, 24 de março de 1965, n.º 1493, p. 1.

Desenvolvimento e estabilidade. **O Estado:** Teresina, 30 de março de 1972, p. 1.

Guarnição Federal de Teresina - Resumo dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início de 31 de março de 1964. **Estado do Piauí:** Teresina, 15 de junho de 1964, n. 651, p. 1-3.

Guarnição Federal de Teresina: Programa das comemorações do aniversário da Revolução de 31 de março. **O Dia:** Teresina, 24 de março de 1965, n. 1493, p. 1.

O aniversário da Revolução. **Estado do Piauí:** Teresina, 30 de março de 1969, p. 1.

O Dia Antes da Revolução. **O Dia:** Teresina, 13 de março de 1964, n. 1483, p. 1.

Primeiro aniversário da Revolução. **O Dominical:** Teresina, 28 de março de 1965, n.º 13, p. 1.

Revolução. **O Dia:** Teresina, 30 e 31 de março de 1969, n. 2690, p. 1.

# ENTRE DENTES DE OURO E ANOS DE CHUMBO: CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ SOB O PANÓPTICO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E A REPRESSÃO AO CORPO DE FUNCIONÁRIOS (1971-1979)

*Ronald Cavalcante Castelo Branco<sup>1</sup>*  
*Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz<sup>2</sup>*

## Introdução

A pesquisa aborda a repressão militar na Universidade Federal do Piauí (UFPI) durante os anos 1970, utilizando documentos do Ministério da Educação (MEC), Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos de vigilância, através do “método indiciário”. Fundamentada em obras de historiadores como Carlos Fico, Rodrigo Patto de Sá Motta e José Willington Germano, a pesquisa incorpora memórias de indivíduos envolvidos na criação da UFPI. Estruturada em três partes, investiga as raízes do golpe de 1964 no contexto estadual, a repressão enfrentada pelos funcionários da UFPI e o legado dessas experiências na instituição. Ao evidenciar expurgos, demissões e a vigilância na UFPI, a pesquisa con-

1. Graduando do curso de História (UFPI).

2. Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense.

tribui significativamente para a compreensão da ditadura civil-militar no estado do Piauí e oferece uma base sólida para futuras pesquisas na área.

### **“A orgia dos farsantes”: uma pequena história da repressão no Piauí**

Nesse contexto, se revela a instituição dos aparelhos de repressão e vigilância na ditadura civil-militar. O Piauí, em específico a sua capital, Teresina, possuía órgãos repressivos e de vigilância. Esse suplício permaneceu silenciado, porque, como Michel Foucault defende nos “suplícios” que é “[...] indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir [...]” (Foucault, 2014, p. 15), ou seja, está associado à violência e a punição, ser o carrasco, traz um sentido negativo, à medida do tempo, as sociedades, até mesmo nas tribunas jurídicas, tendem a se afastar moralmente do ato de punir, efetuando-o em câmaras secretas, em momentos mais rápidos e discretos, tendendo a “espetacularizar” mais o trâmite legal jurídico do que a própria ação penal.

Nesse contexto, havia alguns órgãos de repressão e vigilância. São eles: a Guarnição Federal de Teresina, situada onde funciona a 26ª Circunscrição Superior Militar, no Centro de Teresina; a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PI), situada defronte à Praça Saraiva, e, por fim, a ASI/UFPI.

A DOPS/PI ganhou maior destaque no trabalho, por assumir um papel de suma importância na condução dos trabalhos de violência política contra opositores, principalmente sob a gestão do coronel Astrogildo de Castro Sampaio (?-2019), que assumiu o posto de Diretor do DOPS/PI entre 1969 e 1979, quando ele era capitão da PM/PI, substituindo o coronel Adail Jales de Carvalho (?-?), quando este era major da PM (Medeiros, 2014, p. 71-100).

Um terceiro órgão de vigilância foi a Assessoria Especial de Segurança de Informações (ou somente Assessoria de Segurança de Informações) da Universidade Federal do Piauí, intitulada AESI/UFPI ou ASI/UFPI, em documentos constam os dois nomes, porém ficaremos com o nome mais mencionado, ASI/UFPI. Esse órgão era liderado pelo coronel João Braz da Cruz e Silva Neto (?-2013) da PM-PI (no período era major do Exército, sendo comandante da PM entre 1970 e 1971) (Dias e Dias, 2010, p. 95), segundo documentações catalogadas.

A ASI/UFPI era uma das dezenas de ASIs que funcionaram na ditadura civil-militar dentro das universidades brasileiras. Era um órgão de vigilância de atividades consideradas “subversivas” – contrárias aos interesses do regime civil-militar – e era onde ocorriam as trocas de informações, catalogação de fichas sobre estudantes, funcionários e palestras. Inclusive, muitos universitários e funcionários eram interrogados por esse órgão de vigilância. Havia também a censura a livros e a escolha de infiltrados. Este órgão atuante na UFPI ganhará corpo em outros capítulos, pois é o objeto central deste trabalho.

Há um quarto a ser mencionado que seria o Quartel-General da Força Pública do Piauí, o Comando da PM-PI, que funcionava no prédio da atual Central de Artesanato Mestre Dezinho, situada na Praça Pedro II, local para onde os opositores políticos foram levados em prisão para cumprimento de penas instituídas pelo regime vigente.

No contexto histórico, primeiramente, se menciona que os membros das academias de ensino superior piauiense resistiram à presença de militares em sala de aula durante a repressão que sucedeu o golpe de 1964, principalmente, na Faculdade de Direito do Piauí (FADI) e a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), sendo uma mantida pela União e a outra pela Arquidiocese de Teresina e os seus apoiadores financeiros (Barros, 2006; Medeiros, 2014).

São essas faculdades junto a outras que darão origem a Universidade Federal do Piauí, com sua criação vieram também os planos de controle e vigilância dos espaços acadêmicos, o que antes era pouco imaginável devido à influência das elites intelectuais em torno desses espaços e à repercussão negativa que seria gerada pelo desrespeito a tais locais. Assim, quando surge a UFPI, junto a ela se monta a ASI/UFPI, instalada provavelmente em 1973, que teve como diretor João Braz da Cruz e Silva Neto, que frequentou a Escola Nacional de Informações (EsNI) em 1972, para dirigir a ASI/UFPI ligada à DSI/MEC e ao SNI.

Nesse sentido, as ações do SISNI (Sistema Nacional de Informações) eram feitas através de agentes treinados na Escola Nacional de Informações (EsNI), vinculada ao SNI, criada em 1971, responsável pelo treinamento de militares e civis que seriam agentes do SNI e de outros órgãos de informações, dentro da vida pública (Fico, 2001, p. 82).

Dos tantos agentes que frequentaram a EsNI, destacaremos o major

da Polícia Militar, e ex-comandante da PM (1970-1971), João Braz da Cruz e Silva Neto, que frequentou a escola entre novembro de 1972 e dezembro de 1972, segundo documentação do próprio SNI (conforme imagem abaixo), no que concerne ser um estágio que ele tenha feito na EsNI, para assumir já em 1973 a direção da ASI/UFPI.

Os cursos tinham tipologias “A”, “B” e “C”, também havia a formação técnica-profissional, que eram os estágios de curta duração (cursos de treinamento de pessoal). Andrade (2014) afirma com veemência, a existência do curso “A”, que:

[...] era voltado para a formação de chefias e analistas, sendo como uma pós-graduação, já que se exigia que o aluno-estagiário fosse formado no curso “B” ou “C” [...] O curso era realizado em dois módulos – A e B – com duração de 41 semanas. [...] As aulas versavam sobre assuntos políticos, econômicos e sociais da realidade brasileira, tendo em vista a análise de conjuntura e estudo de casos [...] (Andrade, 2014, p. 91).

Nesse sentido, o curso “A” era como se fosse uma pós-graduação oferecida a oficiais e para civis colaboracionistas que deveriam ter, no mínimo, formação universitária. Já os cursos “B” que eram “Para o corpo discente” em que “requeriam-se oficiais das Forças Armadas detentores de postos de capitão e major, e civis com curso universitário completo. A duração do curso compreendia 20 semanas, menos que a metade do curso anterior” (Andrade, 2014, p. 92).

Assim esse curso era destinado “à formação de Analistas de Informações” e “a civis e militares que iriam ocupar as funções de Informações de nível médio ou de chefias em escalões intermediários [...]” (idem), ou seja, era para um escalão específico do SISNI e, assim sendo, a documentação abaixo evidencia a Apostila da EsNI (1972-1973), apontando o nome de João Braz, o futuro Diretor da ASI/UFPI.

Nesse sentido, há duas hipóteses: ou João Braz da Cruz e Silva Neto frequentara um curso “B” visando à sua formação como agente do SNI para integrar a ASI/UFPI, no qual teve um estágio final nos ministérios, ou frequentou um estágio profissionalizante de curta duração para capacitá-lo tecnicamente para o exercício da Direção da Assessoria Especial de Informação da UFPI.

A documentação corrobora que o então diretor da ASI/UFPI, que

havia deixado o comando da Polícia Militar do Estado do Piauí em 1971, frequentara uma espécie de estágio na EsNI, entre novembro de 1972 a dezembro do mesmo ano, o que não seria necessário, se ele frequentou um curso completo (“A”, “B” ou “C”) ou uma apenas um “estágio extraordinário” (de curta duração), pois não consta no documento a especificidade do curso. Supõe-se que seja ou um curso “B”, pois consta na capa, ou um estágio profissionalizante (que mais condiz com a realidade em questão devido ao tempo – cerca de duas semanas e meia), que consistia em:

Além dos cursos, a EsNI também oferecia estágios delineados em 3 categorias: 1) De informações, voltado para os cargos de analista, auxiliar de analista, adido militar e auxiliar de adido militar; 2) de Contrainformações, voltado para as funções de contraespionagem, criptologia, auxiliar de criptologia, análise de propaganda adversas e segurança de familiares de adidos; 3) De Operações destinado aos cargos e funções de chefe de seção de operações, adjunto de seção de operações, operação de informações paraquedistas, entrevista, auxiliar de entrevista, eletrônica, fotografia para agentes, fotografia para técnico de laboratório, proteção de autoridades, fotointerpretação e auxiliar de fotointerpretação (Andrade, 2014, p. 95).

Nessa perspectiva, nota-se no corpo que pode se tratar de um estágio de curta-duração, responsável pela profissionalização de agentes para atuação dentro das cadeias de informações do Estado, tendo duração de dois meses. No entanto, também indica um curso “B”, contendo “currículo mais recheado”, para formação de agentes.

Nesse sentido, essas duas hipóteses se afirmam pela falta de evidência sobre o curso em que teria se formado o primeiro Diretor da ASI/UFPI. É possível que João Braz tenha cursado um programa de formação “B” com o objetivo de se especializar como agente do Serviço Nacional de Informações (SNI), visando sua posterior integração na Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A segunda hipótese considera a possibilidade de João Braz da Cruz e Silva Neto ter participado de um estágio profissionalizante de curta duração, destinado a capacitá-lo tecnicamente para assumir a Direção da Assessoria Especial de Informação da UFPI.

O primeiro ano letivo da UFPI funcionou no início de 1972, mas não há como estabelecer um cálculo efetivo de como se deu sua instala-

ção. Nota-se pelas leituras e documentações que ocorreu em 1973 com a nomeação João Braz da Cruz e Silva Neto. Outros atrasos ocorreram no Brasil, como a instalação da ASI/ETFMG, que só se concretizou em 1975 (Motta, 2014, p. 195).

A criação da UFPI traz alguns dissabores, como o impedimento do Pe. Raimundo Airemoraes, de ser membro do 1º Conselho Diretor da UFPI ou a escolha de José Camillo da Silveira Filho como 1º diretor do CCHL/UFPI ou a instalação da ASI/UFPI ou mesmo a nomeação de Camillo Filho para reitor da UFPI de 1974 a 1980, diante da crise política em torno do reitor mineiro Hécio Ulhôa Saraiva (Bello, 2021, p. 238-239).

A perspectiva em torno disso decorre também da “acomodação” com o regime. Já em 1967, antes mesmo do AI-5 ou do surgimento da própria UFPI, em vestibulares já se exigiam fichas de “conduta moral”, ou seja, atestados de sujeitos alinhados ideologicamente ao regime em exercício, a pedido do presidente do Secretário Estadual de Educação, Almir Ferreira Sobral, para o aval positivo à prestação do 1º Vestibular da Faculdade Estadual de Medicina do Piauí, que formaria o futuro o Centro de Ciências da Saúde da UFPI. Luiz Bello, retomando o secretário Almir Sobral, esclarece que:

[...] De acordo com o Regimento, serão admitidos à inscrição os candidatos que, mediante requerimento dirigido ao Diretor, apresentarem os seguintes documentos: a) prova de conclusão do curso colegial; b) carteira de identidade; c) prova do cumprimento das obrigações militares e eleitorais, para os maiores de 18 (dezoito) anos; d) certidão de registro civil de nascimento; e) atestado de idoneidade moral; f) recibo do pagamento da taxa de inscrição [...] (Bello, 2021, p. 274).

Nesse cenário, que precedeu a instalação do aparato vigilante e repressivo da ASI/UFPI, observamos uma atmosfera de adaptação à política dominante, à medida que o estado de exceção se consolidava. Ora, o Decreto n.º 477 data de 26 de fevereiro de 1969, e já no vestibular de medicina de 1967, exigia-se atestado moral, ou seja, ficha essa obtida em órgãos de vigilância que catalogavam opositores ao regime. É o que Rodrigo Patto de Sá Motta esclarece com veemência, quando evidencia que:

Alguns dirigentes se anteciparam às medidas repressivas do Estado, criando suas próprias assessorias de segurança ou demitindo e bloqueando a contratação de professores antes que essas práticas se tornassem diretriz oficial. Certas administrações universitárias expurgaram estudantes antes da vigência do Decreto 477, ou começaram a exigir atestado ideológico para contratação sem que houvesse determinação legal que os obrigasse (Motta, 2014, p. 301-302).

Desse modo, antes mesmo da implementação efetiva do aparato de vigilância e repressão da ASI/UFPI, a sociedade já experimentava uma reconfiguração em resposta à política vigente, marcada pela falta de processos democráticos transparentes. O adiamento das eleições presidenciais em 1965 foi um ponto crítico, indicando uma escalada na centralização do poder estatal.

Dessa maneira, em 1971, houve um pedido de informações pelo Diretor da DSI/MEC, o coronel Pedro Vercílio, encaminhado à Universidade de Brasília (UnB), para constatar o caráter ideológico do novo reitor, se alinhado ao regime ou se alinhado à esquerda ou ao comunismo, datado de 19 de março de 1971. Após isso, há uma comunicação interna entre a UnB e a DSI/MEC, à época intitulada DSIEC, uma espécie de ofício confirmando, mas, infelizmente, não foram encontrados (nesta pesquisa) os currículos anexados conforme a solicitação do *curriculum vitae* de Hécio e do novo reitor da UnB, Amadeu Cury.

O que consta é uma ficha de 1971, da DPF (encontrando-se o currículo profissional) e que essas informações foram coletadas pelo DPF a pedido da Agência Central do SNI, e tiveram a seguinte difusão: DSI/MEC, DSI/MJ (Min. Da Justiça), CIEEx (à época “CIE”) e SNI/AC. Na ficha consta um “elogio” ao currículo profissional do prof. Hécio, sendo mencionado que o mesmo era “possuidor de vastos conhecimentos, foi escolhido para Reitor da Universidade do Piauí pelo Exmo. Sr. Ministro Jarbas Passarinho. É possuidor, também, de cursos de formação feitos nos Estados Unidos” (Brasil, 1971, p. 3).

Na leitura da ficha, não consta datilografado o elogio a Hécio, sendo essa a razão de seu “apedrejamento”, notando-se um argumento contrário implícito ao mineiro na reitoria, ao afirmar que “[...] admitiu na Universidade Federal do Piauí elementos suspeitos de subversivos por não ter consultado os Órgãos de segurança; [...]” (idem).

O processo descrito acima sobre Hércio Ulhôa Saraiva versa sobre o fato do novo reitor, ao constituir o órgão que seria responsável pelo 1º Vestibular da UFPI, a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE), que desejava que o primeiro período letivo, que seria o de 1972, funcionasse no novo Campus Ininga, que teve um vestibular unificado realizado pela COPEVE.

Um membro desagrava, José Reis Pereira, professor do curso de Letras da UFPI, constando na documentação de investigação sobre Hércio seu nome como indesejado. O professor requerido à COPEVE havia respondido a investigações, na antiga FAFI, por conta de uma pichação em 1969 contra possíveis acordos do MEC e os EUA para a Reforma Universitária (1968), tendo sido preso (Medeiros, 2014, p. 72).

Assim, tal nome admitido junto a outros professores, como o prof. Diogo José Airemoraes Soares, que também havia sido preso em 1969 no quartel da PM no Ilhotas, no mesmo caso do Prof. José Reis Pereira (idem), o que geraria mais adiante a demissão do Prof. Diogo José da UFPI, no ano de 1972.

Vale mencionar que o documento menciona “órgãos de segurança”, o que implica que ainda não estava constituída a ASI/UFPI, e que essas informações foram colhidas pela comunidade de informações da DOPS/PI e da GFT, o que fortalece a hipótese esclarecida no tópico de composição da Assessoria, em 1973, quando se finaliza o estágio (ou curso?) do seu 1º diretor, o major João Braz que terminou os estudos em dezembro de 1972 na EsNI.

Notam-se entre outras investigações sobre Hércio Ulhôa, uma das mais importantes que liquida a fatura da gestão: um dossiê que investiga toda a conduta moral do reitor mineiro. O documento consta da Agência Setorial do SNI de Fortaleza, mas é muito provável que as informações colhidas foram compiladas de anexos encabeçados pelo SNI/AS/Fortaleza, com auxílio da ASI/UFPI e informes dos setores de informações da DOPS/PI, da GFT, de órgãos de informações do Ceará e Minas Gerais (onde o reitor se formou) junto à Agência Central de Brasília datado em 15 de fevereiro de 1974 (Brasil, 15 fev. 1974, p. 2-6).

No dossiê consta que a Agência do SNI em Belo Horizonte encontrou registros de Hércio enquanto estudante da UFMG (1960-1963), de atividades ligadas à Ação Popular (AP), agremiação esquerdista surgida

em 1960, o que parece ser demasiado, tendo em vista que, logo após ocupar a reitoria da UFPI, ele ocupara cargos no MEC e na UnB, mas o que não se descarta de ser verdade, afirmando-se no documento que:

A ABH/SNI informou que o nominado, quando estudante, em BELO HORIZONTE/MG, era militante da Ação Popular – AP, tendo sido, àquela época, redator do jornal esquerdista “AÇÃO POPULAR”, havendo participado, ativamente, quando membro da FACE/UFMG, do “Seminário da Realidade Nacional”, realizado em 1961, tendo, ainda, em MAR 62, escrito um artigo intitulado “Composições de Cúpula Definem a Luta Pela Prefeitura”, publicado no jornal da “Ação Popular” (Anexo “B”) (Brasil, 15 fev. 1974, p. 2).

Outro ponto do documento trata de palestras ministradas pelo Prof. Hécio na Universidade Federal do Ceará. Quando ele participava do “Simpósio sobre Mudança Social e Desenvolvimento Econômico”, teria estado no meio de elementos docentes “subversivos”, reconhecidos em atuação “comunizante”, e em Aquiraz (CE), haveria participado de eventos de promoção de empresas de turismo, denominado “1º Festival da Costa do Sol”, junto a Hélio Guedes de Campos Barros e Francisco José Lustosa da Costa, teria composto o júri que elegeram como “garota cultural”, Ada Nícia Nogueira Diógenes, militante do PC do B (idem).

O documento elenca sua gestão na UFPI, destaca a contratação dos professores Humberto de Paiva Macedo de França, José Teodoro Soares e Raimundo Tadeu Corrêa, que eram tidos como “elementos suspeitos” e haviam sido desaconselhados pela Agência do SNI em Fortaleza (CE), além de nomear para a Chefia da Divisão de Serviços Gerais, o ex-prefeito de Teresina, Haroldo Borges, sem consultar o SNI (idem).

A documentação revela que existia um curso natural: primeiro se especulava um nome para qualquer cargo na UFPI que seria posto à apreciação dos órgãos de informação, segurança e vigilância, no caso, a ASI/UFPI, que emitia comunicação interna até a Agência do SNI em Fortaleza ou a DSI/MEC, dependendo da velocidade de resposta, que aconselhava ou desaconselhava, se mobilizando a favor ou contra o nome em questão.

Havia resistências à gestão da reitoria de Hécio Ulhôa Saraiva, baseadas em um fundamento compreensível, porém percebe-se que a concepção equivocada da ditadura civil-militar de 1964 e seus setores repressivos

como um “Leviatã”, capaz de tudo, fez e fará, é um exagero. O reitor da UFPI empreendeu um “contrapoder”, ainda que pequeno, não aceitando as intervenções da ASI/UFPI e do SNI, e não foi preso ou demitido de imediato, evidenciando o que Michel Foucault denota com clareza que:

[...] o poder [...] não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade [...] (Foucault, 2014, p. 30).

Contra os órgãos de informações e segurança, a rede de contatos de Hércio Ulhôa lhe rendeu uma outra reitoria na UnB, cargos no MEC e afins. Mesmo que houvesse uma gestão que desagradasse à “comunidade de informações”, que exigia certa rigidez nas infrações de Hércio, o ex-reitor da UFPI trazia aspectos positivos no próprio dossiê, atribuindo culpa a assessores pela má gestão na universidade piauiense (Brasil, 1974, p. p. 3-4). O que mais pesou foi a culminância de dois fatores: o desagrado e a crise política interna em torno da comunidade acadêmica que era contrária à sua gestão e a ficha esquerdista do ex-reitor. Em 6 de março de 1974, o professor Mariano Gayoso Castelo Branco, ex-diretor da FAMEPI, foi nomeado reitor *pró-tempore*.

Além disso, Hércio Ulhôa Saraiva se acomodou, não tinha somente um caráter esquerdista ou que desafiasse ou soubesse as táticas do poder, ele “por duas vezes, agiu contra atividades de estudantes que fixaram boletins subversivos na UNB” (idem), ou seja, não há um poder “Leviatã” em ambas as partes do jogo, nem do ex-reitor, nem dos setores de vigilância e repressão do Estado.

Em 1973, havia: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito, Administração, Tecnologia em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (que gestou o curso de Ciências Econômicas), Pedagogia, Licenciaturas em História, Geografia, Letras, Física, Matemática, Ciências da Natureza, Comunicação e Expressão, Técnicas Comerciais e Artes Industriais (Bello, 2021, p. 368).

No mesmo ano houve certa agitação no quadro docente do Campus Ininga da UFPI, notando-se que “no decorrer de 1973, haviam sido admitidos 72 novos funcionários e 23 haviam sido demitidos” (Bello, 2021,

p. 368), não se sabendo as motivações em torno dessas demissões, mas coincidem com a criação da ASI/UFPI.

Em 1972, consta a demissão de um professor, Diôgo José Ayremoraes Soares. A sua demissão foi política e ocasionada por força dos órgãos de segurança que a pressionaram, por conta de sua forte oposição ao governo vigente, algo presente na família, pois seu irmão também foi amplamente perseguido pela ditadura, o Pe. Raimundo Ayremoraes, ex-diretor da FAFI.

Em 1969, como já mencionado, um grupo de estudantes e professores participaram de uma pichação contra a Reforma Universitária (1968), e contra os acordos do MEC com os EUA. Isto gerou a prisão de um grupo de opositores, dentre eles, o prof. Diôgo Ayremoraes. Nos anos 1971, a COPEVE admite o prof. Diogo no quadro docente, mas a crescente circulação de documentação negativa fez com que fosse demitido em 1972, sob acusação de ser “subversivo”.

Certas técnicas do SISNI e de seus agentes não consistiam somente acusar membros de “subversão”, “esquerdismo” ou “comunismo”, também associavam a imagem dos acusados a outros sujeitos “imorais” para época. Sujeitos como os que tinham prática ilícita ou fossem infiéis para com seus cônjuges ou se reconhecessem como “homoafetivos”, eram associados a perseguidos, a fim de “reduzir” o respeito em torno do “nominado”, e nesse entendimento, colocar em descrédito “a moral” do investigado. O historiador Carlos Fico afirma que:

Tido como tema explosivo, sexo sempre foi utilizado pela espionagem para desqualificar o “inimigo”. No caso da espionagem militar, não surpreende que o adultério e o homossexualismo tenham sido considerados prática desabonadoras – tendo em vista a imagem dos militares como moralmente corretos e viris, tipicamente propagada por eles próprios (Fico, 2001, p. 102).

Nesse ínterim, na documentação que investigava um padre suspeito de estelionato: Antônio Valberto Pereira da Silva. Este sujeito havia sido investigado em 1972, por se passar por professor doutor, sociólogo e ex-militar, aplicando inúmeros golpes, como assinatura de cheque sem fundo, aquisição de imóveis sem pagamento total das dívidas e outros crimes, conforme documentação (Brasil, 21 jul. 1972, p. 2-5). O curioso é que ele

foi preso recentemente por estelionato, em 2017 em Caxias (MA), após diligências da Polícia Civil do Maranhão e Piauí (Maranhão, 2017). Não estamos definindo o ex-padre Antônio Valberto era criminoso, mas, para a época, era percebido como um, visto de maneira negativa pela sociedade.

Em contraponto, percebemos pelos cruzamentos de fontes, a associação nos arquivos dos órgãos de informações e segurança entre o prof. Diogo Airemoraes e Antônio Valberto Pereira da Silva, a fim de descredibilizá-lo, ao associá-lo a um desvio em sua conduta moral, pois, na visão dos militares “se” Antônio Valberto era um delinquente para o regime, o prof. Diogo Airemoraes por estar associado a ele, também seria visto como um criminoso, assim, era mais fácil colocar o meio social contra aquele sujeito, tendo em vista, a existência de uma cultura de valorização dos “bons costumes” e da “moralidade”, afirmando-se que:

[...] o nominado aplicou inúmeras trapaças comerciais, fez-se passar por oficial do exército, além manter ligações com elementos esquerdistas, como o professor DIOGO JOSÉ AIREMORAIS SOARES, recentemente demitido da Universidade Federal do Piauí em virtude de seus antecedentes e atuação comunizantes (Brasil, 21 jul. 1972, p. 2).

Nesse contexto, para manter demitido o professor Diogo, recorreu-se a um torpedeamento de informações, com dossiês que citam o professor, mas, somente este assume a sua demissão por esquerdismo, demonstrando mais uma hipótese esclarecida: houve perseguições e demissões por conta de teor ideológico contrário.

O professor e padre Raimundo José Ayremoraes e o prof. Diogo Ayremoraes foram colocados como “subversivos” ligados a um grupo chamado Dom Fragoso, o que Antônio José Medeiros enxergava como exagero dos órgãos de segurança e informações, até o nome do grupo que eles estavam enquadrados era nomeado por esses setores: “Grupo ou Grupão Dom Fragoso” (Medeiros, 2014, p. 73). O documento também faz uma ligação dos dois (Pe. Raimundo e prof. Diogo) com Valberto, e com a articulação de uma célula subversiva, confirmando que:

Mantém ligação com o padre Raimundo José Aires Morais Soares, diretor da Faculdade de Filosofia do Piauí e com o Prof. Diogo José Aires Morais Soares, da mesma faculdade, elemento de esquerda ligados ao Grupo “Dom Fragoso” que atua nesta área, inclusive, ficando digo, ficha-

do na DOPS/Pi, já tendo sido preso e respondido a IPM na Gu Fed de Teresina, por atividades subversivas (Brasil, 21 jul. 1972, p. 5).

Nesse entendimento, salientamos que a universidade não estava apartada do contexto histórico da época, a gestão Hécio Ulhôa, antes da montagem da ASI/UFPI já sofria pressão dos órgãos de segurança, a própria universidade tinha em seus quadros docentes repressores como Sebastião da Rocha Leal, formado em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (1948), sendo professor de prótese (2ª cadeira) e depois prótese buco-facial (Moura; Moura; Lima, 2021, p. 1-19).

Desse modo, houve a colaboração ou conivência da gestão com a demissão do professor, num momento em que mesmo a rede de contato do prof. Diogo ou do seu irmão Pe. Raimundo Airemoraes não impossibilitou a sua demissão, fazendo com que ele vivesse uma temporada fora do Piauí, em Brasília, e até em outros países. Sobre isso, Maria do Amparo afirma que:

Teve que se ausentar enquanto fazia uma especialização, mas quando voltou, depois de uns três meses, foi demitido por razões políticas. Esse episódio o afastou do Piauí, permanecendo uma temporada no Rio, outra na Alemanha e por 13 anos em Brasília. Voltou para a Universidade Federal do Piauí por força da Anistia (Carvalho, 2006, p. 109).

Assim, a ditadura civil-militar no Piauí empreendeu essa perseguição que culminou na demissão do Prof. Diogo Ayremoraes e na liquidação da gestão de Hécio Ulhôa Saraiva à frente da UFPI, não consistindo somente em razões políticas de choque com professores e alas dirigentes em torno da universidade.

Paralelamente, havia fiscalização de palestras, em 1974, o ex-prefeito de São Luís, o professor e economista maranhense, Roberto de Pádua Macieira, cunhado do ex-presidente José Sarney, foi fiscalizado em uma palestra. Segundo documentações da Agência do SNI em Fortaleza, no dossiê que investigava atividades comunistas do professor e político, menciona-se que ele tenha vindo ao Piauí, e ministrado uma palestra sobre “Economia do Nordeste”, em meados de 1972, para alunos da “Faculdade de Ciências Econômicas” da UFPI. Assim afirma o agente do SNI:

O nominado, em meados de 1972, fez uma palestra para os alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPI, versando sobre economia do Nordeste. Na sua palestra deu ênfase à atuação do Sr CELSO FURTADO à frente da SUDENE, tendo, em determinado momento, sem que ninguém lhe fizesse qualquer pergunta, dito, com um sorriso irônico, que os capazes – referindo-se ao Sr CELSO FURTADO – “Mandaram embora do País”. Tal afirmação foi motivo de risos da parte dos circunstantes. O fato em tela foi testemunhado pelo 2º Ten. Régis, aluno da mencionada Faculdade (Brasil, 29 nov. 1974, p. 3).

Não existia um curso de Ciências Econômicas, nem muito menos uma Faculdade de Ciências Econômicas, tudo isso, surgido em 1976. O que existia era o curso de “Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (TPEPA)”, surgido em 1972. Quanto ao curso de Ciências Econômicas, sua criação foi em 1976, pois houve parecer contrário à sua criação em meados da década de 1970, no início da gestão Camilo Filho. A justificativa é que incharia o mercado local, tendo em vista, que já existiam egressos do TPEPA. Outro motivo é que aumentaria o quantitativo de cursos e a demanda por recursos financeiros, acarretando uma diminuição da qualidade do ensino oferecido, gerando, assim, uma precarização, pois haveria a fomentação de novos espaços, novos gastos e, desse modo, prejudicaria os cursos já montados (Passos, 2003, p. 215).

Assim, afirmar que o prof. Roberto de Pádua Macieira viera ao Piauí para palestra na UFPI em 1972 seria a fixação de uma realidade exagerada, naquilo que Paul Veyne denota, quando afirma com veemência que “[...] o leitor mergulha numa atmosfera alegórica se, como diz Musil, se entende por alegoria o estado de espírito em que todas as coisas tomam uma significação maior do que na realidade merecem” (Veyne, 1998, p. 99).

Vale dizer que há um erro na documentação, e isso levanta algumas argumentações. A possibilidade de o agente ter cometido um equívoco na data inicialmente parece “incoerente”, dada a aparente fluidez da sequência cronológica do documento. Consta também outra possibilidade, um erro quanto ao nome da universidade, em vez de UFPI, poderia ser UFMA ou FUM (Fundação Universitária do Maranhão), uma hipótese verossímil, pois o professor era maranhense, e já existia desde 1965 a Faculdade de Ciências Econômicas em São Luís.

Por fim, poderia ser, então, o uso de linguagem corrente, desconhecendo a realidade UFPI, confundindo o curso de “Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (TPEPA)” com o de Ciências Econômicas, e assim deduzindo que havia uma Faculdade de Ciências Econômicas na UFPI (hipótese mais qualificada à situação).

É uma possibilidade, mas é necessária mais investigação quanto a isso. Desse modo, a documentação menciona um espião: “[...] O fato em tela foi testemunhado pelo 2º Ten. Régis, aluno da mencionada Faculdade” (Brasil, 29 de nov. 1974, p. 2), denotando claramente a presença de militares (espiões) que fomentariam a vigilância e até o repúdio à esquerdistas dentro do espaço acadêmico.

Um último argumento quanto à possibilidade real do ocorrido acima é a existência de uma matéria de caráter obrigatório na grade curricular: “Estudo de Problemas Brasileiros”. Essa matéria estava em vigência na UFPI, desde o 1º período letivo de 1972. Sobre isso, Luiz Bello afirma com clareza que “Desde o 1º período de 1972, fora instituído, em caráter obrigatório, o Estudo de Problemas Brasileiros. A disciplina era ministrada por conferencistas que abordavam os problemas da realidade nacional, conforme programa aprovado pela universidade” (Bello, 2021, p. 370).

Assim, a palestra ministrada pelo economista Roberto de Pádua Macieira colide claramente com essa matéria, uma vez que ele versava sobre a economia do Nordeste, ressaltando os problemas econômicos dos modelos adotados aqui e, politizado como era, podia ter destilado algumas críticas às gestões civis-militares da época.

Em 1976, conforme Motta (2014), houve uma censura de 205 livros em encaminhamento da DSI/MEC em respostas ao direcionamento por parte da DPF e do Ministério da Justiça. No documento, nota-se que a sua difusão foi para as seguintes ASIs: ASI/UFA - ASI/UFPA - ASI/FUM - ASI/UFPI, ASI/UF/ACRE – ASI/UFMG –ASI/UFJF - ASI/UFRGS; ASI/UFSC - ASI/UFPR - ASI/FUEL. Assim sendo, a DSI/MEC afirma que:

Para conhecimento desse OI encaminhamos o constante do anexo, com a especificação de duzentos e cinco livros de cunho subversivo ou pornográfico, proibidos por determinação do Sr. Ministro da Justiça, com base na legislação em vigor. Sempre que for constatada a exposição à venda, em bancas, livrarias, etc., de qualquer um dos livros relacionados, solicita-

se a colaboração dessa Assessoria no sentido de informar ao DPF para imediata apreensão (Brasil, 1976, p. 1).

No encaminhamento mencionado, são listados livros considerados subversivos pela ditadura civil-militar no Brasil. Dentre eles, destaca-se *História Militar do Brasil* (1965), de Nelson Werneck Sodré, que aborda temas sobre a formação das Forças Armadas. Outros livros, como *Tortura e Torturados* (1966) de Marcio Moreira Alves, denunciam práticas de tortura, enquanto obras como *Mi Experiencia Cubana*, de Ezequiel M. Strada, e a coletânea de textos de Che Guevara, da Editora Saga, são relacionadas a governos comunistas. Além disso, há romances como *A Riqueza das Elites* de Adelaide Carraro, que critica a desigualdade social. A maioria dos livros proibidos abordava temas sexuais e do corpo, como *Memórias de um Varão Castrado* (1970), de Rodolfo Quaresma Filho, e *Sexo Impetuoso* (1969), de Bernardo Elias Laho. Destaca-se também a presença de *Mein Kampf*, “desassociando” a ditadura de práticas totalitaristas.

### **Considerações finais**

Em suma, esta pesquisa destacou a importância de investigar a repressão militar na Universidade Federal do Piauí (UFPI) durante os anos 1970. Utilizando o “método indiciário” e analisando documentos do Ministério da Educação (MEC), Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos de vigilância, foi possível compreender a atuação do aparato repressivo na UFPI. Ao evidenciar demissões de professores e práticas de vigilância, a pesquisa contribui para a compreensão dos mecanismos de repressão durante o regime militar, afetando a liberdade acadêmica e os direitos individuais. Além disso, ao explorar o legado dessas experiências na UFPI, a pesquisa lança luz sobre as consequências duradouras da repressão militar no ambiente acadêmico, influenciando o desenvolvimento acadêmico e político do estado do Piauí. Assim, ao revelar essas histórias, a pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla dos impactos da ditadura civil-militar na vida universitária e na sociedade.

## Referências

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar.** Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Franca, 2014.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964.** Teresina: Gráfico do Povo, 2006. Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/arcevo/livros-de-mem%C3%B3ria>, acesso em 19 de dez. 2023.

BRASIL. **Apostila para formação de agentes de informação.** Escola Nacional de Informações. Brasília (DF), EsNI, 1972-1973, p. 4. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1180924&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1180924&v_aba=1), acesso em 31 dez. 2023.

BRASIL. **Encaminhamento nº 010/10355/75/SICI/1/DSI/MEC/76.** Ministério da Educação e Cultura: Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC). Brasília (DF), 19 fev. 1976. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_at4/0/0/0768/br\\_dfanbsb\\_at4\\_0\\_0\\_0768\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0768/br_dfanbsb_at4_0_0_0768_d0001de0001.pdf), acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. **Encaminhamento 119/19/AFZ/72:** Antônio Valberto Pereira da Silva. Agência Setorial do SNI – Fortaleza (CE). Fortaleza (CE), 21 jun. 1972. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/72057413/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_72057413\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/72057413/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72057413_d0001de0001.pdf), acesso em 7 jan. 2024.

BRASIL. **Ficha registro de Hélcio Ulhoa Saraiva.** Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal (DPF). Brasília, 30 de dezembro de 1971. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1822053&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1822053&v_aba=1), acesso em 6 jan. 2023.

BRASIL. **Informações n.º 1298/22-B/AFZ/74.** Agência Setorial

do SNI – Fortaleza (CE). Fortaleza (CE), 29 nov. 1974. Disponível: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/qqq/82001823/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_qqq\\_82001823\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/qqq/82001823/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_82001823_d0001de0001.pdf), acesso 9 jan. 2024

BRASIL. **Informações n.º 948/19/AFZ/74**: cogitação de professor esquerdista para reitor da Fundação Universidade Federal do Piauí. Agência Central do Serviço Nacional de Informações – Brasília (DF). Brasília, 15 fev. 1974. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1981439&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1981439&v_aba=1), acesso em 6 jan. 2024.

BRASIL. **Ofício n.º 2519 – D.S.I/MEC**. Ministério da Educação e Cultura: Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC). Brasília, 25 de jun. 1973. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_at4/0/0/0462/br\\_dfanbsb\\_at4\\_0\\_0\\_0462\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0462/br_dfanbsb_at4_0_0_0462_d0001de0001.pdf), acesso em 21 dez. 2023.

BELLO, Luiz. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga**: 373 anos de Pedagogia no Piauí. Teresina, EDUFPI, 2021.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2006.

DIAS, Aelson Barros e DIAS, Laércio Barros (Org.). **A História da Polícia Militar do Piauí**. Teresina (PI): Gráfica Expressão, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Segurança Pública. **Mandados de prisão são cumpridos pela Polícia Civil em Caxias e Penalva**. São Luís, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/mandados-de-prisao->

saocumpridos-pela-polícia-civil-em-caxias-e-penalva/, acesso em 7 jan. 2024.

MEDEIROS, Antônio José Castelo Branco de. **1968: uma geração contra a ditadura**. Teresina-PI: Editora Quimera (Instituto Presente), 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Lucia de Fátima Almeida de Deus; MOURA, Wagner Leal de; MARTINS, Olivia de Freitas Mendes Martins; LIMA, Marina de Deus Moura de. (Orgs). **Faculdade de Odontologia do Piauí: da fundação à implantação da Universidade**. Teresina: EDUFPI, 2021.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Tese (Doutorado em Sociologia): Brasília, UnB, 2003.

VEYNE, Paul. Teorias, tipos, conceitos. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998. p. 97-115.

# ***JORNAL DO PIAUÍ E O ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO NOTICIOSA NO GOVERNO DE CHAGAS RODRIGUES***

*Iara Monalisa Ferreira de Souza Mendes<sup>1</sup>*

*Nilsângela Cardoso Lima<sup>2</sup>*

## **Introdução**

No século XX, os jornalistas do Brasil buscaram adotar os moldes do jornalismo norte-americano de fazer notícia que vinha sendo desenvolvido desde o século XIX. Conceitos como objetividade, neutralidade e imparcialidade passaram a fazer parte do cotidiano dos jornalistas que buscavam, mesmo que retoricamente, defender a independência da linha editorial por meio da reivindicação dos novos métodos de produção da informação.

Acontece que essas mudanças não aconteciam por acaso, mas eram reflexo das transformações ocorridas no âmbito da imprensa, que deixava de atender prioritariamente aos interesses dos partidos políticos (*party press*) com o surgimento de jornais predominantemente noticiosos (*penny press*). A partir do século XIX, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, verifica-se o surgimento de um jornalismo empresarial e que a notícia passa a ser entendida como uma mercadoria (Sousa, 2008).

Tais mudanças iniciadas nos Estados Unidos e na Europa chegaram na América. A partir do século XIX, jornais começam a discutir a neces-

---

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

sidade de se tornarem independentes dos partidos políticos e ampliar o número de leitores por meio da publicação de jornais que não focassem apenas nas brigas partidárias. No caso do Brasil, por exemplo, desde a colonização, os jornais atendiam aos interesses políticos, sendo transformados em armas políticas. Ana Paula Goulart Ribeiro (2000, p. 14) aponta que “[...] antes das reformas jornalísticas, ninguém esperava que jornais fossem neutros e objetivos. A sua função era comentar os acontecimentos e, nesse movimento, era considerado normal que expressasse pontos de vista particulares [...]”.

Nesse comportamento, a imprensa brasileira, durante boa parte do século XX, se apresentou como instrumento de políticos e partidos que a financiavam, promovendo a produção de matérias com uma linguagem virulenta e de baixo calão. No entanto, é a partir de meados do século XX que a imprensa política começa a perder espaço, quando os jornais passam a adotar os métodos do novo jornalismo, defendendo a imparcialidade da notícia e a adoção de técnicas de produção consideradas modernas como o *lead* e a pirâmide invertida.

Ainda que a década de 1950 seja considerada um marco no processo de transição da imprensa política para a empresarial, verifica-se que essa passagem não aconteceu de forma automática. No Piauí, por exemplo, tanto nos anos 1950 como ainda nos anos 1960, encontram-se jornais ligados a partidos políticos e que defendiam uma linha editorial de independência a eles, porém, na prática, exerciam a função de porta-vozes dos partidos que o financiavam. Com isso, o estudo também aborda algumas características e incoerências da imprensa teresinense no recorte temporal da década de 1950, uma vez que os periódicos eram tidos como instituição de fala autorizada dos partidos e seus correligionários.

Frequentemente, a imprensa local foi compreendida pelos partidos políticos do Piauí como uma excelente oportunidade de exposição das disputas narrativas/políticas daqueles que estavam no poder, sendo utilizada principalmente para ataques pessoais e virulentos. O presente artigo propõe a análise da linguagem utilizada para mencionar as ações do governo Chagas Rodrigues (1959-1962) nas manchetes dos periódicos: *Jornal do Piauí* e *O Estado do Piauí*, por entender que o ato de analisar a linguagem e os critérios e motivações de um jornal também significa abrir caminhos para o melhor entendimento das relações empresariais e políticas da época.

A presente pesquisa foi dividida em duas etapas, que ainda se encontram em andamento. Deste modo, o conteúdo apresentado neste capítulo reúne considerações iniciais e modestas. Primeiramente, foi realizado o levantamento dos jornais que circularam em Teresina no recorte temporal de 1959 a 1962, onde foram escolhidos os impressos: *Jornal do Piauí* e *O Estado do Piauí*. Portanto, trata-se de um estudo comparativo (Gil, 2008).

Posteriormente, foi feita a seleção das edições cujas matérias estivessem alinhadas ao objeto de estudo delimitado a esta pesquisa. Na análise, foram observadas a estrutura dos periódicos, como a frequência de publicação, o número de páginas, a quantidade de colunas, assinaturas nas matérias e a linha editorial. A metodologia adotada na análise dos impressos propõe atenção redobrada para a linguagem utilizada pelos jornalistas na veiculação de matérias que narravam o insistente conflito partidário entre o governo Chagas Rodrigues e os opositores do Partido Social Democrático (PSD).

Ademais, é preciso entender o contexto político que antecede o período em análise. A chegada do jovem Chagas Rodrigues ao governo estadual, se deu após um acidente jamais esquecido na história piauiense, a Tragédia da Cruz do Cassaco, que vitimou dezenas de trabalhadores, deixou outra dezena de feridos em estado grave, e transformou dois candidatos em mártires, às vésperas das eleições de 1958.

## **Chagas Rodrigues e as eleições de 1958**

Demerval Lobão e Marcos Parente eram, respectivamente, candidatos a governador e senador pela coligação “Oposições Coligadas UDN-PTB” (União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro). Ambos estavam em viagem acompanhados do médico carioca Rubens Perlingeiro, do advogado e jornalista Ribamar Pachêco e do motorista José Raimundo Martins Gomes, a fim de promover a campanha eleitoral pelo interior do estado, quando inesperadamente, na altura do povoado Morrinhos, atual cidade de Demerval Lobão, colidiram fatalmente com um caminhão que transportava os denominados “cassacos”, trabalhadores da construção civil que se dirigiam até a capital Teresina, para receber o pagamento de serviços prestados ao Departamento de Rodagens e Estradas (DER).

Demerval Lobão e Marcos Parente vieram a óbito, deixando a coligação UDN-PTB de luto, e de mãos vazias. Não tardou até que os boatos sobre quais nomes iriam substituir os candidatos se espalhassem pelo Piauí. A escolha era de interesse geral, sobretudo, da sigla de oposição, o Partido Social Democrático (PSD).

Apesar do luto, a disputa política não cessou e o anúncio dos novos candidatos era uma emergência para a coligação udenotrabalhista. Jovem e de família abastada, Chagas Rodrigues e Joaquim Parente, irmão de Marcos Parente, foram anunciados publicamente como os novos nomes ao pleito de 1958, fato que ocasionou críticas negativas nas manchetes de jornais. Antes mesmo de ser eleito, Chagas Rodrigues já era alvo do escárnio, propagado pela violência utilizada na linguagem dos periódicos piauienses.

É importante ressaltar que Joaquim Parente não ficou isento dos ataques nas páginas de jornais, em especial, pelo fato de que a sua relação com o Piauí beirava a ser inexistente, em especial, no que diz respeito a polícia local e, por residir no Rio de Janeiro, não era considerado apto para a candidatura, sendo até mesmo referido de forma pejorativa como “Joaquim Tintureiro”. Alcinha que pode ser interpretada como uma tentativa de desvincular o candidato à imagem do falecido irmão.

A trágica morte de Demerval Lobão e Marcos Parente foi o impulso utilizado pela coligação udenotrabalhista para vender a imagem de Chagas Rodrigues e Joaquim Parente como “aqueles que iriam continuar a luta”.

Marylu Oliveira (2019) afirma que “mesmo com a necessidade de esclarecer os projetos políticos dos novos candidatos, a principal pauta era dar continuidade aos planos dos que se foram, mas não havia uma preocupação em explanar quais eram esses projetos”. Tal estratégia foi sustentada por pouco tempo, apenas vinte dias até o dia do pleito, contudo, foi tempo suficiente para que os dois candidatos alcançassem o poder através da vitória nas urnas das Oposições Coligadas (UDN-PTB), como deixa claro a historiadora Marylu Oliveira (2019, p. 68-69):

No dia 3 de outubro de 1958, para tristeza dos governistas e alegria dos candidatos de última hora, as Oposições Coligadas PTB-UDN venceram as eleições. Joaquim Parente se elegeu senador e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, ou apenas Chagas Rodrigues, como era mais conhecido na política, seria o próximo governador do Piauí. Ressalta-

-se que Joaquim Parente obteve mais votos que o próprio candidato ao governo.

Ainda sobre o processo eleitoral de 1958 no Piauí, Marylu Oliveira (2019) ressalta que o *Jornal do Piauí* e *O Dia*, que possuíam relações estreitas com o PSD, empenharam-se em narrar detalhadamente a tragédia da Cruz do Cassaco, ao mesmo tempo que não deixaram de lado os editoriais com as considerações políticas das eleições que ainda viriam a acontecer. A autora afirma até que:

A superexposição dos acontecimentos no espaço jornalístico pode ser compreendida como um indicativo do que estavam no cerne das conversas populares, portanto, pode-se, dessa forma, compreender que o acidente foi, ou pode ter sido, um dos assuntos mais pertinentes durante aqueles dias (Oliveira, 2019, p. 48).

Nesse sentido, Marylu Oliveira (2019) traz à tona outra discussão: “outra possibilidade de compreensão da intensa exposição do acidente nos periódicos é a de que esses, em especial os jornais udenotrabalhistas, tentavam reforçar nos eleitores as representações desejadas dos candidatos vitimados na tragédia”.

### **A vitória de Chagas Rodrigues e os embates dos jornais *O Estado do Piauí* e *Jornal do Piauí* em torno da administração do petebista**

A vitória nas urnas da Oposições Coligadas (UDN-PTB) em 1958 marcou o início do reposicionamento da imprensa de Teresina na defesa e ataque ao novo governador do Piauí através das páginas do jornal. Como já foi apontado, ainda nos anos 1950 e 1960, a imprensa de Teresina encontrava-se fortemente ligada aos partidos políticos. Só para mencionar alguns dos jornais existentes em Teresina no final da década de 1950 e sua filiação partidária, temos o *Jornal do Piauí* ligado ao PSD, o jornal *Folha da Manhã* vinculado à UDN, o *Jornal do Comércio* que surge ligado a políticos da UDN e depois fez a defesa do PTB, o jornal *O Dia* que se declarava independente, mas sempre fez a defesa dos partidos que estavam diretamente relacionados com o seu proprietário, Raimundo Leão Monteiro e o jornal *O Estado do Piauí* que na sua segunda fase de autodeclarava órgão político de orientação trabalhista.

Neste papel, o jornal *O Estado do Piauí*, em 1959, quando Chagas Rodrigues assumiu o governo do estado, não poupou tinta e papel para fazer sua defesa. Logo em janeiro de 1959, Chagas Rodrigues assumiria a cadeira do executivo e o jornal estampou na sua primeira página, como matéria de capa, a foto do novo governador e uma manchete congratulando a chegada dele como uma nova esperança para a terra de Mafrense, ou seja, o Piauí, como pode ser visualizado na Figura 1:

Figura 1: Capa do jornal *O Estado do Piauí* de 31 de janeiro de 1959.



Fonte: *O Estado do Piauí*. Teresina, ano XXXI, n. 111, p. 1, 31 jan. 1959 (Acervo Público do Estado do Piauí).

A imagem de Chagas Rodrigues na capa do jornal *O Estado do Piauí* de 31 de janeiro de 1959, veio acompanhada do texto que enaltecia o empossado chefe estadual. Os redatores apresentaram Chagas Rodrigues como um jovem governante que iria promover o desenvolvimento do estado por ser consciente do seu papel de gestor da administração pública:

A vibração que sacudiu a alma coletiva, hoje, nos momentos de sua posse, ninguém descreve por ser imensurável. Acontecimento marcante nos fatos da vida política do Piauí e da capital de Saraiva – foi o que se verificou do no advento de CHAGAS RODRIGUES, ao transpor o portão do régio Palácio de Karnak, onde tem pontificado grandiosas consciências no governo piauiense. CHAGAS RODRIGUES vai ser um autêntico continuador daquelas consciências (O Estado do Piauí, Teresina, ano XXXI, n. 111, p. 1, 31 jan. 1959).

Em 31 de janeiro de 1959, Chagas Rodrigues foi empossado como governador do Piauí e, desde então, pode-se observar na imprensa de Teresina o posicionamento dos jornais em relação ao novo governador de acordo com a tendência política de cada um. Se o jornal *O Estado do Piauí* trazia uma matéria de capa enaltecendo e aplaudindo a chegada do novo governador no Palácio de Karnak, não quer dizer que todos os jornais tiveram a mesma postura.

Ao contrário do jornal *O Estado do Piauí*, Chagas Rodrigues tornou-se alvo frequente de críticas negativas dos jornais pertencentes às siglas de oposição, em especial, o *Jornal do Piauí*, ligado ao Partido Social Democrático (PSD).

Fundado em 1951, o *Jornal do Piauí* foi apresentado à sociedade piauiense como um “Órgão independente e informativo”, mesmo que pertencesse a Antônio de Almendra Freitas, coincidentemente, irmão do então ex-governador Pedro Freitas (1951-1954) e também presidente da sigla PSD no Piauí.

Na postura de oposição ao governo de Chagas Rodrigues, eleito pelas Oposições Coligadas (UDN-PTB) em 1958, o discurso utilizado pelo *Jornal do Piauí* foi, frequentemente, prenhe de ironias e de trocadilhos nas manchetes e matérias de conteúdo político e partidário. Algumas delas podem ser consideradas até mesmo agressivas ao referir-se aos passos dados pelo governo Chagas Rodrigues e sua postura como gestor da administração pública. Tal linguagem se mostra persistente, irredutível e cada vez mais energética.

Ainda que não tenha sido possível manusear as edições do *Jornal do Piauí* de 1959, ano em que Chagas Rodrigues assumiu o governo do Piauí, por se encontrarem lacradas no Arquivo Público do Estado do Piauí; foram encontradas nas edições de 1961 várias matérias que reafirmam a po-

sição do jornal como de oposição ao petebista e o uso de uma linguagem virulenta para criticar sua administração.

Uma dessas edições foi a de 9 de julho de 1961, na qual traz uma manchete exemplificando bem a posição antigovernista do periódico: “O tesouro deu na laje. O funcionalismo já não terá mais no dia 10 o início do pagamento dos seus vencimentos. Enquanto isso, Chagas manda mensagem ao Legislativo de um milhão para gastar em S. Luís” (*Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 936, p. 1, 09 jul. 1961).

Figura 2: Capa do *Jornal do Piauí* de 09 de julho de 1961



Fonte: **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 936, p.1, 09 jul. 1961 (Acervo Público do Estado do Piauí).

Ainda na primeira página da edição de 9 de julho de 1961, Chagas Rodrigues é mencionado em quatro colunas além da manchete. São estas: “O que vai pela cidade”, “Bens de viúva”, “É o maior?”, “Fogo cerrado” e “Confrontos e contrastes”. Essas colunas fazem parte do corpo estrutural permanente do *Jornal do Piauí* e foram localizadas em todas as edições

analisadas durante o período em estudo.

Na matéria “Fogo cerrado”, os editores do *Jornal do Piauí* apresentam o comportamento da imprensa frente ao governador Chagas Rodrigues, no sentido de afirmar que os jornais fazem ataques direto à sua administração:

#### Fogo Cerrado

Nos últimos dias a imprensa não tem dado trégua ao Sr. Chagas Rodrigues. Um verdadeiro fogo cerrado está convergindo para Carnaque. E convergindo através de companhia bem orientada, movida apenas com a finalidade de esclarecer a opinião pública e promover o saneamento de falhas por meio de críticas construtivas. O Sr. Governador do Estado, no entanto, não vem atentando para as lacunas e erros apontados, prosseguindo num caminho perigoso, perseguido dia e noite pelo maquiavelismo de politicóides que visam o próprio bem-estar (Fogo cerrado. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 936, p. 1, 09 jul. 1961).

Sob essa perspectiva, há uma contradição na linguagem da manchete e a real intenção exposta pela matéria “Fogo cerrado”, que apesar de escrever que seu objetivo é “esclarecer a opinião pública e promover o saneamento de falhas por meio de críticas construtivas”, observa-se que se trata muito mais um posicionamento político e de defesa do jornal em atribuir para si o papel levar ao leitor a verdade dos fatos sobre o governo do petebista Chagas Rodrigues.

Nota-se que as colunas que foram impressas na capa da edição de 9 de julho de 1961 não possuem assinatura ou pseudônimo, o que dificulta a identificação de outros interesses, além de políticos, na promoção de ataques à Chagas Rodrigues. Nesta esteira, pode ser citada a coluna “Confrontos e contrastes”, que, logo no início do texto, utiliza o termo “prezado leitor”, criando assim uma abordagem direta de proximidade com o público. Na coluna, Chagas Rodrigues segue sendo o personagem principal do periódico.

#### Confrontos e Contrastes

##### Prezado leitor:

O Sr. Chagas Rodrigues fez no seu último programa na Rádio Clube várias alegações sobre pinturas, poços, consertos de prédios escolares e aumento de vencimentos, findando a falação com a afirmativa de que não fez mais por ser impossível. Mas estamos informados de que se as exato-

rias estaduais não enviarem muita grana, o pagamento do funcionalismo não será iniciado nesta semana. O que há? o Estado saldará ou não seus compromissos? Deixará atrasar o pagamento para dar ao governante o milhão de cruzeiros pedidos para o deslocamento por 3 dias para São Luís e a conferência dos governadores, quando bastam 200 mil cruzeiros? Neste desgoverno que ninguém entende e a maioria sofre, indigno de ser confrontado com outros, há verdadeiro contraste entre o que diz e faz o Bem Amado (Confrontos e contrastes. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 936, p. 1, 09 jul. 1961).

Na coluna “Confrontos e contrastes”, o *Jornal do Piauí* mantinha uma postura crítica ao governador Chagas Rodrigues, inclusive, nomeando-o de “Bem-Amado”. Verifica-se que o jornal mantinha uma linha editorial e política de ataques ao petebista a ponto de o transformarem em uma pauta frequente. Tal comportamento do jornal, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato (1998), faz parte do *modus operandi* dos jornais brasileiros que ainda não haviam abandonado completamente as práticas de produção da notícia características da imprensa política. Até porque, conforme esclarece a autora, “é preciso considerar, contudo, que a imprensa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado [...]” (Capelato, 1998, p. 18). Desse modo, mesmo que o principal objetivo de um periódico seja informar, ainda continua se tratando de uma empresa, com despesas, folhas de pagamento, aluguel, material de impressão e um público para satisfazer, este, definido por uma circunstância: as relações partidárias.

Tânia Regina de Luca (2011) também ajuda a compreender o comportamento dos jornais que, ainda nos anos 1950 e 1960, mantinham em suas páginas matérias de cunho político e partidário, ao descrever a profissionalização dos jornais diários sem a perda do caráter opinativo e da intervenção na vida pública:

[...] Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e lucro aliava-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados [...] A fatura dos matutinos começou a exigir gama de variedades de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização: repórteres, desenhistas, fotógrafos, arti-

culistas, redatores, críticos, revisores, além dos operários encarregados da impressão propriamente dita [...] Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente “a verdade dos fatos” (Luca, 2011, p. 137-138).

O estudo de Tânia Regina de Luca (2011) é uma peça-chave para compreender as transformações da estrutura da imprensa e da postura do jornalista a partir da década de 1950, ainda que nem todas as mudanças tenham ocorrido da mesma forma para todos os jornais do país. No Piauí, embora os jornais adotassem métodos de produção cada vez mais modernos, boa parte das notícias ainda eram caracteristicamente de cunho político e partidário. Os jornais ainda serviam de instrumento para as brigas dos partidos que não se resolviam somente nas urnas, mas se desdobravam nas páginas impressas, visando sempre as novas eleições e a retomada do poder pelo partido que ficou de fora do executivo. Na busca constante pelos cargos eletivos e manutenção dos partidos no poder, os jornais foram transformados em armas políticas.

Nessa postura estava o *Jornal do Piauí*, firme na defesa dos interesses do PSD e de combate ao PTB na figura de Chagas Rodrigues. Apesar da existência do apelo emocional promovido durante a campanha de 1958, tal imagem de ambos os eleitos não conseguiu se manter por tanto tempo, em especial, a de Chagas Rodrigues. É interessante notar que as manchetes que circulavam mantiveram o teor agressivo durante os primeiros quatro anos de mandato.

No dia 20 de julho de 1961, o *Jornal do Piauí* veiculou a manchete “Em primeira discussão será votada hoje a mensagem governamental pedindo um milhão de cruzeiros para a viagem a São Luís. O Legislativo deve dar, apenas, 300 mil cruzeiros. É o suficiente”, nesta mesma edição, também observamos o fragmento da coluna “Confrontos e contrastes”, esta curiosamente assinada pela direção.

Confrontos e Contrastes

Prezado leitor:

O Governo do Estado após apregoar as excelências do serviço telefônico e sua inauguração no dia 22 próximo, está pedindo, por intermédio do IAEE, aos concessionários, os aparelhos antigos para alegada revisão, e uma vez este de posse dos mesmos faz com que se espalhe a notícia de que são eles irrecuperáveis. Para a instalação de aparelhos telefônicos, além

do que já se pagou, faz o sr. Governador cobrar mais uma taxa de 6 mil cruzeiros e os irrecuperáveis telefones velhos estão sendo instalados nas repartições públicas estaduais porque o governo não pode custear telefones novos. Isso se diz e se sabe. O governo do sr. Chagas Rodrigues está logrando, como sempre, o povo piauiense. Cobra além do contrato, fala em superávit em realizações em prol da coletividade, surte as repartições com telefones velhos e, finalmente, fala em milhões e bonanças após vetar a elevação dos salários família e esposa. É mais do que incoerente este governo. Ninguém entende e o que há de verdadeiro é o contraste existente entre o que diz e o que faz (Confrontos e contrastes. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XI, n. 960, p. 1, 01 out. 1961).

Apesar de o termo ser adequado na linguagem jornalística, o *Jornal do Piauí* se referia a Chagas Rodrigues como “Sr. Governador”, que em outro contexto seria considerado apenas mais uma formalidade. No entanto, na matéria em análise, a construção do texto deixa explícita a intenção dos redatores de levar ao público leitor a descrição do jovem chefe do executivo como um político inacessível e, até mesmo, com personalidade maquiavélica.

O *Jornal do Piauí* empenhou-se em citar Chagas Rodrigues pelo menos uma vez em cada edição. No dia 14 de setembro de 1961, o periódico divulgou a manchete “Enquanto é de abertura a situação do Tesouro, o dr. Chagas Rodrigues num só mês faz, por conta do Estado, três viagens ao Rio-Brasília-Rio. É encarnecer demais da paciência de um povo. Até quando?”. Como se pode notar, a direção do *Jornal do Piauí* não descansou a pena para fazer críticas e acusar Chagas Rodrigues de enganar o povo com uma administração que não apresenta resultados de progressos para o Piauí. Antes, segundo a direção do jornal, o petebista onerava as cotas públicas do estado. Era, portanto, um governador “incoerente” e de “contrastos”.

### **Considerações finais**

A década de 1950 é considerada como um momento importante para a imprensa brasileira por marcar o processo de transição do jornalismo político para o informativo. No entanto, ainda que a partir desse momento os jornais cada vez mais tenham adotado as técnicas do jornalismo americano nas redações, elas não chegaram a eliminar os métodos de

produção da notícia da imprensa política. Em Teresina, capital do Piauí, praticamente todos os jornais continuavam servindo aos partidos políticos, mesmo aqueles que já se declaram como independentes, noticiosos, informativos e imparciais no cabeçalho, nas matérias ou no expediente.

Por este motivo, tal como Nelson Traquina defende (2005), só se pode compreender como as notícias são com o entendimento da cultura jornalística da época em que os jornais foram produzidos; a mesma que defende que as teorias de ação política são um instrumento para servir interesses políticos. “Seja de esquerda ou de direita estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua vida do mundo da sociedade” (Traquina, 2005, p. 163). Ainda na mesma linha de estudo, o autor cita Robert Hackett, que levantou duas suposições sobre o comportamento dos jornalistas: “a) Os jornalistas detêm o controle pessoal sobre o produto jornalístico; b) os jornalistas estão dispostos a injetar suas preferências políticas no conteúdo noticioso; c) os jornalistas enquanto indivíduos têm valores políticos coerentes, e, a longo prazo, estáveis” (Traquina, 2005, p. 164).

Em vista das observações expostas no decorrer deste capítulo, é notável que há diversas interpretações que buscam explicar o uso da linguagem jornalística no contexto político. Ao trabalhar a análise com base nos discursos narrativos de jornais de Teresina, *O Estado do Piauí* e o *Jornal do Piauí*, foi possível compreender que cada um deles, de acordo com a filiação partidária e a linha editorial definida para o órgão, assumiram postura diferentes na produção de notícias sobre o governador Chagas Rodrigues. Enquanto o jornal *O Estado do Piauí* fez a defesa do governador por assumir uma postura de defesa dos interesses trabalhistas; o *Jornal do Piauí* atribui para si o papel de oposição e de esclarecer a opinião pública através da edição de matérias que criticavam e atacavam o primeiro e único governador petebista por ser vinculado ao PSD. Por meio da análise destes dois jornais, conclui-se, ainda, que embora a imprensa de Teresina, a exemplo do jornal *O Estado do Piauí* e *Jornal do Piauí*, adotassem cada vez mais métodos modernos na produção das notícias, verifica-se que o cordão umbilical com os partidos políticos não foi completamente cortado, de maneira que cada um deles, a seu modo, foi utilizado como arma política na luta pelo poder local e imprimiram em suas páginas matérias

com linguagem apologética ou virulenta, adjetivada e parcial, para atender aos interesses daqueles que o financiavam.

## Referências

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**Jornal do Piauí**. Teresina, ano XI, n. 960, p.1, 01 out. 1961.

**Jornal do Piauí**. Teresina, Ano X, n. 936, p.1, 09 jul. 1961.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

**O Estado do Piauí**. Teresina, ano XXXI, n. 111, p.1, 31 jan. 1959.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos! O processo eleitoral de 1958 no Piauí. In: **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da UECE**. v. VII, n. 13, 40-69, jan.-jul. 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.

# A PRODUÇÃO DO INIMIGO: ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ÓDIO NO JORNAL *O DIA* NA DÉCADA DE 1960

*Glória Maria de Santana Ribeiro*<sup>1</sup>  
*Nilsângela Cardoso Lima*<sup>2</sup>

## **Introdução**

A produção de discursos de ódio no jornalismo não é nova. Desde a circulação dos primeiros jornais no Piauí e no Brasil podem ser encontrados discursos verbais manifestando agressões e/ou desferindo ataques de cunho pessoal a políticos, ou a personalidades públicas. Não apenas indivíduos pertencentes a essas categorias eram alvos da violência verbal do jornalismo. Pobres, imigrantes, mulheres e negros, por exemplo, também chegaram a ocupar as páginas dos jornais, quase sempre vislumbrados por um discurso estereotipado construído pelos jornalistas. Logo, desde o momento em que a imprensa começou seus serviços gráficos, ela tem sido utilizada como arma política e como instrumento de circulação de ideias para contestar e detratar todos aqueles que são considerados inimigos.

Na década de 1960, em Teresina, os impressos ainda eram utilizados como ferramentas de domínio e disseminação de ideias da elite, que utilizava do meio para potencializar suas “verdades” sobre a massa popular. Segundo Eduardo Granja Coutinho (2014), é perceptível a forma como

---

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

a visão de mundo da elite é fomentada pela mídia que, sendo um dos maiores pilares de sustentação do Estado, reproduz o conservadorismo, o racismo, a homofobia e o ódio de classe.

Além disso, estudar os discursos de ódio reproduzidos pelos impressos na década de 1960 torna-se ainda mais intrigante se levarmos o contexto histórico do golpe militar de 1964. Apesar dos constantes e notórios ataques à liberdade de expressão, o regime foi, a princípio, abraçado pela grande maioria dos jornais da grande imprensa. De acordo com Marylu Oliveira (2014), grande parte dos impressos em atividade entre as décadas de 1950 e 1960 traziam em suas páginas um discurso anticomunista definido pela linha editorial e a ideologia política que defendiam.

A pesquisa busca analisar os discursos de ódio publicados pelo jornal *O Dia* em torno da população teresinense na década de 1960, no que tange ao racismo, a homofobia, o anticomunismo, o machismo, etc. Assim, faz-se necessário compreender esse importante momento da imprensa teresinense que, indubitavelmente, permeia consequências até os dias de hoje.

Para a realização da análise do material empírico da pesquisa, composto pelas matérias do jornal *O Dia*, foi adotada a metodologia da pesquisa histórica (Gil, 2002) e o conceito de fato político de Sodré (2011) e de imprensa política de Sousa (2008) e Rüdiger (1993). O jornal *O Dia* foi escolhido para a pesquisa não somente por ser o periódico mais antigo do Piauí, mas pela riqueza de informações que se encontram em suas páginas e que necessitam ser pesquisadas. Por este motivo, elegeu-se este jornal como objeto de estudo, pois em suas páginas há uma quantidade significativa de matérias que buscam construir representações sobre diversos atores sociais com discursos que vão desde apologéticos até discursos de ódio, especialmente, na década de 1960, recorte temporal da pesquisa.

### **A imprensa utilizada como fonte histórica para pesquisa**

Desde o surgimento dos estudos sobre a humanidade e as diversas expressões estampadas em cavernas, paredes e nos rastros deixados por civilizações, a comunicação está presente como elemento fundamental. Tribos produziam e utilizavam materiais pigmentados para se comunicar internamente e com outras tribos. Quando se fala em imprensa, no Brasil, no início do século XIX, especificamente em 1808, com a chegada

da coroa portuguesa ao país, nota-se o surgimento das primeiras práticas propriamente consideradas jornalísticas. Antes disso, todavia, circulavam peças publicitárias, literárias e políticas no país.

A popularização da imprensa como fonte confiável de informação para a população fez com que a prática jornalística ganhasse ainda mais espaço no Brasil, resultando na criação dos editoriais para ganhar as diversas massas. Com isso, aumentam as discussões sobre as narrativas construídas pelos veículos de comunicação e de que forma influenciam na opinião pública. De acordo com José D'Assunção Barros (2020, p. 429), os jornais tornaram-se parte do cotidiano da população.

Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa da guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna.

Contudo, pelo menos nos três últimos séculos, os jornais estiveram presentes na sociedade com a missão de informar sobre os principais acontecimentos, especialmente no campo político. Mas foi na década de 1980 que os historiadores começaram a utilizar a imprensa como fonte histórica, onde foi possível encontrar informações e discursos para entender as sociedades por trás das linhas dos jornais.

Para Isabela Moura (2021, p. 4):

A imprensa se torna um espaço privilegiado para construção de narrativas e discursos, já que a mesma é um ator de destaque na vida política do país, que se sobressai indo além do caráter informativo, pois evidencia uma espécie de intermédio entre o governo e os cidadãos, destacando assim o fenômeno da opinião pública.

Com isso, a partir do momento em que os jornais são concebidos como fontes que permitem os pesquisadores acessarem pistas sobre o passado, ele tem sido bastante utilizado para a construção da narrativa histórica. No caso desta pesquisa, apesar da diversidade de jornais publicados no Piauí e acessíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí e/ou em acervos digitais, pretende-se pesquisar o jornal *O Dia*, que foi publicado pela primeira vez em 1951 e, desde então, mantém edições em circulação.

### **Acontecimentos que marcaram a década de 1960**

Para realizar a pesquisa, primeiro é necessário entender as principais movimentações da década de 1960 que influenciaram o que era exposto nas capas dos jornais. Pelo mundo afora havia grande movimentação política e ideológica com o fortalecimento da esquerda nos países do Ocidente. A década é marcada também pela Guerra Fria (1947-1991) entre Estados Unidos e União Soviética. No que tange a corrida espacial, iniciada em 1957 pelos avanços tecnológicos, a exploração do espaço aparecia como uma nova arma para o enfrentamento bélico e uma aliada a mais no processo de dominação e exploração de novos territórios e riquezas. Corrida que ganha um novo patamar no final dos anos 1960, com a chegada do homem à lua. Além disso, os anos de 1960 foram marcados pelo fortalecimento do movimento negro nos Estados Unidos, liderado por Martin Luther King, que ganhou o mundo não só por reivindicar os direitos da população negra a salários dignos e mais postos de trabalho como, ao mesmo tempo, defendeu os direitos das mulheres.

Com a segunda onda do feminismo que ganhou força no mundo nesta década, as mulheres começaram a se movimentar e levantar questões relacionadas aos seus direitos e papéis dentro da sociedade. Um desses questionamentos era a respeito das expectativas tradicionais que limitavam suas oportunidades de educação, emprego e participação política. No Brasil, a segunda onda feminista é impulsionada em 1964, onde muitas mulheres se envolveram em movimentos de resistência contra a ditadura militar e contribuíram para a luta contra a repressão política da época. As mulheres defendiam a igualdade salarial, direito ao trabalho e à educação, além do direito ao corpo no que diz respeito à reprodução. Para Ivone Ferreira Caetano (2017, p. 6),

Foram levantadas questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e o aborto, o controle de natalidade, e a sua realização pessoal enquanto ser e indivíduo. Destarte, nesse período, ganhou destaque a elaboração do conceito de gênero como ferramenta para possibilitar a visualização dessas questões, concebendo-o como uma construção social e rechaçando a teoria que atribui determinadas características à biologia.

A segunda onda do movimento feminista vem como forma de demarcar que existe outra dominação, a de gênero, além da dominação de classe. Portanto, as lutas surgem para resistir às formas persistentes de opressão e discriminação de gênero e mostrar que as mulheres também podem ter espaço dentro do mercado de trabalho e em espaços de poder como a política.

Para além dos eventos já citados, não se pode deixar de mencionar que a década de 1960 foi um período marcado pelas contestações, pelos movimentos sociais e culturais de reivindicação contra o sistema capitalista, a globalização, as guerras e as estruturas sociais consideradas opressoras. “Rebeldia”, “revolução” e “liberdade” foram algumas das palavras que se tornaram um marco dos movimentos sociais e culturais iniciados em Paris em março de 1968.

Alguns desses eventos foram estampados nas páginas dos jornais, nem sempre reforçando tais conceitos de rebeldia e liberdade, mas de manutenção das estruturas sociais existentes até então. No Piauí, o jornal *O Dia* era o que fazia parte da grande mídia nos anos 1960 e seu acervo ajudará a contar como a imprensa era utilizada para atacar os movimentos feministas e comunistas, assim como também personalidades políticas da época ou que detinham de alguma influência social.

### ***O Dia*: um jornal genuinamente piauiense**

O jornal *O Dia* foi criado em fevereiro de 1951 por Raimundo Leão Monteiro, conhecido entre a população como Mundico Santídio, e a produção era feita dentro do galpão da residência do proprietário. Inicialmente, foi projetado para ser um jornal semanal. Tal fato se explica pelo equipamento técnico existente e os poucos recursos disponíveis que impediam que as máquinas imprimissem diariamente.

Desde o primeiro ano de circulação já apresentava em seu cabeçalho se tratar de um jornal “independente, noticioso e político”. No entanto, a produção desses impressos sempre esteve atrelada às mudanças sociopolíticas, dependiam não só da modernização das máquinas para imprimi-los, mas também do surgimento de assuntos relevantes para a produção do conteúdo das pautas. Em outubro de 1962, o jornal ganhou mais espaço na cidade, tornando-se mais popular, passou assim a circular três vezes por semana, sofrendo algumas alterações em sua linha editorial.

No ano de 1964, o jornal *O Dia* foi vendido para o coronel Octávio Miranda, que reunia grande influência no meio político. O coronel foi eleito deputado estadual na Assembleia Legislativa do Piauí duas vezes, em 1947 e 1945. Fundou e presidiu o Jockey Club, local de encontro da elite piauiense, sendo ele próprio grande figura da chamada alta sociedade. O jornal era um projeto que o militar acompanhava de perto e, não por acaso, por muito tempo, Octávio Miranda foi editorialista de *O Dia*.

Sob nova administração, as folhas do *O Dia* passaram a circular diariamente. Na época, as movimentações do Brasil em torno do golpe militar estavam ganhando força, até o momento que foi instaurado, em março de 1964. O golpe foi apoiado pela chamada “grande imprensa” e também por parte da população brasileira, “principalmente setores das classes médias e grupos conservadores preocupados com os rumos esquerdizantes do governo João Goulart e com os problemas econômico-financeiros do país (inflação, dívida pública)” (Lago; Romancini, 2007, p. 120).

Instaurada a ditadura no país, o jornal *O Dia*, como a maioria dos jornais brasileiros, não ficou imune à posição política de adesão à chamada “revolução”. Razão pela qual se justifica não apenas por ter um coronel do exército como proprietário do jornal, mas, também, pela linha política que o jornal defendia desde os anos 1950, quando entrou em circulação. Da primeira edição publicada em 1951, o jornal *O Dia* manteve um posicionamento político e imparcial dos acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais. Nos anos 1960, sob a responsabilidade do coronel Octávio Miranda, o aspecto político não desapareceu. Antes, foi reforçado por meio da publicação de discursos anticomunistas.

## ***O Dia*: da “imparcialidade” ao anticomunismo**

Quando o Coronel Miranda adquire o jornal *O Dia*, a editoria política ganha mais espaço no impresso. Para um veículo que pregava a imparcialidade, o jornal *O Dia* deixa nítido seu posicionamento anticomunista nas páginas do diário. Na edição de 2 de abril de 1964 foi publicado um texto escrito por Simplício de Sousa Mendes, presidente da Academia Piauiense de Letras da época, intitulado “Comunismo e a revolução”, onde ele retrata o comunismo como algo prejudicial à sociedade e traz Cuba como exemplo de que os ideais comunistas são um ataque a família cristã brasileira.

Comunismo nega todos os valores espirituais e diviniza a matéria. Todos os princípios educacionais e familiares da civilização cristã são negados. Portanto a catástrofe, entre nós, no Brasil, seria profundamente incalculável, – rebaixando-nos ao nível de Cuba, – a grande Ilha do Caribe, caída nas malhas de aventureiros e traidores da Pátria. Hoje não é senão uma secção estatal, – satélite da Rússia, que a ocupa unilateralmente (Mendes, Simplício de Sousa. Comunismo e a revolução. **O Dia**. Teresina, 02 abr. 1964, p. 3).

A matéria “Comunismo e a revolução”, assinada por Simplício Mendes, revela que havia interesse do proprietário do jornal, coronel Octávio Miranda, de combater o comunismo, visto como um mal que afetaria a sociedade e todos os seus valores morais, educacionais e familiares defendidos pela Igreja. Afinal, não era uma novidade os textos de Simplício de Sousa Mendes na imprensa de Teresina, considerando que já eram bem conhecidos pelos leitores de jornais através da publicação da coluna “Televisão” em outros jornais locais, como, por exemplo, na *Folha da Manhã*, órgão ligado a políticos da União Democrática Nacional, e na *Folha do Nordeste*, que foi criada por correligionários do Partido Social Democrático.

A coluna “Televisão”, portanto, também passou a ser publicada no jornal *O Dia* em abril de 1964 e ocupava grande espaço da terceira página com textos rebuscados, densos e de combate ao comunismo e ao trabalhismo, como pode ser visualizado nas Figuras 1 e 2:

Figura 1 – Matéria “Comunismo e a Revolução”, publicada na coluna “Televisão” e assinada por Simplício de Sousa Mendes

The clipping is from the newspaper 'O Dia' and is dated April 2, 1964. The main article is titled 'Comunismo e a Revolução' and is located in the 'TELEVISÃO' column. To the right of the article is an illustration of a large, multi-story building. Below the article, there are several advertisements: 'SENSACIONAL!' for 'NOVA separação para a sua SIDA VOLTAER', 'ANTIDOTOS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA', 'ESCRIÇÃO DE ADVOCACIA', 'Coluna de Baden Powell', 'ESCOTISMO', 'FARMACIA DO BRASIL', and 'ANUNCIOS POPULARES'. At the bottom of the clipping is an advertisement for 'S G MAGAZINE' with the text 'Abre bem comprando no S G MAGAZINE' and 'Modas em roupas para senhoras, artigos finos para presentes com grandes facilidades de pagamento'.

Fonte: O Dia. 02 abr. 1964.  
(Arquivo Público do Piauí)

Figura 2 – Matéria “Terror Comunista e a Revolução”, publicada na coluna “Televisão” e assinada por Simplício de Sousa Mendes

The clipping is from the newspaper 'O Dia' and is dated April 12, 1964. The main article is titled 'Terror Comunista' and is located in the 'TELEVISÃO' column. To the right of the article is an illustration of a large, multi-story building. Below the article, there are several advertisements: 'OLEO MAFRENSE', 'PIAUENSE!', 'ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PIAUIENSE', 'CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA', 'FARMACIA DO BRASIL', and 'PIAUENSE!'. At the bottom of the clipping is an advertisement for 'PIAUENSE!' with the text 'SEJA ANJO DO DIA E SEJA FELICITADO DO PROCESSO DO CENSO DO COMÉRCIO DO MEU ESTADO. FAÇA IMPORTAÇÃO DE BANCOS AGRÍCOLAS NAS 40 SEM SEM FÓRMULA SUAS ESTACIONAIS. VOTE A NOVA SIDA DO ESTABELECIMENTO NA RUA AL. 2022 LARANJEIROS, ONDE FUNCIONA A AGÊNCIA SIDA'.

Fonte: O Dia. 12 abr. 1964.  
(Arquivo Público do Piauí)

Sobre a matéria “Comunismo e a revolução”, de Simplício de Sousa Mendes, vale destacar o título, no qual traz a alteridade entre o “perigo vermelho”, através da palavra “Comunismo”, e a “Revolução”, termo criado pelos defensores do golpe de 1964 para defender e justificar a necessidade do período ditatorial no Brasil.

Essa não foi a primeira vez que os escritos do presidente da Academia Piauiense de Letras foram parar nas páginas do jornal *O Dia*. O seu despreço pelos ideais comunistas e o medo das ideologias serem instauradas no Brasil fez com que em grande parte das edições do jornal tivesse a vaga reservada para seus textos anticomunistas. No texto do dia 12 de abril de 1964, que tem por título “Terror comunista”, Simplício Mendes reforça sua opinião de que o comunismo é sinônimo de terror e violência.

E repetimos: – no comunismo ofuscam-se as consciências, despertam-se os criminosos; deflagram-se as paixões e os anormais, os degenerados, os ambiciosos, os tocados de crueldade têm oportunidade e se nivelam: - Jango e Brizzola são e serão exemplares históricos.

E o terror dos fuzilamentos é uma arma na implantação do comunismo. Impõe-se, por toda parte, pela violência, pelo medo, – pelo sangue (Mendes, Simplício de Sousa. Terror comunista. *O Dia*. Teresina, 02 abr. 1964, p. 3).

No contexto social vivido na década de 1960, especificamente 1964, os jornais eram utilizados para construir narrativas. Como a força do jornal impresso impulsionava a opinião pública, os governos enxergavam o impresso como uma ponte de ligação entre a população e o Estado. De acordo com Moura (2010, p. 9), “o jornal em si é considerado um espaço privilegiado de construção de memória, nas suas narrativas estão presentes a tentativa de forjar protagonistas e antagonistas no seio dos acontecimentos”.

### **A presença das mulheres no jornal *O Dia***

Analisando os recortes da década de 1960, percebe-se a presença masculina de forma majoritária nos cadernos do jornal. Quando o jornal ainda pertencia a Leão Monteiro, as colunas eram assinadas predominantemente

temente por homens. A partir de 1964, quando o jornal estava sob direção do coronel Octávio Miranda, algumas mulheres, como Elvira Raulino e Andréa Sousa Lélis, começam a ter participações nos jornais. Elvira Raulino, por exemplo, atuava como cronista social, onde sua função era escrever sobre os principais eventos da alta sociedade.

Contudo, a presença de mulheres escrevendo não significou mudança nos temas abordados pelo jornal. Apesar de ser um momento de ascensão dos ideais feministas, referentes à segunda onda do feminismo no Brasil, as mulheres ainda figuravam no jornal como mães, primeiras-damas e cristãs. Assuntos mais críticos em relação às demandas das feministas eram ignorados pelo jornal.

Em um dos poucos momentos que as mulheres são citadas nas páginas do jornal, os discursos apenas reforçam a mulher como uma figura passiva, a ser observada apenas pela beleza. Um exemplo encontrado no jornal *O Dia* referente à mulher encontra-se na coluna “Universitária”, publicada na edição de 24 de março de 1964, em que são anunciadas as vencedoras de um concurso de beleza entre as universitárias, informando que: “Acabam de ser eleitas as três rainhas dos calouros das nossas Faculdades locais, as quais participarão da próxima Semana do Calouro Universitário, dando especial destaque às festividades, com a beleza de que cada uma é portadora” (Coluna Universitária. **O Dia**. Teresina, 02 mar. 1964, p. 2).

A “Coluna Universitária” era produzida por estudantes e dava destaque para os concursos de misses que fizeram parte da cultura escolar e social da cidade de Teresina desde os anos 1950. A coluna ganhava destaque na segunda página do jornal *O Dia* com notícias sobre as rainhas dos calouros, a crise do diretório acadêmico de Filosofia e da vivência escolar universitária de Teresina, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – “Coluna Universitária”



Fonte: *O Dia*, 24 mar. 1964 (Arquivo Público do Piauí).

Ainda que este artigo tenha dado destaque para a coluna “Universitária”, vale afirmar que nem sempre as mulheres eram noticiadas nas colunas sociais, espaço, quase sempre, reservado para pessoas da elite piauiense. As demais mulheres, certamente, também chegaram a ser noticiadas nos anos 1960 pelo jornal, sobretudo, quando se leva em conta que desde o século XIX mulheres menos abastadas aparecem nas páginas dos jornais como um problema social e/ou desempenhando funções que destoavam dos papéis tradicionais desejados para o sexo feminino, tais como esposas, mães e donas do lar.

No entanto, para analisar tais matérias editadas no jornal *O Dia* de 1960 faz-se necessário um trabalho minucioso para apontar quais outros discursos foram construídos sobre as mulheres pobres, que não eram de interesse das colunas sociais. Da mesma forma, também é importante ver como negras e negros, homossexuais e outras minorias foram abordadas pelos redatores de *O Dia* no período estudado.

### Considerações finais

As análises aqui apresentadas ainda são parciais por se tratar de uma pesquisa que se encontra em andamento e na sua fase inicial. No entanto,

o primeiro contato com as edições publicadas nas páginas de *O Dia* na década de 1960 e a análise das matérias selecionadas para este trabalho foram de fundamental importância para entender o posicionamento que o jornal adotou durante a ditadura civil militar vivenciada no Brasil a partir de março de 1960.

Por um lado, através da coluna “Televisão”, de Simplicio Mendes, que deixa clara a postura do redator em combater o comunismo e sustentar uma posição anticomunista na imprensa. O que significa dizer que, ao tempo em que o jornal *O Dia* publica matérias anticomunistas, é de interesse de seu proprietário manter uma linha editorial politicamente alinhadas aos interesses dos militares e da ditadura instaurada no país em 1964. Por outro lado, o fato de ter dado destaque para a coluna “Universitária” publicada pelo jornal *O Dia* em que enaltece a beleza feminina, não significa dizer que o jornal não apresentou discursos de ódio contra as mulheres ou outros sujeitos socialmente marginalizados, como mulheres pobres, negras, homossexuais, por exemplo.

Desta forma, tal apontamento, serve, neste momento, apenas para revelar quais sujeitos são notados pelo jornal, ao mesmo tempo que outros são silenciados, invisibilizados pelas notícias de jornais. Afinal, todo processo de escrita de jornal é feito por um processo de seleção do que se deve falar e do que se quer silenciar a partir da linha editorial delineada. Com isso, nota-se um destaque para os discursos anticomunistas e para as mulheres da elite nas colunas sociais.

## Referências

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. **Revista Crítica Histórica**. ano V, n. 10, p. 109-132, dez. 2014.

MOURA, Isabela Sousa. “Se o jornal O Dia disse a notícia existe”: a atuação da imprensa piauiense no Regime Militar (Anos 1960). **Anais do 31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627473314\\_ARQUIVO\\_d171267526116c49db7311c9751ea60c.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627473314_ARQUIVO_d171267526116c49db7311c9751ea60c.pdf). Acesso em: dez. 2023.

BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**. v. 52, 2021, p. 421-443. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691/7504>. Acesso em: dez. 2023.

CAETANO, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro**: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Rio de Janeiro. 24f. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf). Acesso em: dez. 2023.

# COLUNA “TELEVISÃO – CANAL 2” E ATUAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES NO JORNAL *FOLHA DO NORDESTE* EM 1962 E 1963

*Adélia Machado*<sup>1</sup>  
*Nilsângela Cardoso Lima*<sup>2</sup>

## **Introdução**

Este relatório de pesquisa, que se encontra em finalização, aborda a atuação política e partidária de Simplício de Sousa Mendes no jornal *Folha do Nordeste*, em 1963. A coluna “Televisão – Canal 2”, assinada por Simplício Mendes, foi marcada pela produção de discursos anticomunistas e de ataques diretos ao governo de Chagas Rodrigues, por este motivo, será objeto de estudo do presente relatório.

Para além da coluna jornalística, faz-se necessário historicizar o impresso *Folha do Nordeste*, canal principal de veiculação da Coluna “Televisão – Canal 2” e que ganhou grande notoriedade em 1962 por assumir a postura de oposição à reeleição de Chagas Rodrigues, o então governador do Piauí. Dessa forma, foi possível entender as motivações e as construções dos materiais jornalísticos expostos no impresso e reforçados pela coluna de Simplício de Sousa Mendes.

---

1. Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

Assim como a maioria dos jornais que surgiram em Teresina no século XX, o jornal *Folha do Nordeste* mantinha-se vinculado a políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD) para divulgar suas ideias e defender seus representantes. Assim, reforça a importância do aprofundamento em relação à coluna “Televisão – Canal 2” entre 1962 e 1963, anos que correspondem a durante e depois das eleições, respectivamente. Em 1962, o Piauí estava vivenciando um ano eleitoral em que a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD, partidos até então rivais no estado, se unem contra o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tal observação sugere analisar a atuação política do jornalista Simplício de Sousa Mendes que, vinculado à UDN, escrevia para o jornal *Folha da Manhã*, cujo proprietário é o pessedista João Clímaco d’Almeida, candidato a vice-governador nas eleições de 1962, mesmo ano de surgimento do órgão. De tal modo, interessa entender a importância do intelectual, jurista, político e professor Simplício de Sousa Mendes na imprensa e sua atuação política partidária através dos escritos eternizados na coluna “Televisão – Canal 2”.

Para tanto, faz-se importante e necessário estudar a trajetória de Simplício de Sousa Mendes no jornal *Folha do Nordeste*, por conseguinte, na imprensa do Piauí. Através da pesquisa foi possível observar os discursos anticomunistas materializados nas edições do jornal *Folha do Nordeste* e as disputas pelo poder através de suas páginas, assim como entender as motivações desses posicionamentos tão diretos.

Em síntese, este relatório final visa apresentar o resultado das análises da atuação política e partidária de Simplício de Sousa Mendes relacionada com as ideias eternizadas na coluna “Televisão – canal 2” do impresso *Folha do Nordeste*. Compreender as motivações e os interesses por trás dos escritos de Simplício Mendes, conhecidos como diretos e reativos, é importante para conhecer todo o pano de fundo das eleições de 1962, e, assim, ampliar os estudos sobre o jornalismo e a história da imprensa no Piauí.

### **Preparando o terreno: contexto eleitoral e político em que Chagas Rodrigues foi eleito a governador**

Todo o contexto político analisado neste relatório possui uma ligação direta com o jornalismo da época, devido a vários fatores, principalmente em se tratando dos resultados das eleições de 1958. O que se observa nos

impressos dos anos 1958, de fato, é uma utilização da escrita jornalística como forma de divulgação e de legitimação de ideais e projetos políticos, consequência da conjuntura em que o jornalismo piauiense surgiu. Dessa maneira, não há possibilidade de analisar atuações políticas e posicionamentos eternizados através de colunas jornalísticas sem antes entender o contexto histórico e social do período. Por meio da análise de conteúdo dos jornais impressos da década de 1950, é comum observar que “apesar de muitos desses periódicos se qualificarem como ‘independentes’ e ‘fiéis aos fatos’, apresentavam nitidamente as vozes dos seus candidatos e até mesmo faziam sua campanha”. É o que afirma Marylu Oliveira (2019), ao pontuar sobre a relação íntima entre jornalismo e política no Piauí durante o período eleitoral de 1958 e 1962.

Em se tratando de política, em 1962 o Piauí encontrava-se em meio a uma corrida eleitoral para os cargos de governador, senador e deputado. Os resultados deste período foram antecidos por diversos desdobramentos importantes que alteraram, de forma repentina, coligações entre os partidos. Logo em 1958, ano eleitoral para governador do estado, o Piauí foi palco de confrontos políticos definidos e acalorados, acompanhados de situações não programadas, como o acidente automobilístico que ficou conhecido como Desastre da Cruz do Cassaco. Os principais partidos no estado eram PSD, UDN e PTB. Apesar de a coligação PSD-PTB já ser consolidada desde 1958, neste ano, o PTB se recusou a permanecer com essa configuração, mesmo após oito anos no poder no executivo estadual do PSD. A partir disso, um cenário de disputa partidária começou a ser construído, agora com uma outra roupagem.

Em 1958, as chamadas “Oposições Coligadas”, composta por UDN-PTB, e a “Coligação Democrática Piauiense”, formada pela união dos partidos PSD, PSP, PR e PRP, constituíram a disputa eleitoral que marcou a história da política e do jornalismo piauiense. Em se tratando de candidatura para governador do Piauí, do lado das “Oposições Coligadas” encontrava-se o campo-maiorense Demerval Lobão; já a “Coligação Democrática Piauiense” possuía José Gayoso Freitas como candidato ao cargo. É importante pontuar que essa nova configuração foi composta até mesmo por partidos de ideais distintos, mas que terminaram por colocar suas diferenças de lado por um objetivo em comum, tirar o PSD do executivo estadual, como é o caso da aliança entre UDN e PTB.

No Piauí, a aliança UDN-PTB era formada por dois partidos de convicções doutrinárias diferentes. O PTB continuou tentando manter-se como representante dos trabalhadores urbanos e rurais, pelo menos no nível do discurso, defendendo a industrialização; e a UDN, operou mais entre a pequena burguesia e reivindicou o poder e a moralidade dos costumes políticos. Coligaram-se e estabeleceram-se a um jogo de interesses de grupos, um liderado pelo petebista Matias Olímpio, e o outro, pelos ude-nistas representados por José Cândido Ferraz. Entretanto, eles relegaram as suas diferenças político-ideológicas a um segundo plano, na tentativa de sacudir o que chamavam de “a velha estrutura oligárquica que se perpetuava no poder por cerca de oito anos” (Lima, 2011, p. 45).

Em meio a este contexto político, uma das maiores tragédias do Piauí ocorreu em setembro de 1958, o que mudou não somente os rumos das eleições, mas evidenciou posturas do jornalismo no estado que são refletidas até hoje. Nas vésperas do pleito eleitoral de 1958, uma das principais chapas concorrentes a conquistar a cadeira do governo sofreu um grave acidente automobilístico, que logo veio a ser conhecido como o “Desastre da Cruz do Cassaco”. O desastre resultou na morte do candidato a governador do Piauí pelas “Oposições Coligadas”, Demerval Lobão, e de toda a comitiva da campanha. Ao todo, foram contabilizadas onze mortes e dez vítimas feridas em estado grave. Todo esse cenário afetou, diretamente, os posicionamentos dos impressos piauienses. Apesar de ser comum os partidos políticos possuírem seus próprios jornais, em 1958 houve algumas mudanças, “pois o falecimento de Demerval Lobão e Marcos Parente apontou um novo tema para a campanha na imprensa local, a morte, transformando, por seu turno, os constantes ataques de ambos os lados em um momento singular para a história política local”, destaca Marylu Oliveira (2019).

Com as reconfigurações repentinas e necessárias em meio ao luto, as “Oposições Coligadas” muniram-se de elementos que reforçassem os ideais do PTB e UDN e sustentassem narrativas em torno de um novo candidato que substituísse e representasse os interesses daqueles que faleceram de forma precoce e violenta. A figura de Chagas Rodrigues, candidato que substituiu Demerval Lobão, aparece como um novo nome para as “Oposições Coligadas”, de maneira que ele conseguiu vencer as eleições de 1958

e governar o Piauí entre 1959 e 1962. Essa vitória foi fruto de uma campanha eleitoral impulsionada pela influência, especialmente, dos periódicos apoiadores da coligação UDN-PTB que deram destaque à tragédia.

Outra possibilidade de compreensão da intensa exposição do acidente nos periódicos é a de que esses, em especial os jornais udeno-trabalhistas, tentavam reforçar nos eleitores as representações desejadas dos candidatos vitimados na tragédia. Isso contribuiu de forma significativa para que seus nomes fossem lançados na campanha com forte apelo emocional, no intuito de conquistar – ou mesmo de garantir – o voto do eleitor (Oliveira, 2019, p. 48).

Considerando que a maioria dos impressos da época eram fundados ou financiados por políticos, a presença de posicionamento político partidário não ficou restrita apenas às eleições de 1958. Durante a corrida eleitoral para governador, senador e deputado em 1962, essa característica ficou ainda mais visível, visto que as disputas entre partidos se tornaram ainda mais acaloradas. As alianças começaram a se romper devido aos ideais serem distintos e até por questões a nível nacional. Assim, a aliança entre PTB e UDN ficou estremecida e chegou ao fim. Tendo a imprensa como arma, a UDN, opositores do PTB, ganhou forças e argumentos para desenvolver uma imagem de fracasso do então administrador do Piauí, Chagas Rodrigues, do PTB, que vislumbrava o cargo de senador e deputado. Não só a *Folha da Manhã*, como os periódicos que possuíam políticos opostos ao governo chaguista como proprietários, iniciaram uma segunda corrida em meio à eleição, a da derrota do petebista.

Em 1962, exato ano das eleições para senador e deputado federal, o impresso *Folha do Nordeste* entra em cena e consegue se tornar um dos maiores protagonistas da época. Dirigido pelo Partido Social Democrata (PSD), na figura dos deputados Dirno Pires Ferreira e João Clímaco d'Almeida, o periódico surgiu com o objetivo claro e direto de fazer oposição a Chagas Rodrigues. Conforme Flávia Lima (2011), os dois políticos se associaram para divulgar o jornal que fazia forte oposição ao PTB e, em especial, Chagas Rodrigues, devido à posição ocupada pelo político neste período.

A *Folha do Nordeste* se tornou um expoente em meio a política do Piauí por conseguir se posicionar, com maestria, durante um dos períodos mais polarizados que o estado vivenciou. Para além da escrita, os redato-

res contavam com uso de imagens que conseguiam transmitir informação através de sátiras e humor. As conhecidas charges se tornaram um dos principais elementos de destaque do periódico, transmitindo informações e ataques ao opositor de uma forma nada sutil, mas com criatividade.

A coluna intitulada “Televisão – Canal 2” é um dos espaços de escrita mais conhecidos da *Folha do Nordeste*. Com artigos produzidos pelo professor Simplício de Sousa Mendes, a coluna teve reconhecimento estadual por seu teor único e direto. O responsável pela coluna não poupava palavras de fúria e de ataques à administração do petebista, assim como posicionamentos anticomunistas, um movimento que ganhou força e destaque em meio às eleições de 1962. Todas as motivações e ideais que acompanhavam os escritos de Simplício Mendes serão narrados no decorrer deste relatório de pesquisa.

### **Aspectos teóricos e metodológicos da análise das fontes**

O Plano de Trabalho foi executado em duas etapas interdependentes. A primeira etapa correspondeu à digitalização das edições do jornal *Folha do Nordeste* publicadas em 1963. Em seguida foram realizadas leituras, seleção, organização e a categorização do conteúdo publicado na coluna “Televisão – Canal 2”, em conjunto com a leitura do referencial teórico e bibliográfico que serviram de base para a análise do *corpus* da pesquisa. O material empírico foi formado pelas matérias publicadas por Simplício de Sousa Mendes na coluna “Televisão – Canal 2” no ano de 1963.

Com base na teoria do jornalismo e da metodologia da Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), foi analisado o conteúdo da coluna “Televisão – Canal 2” editada no jornal *Folha do Nordeste* que trata sobre as disputas pelo poder através da imprensa na campanha eleitoral para governo do Piauí em 1962 e o comunismo, ou melhor dizendo, o anticomunismo. Considerando a importância de analisar o material empírico a partir do contexto nacional e local, foram selecionados livros que tratam sobre história da imprensa e do jornalismo brasileiro/piauiense. Além da leitura de referências bibliográficas sobre a história do jornalismo e da imprensa, também foram realizadas leituras sobre a história dos partidos políticos no Piauí no ano de 1962, que corresponde ao último ano do governo Chagas Rodrigues, e leituras sobre a teoria da História Política.

## ***Folha do Nordeste* – da criação às influências políticas**

A *Folha do Nordeste* foi criada, estrategicamente, em meio ao período eleitoral de 1962. Refere-se à estratégia política e partidária do PSD, visto que, dos criadores aos escritos, os ideais se apresentavam como concretos e definidos. O periódico foi idealizado pelos deputados do PSD, Dirno Pires Ferreira e João Clímaco d'Almeida, opositores diretos do PTB. Com o intuito de eliminar quaisquer chances de vitória do candidato Chagas Rodrigues, que já havia renunciado do cargo como governador para entrar na disputa para senador e deputado federal, os deputados iniciaram o plano de ataque através da *Folha do Nordeste*, um impresso que logo viria a se tornar uma referência para o jornalismo do estado na época.

Muitos elementos se tornaram marcas carimbadas na construção da *Folha do Nordeste*, o que gerou reconhecimento e certa credibilidade por parte dos piauienses. Para além dos políticos financiadores, o periódico possuía um grande espaço para grandes anunciantes, consequência de um alcance conquistado em poucos meses de lançamento.

Era um jornal político e noticioso com amplo serviço telegráfico, com transporte para o serviço de reportagem, de tiragem diária e funcionava em moldes modernos. Possuía ilustrações, além de desenhos gráficos e cômicos, como charges e caricaturas. O jornal tinha um número relevante de anunciantes e alguns deles eram de grande porte, como o Banco do Estado de São Paulo. Também anunciavam no jornal algumas casas de exportação do Piauí, como a Casa Marc Jacob S.A, Loja Comercial Almendra Freitas, Exportações Mourão LTDA e outros (Lima, 2011, p. 105).

Na primeira metade do século XX, o jornalismo, não só o estadual, mas também o nacional, passava pelo desejo de mudança, tanto no quesito estrutural e editorial, como nas técnicas de escrita. Uma busca pela objetividade e neutralidade da notícia vinha crescendo desde o final do século XIX em todo o Brasil, com o intuito de construir um jornalismo mais informativo e menos opinativo. Contudo, em se tratando de Piauí, apesar de esse desejo estar fervente em meio às redações, o cenário era totalmente

diferente. Assim como a maioria dos impressos da época, os periódicos piauienses possuíam uma relação íntima com a política partidária, como é o exemplo da *Folha do Nordeste*, criada para sustentar interesses e ideais de aliados. Segundo Anjos (2019, p. 28):

Apesar de o processo de modernização dos jornais propor novas estruturas técnicas e formatos na construção da narrativa jornalística, as relações historicamente existentes entre a imprensa e a política ainda definiam a atuação da imprensa e da prática jornalística brasileira. Muitos jornais continuavam sendo fundados para propagarem ideias dos grupos políticos que os mantinham financeiramente.

A partir desse pressuposto, é preciso compreender, agora, quais motivações impulsionaram a criação da *Folha do Nordeste*. Em um contexto de quebra e formação de novas alianças partidárias; e acontecimentos relevantes a nível nacional, o cenário político piauiense começou a ganhar uma nova roupagem. A ruptura entre PTB e UDN aconteceu em meio a presidência de João Goulart (1961-1964), devido à falta de concordância de convicções entre os partidos, culminando no fracasso da continuação da coligação. Com o fim da aliança entre PTB e UDN, em 1961, meios de se posicionarem contra o partido, recentemente opositor, começaram a ser criados. No caso dos udenistas, a *Folha da Manhã* se tornou a principal arma política do partido.

Os udenistas que eram os idealizadores do periódico iniciaram oposição aos petebistas devido às questões partidárias nacionais, pois quando João Goulart (1961-1964) assumiu a Presidência da República, a UDN rompe com o PTB piauiense. A consequência seria “um casamento que não deu certo”, ou seja, para as eleições de 1962 não seria possível a aliança UDN-PTB no Estado. Portanto, as críticas ao PTB ganhavam lugar, principalmente em relação à administração de Chagas Rodrigues. Para os representantes oposicionistas do jornal *Folha da Manhã* o governante fazia parte de uma agremiação partidária que procurava tirar proveito para sua posição política (Lima, 2011, p. 70).

Impulsionados pelo mesmo objetivo, o PSD se aliou com a UDN em meio às eleições de 1962 para derrubar o PTB, o que fortificou enredos que contribuíram com os resultados da política da época. De um lado, *Folha da Manhã*, e, de outro, *Folha do Nordeste*, assim se encontrava a

configuração do jornalismo piauiense, periódicos que, sem dúvidas, foram responsáveis pela eternização de um dos principais momentos da política do Piauí. Em concordância com Hosana dos Anjos (2019), o jornal *Folha do Nordeste*, foi feito com o objetivo de fortalecer a campanha dos pesse-distas, com destaque ao deputado João Clímaco d’Almeida.

### **Escrita de Simplício Mendes e o anticomunismo no Piauí**

Em um contexto de ruptura de alianças e de confrontos acalorados, estabelecer estratégias baseadas em ideais foi um caminho escolhido pelos partidos em questão. É neste momento que Simplício de Sousa Mendes, professor, jornalista, desembargador e presidente da Academia Piauiense de Letras (1960), entra em cena, tornando-se um dos principais responsáveis por impulsionar os enredos em torno de uma má administração de Chagas Rodrigues, acompanhado de toda uma fúria contra o comunismo.

Com uma escrita bem estruturada e que condizia com os posicionamentos do PSD, Simplício Mendes ganhou espaço na *Folha do Nordeste* com a coluna “Televisão – Canal 2”, que logo virou uma das colunas jornalísticas piauienses mais reconhecidas da época. Mesmo antes desse rompimento, vale destacar que Simplício Mendes já vinha publicando críticas ao governador Chagas Rodrigues, visto que o jornalista era apoiador da UDN.

Após uma série de desentendimentos entre os dois partidos, a UDN rompe com o PTB em 1961. Um dos motivos que levaram ao fim da aliança entre os partidos seria o fato de o governador Chagas Rodrigues apoiar a Reforma Agrária, o que não agradou os udenistas. Depois do rompimento partidário entre a UDN e o PTB se observa que a produção discursiva de Simplício Mendes em relação à figura do governador Chagas Rodrigues deixa de ser positiva e passar a ser crítica por meio de um discurso combativo e virulento [...] (Anjos, 2019, p. 116).

Um aprofundamento em relação à análise dos escritos de Simplício Mendes é necessário para uma compreensão melhor da ambientação do período e das intenções de cada edição. De forma introdutória, é possível enumerar pontos essenciais da coluna e da figura por trás dos escritos.

A presença de artigos de opinião de autoria de Simplício Mendes não era restrita apenas ao impresso *Folha do Nordeste*, jornais como *Folha da Manhã* também adotaram essa estratégia. Independentemente do espaço, o jornalista não poupava palavras virulentas contra Chagas Rodrigues e o comunismo. Em pouco tempo, o colunista começou a ser reconhecido por seus posicionamentos bem característicos que, sem dúvidas, foram moldados por todo o seu contexto social e intelectual.

Todo o enredo montado por Simplício Mendes, em relação à administração de Chagas Rodrigues, gerou novos cenários e impulsionou movimentos. O anticomunismo ganhou uma nova roupagem no Piauí em meio à corrida eleitoral de 1962, consequência de uma parcela da sociedade que já valorizava “costumes tradicionais” e vinha sendo representada pelos escritos do colunista Simplício de Sousa Mendes. Assim, o anticomunismo se fortaleceu e garantiu reconhecimentos a personagens importantes nesse processo.

O extremo negativismo de Simplício de Sousa Mendes, relacionado ao comunismo, fez com que ele recebesse o título de “Soldado da Democracia” pela redação do jornal O Dia. Porém, esse título teve um motivo especial para acontecer! Foi-lhe concedido como recompensa porque, dentre os anticomunistas que existiam no Piauí, seu nome constava dentre os primeiros a ir ao famoso PAREDON em uma lista supostamente encontrada pelo comando da Guarnição Federal, quando houve desbaratamento da secção do Partido Comunista, localizado na rua Santa Luzia em Teresina (Oliveira, [s.d.], p. 4).

O governo de Chagas Rodrigues foi responsável por apresentar o PTB ao Piauí, um partido que possuía ideais pouco protagonizados no estado. Com projetos e ações que visavam à melhoria e à valorização da vida dos trabalhadores piauienses, o então governador conseguiu munir Simplício Mendes de argumentos e posicionamentos contra o governo, visto que toda essa fúria já podia ser vista em produções anteriores.

A aversão aos trabalhadores braçais foi, por várias vezes, mencionada pelo intelectual piauiense, principalmente no momento em que os trabalhadores do campo começaram a ser organizar no Estado do Piauí através das Ligas Camponesas. Para Simplício de Sousa Mendes, a Reforma Agrária era um perigo, uma vez que poderia deixar o país à mercê de um governo

feito por trabalhadores analfabetos (Oliveira, [s.d.], p. 3).

Dessa forma, percebe-se que a coluna “Televisão – Canal 2”, que será melhor destacada nos próximos tópicos, se tornou um veículo que ajudou a moldar pensamentos, posicionamentos e influenciou escolhas políticas. Sem dúvidas, o espaço jornalístico se tornou um reflexo de todos os contextos sociais, intelectuais e familiares de Simplício de Sousa Mendes. Toda a aversão direcionada à classe trabalhadora e o esforço que expressava em destacar “possíveis” ataques à democracia, contribuiu com o reconhecimento dos artigos e dos ideais neles manifestados.

### **Modernidade ou tradições impostas? O jornalismo no século XX**

Na segunda metade do século XX o jornalismo brasileiro passava por alterações que, de alguma maneira, conversavam com o novo período que o país se aproximava. Todo esse cenário de busca da modernidade foi visto até mesmo em espaços que pregavam o tradicional. No Piauí, Simplício de Sousa Mendes começou a ganhar notoriedade em meio à polarização política das eleições de 1958 e 1962, por meio de artigos de opinião publicados em diversos impressos apoiados pelo colunista. Com uma coluna jornalística denominada “Televisão”, igualmente intitulada em diversos periódicos de Teresina, Simplício Mendes costumava expor suas indignações em relação a projetos e ações que caminhassem contra o conservadorismo. Devido esse fato, a figura de Chagas Rodrigues era diariamente atacada nos mais diversos jornais de oposição petebista, pois todos os projetos do governo chaguista dialogavam com o bem-estar da classe trabalhadora e a busca pela modernização.

No jornal *Folha do Nordeste*, Simplício Mendes se apresentava por meio da coluna “Televisão – Canal 2”. Apesar da inserção de detalhes no nome da coluna, nos diversos impressos, o termo “Televisão” se mantinha. De acordo com Hosana dos Anjos (2019), há diferenças importantes a serem analisadas em relação à denominação da coluna e o conteúdo exposto.

Com relação ao título da coluna “Televisão”, torna-se relevante destacar que apesar de Simplício Mendes se apresentar como um conservador, sobretudo, da moral e dos bons costumes, o título “Televisão” lhe confere a imagem de pessoa moderna e atenta às mudanças tecnológicas da época, tendo em

vista que tal denominação de sua coluna é condicionada como um aspecto que chama atenção e desperta curiosidade (Anjos, 2019, p. 54).

De um lado, a defesa do tradicional e, por outro, a atenção pela modernidade, assim a coluna “Televisão” se articulou, antes e durante as eleições de 1962. A *Folha do Nordeste* ganhou destaque no jornalismo piauiense por suas características singulares de ataque a oposição, com o uso de charges e a forma de chegar em todas as camadas da população, mas foi por meio da coluna “Televisão – Canal 2” que o posicionamento político do impresso ficou mais evidente e se tornou fonte de estudos. Vale destacar que o protagonismo da coluna não se deu apenas durante as eleições, como será visto no tópico a seguir, com análises da escrita durante o ano de 1963.

### **Coluna “Televisão – Canal 2” em 1963: do conteúdo à repercussão**

A coluna “Televisão – Canal 2” era o espaço que Simplício de Sousa Mendes possuía dentro da *Folha do Nordeste*. Assim como nos demais periódicos em que escrevia, o professor construía discursos acerca da realidade política piauiense por meio do jornalismo. Simplício Mendes ganhou destaque no jornalismo político do Piauí devido suas críticas serem destinadas para a política partidária, algo que fazia com maestria e com toques de ideologia pessoal. Essa característica na escrita do intelectual se enquadra nas novas formatações de escrita jornalística que vinha surgindo na época. De acordo com Melo (1985), o surgimento da coluna nos periódicos brasileiros se deu pela necessidade e emergência de um jornalismo pessoal. Entre os diversos formatos de colunas jornalísticas, têm-se a chamada “coluna sobre bastidores da política”, que de acordo com o recorte de Anjos (2019), Melo (1985) explica que a coluna “possui como objetivo revelar os acontecimentos da esfera política, bem como de suas personalidades que o compõem”.

Segundo Anjos (2019), “um colunista, já reconhecido no cenário político tem a possibilidade de persuadir seu público através de argumentações fundamentadas e emissão de juízos de valor de forma ostensiva ou sutil”. Assim, trazendo esse trecho para o período analisado, em que Simplício Mendes ganhou destaque no jornalismo piauiense, é possível

compreender os resultados das eleições de 1962 e o crescimento de movimentos ideológicos no Piauí. Simplício de Sousa Mendes não endossou palavras na coluna “Televisão – Canal 2” para tratar sobre comunismo e políticos opositores, o que impulsionou a popularidade de um movimento, até então, não visto em solos piauienses, o anticomunismo.

Não obstante, através da coluna “Televisão”, de caráter opinativo e político, Simplício Mendes oferecia aos seus leitores representações de diferentes fatos ocorridos no Piauí e no Brasil. Não se limitava somente à descrição das ocorrências, mas emitia opiniões, ideologias pessoais e convicções sobre o que acreditava, sobretudo em relação ao cenário político local, articulações partidárias e lideranças governamentais do Piauí. Demonstrava todo o seu domínio sobre o direito e as leis que regiam os partidos políticos a fim de ajuizar o que estava ou não em consonância com a constituição e convicções pessoais (Anjos, 2019, p. 54).

Analisando os escritos do professor Simplício de Sousa Mendes, no jornal *Folha do Nordeste* de 1963, é possível visualizar a forma como a política do estado e do país era tratada, colocando ações, reformas e projetos sempre em um espaço de crítica e explicitando a aversão ao comunismo. Na edição do dia 25 de abril de 1963, Simplício Mendes coloca em pauta as reformas de base que vinham sendo discutidas no período, conhecidas por visar à reestruturação das instituições políticas, jurídicas e econômicas do país. Usando o título “Reformas pistoleiras”, o colunista desenvolveu uma matéria de opinião carregada de críticas e palavras de fúria, o que contribuiu com o olhar da sociedade para as propostas da reforma. Em um dos trechos, Simplício Mendes explica o que são as reformas de base, ou como ele mesmo denominou, as “reformas pistoleiras”. “Reformas pistoleiras são as reformas de bases. Por trás delas se colocam os esquerdistas-nacionalistas de todos os graus e posturas – como que jagunços fanáticos emboscados a alvejar o regime líbero-democrático, ao alcance das pontarias traiçoeiras e criminosas” (Mendes, 1963, p. 04). Além disso, direciona duras palavras aos políticos esquerdistas, que referencia como “os nossos esquerdistas extremistas não passam de gente verbalista, sem validade cultural, gente primária, destituída de ciência política [...]”. Logo abaixo é possível ler, em totalidade, a matéria em questão, escrita para a coluna “Televisão – Canal 2”.

Figura 1 – “Reformas pistoleiras”, por Simplício de Sousa Mendes



Fonte: Folha do Nordeste, Teresina, 25 abr. 1963.  
(Foto: Marylu Alves de Oliveira).

Uma das características da escrita de Simplício de Sousa Mendes, analisada na coluna “Televisão – Canal 2” é a presença, quase que diária, de pautar a política local e do país, não é à toa que se tornou um dos grandes nomes do jornalismo político no Piauí. Simplício Mendes possuía uma escrita política carregada de críticas e ideologias, uma marca registrada da coluna, o que fez com que o movimento conhecido como anticomunismo ganhasse força e notoriedade no estado. O colunista tinha uma verdadeira aversão a qualquer sinal de alteração/reforma, tudo que caminhasse ao contrário do tradicional era motivo de julgamento. Com isso, os políticos esquerdistas sempre ganhavam espaço na coluna de Simplício de Sousa Mendes, como é o caso de Chagas Rodrigues, que mesmo após derrotas, se fazia presente nos escritos do colunista. Na edição da *Folha do Nordeste* do dia 3 de julho de 1963, Simplício Mendes marca presença

na coluna “Televisão – Canal 2” com a matéria intitulada “Esquerdistas”, na qual cita, novamente, as reformas de base, mas dessa vez fazendo um paralelo com a reforma agrária, que como já apresentado no início deste relatório, era vista por Simplício Mendes, como uma verdadeira ameaça, o que demonstra a roupagem que o jornalista construía sobre o comunismo.

São anti-democráticos, antiamericanistas, anticapitalistas, mas são igualmente loucos por dinheiro e posições rendosas como Brizola e o ex-Chagas Rodrigues. São reformistas, reformas de bases compensadora e a base de negócios, tal qual aquela reforma agrária, cujas marmeladas dissecadas pelo destemido deputado João Calmon, tanto focalizou perante o País, a formação ética do ex-governador do Rio Grande do Sul (Mendes, 1963, p. 06).

É importante, mais uma vez, destacar que a coluna assinada por Simplício de Sousa Mendes se tornou um verdadeiro símbolo dos novos tempos, das tecnologias e das novas mídias comunicacionais. Do título ao modo de escrita, é possível perceber traços do que logo viriam a ser os principais meios de comunicação do Brasil e do mundo. A coluna jornalística do professor Simplício Mendes possuía outro considerável traço da modernidade, a publicação diária, o que, para a época, representava os primeiros passos das mudanças técnicas do jornalismo.

### **Considerações finais**

Este relatório, que se encontra em sua fase final, se ateu a analisar a atuação política de Simplício de Sousa Mendes em 1962, por meio da coluna “Televisão” e “Televisão – Canal 2”, de sua autoria. Para uma delimitação maior, toda a análise se dá através dos escritos expostos no jornal *Folha do Nordeste*, fundado por líderes políticos do PSD, responsável pela publicação da coluna “Televisão – Canal 2”, escrita por Simplício Mendes.

Foi possível observar que os discursos do colunista sempre estiveram acompanhados da política partidária e de ideais conservadores. A *Folha do Nordeste*, assim como a *Folha da Manhã*, cedeu espaços nos periódicos para que, durante as eleições de 1962, Simplício de Sousa Mendes expressasse todo o apoio aos partidos fundadores dos jornais e atacasse o partido opositor, o PTB. Nesse contexto, Chagas Rodrigues se encon-

trava em meio a renúncia do governo do Piauí para ir em busca da vitória nas eleições a senador e deputado.

Com o objetivo claro de desestruturar a campanha chaguista, Simplício Mendes iniciou um trabalho de traçar elementos e pontos que, de alguma forma, fragilizavam a figura do político. Dessa maneira, discursos contra o comunismo se tornaram uma das principais pautas do colunista, um trabalho não tão difícil, visto que a trajetória do profissional sempre foi marcada por escritos de ataques a projetos e políticos que fugissem do tradicional.

Nesse recorte temporal, entre 1960 e 1962, o jornalismo brasileiro vinha passando por algumas mudanças importantes. Com o intuito de construir escritas mais informativas e menos opinativas, as redações passaram por mudanças editoriais e estruturais. Em se tratando do jornalismo piauiense, essas modificações tardaram a serem instituídas, visto que em meio a uma corrida eleitoral, a maioria dos jornais que circulavam no estado, naquele momento, possuíam ligações diretas com líderes de partidos políticos.

Apesar das mudanças estarem chegando ao Piauí a passos lentos, traços de modernidade já começavam a ser visualizados nas estruturas dos periódicos. No caso da *Folha do Nordeste*, as publicações aconteciam “com transporte para o serviço de reportagem, de tiragem diária e funcionava em moldes modernos. Possuía ilustrações, além de desenhos gráficos e cômicos, como charges e caricaturas” (Lima, 2011, p. 105). Além disso, colunas importantes, como “Televisão – Canal 2”, assinada por Simplício de Sousa Mendes, possuíam título com referência direta às características desse novo tempo.

A coluna “Televisão”, que se tornou uma figura garantida nos jornais de partidos opositores ao PTB, carregava um nome que representava tecnologia e modernidade. O posicionamento do colunista propunha totalmente o oposto da sua titulação, Simplício Mendes divulgava análises políticas do Piauí, defendia a moralização social e fazia duras críticas aos partidos rivais e ao comunismo, todas essas análises eram acompanhadas de convicções e ideologias pessoais. Todo o posicionamento do colunista lhe rendeu importantes títulos, como o recebido pela redação do jornal *O Dia* de “soldado da democracia”, consequência do fortalecimento do movimento anticomunista no Piauí.

Assim, conclui-se que os ideais de Simplício de Sousa Mendes, construídos ao longo de sua trajetória, motivados por ciclos sociais e intelectuais, moldaram a atuação política do jornalista em meio à corrida eleitoral piauiense de 1962. Todos os discursos de ataque aos trabalhadores, comunistas e aos projetos do governo chaguista representavam aversão às ascensões sociais e a possibilidade do novo. De fato, a Coluna “Televisão – Canal 2” contribuiu com o protagonismo da *Folha do Nordeste* em meio às eleições de 1962, o que tornou o trabalho de análise e pesquisa do objeto de estudo ainda mais relevante.

## Referências

ANJOS, Hosana Tenório. **“Coluna televisão” e a prática discursiva de Simplício De Sousa Mendes no jornal Folha da Manhã (1958-1964)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-graduação em Comunicação – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governador Chagas Rodrigues (1952-1962)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Pernambuco, 2011.

MELO, José Marques de. **Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos! O processo eleitoral de 1958 no Piauí. **História e Culturas**, v. 7, n. 13, p. 40-69, 2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Que o sol brilhe para todos: ideário trabalhista no Piauí nas décadas de 1950 e 1960. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jun. 2013, Natal (RN). **Anais...** Natal (RN): ANPUH, 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-**

1964). 2016. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2016.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. O soldado da democracia: Simplício de Sousa Mendes e o anticomunismo no Piauí. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.quicksurf.com/search?hl=ptBR&gl=br&ei=06W6KgK4qRwgTwtYeICg&btnG=Pesquisar&q=O+Soldado+da+dmoracia % 3A+Simpl%C3%ADcio+de+Sousa+Mendes+e+o+anticomunismo+no+Pia%C3%AD.](http://www.quicksurf.com/search?hl=ptBR&gl=br&ei=06W6KgK4qRwgTwtYeICg&btnG=Pesquisar&q=O+Soldado+da+dmoracia+%3A+Simpl%C3%ADcio+de+Sousa+Mendes+e+o+anticomunismo+no+Pia%C3%AD.)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

# A FORMAÇÃO DE UMA CINEFILIA TERESINENSE: O CINE CLUBE TERESINENSE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES CINEMATOGRAFICAS (1965-1972)

*João Vitor de Carvalho Melo<sup>1</sup>*  
*Fábio Leonardo Castelo Branco Brito<sup>2</sup>*

## **Introdução**

No fim da primeira metade do século XX, as parcelas jovens das sociedades ocidentais assistiram o aumento da atenção destinada pelos projetos educacionais e pastorais da Igreja Católica sobre eles (Foracchi, 2018). À medida que o interesse de crianças e adolescentes pelas diversões secularizadas se avultava, crescia também a preocupação das autoridades cristãs em mantê-los disciplinados sob os dogmas da obediência e da castidade. Presenciando uma modificação comportamental onde os rapazes e, especialmente, as moças, conquistavam cada vez mais cedo a liberdade corporal e intelectual, matizada por correntes de pensamento progressistas, os estratos clericais buscaram desenvolver projetos de integração juvenil sob a tutela de padres ou de irmandades leigas, consolidando uma pedagogia das sociabilidades à luz dos paradigmas evangélicos.

---

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Assim, fez-se necessário encontrar as juventudes fora das missas e dos templos, adentrando em seus espaços de convívio extraeclesiais. Neste intento, não só as salas de cinema, mas também as festas e bailes seculares foram absorvidos pela Igreja como forma de ressignificação dos “modismos mundanos”, a fim de aplacar a curiosidade adolescente e reprimir o pecado inerente aos comportamentos modernos. Nesse sentido, o espírito da empreitada católica é pigmentado pela ideologia do ultramontanismo (Bastide, 1985, p. 50 apud Araújo, 2020, p. 14), movimento que propunha uma religião unificada através da obediência ao papa e cuja propaganda se operacionalizou em espaços sociais como a imprensa, o rádio, escolas geridas por ordens religiosas como a Companhia de Jesus e, de especial modo, os cineclubes, espaços de formação e debate fílmico vinculados à Igreja.

### **Cine Clube Teresinense: antecedentes e fundação**

Historicamente, o ambiente que possibilita a criação do Cine Clube Teresinense remete à entrega da administração do Colégio São Francisco de Sales aos cuidados da Companhia de Jesus. Fundada em 1906 como Colégio e Seminário Diocesano, a escola funcionou sob administração bispal por mais de cinquenta anos, sendo transferida por decreto arquidiocesano aos cuidados da ordem religiosa dos jesuítas de Salvador no ano de 1960. Formada pelos padres Carlos Bresciani, Moisés Fumagalli, Luciano Ciman e Luis Óboe, a delegação de sacerdotes baianos chega com o projeto de reestruturar o caráter pedagógico e funcional do Colégio Diocesano, empreendendo uma série de reformas na estrutura da instituição, indo desde a priorização da participação dos pais no processo de formação dos educandos, passando por investimentos técnicos e instrumentais, criação de laboratórios, oferecimento de momentos de lazer, incentivo às práticas esportivas e chegando, por fim, a uma educação artística diversificada (Silva, 2018, p. 47).

Inseridos em uma atmosfera renovadora, os professores da instituição também revisitaram seus métodos de ensino e passaram a adotar novos instrumentos de aprendizagem, como filmes e projetores, na forma de recursos pedagógicos que buscavam utilizar a cinematografia como aliada da Educação. Dentre os funcionários que faziam uso desse novo modelo

de aula, destaca-se Maria Cecília da Costa Araújo, docente da disciplina de francês, empregando o audiovisual como material didático já no ano de 1961 (Silva, 2018, p. 49). A partir dessa experiência, as análises e os debates em torno das películas apresentadas pela professora suscitaram o interesse quase holístico dos alunos pela filmografia, despertando a “curiosidade de aprender mais sobre esta arte” (Silva, 2018, p. 50).

Observando os anseios dos alunos, o Grêmio Dom Avelar sugere que a direção do Colégio São Francisco de Sales ofereça um curso sobre a prática cinematográfica que permitisse um encontro maior entre a juventude estudantil e os processos de confecção de uma película, além de possibilitar a constituição de um espaço de diálogo e discussão sobre o universo do cinema. A proposta, que contou com apoio de considerável parte do alunato, foi aceita e se iniciou sob orientação do Pe. Moisés Fumagalli, vice-diretor do Diocesano à época e figura central do CCT em seus primeiros passos. O projeto, que recebera o nome de *Curso de Orientação Cinematográfica* dividia seu conteúdo em quatro momentos, sendo, respectivamente, o primeiro intitulado *Como se faz um filme*, seguido por *Gramática cinematográfica*, *História do cinema* enquanto terceira parte e, por fim, *Crítica de cinema*, reunidos em uma apostila entregue a cada cursista (Silva, 2018, p. 50). Acerca do decorrer do primeiro *Curso de Orientação Cinematográfica*, Arlene Maria Ribeiro Silva assevera que:

[...] Esse estudo teve início em abril de 1962 e durou até novembro do mesmo ano. Inicialmente, foi pensado para os alunos do Colégio Diocesano, mas o convite foi estendido a todas as escolas da capital piauiense. As reuniões aconteciam aos sábados. Foram inscritas 120 pessoas, mas somente 40 tiveram o direito de receber o certificado do curso. Para organizar o curso, o grêmio escolar contou com o patrocínio da Inspetoria Seccional e Secretaria Estadual de Educação do Piauí. Tinham acesso à formação gratuita os alunos a partir da 4ª série ginásial (hoje, 9º Ano do Ensino Fundamental) (Silva, 2018, p. 47).

Repleto de jovens de várias idades, o curso resultou em fins do ano de 1962 na criação do Cine Clube Teresinense, um espaço voltado para a reprodução de filmes, a reflexão cinefílica e a produção de películas, conduzido pelo Pe. Moisés Fumagalli e, posteriormente, pelo diretor do colégio, Pe. Carlos Bresciani. Lavrada em cartório em 27 de novembro

de 1962 (Tribuna Cinematográfica, 1965) o CCT nasce como instituição jurídica de utilidade pública, em concordância com a Lei Municipal n.º 903, de 19 de fevereiro 1963, e a Lei Estadual n.º 2416, de 06 de abril 1963 (Silva, 2018, p. 52-53), com endereço de funcionamento no interior do espaço do Colégio Diocesano. A partir de sua fundação, o Cine Clube Teresinense se consolidaria como um dos mais importantes meios de propagação e de criação de cinema na capital do Piauí, congregando o compartilhamento do conhecimento da cinematografia e o florescimento de novas subjetividades entre seus integrantes durante seus 28 anos de existência.

Representante de um projeto de dimensões mundiais, o Cine Clube Teresinense surge como resultado da necessidade de se pensar um cinema que compartilharia com seus espectadores os valores da reta formação dos adeptos do catolicismo, tal como os costumes de pudor, o resguardo do corpo, a caridade e o respeito à doutrina e aos ritos dessa crença. Buscando consolidar seu ideal de cinema, o CCT tencionou fundamentar um cinema de arte, sendo os filmes obras de valor artístico considerável e que deveriam, portanto, ser resguardados da efemeridade da cultura dita moderna. No que se refere ao seu funcionamento, as diretrizes estatutárias do CCT estabelecem suas atribuições como sendo:

- A) Analisar estética, filosófica, espiritual e eticamente a produção cinematográfica antiga e moderna à luz dos princípios da Filosofia e Teologia Católicas.
- B) Estudar objetivamente os diversos aspectos da cinematografia, tais como: teoria e técnica do filme, estética e gramática cinematográfica, ética e história do Cinema.
- C) Defender o Cinema como Arte de manifestação cultural.
- D) Aplicar o Cinema como Arma de cultura e educação popular, como força plasmadora de opinião pública e costumes populares (Silva, 2018, p. 64).

A ideologia acerca da natureza do cinema propagada pelo CCT era a de que o cinema correspondia a uma arte durável<sup>3</sup> e repleta de significados e sentidos, fundamental na formação reta dos homens. Educar pelo cinema, portanto, representaria uma *estratégia* através da qual os sacerdotes católicos inculcariam as práticas do bem viver cristão nas parcelas jovens

3. Associa-se, aqui, a noção de durabilidade com o conceito de *perfecto e affecto*, proposto pelo filósofo francês Gilles Deleuze e pelo psicanalista Félix Guattari para indicar “um conjunto de sensações e percepções que vai além daquele que a sente” (Deleuze; Guattari, 1992).

da sociedade, fase da vida onde “[...] o senso moral está em formação, [é] quando se desenvolvem as noções e os sentimentos de justiça e de retidão, dos deveres e das obrigações, do ideal da vida [...]” (Certeau, 1994). Na edição do dia 7 de setembro de 1965, uma matéria veiculada pelos cineclubistas no jornal *O Dia* ratifica o projeto de cooptação do cinema como meio de educação, destacando que

Em nossos dias o cinema começa a constituir um marco de desenvolvimento tanto na parte recreativa como na parte moral, e também no setor educacional, Pois bem, era justamente o desejo do povo, desejo este que está se concretizando pois, o cinema, além de nos divertir, muito nos ensina e educa; no entanto dizem que Só tende o cinema prejudicar à humanidade. Não. Estas são palavras de demagogos hipócritas que só sabem falar e criticar, porém realizar ou analisar alguma coisa, nada sabem. Vamos lá. Há de fato, filmes indignos de nossos aplausos, pois como sabemos, em nossos dias nada existe de perfeito, e há sempre algo que vem a contradizer as boas regras cinematográficas e os bons elogios dados às películas. Mas amigo, o cinema tem também o seu lado bom. E o lado bom do cinema é superior ao lado mau. E isto acontece, porque ainda existem as boas produções e os bons diretores, trabalhando incansavelmente para o progresso artístico e educacional do cenário cinematográfico (Juscelino; Lima, 1965).

No sentido de cristalizar o cinema enquanto alta cultura, essas diretrizes comungavam com a tentativa religiosa de postular a missão e os deveres de um bom cinema, propostos pela Cúria Romana através das encíclicas *Vigilanti Cura* (1936) e *Miranda Prorsus* (1957), ferramentas de sistematização do pensamento católico sobre o cinema na primeira metade do século XX e de exortação do clero e da sociedade civil para o despertar de projetos que “purificassem” os meios de comunicação em massa. Orientados por um espírito educador, o Cine Clube Teresinense plasmou uma série de projetos educativos a fim de tornar concreta uma cultura cinematográfica à luz da ideia do filme como arte, propagando a ideia de um cinema universal, amparado em princípios religiosos.

### **Cine Clube Teresinense: entre diálogos e missões**

Ao longo de sua história, o clube promoveu, para além da oferta de

curiosos e oficinas anuais sobre o manejo dos aparelhos de gravação e as noções gerais da lide cinematográfica, atividades voltadas para a comunidade teresinense, a exemplo da realização de projeções em bairros periféricos e em cidades vizinhas e a produção de conteúdo para a circulação em outros meios de comunicação locais como a coluna *Comentando Cinema*, operante durante a década de 1960 no jornal *O Dia*, e de programas que iam ao ar na grade dominical de estações de rádios, a exemplo do *Tribuna Cinematográfica*, da Rádio Clube de Teresina (Silva, 2018).

No âmbito de construção do *Comentando Cinema*, os cinéfilos discutiam sobre diversas temáticas acerca da seara do cinema, a exemplo da edição de 15 de setembro de 1965 que apresenta um artigo explicativo sobre a relação entre cinema e juventude, apontando que a importância de uma educação cinematográfica para que os jovens consigam repudiar cenas e filmes inadequados ao seu crescimento pessoal (Juscelino; Lima, 1965). Esta prática redatora possibilitaria a instrução do homem comum sobre os ditames da produção, da execução e da reprodução dos roteiros, convertendo-os em uma linguagem fácil e acessível para os leigos frente à aparente complexidade do macrocosmo de uma produção fílmica.

A escrita dos materiais veiculados pela radiofonia e pela imprensa foi realizada a partir do consumo da literatura presente na biblioteca do Cine Clube Teresinense, prevista no Artigo “4º: E” do estatuto do CCT, que permitiu que os cursistas se munissem de fontes e bases teóricas sobre a temática da cinematografia, possibilitando o desenvolvimento de textos, pequenos artigos e informativos, com fundamentação robusta, sobre o cenário cinematográfico de Teresina e do mundo. Conforme calcula Rosa Edite Rocha, esse acervo contava com:

[...] um número razoável de livros, dicionários, um FilmLéxico em vários volumes, e também várias revistas como Cine e Cultura, Guia de Filmes. O Padre Carlos Brescianni mantinha ainda nessa biblioteca arquivados em grandes fichários matérias, críticas e demais informações e notícias para leitura dos associados durante as reuniões (Rocha, 2011, p. 105).

Debruçando-se sobre o conteúdo hemerográfico que vinha dos cineclubistas, nota-se a abordagem de um grande número de temáticas, indo desde notícias sobre a Jornada Nacional de Cineclubes até comentários sobre a relação do cinema com a infância. Nesse sentido, a seção *Comen-*

*tando Cinema* possibilitava a seus redatores compartilharem um cinema que adentrara não só no universo lúdico, mas, também, na própria vivência das práticas cotidianas e da socialização como um todo. Em alguns casos, as publicações da coluna do *O Dia* apresentavam-se enquanto análises profundas do cinema, permitindo inferir que havia a intenção de construir certa criticidade nos leitores, ensejando o interesse de que estes se convertessem em indivíduos que vislumbravam a filmografia menos como um lazer comum e mais como um campo de apreciação e análise.

O formato impresso da atividade cineclubista, dessarte, fora fundamental não somente de forma isolada, mas, também, em diálogo com os outros programas coordenados pelo CCT. Salienta-se o auxílio deste para os episódios que iam ao ar através da Rádio Pioneira, especialmente no que se refere ao diálogo e o retorno das questões dos ouvintes. Sobre isso, comenta Arlene Silva que:

A programação da rádio despertava bastante interesse nos ouvintes e estes enviavam cartas para o programa do CCT com dúvidas, curiosidades da vida de artistas e filmes, bem como questões mais amplas sobre cinema. Algumas dessas questões eram respondidas na coluna “Comentando Cinema”, do jornal *O Dia*, organizada pelos membros desse clube de cinema (Silva, 2018, p. 86).

Em suma, desde sua criação, o Cine Clube Teresinense pretendeu formatar toda uma rede de dispositivos que auxiliassem seus sócios na propagação do ideal de um cinema artístico. O *Comentando Cinema* foi, nesse contexto, um dos mais importantes meios de conformação ideológica, expandindo a educação cristã pelo e para o cinema. Imerso em uma época onde a Igreja Católica buscava resguardar seu rebanho de fiéis dos males da modernidade, o CCT condensou o espírito eclesiástico sob o semblante de um bom cinema, responsável por evoluir moral e intelectualmente aqueles que ingressassem no escuro pretensamente pecaminoso das salas de projeção que se encontravam em Teresina. Exemplo disso é a distinção feita pela edição de 22 de outubro 1965 do jornal *O Dia*, que apresentava um artigo dos cineclubistas sobre as distinções entre o “espectador consciente” e o “espectador inconsciente”:

I - ESPECTADOR CONSCIENTE – É aquele que vai ao cinema, para adquirir maior conhecimento sôbre a Sétima Arte, localizando o filme ou

criticando, procurando os pontos positivos e os pontos negativos do filme, dando assim sua contribuição para boas exposições. O espectador antes de ir ver o espetáculo cinematográfico deve colher um pouco de informação: agindo dessa maneira podemos perguntar se vale apenas termos estas informações a respeito do filme que se vai assistir. [...]

II – ESPECTADOR INCONSCIENTE – Este tipo de espectador é aquele que vai a cinema, não com o desejo de colher conhecimento cinematográfico mas como meio de diversão da moda ou simplesmente como passatempo. Não notando que procedendo deste modo está contribuindo para exposições, ou seja o cinema como indústria e não como uma obra de arte. Por isso, é que devemos refletir sobre o valor moral que o filme nos focaliza que devemos tirar a mensagem que nos é apresentada através do filme (Jornal O Dia, 1965).

Deste modo, estava presente o pensamento cristão fundador do espaço cineclubista que buscava tornar o cinema uma arte que sobrevivesse ao tempo e que suscitasse sentimentos austeros e atenções diletas aos significados contidos em cada cena. Esta dimensão, no entanto, nem sempre era tão explícita e dependia, também, de quem se posicionava frente à redação das matérias. Ao investigar a sequência de publicação das edições do *Comentando Cinema*, é possível notar o revezamento e a coparticipação de autores. Ao passo que na edição de 7 de setembro 1965 os autores são Frutuoso Juscelino e a “Equipe do Cine Clube Teresinense”, que debatem sobre as interlocuções entre cinema e educação, o número de 25 de agosto 1966, por sua vez, contém a autoria da dupla Climério Lima e Gilberto Pinto, abordando o neorealismo no cinema. Há, ainda, edições, como a de 26 de março de 1967, onde a autoria é solo, creditada a A.L.S. Brito, membro do CCT. Entre os intervalos das edições escolhidas para análise, essa dinâmica de alternância dos autores também se verifica, permitindo inferir que os sócios do Cine Clube Teresinense compartilhavam funções e atividades, sendo patente o caráter de cooperação entre eles.

Tal dimensão repercute no ambiente interno do CCT, no qual as produções eram realizadas por equipes cujos participantes dialogavam entre si (Linhares, 2021). Nesse sentido, a dissertação de Arlene Silva permite asseverar essa perspectiva ao relatar o trajeto de preparação das matérias e pautas que iam ao ar no programa mantido pelos cineclubistas na Rádio Pioneira:

[...] o conteúdo que ia ao ar na rádio Pioneira era resultado de um trabalho minucioso de estudo em revistas, livros e jornais sobre o universo do cinema adquiridos pelo Colégio Diocesano e disponibilizados na biblioteca aos sócios do cineclubes. A partir dos cursos, palestras, estudos, debates e trocas, os responsáveis pela programação elaboravam o roteiro a ser seguido pelos locutores do programa, o qual continha críticas cinematográficas; divulgação de músicas de filmes, de curiosidades sobre o cinema e a vida de artistas, das sessões dos cinemas locais, assim como a indicação moral dos filmes (Silva, 2018, p. 83).

Além dos mecanismos de comunicação em massa, a ação coletiva e o trabalho de preparação teórica e documental minuciosa também se mostravam presentes em outros projetos coordenados pelos sócios do Cine Clube Teresinense, como a organização das sessões do *Cinema de Arte*, circuito de exibição de filmes no Cine Royal, uma das salas de cinema mais importantes da capital piauiense durante os anos sessenta, mantido sob responsabilidade dos cineclubistas. Para o *Cinema de Arte*, o coletivo do CCT “elabora[va] a crítica cinematográfica e a ficha técnica para ser distribuída aos participantes durante a sessão, com especificidades como: estrutura narrativa, estrutura expressiva, avaliação moral, cotação, opinião [...]” (Silva, 2018, p. 87).

Nesse sentido, depreende-se que, além de formar uma juventude cinéfila que buscava divulgar o conhecimento da “sétima arte” para outros grupos de Teresina e de suas regiões periféricas, o CCT concedia um cenário favorável à criação de pesquisadores do cinema. Essa dimensão não se restringiu à produção de material referente ao universo hemerográfico, demonstrando sua presença, ademais, no campo da confecção de apostilas e, até mesmo, na reedição de livros estrangeiros para o português, a exemplo da tradução empreendida pelo Pe. Moisés Fumagalli, posteriormente publicada pelo selo da Editora Loyola, do livro *Leitura Estrutural do Filme*, escrito por Nazareno Taddei (Rocha, 2011).

Nesse sentido, o depoimento do padre Carlos Bresciani, concedido a uma revista local, ratifica o cineclubes como um local voltado para a educação cinematográfica, reduto onde se ensejava suscitar:

[...] formação cultural do espectador a fim de tirá-lo de sua passividade na sala de cinema, e assim, torná-lo mais consciente, capaz de analisar um filme sob os mais diversos aspectos, julgá-lo e, enfim, aproveitá-lo

positivamente; formação psicológica e moral específica para o cinema; formação de uma consciência pessoal em relação ao cinema, isto é, para que a pessoa não vá ao cinema por hábito, vício ou rotina, mas escolha conscientemente, não deixe que o cinema o domine, mas que ele domine o cinema e o use para o seu bem: integração desta tomada de consciência pessoal com todos os outros; muitas pessoas falam de cinema, de sua força incrível em formar mentalidades e hábitos, dos problemas que ele suscita, mas nem sempre há uma consciência coletiva correta neste campo (Bresciani, 1978, p. 01 apud Rocha, 2011, p. 101-102).

A busca pela formação de hábitos<sup>4</sup> de recepção dos materiais fílmicos e a ânsia pelo surgimento de uma consciência nos frequentadores das sessões organizadas pelo CCT levaram a entidade a criar redes de expansão de seus projetos para outras áreas de Teresina e do estado, além de formar linhas de diálogo com outros cineclubes nacionais e internacionais. Conforme apresentado em seu estatuto, o Cine Clube Teresinense estava vinculado a instituições como a Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, Federação Norte-Nordeste de Cineclubes (FNCC), Conselho Nacional de Cineclubes e às entidades interamericana e internacional que formam a União Mundial dos Cineclubes (Silva, 2018, p. 53), chegando, inclusive, a participar de muitas Jornadas Nacionais de Cineclubes, como em Porto Alegre (1963), São Paulo (1974), Paraíba (1977) e novamente no Rio Grande do Sul, já em 1978 (Rocha, 2011, p. 104).

Tal conjuntura permitia que o Cine Clube conseguisse apoio moral e material para a continuação de suas atividades, especialmente no que concerne à obtenção de películas para exibição, pois estas, mesmo sendo a matéria-base da instituição, eram difíceis de obter. Segundo João Batista Nobre Linhares, ex-frequentador do CCT, os filmes que o clube de cinema tinha acesso eram originários de doações de entidades públicas, como embaixadas, ou emprestados de acervos privados de outros cineclubes (Linhares, 2021). De acordo com os relatos dos componentes da associação de cinema teresinense, os longas-metragens que chegavam ao Diocesano apresentavam temas e nacionalidades variadas e foram usados em atividades realizadas fora dos circuitos mais corriqueiros de atuação do CCT, encontrando lugar em atividades desenvolvidas em outros espaços como bairros periféricos, universidades, penitenciárias e cidades

---

4. Para ampliação deste debate, ver Silva (2018).

vizinhas como União, Amarante, Demerval Lobão e Palmeirais (Silva, 2018, p. 21).

De modo geral, os projetos desenvolvidos pelo Cine Clube foram importantes para a criação de uma cultura fílmica em Teresina, pedagogizando os frequentadores assíduos do cinema sobre os modos de melhor aproveitar a experiência das fitas. O movimento cineclubista foi peça fundamental para o despertar de uma nova visão sobre o cinema entre os sujeitos que ele alcançava: um exemplo seria a entrevista concedida à Rosa Edite Rocha, quando da construção de sua dissertação, por um ex-integrante, afirmando que:

O cineclube foi importante pra todos nós que sonhávamos com a arte de fazer filme e ainda por conta dessa formação que o Cineclube nos proporcionava na época. Era simples, mas muito importante para nós que não tínhamos contato com produção cinematográfica. Lá, nós ficamos sabendo que cinema não se faz de qualquer jeito, entendemos o que era plano, contra-plano, quando e como usar cada um desses vários planos (Sales, 2010, [meio digital] apud Rocha, 2011, p. 102).

Assim, destaca-se que o CCT foi ferramenta importante para cristalizar um modelo singular de cinema no seio da juventude piauiense, parcela que por quase três décadas fora ao caudal dos sócios do clube católico. O ensino dos elementos técnicos da construção de uma película ofertara a instrumentalização das vontades de imagem que muitos jovens teresinenses, solitários ou congregados em coletivos de produção cinematográfica, geraram a partir do contato com as salas de projeção locais. A presença desses outros grupos favoreceu a continuação das atividades do CCT, bem como serviu de alavanca para novos capítulos do cinema piauiense. Cada qual a seu modo, estes novos sujeitos, herdeiros das potencialidades que o cineclubista permitia surgir, abraçaram o ideal artístico do cinema e as utilizaram como arma de expressão e invenção de mundos.

### **Considerações finais**

Em síntese, o Cine Clube Teresinense, ainda que resguardado enquanto instituição pelos muros do Colégio São Francisco de Sales, permitiu que o cinema alcançasse uma miríade de novos sujeitos, sejam de

origem mais humilde ou de berços mais abastados. Se o Cine Clube fora tributário do mundo que o encerrava, sua trajetória e as produções que nele encontraram berço são um *afecto* por excelência, desprendendo-se de seus criadores e tornando-se atemporais. Sua evolução se apresenta enquanto atestado de um tempo de novidades, onde a juventude, em especial, ousou aliar o interesse e a técnica em busca de pôr no mundo o atestado de seu tempo, aquele que eles próprios criaram. Mais de 30 anos depois de seu encerramento, o Cine Clube Teresinense continua vivo nas memórias dos que acolhera, sendo peça fundamental na vida de quem sentiu, ao máximo possível, as experiências que o espaço do Colégio Diocesano permitiu florir.

## Referências

### Bibliografia

BRECIANI, Carlos. **Depoimento publicado na revista Presença, órgão da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Piauí**, Teresina, ano VII, n.º 14, jan/jun 1985.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **História, sentido e acontecimento**: narrativas. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (Org.); CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Org.). **História, catolicismo e educação**. Teresina: EDUFPI, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**:1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

FIGUEIREDO, Haroldo Moraes de. **VIGILANTI CURA**: uma educação cinematográfica nos colégios católicos de Pernambuco na década de 1950. Recife: 2012.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2018.

JUSCELINO, Frutuoso; LIMA, Climério. Cinema e Educação. **O Dia**, 7 de setembro de 1965.

JUSCELINO, Frutuoso; LIMA, Climério. Cinema e Juventude. **O Dia**, 15 de setembro de 1965.

ROCHA, Rosa Edite da Silveira. **Narrativas Audiovisuais no Piauí: Cultura e Sociedade na Linguagem do Cinema**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

SILVA, Arlene Maria Ribeiro. **Memórias de cinema e processos de formação: a trajetória do Cine Clube Teresinense**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

### **Entrevistas**

LINHARES, João Batista Nobre. Entrevista realizada por João Vitor de Carvalho Melo em 27/07/2021, em Teresina, Piauí.

# OUSADIA PARA ENFRENTAR O REAL: MULHERES DESLOCANDO FRONTEIRAS NA DIREÇÃO DE OUTRAS IDENTIDADES DE SABER E PODER

*Luciana Farias de Araújo Andrade<sup>1</sup>*  
*Francisco de Assis de Sousa Nascimento<sup>2</sup>*

Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública – são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho. Penso que é muito bom e importante discuti-los e defini-los, pois só assim é possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas, além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente. [...] Vocês ganharam quartos próprios na casa que até agora era só dos homens. Podem, embora com muito trabalho e esforço, pagar o aluguel. [...], mas essa liberdade é só o começo; o quarto é de vocês, mas ainda está vazio. Precisa ser mobiliado, precisa ser decorado, precisa ser dividido. Como vocês vão mobiliar, como vocês vão decorar? Com quem vão dividi-lo, e em que termos? São perguntas, penso eu, da maior importância e interesse. Pela primeira vez na história, vocês podem fazer essas perguntas; pela primeira vez, podem decidir quais serão as respostas (Woolf, 2012, p. 18).

---

1. Professora do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI).

2. Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Departamento de História do Brasil (PPGHB/UFPI).

Este capítulo apresenta, de forma parcial, o desenvolvimento de uma pesquisa que objetiva analisar as disputas de saber e poder a partir das trajetórias de mulheres docentes da Escola Técnica Federal do Piauí ao Instituto Federal – Campus Teresina Central (1970-2000). Como sujeito central desta análise, temos a trajetória de uma professora que, em 113 anos de existência dessa instituição, foi a única mulher a exercer o cargo de Direção-Geral com expressivo período de duração da sua gestão. Corrobora a ideia de Francisco Nascimento ao ampliar o olhar para a pesquisa histórica de múltiplas e diferentes formas enquanto experiência social, “visando buscar o sujeito social não como um ser solitário, resultante de um modelo racional fragmentado [...], mas sim um sujeito que desempenha um papel não de forma isolada, como se não ocorressem inter-relações humanas, já que não existem processos sociais automáticos e imutáveis” (Nascimento, 2015, p. 24-25).

Como fonte, serão analisados dois livros de memórias da instituição intitulados *Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – 90 anos de Ensino Profissionalizante* e *100 Fatos de uma escola centenária – 1909-2009*, considerando a perspectiva de Durval Muniz, oferecendo aos documentos estatuto de sujeitos, colocando-os para efetivamente falar, pensar, discutir, refletir sobre a sua própria condição de documento e de arquivo sobre as operações técnicas e políticas que assim os constituem e instituem e sobre as relações tensas, complexas e estratégicas que estabelecem com os sujeitos (Albuquerque Júnior, 2013, p. 9).

Procuramos responder neste capítulo algumas questões como: quem é essa mulher docente? Como chegou a ocupar esse cargo de poder? Outras mulheres participaram da gestão?

A reflexão inicial desse cenário nos possibilita compreender o processo sócio-histórico de composição e organização dessa instituição de educação profissional, e o que possa ter provocado a ausência, ou a baixa presença das mulheres, ou mesmo a manutenção de saberes e lugares de poder preservados e reservados para serem ocupados por homens, sendo possível traçar uma rota de compreensão do engendramento desse processo.

Ante a urgência colocada de maior representação de mulheres em cargos de poder na esfera pública é que se faz necessário refletir em sua historicidade esse cenário de pouca presença feminina na ocupação de cargos de poder em instituições públicas mais tradicionais que compõe a

estrutura de organização do Estado brasileiro, como é o caso da instituição em análise nesse estudo. Ainda que as mulheres tenham acessado a educação formal tardiamente, foi possível a superação das desigualdades educacionais de gênero,<sup>3</sup> pois as mulheres representam a maior parcela do serviço público brasileiro.<sup>4</sup>

Entretanto, a segregação ainda persiste. Mesmo com o advento de ingresso na administração pública por concurso e a existência de critérios impessoais de progressão nas carreiras, não há impedimento em relação à desigualdade de gênero na ocupação de espaços de poder nesse setor. O acesso de mulheres e homens a áreas mais valorizadas ainda é bastante desigual, com as mulheres ocupando cargos considerados caracteristicamente femininos e de menor remuneração. Diante disso, é preciso desenvolver um olhar reflexivo sobre as práticas e concepções tradicionais existentes, como possibilidades de alargar as oportunidades do contingente feminino que, historicamente, se constituiu nos espaços privados, mas que transitou para o setor público, embora ainda hoje encontre as portas entreabertas.

O histórico limitador das mulheres no espaço público está fundado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restringindo sua participação aos espaços privados, à “natureza”, ao cuidar e procriar. Tal concepção de ciência hegemônica, que tem por sujeito o homem, branco, burguês, de países desenvolvidos, ou mesmo em “desenvolvimento”, considerando a especificidade acadêmica em nosso país e as diferenças de gênero existentes, construiu uma historiografia sem mulheres e sem a presença destas, estando as experiências femininas e sua participação na produção do conhecimento ainda na invisibilidade.

No tocante à história, as mulheres buscaram um novo rumo, de forma a modificar tanto seu objeto quanto o ponto de vista inicial, tal como observa Michelle Perrot ao sustentar que:

---

3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1961 garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, possibilitando para as mulheres que faziam magistério disputar os vestibulares. A partir daí, as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar em uma universidade e foi nos anos de 1970 que começou a reversão do que chamamos de hiato de gênero no ensino superior. “Hiato de gênero” ou “*gender gap*” é um conceito que explica as diferenças sistemáticas nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres (Beltrão; Alves, 2009, p. 125 e 130).

4. Dados levantados pela República.org, com base na RAIS de 2021, apontam que as funcionárias públicas mulheres predominam em praticamente todos os níveis e esferas governamentais (<https://republica.org/maioria-no-servico-publico-civil-mulheres-ganham-25-a-menos-que-homens/>).

[...] partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança (Perrot, 2007, p. 16).

Para Michelle Perrot, em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, mas elas vêm rompendo com esses padrões. De fato, as mulheres têm buscado maciçamente sua inserção nos espaços públicos e, não obstante, “têm reivindicado cada vez mais seus direitos de cidadania e aberto novas formas e espaços de lutas” (Rago, 2003, p. 7). Daí a relevância de se visibilizar essas mulheres, conhecer sua história, falar de suas experiências, seus desafios e mudanças sociais ocorridas.

Ao analisar a trajetória da “presença feminina” a partir da investigação em uma instituição pública de educação profissional, faz-se necessário um breve recuo para melhor compreensão deste *locus* que surge como a Escola de Aprendiz Artífices (1909), instituída a partir de uma decisão do governo federal, criando uma escola em cada estado da federação, com interesses políticos, econômicos e sociais. Hoje, o local é estabelecido como Instituto Federal – Campus Teresina Central. É possível que tal análise nos aponte algumas chaves de entendimento para um cenário constante de dificuldades encontradas pelas mulheres para ingressar, permanecer e disputar postos elevados de saber e poder nas instituições públicas, a exemplo da instituição de educação profissional analisada.

## **A constituição de um campo de saber e poder generificado**

A educação profissional,<sup>5</sup> no Brasil, surgiu com a implantação da República e como estratégia do governo federal para propagação dos princípios governamentais. A República como novo regime precisava ser vista por todos como um sistema de virtude homogeneizador das diferenças e,

---

5. Uma das primeiras iniciativas de regulamentação da educação profissional no Brasil data de 1809, através de Decreto do Príncipe Regente, que criava o “Colégio das Fábricas”, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil [...] Começa-se, então, a preocupação em oferecer um ensino que formasse mão de obra para executar serviços e produtos necessários à sociedade da época (Fonseca, 1986).

por isso, o único regime de governo capaz de conferir igualdade política entre os cidadãos, oferecendo a possibilidade de ascensão para altos cargos públicos ou mesmo transformando-os em donos de indústria, até mesmo os de origem modesta (Nunes, 2000).

Segundo Clarice Nunes, a justificativa do Estado brasileiro, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto n.º 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha<sup>6</sup> para a criação de um conjunto de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, mencionava a necessidade de prover os “filhos dos desfavorecidos de fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual”, isto é, prover as classes proletárias de meios que garantissem a sobrevivência, assim como levá-las a “adquirir hábitos de trabalho profícuo” que as afastassem “da ociosidade escola do vício e do crime” conforme o Decreto n.º 7569/09, ficando explícito o propósito de disciplinar,<sup>7</sup> controlar e impedir insurreições populares na época (Nunes, 2000, pp. 371-398). Aí está o embrião da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída na Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No Piauí, a primeira Escola de Educação Profissional Federal foi instalada oficialmente na capital Teresina, em janeiro de 1910, num imóvel particular. Tratava-se de um casarão situado na Rua Paissandu n.º 81, esquina da Praça Aquidabã, hoje Praça Pedro II. Diante do exposto, percebe-se que a escola se constitui com base em princípios que norteavam a sociedade em relação às questões de gênero<sup>8</sup> e classe. Nesse sentido, indaga-se onde estavam as mulheres ou mesmo as “filhas” das famílias pobres nesse contexto, já que não existia impedimento legal para o ingresso destas na escola de educação profissional. Nos textos de nossas constituições federais, desde a de 1891, que apresenta no art. 72, § 2º que “todos são

---

6. Nilo Peçanha, quando exerceu a função de chanceler em 1918, deu reconhecimento à primeira ocupação de um cargo público através de concurso no Itamaraty a Maria José de Castro Rebello Mendes como diplomata, reconhecida como primeira mulher a exercer um cargo público. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60961480>. Acesso em: 03 mar. 2024.

7. Para Foucault (2010), essa disciplina atuante sobre o indivíduo se fixava de diferentes maneiras através dos espaços e de técnicas adestrativas. A escola, hospital e quartel tornaram-se organizações sociais essenciais na formação e definição desses sujeitos manejáveis. A escola, segundo Foucault (2010), transformou-se no meio mais eficaz desse controle que se exerce não só sobre o corpo, mas sobre o olhar, movimentos e a própria consciência.

8. Entendendo que a construção social das relações de gênero não se refere apenas “as ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e tudo que constitui as relações sociais” (Scott, 1995, p. 115).

iguais perante a lei”, atravessando pela de 1967, art. 153, § 1º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas [...]”; mesmo com todas essas garantias, não se admitiam mulheres como alunas na Escola de Aprendizes Artífices.

Segundo Castelo Branco, a educação profissional em Teresina, ofertada para as mulheres nesse período, esteve concentrada na Escola Normal Livre, fundada em 1909, e tinha como objetivo principal preparar mulheres para serem futuras professoras primárias. Nesse cenário, a educação profissional era um privilégio dado às mulheres da “elite” que, ao concluírem seus estudos, estavam aptas a assumirem novos papéis na sociedade, afastando-se do espaço doméstico. Essas mulheres seriam professoras primárias e, mesmo com baixos salários, havia uma compensação, pois o mundo do trabalho começava a apresentar-se como uma realidade possível para as mulheres da elite e de classe média, que passam a ocupar não só cargos de professora, mas também funções em repartições públicas (Castelo Branco, 2005).

É possível que esse contexto justifique a presença feminina no primeiro corpo docente da escola. A participação da Sra. Márcia Cruz Rios como professora de “primeiras letras” reflete os papéis sociais reservados as mulheres, mas também demonstra certo exercício de poder ao desenvolver uma atividade “feminina” em uma escola marcada pelo gênero masculino, tanto no âmbito da administração como da docência e do público para qual se destinava (Andrade, 2015; Rêgo; Rodrigues, 2009). Cabe destacar na trajetória dessa mulher a sua formação superior,<sup>9</sup> “em pleno início de século XX, onde esta formação era considerada um atributo masculino, esses casos cogitam o fato de que havia famílias para os quais a diferença de gênero não era um dado importante na formação escolar dos filhos e filhas” (Cardoso, 2010).

Percebe-se como a organização da instituição de ensino em análise se estrutura de forma a não ampliar a participação das mulheres pobres da capital Teresina<sup>10</sup> para que pudessem acessar esse espaço de formação no

9. Conforme dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz referência à doutora Márcia Cruz Rios com formação em Odontologia, e sua atuação como professora da Escola de Aprendizes e Artífices em 1913 (Cardoso, 2010).

10. Diferentemente das mulheres de elite, as mulheres “pobres” eram excluídas do processo educacional, em especial, da qualificação profissional, mas o trabalho sempre esteve presente na realidade destas, como fiandeiras, criadas, lavadeiras, carregadoras de água, comércio ambulante, vendendo jornais; como não tinham condições de acesso à educação formal,

saber técnico. De acordo com o Decreto n. 7.566/2009:

Art.8º - Haverá em cada Escola de Aprendizizes Artífices dois cursos noturnos: primário, obrigatório para alunos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório para alunos que carecem dessa disciplina para o exercício satisfatório que aprenderem (Rodrigues, 2002, p. 13).

A construção desse cenário alinha-se ao sentido de pensar o gênero como organizador das relações sociais. Segundo Joan Scott, gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e, numa segunda perspectiva, trata-se de “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Segundo a primeira proposição de Scott, o gênero diz respeito a dimensões simbólicas, normativas, institucionais e subjetivas a partir das quais se torna possível dizer que o sistema escolar, o mercado de trabalho e a política são como várias instâncias sociais e econômicas generificadas. Conforme a segunda proposição, o gênero está implicado na própria concepção e construção do poder (Scott, 1994, p. 11-27).

Acentua, ainda, que gênero é “um aspecto geral da organização social”, uma vez que as sociedades o representam e, com base nele, articulam regras de relações sociais e também constroem o significado da identidade e da experiência. A partir do diálogo com Pierre Bourdieu, destaca que “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1995, p. 93).

Vejamos que em sessenta anos de criação dessa instituição escolar tem-se o registro até o final da década de 1960 de dez mulheres docentes, duas professoras de primeiras letras, duas professoras de canto orfeônico, quatro professoras primárias, uma professora de português e uma professora de história e geografia (Rodrigues, 2002, p. 167-169), mesmo ainda não admitindo mulheres em seu corpo discente. Mas, em 1970, já como Escola Técnica Federal do Piauí, tem-se Maria Dirce de Oliveira como a primeira aluna no curso de Eletrônica. O seu ingresso na instituição reflete a forma de organização da sociedade com base patriarcal.<sup>11</sup>

---

estas teriam que se contentar com empregos que não exigiam muitas qualificações (Castelo Branco, 2005, p. 92).

11. Patriarcado é o modelo de sociedade baseado na autoridade paterna, na supremacia da

De acordo com a narrativa dos livros de memória sobre a história de Dona Dirce, como era conhecida, foi que, ao perder o marido vitimado por um choque elétrico na oficina de sua propriedade, sendo este o único provedor econômico da família, deixou para a esposa a oficina e os filhos, formando-se, assim, uma família chefiada pela mulher, que representa em muito o contexto atual brasileiro. Para manter o sustento da família, essa mulher decidiu estudar e continuar o trabalho da oficina. Foi à direção da instituição, na época já Escola Técnica Federal, e solicitou sua matrícula no curso de Eletrotécnica. Segundo consta nos registros dos livros de memória da instituição, Dona Dirce realizou os exames exigidos e, em 1970, passou a ser a primeira discente mulher na instituição (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 80-81).

Conhecer à trajetória, tanto da primeira mulher professora de “primeiras letras” como da primeira mulher a ingressar como aluna, é promover visibilidade de seus combates e conquistas, é romper com o silêncio de um espaço constituído para o masculino, como afirma Michelle Perrot: “A história das mulheres mudou [...] de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação” (Perrot, 2013, p. 15).

Esse momento de ingresso das mulheres na instituição é um marco que denota mudanças, torna-se uma escola mista,<sup>12</sup> passa por modificações, criando novos cursos na área terciária (comércios e serviços) que, segundo consta na documentação da instituição, foram a preferência das mulheres (Rodrigues, 2002, p. 71). Notadamente, a instituição passa a ofertar cursos “adequados ao público feminino”, reforçando, dessa maneira, a reprodução da divisão sexual das atividades e profissões. Mesmo tor-

---

figura masculina, daí ser conhecida como sociedade patriarcal. Para a crítica feminista radical, o patriarcado é um sistema social sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, socialização de papéis de gênero e modo de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres econômica, sexual e culturalmente, a partir do lar, o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo (Carvalho; Sousa, 2003; Saffioti, 2004).

12. Segundo Daniela Auad (2006), uma escola mista não garante que meninos e meninas tenham a mesma educação. Essa mistura no ambiente escolar é insuficiente para o término das desigualdades de gênero. Segundo a autora, é necessária a implementação de uma política de coeducação, como a maneira de questionar e reconstruir as ideias sobre feminino e masculino, que devem ser percebidos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais.

nando-se uma escola mista, não implica, obrigatoriamente, em igualdade, outros mecanismos de separação são instituídos nos conteúdos de ensino, as normas, as técnicas, os modos permitidos de pensar, sentir e agir. No entanto, o ingresso das alunas provocou muitas mudanças, dentre elas, o ingresso de mais mulheres docentes, não mais na função do magistério,<sup>13</sup> como professoras de diferentes áreas, constituindo outras identidades, se transformando historicamente através das resistências dos sujeitos, das mudanças nos arranjos sociais e políticos, das alterações institucionais e discursivas.

### **Primeira mulher diretora-geral: mudanças ou permanências na cultura política de poder**

A instituição passa por mudanças no âmbito da política de educação, segundo registros dos livros de memórias retratados como: a primeira fase, da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí; a segunda fase, do Liceu Industrial do Piauí; a terceira fase, da Escola Industrial de Teresina; a quarta fase, da Escola Industrial Federal do Piauí; a quinta fase, da Escola Técnica Federal do Piauí; e a sexta fase, o Centro Federal de Educação Tecnológica. Em 1971, entrou em vigor a grande reforma do ensino com a Lei n.º 5.692/71, que previa a profissionalização a nível de 1º e 2º graus.<sup>14</sup> Uma escola criada, exclusivamente, para o público masculino sob as abordagens militar, pedagoga e técnica.

Confrontando essa ideia, a década de 1970 é marcada por muitas mudanças importantes na vida das mulheres, mas não só na dimensão da educação, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1961), em que tanto o curso secundário como os cursos técnico-profissionais passam a possibilitar o acesso a cursos superiores, embora as diferenças curriculares favorecessem àqueles(as) que cursaram o científico,

---

13. Se o magistério foi fortemente se feminizando, as representações da atividade também foram se transformando. Quem “falou” sobre as mulheres professoras, quem construiu e difundiu com mais força e legitimidade sua representação, foram os homens: religiosos, legisladores, pais, médicos (Louro, 2014, p. 107).

14. Em 1974, pelo Decreto n.º 75.079, de 12.12.1974, foi dada nova estrutura básica às Escolas Técnicas Federais, estas Autarquias Educacionais passaram a ter a seguinte organização: I- Órgão Consultivo: Conselho Técnico Consultivo – CTC; II- Órgãos de Direção Superior: 1- Dep. De Pedagogia e Apoio Didático – DPAD; 2- Departamento de Ensino – DE; 3- Departamento de Administração – DA; 4- Departamento de Pessoal – DP (Rodrigues, 2002, p. 25).

e certamente tinham mais chances de ingressar no ensino superior. Outras conquistas em diferentes dimensões foram acontecendo, no campo jurídico com a Lei n.º 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada,<sup>15</sup> que revogou dispositivos ultrapassados do Código Civil de 1916, entre os quais o que igualava o *status* civil da mulher casada ao dos menores, dos silvícolas e dos alienados, tornando-a, portanto, civilmente incapaz. Toda estrutura do código se baseava no conceito de pátrio poder, isto é, o poder dos maridos e dos pais (homens).

Além do movimento feminista, que promoveu muitas mudanças, outros atores sociais contribuíram para fortalecer uma nova identidade do papel da mulher na sociedade. Os avanços científicos e médicos contribuíram para a liberação das mulheres. Nos anos de 1960, elas começaram a ter acesso a contraceptivos eficientes, podendo, assim, planejar o nascimento dos filhos/as e o tamanho da família, assim como a permanência na escola e a entrada no mercado de trabalho. Porém, as condições políticas restritivas impostas pela ditadura militar inibiram a atuação conjunta das mulheres e o movimento feminista não conseguiu se impor como agente político de transformação. Ao final dos anos 1970, o movimento de mulheres se constituiria em um sujeito coletivo capaz de marcar presença na cena política nacional, especialmente através das mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país.

Esse contexto nacional reverbera na dinâmica da própria instituição com abertura da escola para as mulheres que, nos livros de memória, Rêgo e Rodrigues descrevem da seguinte maneira:

A Escola muito se transformou com essa inovação social tão importante. Tornou-se mais fagueira e jovial. O elemento feminino levou a Escola a se adaptar física e socialmente para receber as mulheres. Imaginem as mudanças provocadas mais recentemente no corpo das Forças Armadas, Polícias Militares, Cíveis, Rodoviárias, Federais [...] nos dias de hoje as meninas são a graça, a beleza, a doçura e o encanto jovial (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 81).

As memórias descritas confirmam a escola como um lugar que se assemelha às instituições mais tradicionais de ocupação masculina, como

---

15. Outras partes do Código de 1916 que mantinham a discriminação de gênero somente foram revogadas pela Constituição de 1988 e pelo novo Código Civil de 2001 (Beltrão; Alves, 2009, p. 133).

as Forças Armadas. Considerando o ingresso das mulheres, o espaço se tornaria “meigo”, “agradável” e “suave”, sentimentos e valores socialmente construídos e associados ao feminino. E as mulheres docentes que já ocupavam este espaço não promoviam essa alteridade? Ou reproduziam as práticas e valores tradicionais masculinos? Estas são questões que nos desafiam no aprofundamento dessa análise.

O contexto de trajetória da professora Rita Martins de Cássia, única diretora da instituição, se assemelha ao de muitos jovens, pois migrou do seu município de origem, Benedito Leite, no estado do Maranhão, para o município piauiense de Uruçuí, onde cursou seus estudos iniciais, primário e ginásio. Na década de 1960, chega à capital Teresina<sup>16</sup> para prosseguir nos estudos, cursando o científico no Liceu Piauiense. De acordo com os estudos de Elizangela Cardoso, não há dados específicos da trajetória das moças e rapazes que estudaram em Teresina, tendo em vista que os censos demográficos divulgam essas informações para o estado como um todo (Cardoso, 2012). Tomando por referência os censos de 1960 e 1970, podemos dizer que, na maioria, as escolhas femininas e masculinas em todo estado incidem sobre as modalidades de curso secundário, comercial e normal, sendo o segundo ciclo secundário (clássico e científico) predominantemente masculino.

Nesse mesmo período, em fevereiro de 1974, Rita Martins de Cássia ingressa como professora. Sua formação tanto inicial como secundária se deu em escola pública, que, à época, ofertava cursos para os setores sociais mais abastados, visto que a maioria das moças e rapazes que estudaram o científico o cursaram no Liceu Piauiense. E, posteriormente, foi aprovada no vestibular da Faculdade de Filosofia do Piauí, diplomando-se em Licenciatura Plena em Letras, já pela Universidade Federal do Piauí. Ressalta-se que a trajetória desta professora poderia ter sido parte do trabalho de pesquisa da professora Elizangela Cardoso, que resultou no livro *Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina 1930-1970*.

O ingresso da professora Rita Martins no quadro de docentes da Escola Técnica Federal se deu em 1º de fevereiro de 1974<sup>17</sup> para lecionar

16. A sede administrativa e centro mais dinâmico do Piauí, Teresina, funciona como polo de atração para migrantes, camponeses ou cidadãos, não somente piauienses, pois sua influência atinge uma vasta área do estado do Maranhão (CABRAL, 1985, p. 17).

17. O diretor da escola, nessa época, era o professor José Luiz Castro Aguiar, filho de um dos

Português e Literatura, já diplomada em Licenciatura em Letras e também em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Segundo consta nos registros, ganhou bolsa de estudo do MEC/ETF-PI e fez curso de especialização em Técnica de Ensino no Centro de Estudo de Pessoal, escola pertencente ao Ministério do Exército, situada no Forte Duque de Caxias. Em 1984, por delegação do diretor-geral professor Castelo,<sup>18</sup> participou de um curso de especialização, na Itália, juntamente com outros diretores de escolas técnicas. Numa promoção do Ministério da Educação, fez o curso de Organização de Atividades de Formação Profissional, em Roma (Rodrigues, 2002, p. 60). Ao longo de sua trajetória, a professora Rita vai consolidando sua presença não só como docente, mas vai desempenhando funções administrativas, como a elaboração do projeto de instalação do Serviço de Supervisão Pedagógica e atuou, ainda, como a primeira supervisora. Assumiu também como Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (COPEM) e chefiou o Departamento de Pedagogia e Apoio Didático. Com a nova “indicação” do diretor e professor Castelo, a professora Ritinha assume o Departamento de Ensino.

Percebe-se que, estrategicamente, a professora Rita Martins vai se tornando uma pessoa com capacidade administrativa e, em 1994, deixa o Departamento de Ensino para ocupar uma assessoria, função de “confiança”, ficando ainda mais próxima da Diretoria-Geral. Esse foi o degrau que faltava para se credenciar como um possível nome à Direção-Geral da instituição. Essas movimentações não aconteciam sem articulações entre determinados grupos políticos<sup>19</sup> no Piauí, em um espaço marcado pela tradição do saber e poder masculino. Em 1994, o professor Castelo, então Diretor-Geral, indica ao Conselho Técnico Consultivo o nome da professora Rita Martins para compor a lista tríplex para o próximo mandato na Direção-Geral, em 2 de fevereiro de 1994. Em 23 de maio seguinte, o Ministro da Educação, Murillo de Avellar Ringel,

---

professores da Escola Técnica Federal, professor Joaquim Carvalho Aguiar.

18. Professor José Ferreira Castelo Branco, pertencente à tradicional família de Castelo Branco, foi diretor por quatro mandatos consecutivos (1978, 1982, 1986, 1990). Professor Castelo foi interino por determinado tempo, propôs e teve aprovação do Conselho de Representantes a sua indicação para o cargo de diretor efetivo. Com intensa articulação política, com apoio do Senador Petrônio Portela, então presidente do Senado e do Congresso Nacional, logo depois saiu sua nomeação (Rodrigues, 2002, p. 57).

19. Partido da Frente Liberal (PFL); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo as maiores forças políticas atuando no Piauí.

escolheria a primeira mulher a ocupar o cargo de Direção-Geral da Escola Técnica Federal do Piauí.

Faz-se necessário refletir criticamente sobre os registros nos livros que nos servem de fonte de pesquisa. Estes ocultam nuances importantes para a compreensão da trajetória da professora Rita Martins em uma instituição de ensino pública federal, sendo que as ocupações no setor público brasileiro, desde o império e mesmo durante a constituição da República, eram vistas como privilégio, como uma sinecura, e beneficiavam com cargos na administração pública alguns indivíduos ligados à estrutura de poder e à elite econômica (Carvalho, 2011).

Para tal, observa-se que a professora Rita Martins procura agregar ao seu percurso o que Pierre Bourdieu trata como “poder simbólico”, argumentando que tal poder estaria disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais em acordo com os interesses da classe ou grupo dominante. Estes detentores de capital simbólico o utilizam como instrumento de integração social em torno de consensos dos sentidos da realidade que lhes interessam. O poder simbólico consiste “[n]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1994, p.7-8). Para esse autor, as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente, e as relações de poder [simbólico], nesse contexto, exercem papéis importantes para “organizar” os indivíduos em seus “devidos lugares” no interior da sociedade (Bourdieu, 2003, p.13-28).

A despeito desse cenário de mulheres e homens predominarem no mesmo ramo, possivelmente, as posições ocupadas na estrutura ocupacional sejam diferenciadas, tendo em vista que os homens, em geral, ocupam lugares de maior hierarquia ou ganham melhores salários mesmo quando possuem a mesma formação.

Muito provavelmente, a indicação de uma mulher professora de Português, área que não representa o saber técnico de tradição da escola, para a Direção-Geral deva ter causado reações contrárias, pois os altos escalões do serviço público sempre foram ocupados majoritariamente por homens. A esfera pública e o trabalho tornam-se práticas que prestigiam os homens de elite. Assim, acentua Margareth Rago, “o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as

mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares [...]” (Rago, 2004, p. 603).

O sujeito central dessa análise, a professora Rita Martins, ao longo de sua trajetória desenvolveu estratégias individuais e coletivas no exercício do poder para alcançar o mais alto posto da Escola Técnica Federal, como assim define Antônio Gerardo Rodrigues: “pessoa de hábitos simples e conservadora das boas amizades, Rita Martins se relaciona muito bem com as autoridades, Poderes Constituídos, com a comunidade escolar” (Rodrigues, 2002, p. 62). Acredita-se no critério político como possível definidor dessa escolha, tendo em vista a relação direta e de confiança com o grupo que se manteve à frente da direção da escola por mais de 12 anos, mas não se pode deixar de reconhecer a trajetória e capacidade técnica desta professora.

Sua gestão foi marcada por uma equipe de 1º escalão, composta por cinco mulheres e seis homens, considerada, em termos quantitativos, portadora de certo equilíbrio na composição. Permaneceu como diretora-geral durante dez anos (1994-2004). A gestão encerraria em 1998, mas teve prorrogado o seu mandato para que fosse concluído o processo conhecido como “cefetização”, em que a escola passaria por mais uma mudança na política educacional, transformando-se em Centro de Educação Tecnológica do Piauí. A professora Rita Martins deu continuidade a uma cultura política instituída que, de certa forma, reproduziu valores alinhados a determinados grupos dominantes com o qual, provavelmente, não teria sido possível sua ocupação e permanência nesse espaço de poder.

Até o ano de 2003, os dirigentes dessa instituição eram escolhidos previamente por um Conselho Diretor que elegia a lista tríplice, sendo enviada para o Presidente da República escolher o/a Diretor/a-Geral. Este critério foi mudado pelo Decreto n.º 4.877, de 13 de novembro de 2003, que estabelece que o diretor(a)-geral será nomeado pelo ministro de Estado da Educação a partir da indicação feita pela comunidade escolar (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 108).

## **Considerações finais**

No presente capítulo, nos propusemos, a partir da análise de dois livros de memórias, *Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – 90*

*anos de Ensino Profissionalizante e 100 Fatos de uma Escola Centenária*, tendo como objeto central a trajetória da professora Rita Martins de Cássia, descrita como a única mulher a ocupar o mais alto cargo de poder da instituição. As obras revelam a fotografia do poder, sobretudo do poder institucional, como espaço ainda reservado e preservado pelos homens e para os homens, ou, ainda, quando da presença feminina na ocupação desse espaço possa estar alinhada às práticas que reproduzem valores que vão de encontro aos anseios de liberdade e práticas democráticas que ambicionam as mulheres. Ainda assim, ao considerarmos as condições históricas, políticas e culturais que atravessam a instituição como um espaço de poder masculino e o contexto em que esta professora agencia, o processo para ter seu nome indicado a assumir a direção é uma ousadia.

No entanto, não houve um entendimento por parte da professora Rita e das mulheres que faziam parte da sua equipe uma organização para promover o protagonismo de outras mulheres, tanto que não surgiu até o momento outra mulher com intenções em colocar seu nome, enquanto grupo, para disputar o espaço da Direção-Geral. Como destacou Simone de Beauvoir, essa desigualdade simbólica materializa-se em uma desigualdade social que dificulta às mulheres romperem com a lógica dominadora, uma vez que a promoção aos bens econômicos e ao poder político lhes tornam o acesso muito mais difícil e, quando essa condição não é percebida, o rompimento torna-se ainda menos provável (Beauvoir, 2009). Por isso, não basta ser mulher e ocupar espaço de poder. Disputar, ocupar e permanecer ocupando é romper com uma cultura política de “parecer” uma mudança, é preciso criar fissuras, caminhos coletivos para que outras mulheres possam ter condições reais de ocupar espaços de poder, romper com o preconceito, o machismo, compartilhar responsabilidades no âmbito privado, em espaços institucionais, pois os preconceitos e visões estigmatizadas que geram opressão precisam ser desconstruídos, favorecendo espaços institucionais mais justos e democráticos.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos**: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. [s.l.: s.n.] 2013.

ANDRADE, Luciana Farias de Araújo. **(Des)Iguais na Diferença**: a formação técnica das alunas do Instituto Federal – Campus Teresina Central. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal do Piauí, 2015.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço da teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu/ Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2003.

CABRAL, Suelda M. Ximenes. **Aspectos do Mercado de Trabalho em Teresina**. Teresina, Fundação CEPRO, 1985.

CARDOSO, Elizangela B. Mães Educadoras e Profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. **Revista Outros Tempos**, Dossiê História e Educação, v. 7, n. 10, dez. 2010.

CARVALHO, Eneuton Dornelles Pessoa de. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores, do período colonial a 1930. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso (org.). **Burocracia e Ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina:

Edições Bagaço, 2005.

FONSECA, Celso Sucko da. **História do ensino no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa . **Teatro e Modernidades: Benjamim Santos em incursão pela História e Memória do Teatro Brasileiro**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. Os Feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys, **Estudos Feministas**. n. 3, janeiro/julho 2003.

RÊGO, Vilson Ribamar; RODRIGUES, Antônio Gerardo. **100 anos de uma Escola Centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2009.

RODRIGUES, Antônio Gerardo (org.). **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí 90 anos**. Teresina. EDUFPI, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 93, 1995.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

# A CONSTRUÇÃO E A DEGRADAÇÃO DE UM “COLOSSO”: USOS E DESUSOS DO EDIFÍCIO DO IAPC EM TERESINA

*Almerito Francisco Oliveira da Silva<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Este capítulo visa apresentar o desenvolvimento urbano e arquitetônico ocorrido em Teresina tendo como foco de análise o edifício que abrigou a antiga sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) situado na intersecção das ruas David Caldas e Elizeu Martins, na praça João Luís Ferreira, no centro urbano da capital. Antes de nos determos na evolução do edifício ao longo do tempo, desde sua construção até os dias atuais, contextualizaremos o processo de crescimento e estruturação da cidade planejada para ser a capital da Província do Piauí a partir sua constituição no século XIX até os surgimentos das primeiras edificações no século seguinte.

Como fontes para embasar essa análise, incluímos notícias captadas do jornal *O Dia* (físico/*on-line*), artigos e livros relacionados ao tema. Além de fotos provenientes do arquivo público do Piauí e sites jornalísticos que serão empregados para ilustrar as diferentes fases do prédio. O aporte teórico da construção historiográfica aqui proposta traz a contribuição dos estudos de Francisco Alcides Nascimento (2002) que abordam o crescimento da cidade de Teresina no período aqui tratado; Raquel Rolnik (1994) que entende a cidade como um “ímã”, que cria “um campo

---

1. Pós-graduando do Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (PPHB-UFPI) sob orientação do Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

magnético que atrai, reúne e concentra os homens” em busca de novas oportunidades e sonhos; e do arquiteto/historiador italiano Giulio Argan (1984) que defende a importância da conservação de valores estéticos e históricos nas cidades.

### **O crescimento da “urbe”: a estruturação urbana e arquitetônica em Teresina**

[...]A imagem hierarquiza o espaço da cidade à medida que sua referência é a praça central, o edifício pós-moderno, o monumento histórico, a rua que se dimensiona na imagem de uma avenida ou de um beco. Pela percepção coletiva da imagem, ensinasse a identificar o poder que organiza a cidade e dela se utiliza para perpetuar-se. (Lucrécia D’Alessio Ferrara, 2000)

Teresina, a capital do estado do Piauí, teve seu nascimento marcado pela mudança da capital da Província do Piauí de Oeiras para a Vila Nova do Poti, em 1852. De acordo com Monte e Nascimento (2009), a mudança de sede do poder político para as margens do rio Parnaíba não foi apenas geográfica, mas simbólica. O governador José Antonio Saraiva (1850-1853) vislumbrava um futuro onde o desenvolvimento econômico e social da província estivesse ligado aos caminhos de águas que banhavam seu território. Fora isso, também havia as condições econômicas, uma vez que os idealizadores da mudança desejavam, também, de forma clara, diminuir a evasão de impostos, resultado do papel comercial exercido muito especialmente pela cidade de Caxias (MA), em relação à capital da Província do Piauí.

O projeto original do esboço da cidade de Teresina feito pelo mestre de obras públicas do governo Saraiva, o português João Isidoro França, contemplava uma disposição de 18 quadras no sentido norte-sul e 12 quadras no sentido leste-oeste, “As ruas, meticulosamente desenhadas, tinham a medida de 45 palmos, em uma área total que se estendia por 1.500 braças para sul e 1.500 braças para norte. Este espaço abrigaria não apenas os prédios públicos, mas também a população da Vila Nova do Poti e aqueles que, presume-se, migrariam de Oeiras” (Silva, 2012).

Imagem 1 – Esboço da cidade por Mestre Isidoro França



Fonte: Acervo do Museu do Piauí

Embora tenha surgido durante o período imperial, o plano de Teresina revela raízes profundas no urbanismo colonial, estabelecendo conexões com as práticas de planejamento de vilas que caracterizaram o Brasil colônia. De acordo com Cavalcante Moreira (2016, p. 58-60), essa continuidade histórica permite-nos identificar várias semelhanças, sendo a mais evidente a relação com o aspecto retilíneo do urbanismo barroco.

A autora destaca que, tanto nas vilas coloniais quanto no plano para Teresina, a presença de ruas e praças seguindo linhas retas reflete a herança do urbanismo barroco, que buscava ordenar o espaço de maneira geométrica e simétrica. A praça, elemento central tanto nas vilas coloniais quanto no plano de Teresina, mantém sua importância como um espaço de convívio social e cultural, a presença da igreja próxima à praça também ecoa a importância dada a esse elemento na estruturação das vilas coloniais, onde a igreja muitas vezes desempenhava um papel central na vida comunitária (Cavalcante Moreira, Op. cit, 2016).

Outra semelhança destacada reside na locação dos edifícios públicos da cidade. O plano de Teresina, assim como as diretrizes para as vilas

coloniais, estabelecia a disposição estratégica dos prédios públicos, refletindo a preocupação com a organização eficiente do espaço urbano.

No que tange a uma contextualização sobre os traços arquitetônicos das primeiras habitações na cidade em 1852, quando Teresina foi fundada para se tornar a capital da província, a produção de edificações era predominantemente artesanal, utilizando tijolos de adobe, e as plantas funcionais. De acordo com Lira (2018, p. 26) nas fachadas, eram evidentes linhas simples e a ausência de adornos, características que ainda remetiam às construções do período pré-republicano.

A partir do trabalho sobre a história da arquitetura local de Saibrosa (2016), notamos que os estilos Neoclássico e Eclético exerceram um domínio proeminente no cenário arquitetônico, deixando uma marca indelével na paisagem urbana da cidade em formação. A confluência desses estilos arquitetônicos não apenas moldou a estética da nova capital do Piauí, mas também evidenciou a interconexão entre as tendências contemporâneas e a busca por uma identidade arquitetônica única.

Mas a nova capital do Piauí também viu brotar em seu solo as sementes da pobreza urbana, um aspecto muitas vezes negligenciado na narrativa da sua fundação. No começo do século XX, a cidade ainda era pequena e sem nenhuma infraestrutura básica, “os legisladores expressavam preocupação com a tipologia habitacional que circundava o núcleo central, lançando luz sobre uma realidade que contrastava com a visão otimista de progresso” (Nascimento, 2002).

Nesse sentido, a partir da década de 1930, com o crescimento populacional, Teresina se viu imersa na necessidade de planejamento do seu espaço urbano. Pois a cidade, que nasceu para ser a capital da província, desde então se transformou em um “ímã” de migrantes, parafraseando o conceito de Ronilk (1994)<sup>2</sup> e recebeu um montante de pessoas que deixavam os estados vizinhos ou vinham do interior do próprio estado para habitar na capital.

Conforme relata Silva (2011), a atuação de Luís Pires Chaves, que assumiu o cargo de prefeito em 1932, contribuiu para o início de uma nova era para a capital. O autor atribui ao engenheiro a responsabilidade

---

2. Para Raquel Rolnik, a cidade é como um campo magnético que atrai, reúne e concentra a população, da qual por meio da sedentarização se estabelece uma organização urbano-política, normatização e regulação interna da localidade. Daí o conceito de cidade como ímã.

pelo processo de urbanização local iniciado na sua gestão como prefeito e intensificado a partir de 1939, quando ele já era diretor de obras públicas. Sobre esse momento, Nascimento (1999) discorre que Luís Pires Chaves apontou alguns problemas sentidos na urbanização da cidade, como “os pequenos quarteirões projetados e a largura das ruas, de onze metros, que acarretava problemas para as edificações, para a arborização e para a circulação”. O engenheiro foi um dos principais responsáveis pelo Código de Posturas de 1939, que tinha como medidas apontar e realizar a correção dessas falhas, especialmente através da abertura de vias mais amplas. Com a implementação desse plano de retificação e expansão disciplinada, as vias públicas de Teresina passaram a seguir um sistema organizado, sendo cortadas em ângulos retos. Esse redirecionamento urbano refletiu na mudança gradual da estrutura dos edifícios, que transacionaram da taipa para a alvenaria de tijolo. No entanto, mesmo com essa evolução na construção, os prédios mantiveram uma estatura baixa.

Giulio Argan, historiador e arquiteto italiano, observa em sua obra *A História da Arte como História da Cidade* (1984) que, se uma cidade não possui limites no plano do terreno, pode expandir-se tanto verticalmente quanto horizontalmente. Segundo o autor, essa concepção contrastante com a ideia tradicional de cidade destaca a tendência dos projetistas em buscar soluções urbanísticas que transcendam as limitações convencionais.

A cidade do futuro, conforme imaginada por esses visionários, não está restrita ao solo, mas explora as possibilidades tanto abaixo quanto acima dele. A escolha por elevações vertiginosas e estruturas suspensas sugere uma busca por inovação e uma ruptura deliberada com as convenções urbanísticas estabelecidas, promovendo uma visão futurista que desafia as expectativas tradicionais sobre o ambiente urbano (Argan, 2014, p. 215).

No contexto do crescimento vertical de Teresina, destacaremos algumas construções com mais de um pavimento que surgiram nesse período, contrapondo o aspecto comum ao apontado anteriormente nos anos iniciais da urbe. Citamos aqui um edifício que é símbolo histórico da cidade e teve sua conclusão em 1905, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, também conhecido como Colégio das Irmãs (ver Imagem 2).

Este prédio encontra-se localizado em uma das avenidas mais importantes de Teresina, a Avenida Frei Serafim. O Colégio das Irmãs foi esta-

belecido em meio a um cenário de conflito de ideias e concepções políticas entre religiosos da Igreja Católica e intelectuais positivistas, originários da Faculdade de Direito do Recife e membros da maçonaria, representado no ensino disponibilizado pela instalação da Escola Normal no estado.

Imagem 2 – Fachada do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1956)



Fonte: Autor Arquivo Pessoal de Paulo Tabatinga

Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/280093/veja-fotos-antigas-de-teresina-do-arquivo-de-paulo-tabatinga>.

Outros edifícios construídos, especialmente públicos, apresentaram uma arquitetura distinta em relação ao estilo predominante da época na cidade. Essas construções, inicialmente divergentes em seus projetos, transformaram-se em símbolos de uma nova era na arquitetura local. Exemplos notáveis incluem o edifício dos Correios e Telégrafos, e a sede do Liceu Piauiense (Nascimento, 1999, p. 159). Outro projeto de destaque, feito já na segunda metade da década de 1930, foi o edifício da Escola de Aprendizes e Artífices ao lado da Igreja de São Benedito. Nascimento (1999, p. 161) descreve que a “estrutura desse prédio seguiu os moldes do prédio dos Correios e Telégrafos e sofreu adaptações para o uso como es-

cola, tendo dois andares e também utilizando cimento armado”. O prédio em questão descrito pelo autor funcionou como a antiga Escola Técnica Federal do Piauí e abriga hoje a sede do IFPI (Instituto Federal do Piauí) na praça da Liberdade, no centro de Teresina.

Outro edifício notável erguido na cidade, que se destaca não apenas por sua imponência arquitetônica, mas também pela importância dos serviços que ofereceria à população local e de estados circunvizinhos, é o Hospital Getúlio Vargas (Observe a Imagem 3). A fundamentação para sua criação baseou-se na urgência da capital em dispor de um pronto-socorro capaz de atender às necessidades da população que, em determinados casos, buscava assistência em hospitais localizados em outras unidades da Federação (Nascimento, 1999, p. 164).

Imagem 3 – Fachada do Hospital Getúlio Vargas na data de inauguração (03-05-1941) – havia somente dois pisos



Fonte: Acervo Histórico do HGV. Disponível em: [http://www.hgv.pi.gov.br/acervo\\_historico.php](http://www.hgv.pi.gov.br/acervo_historico.php)

O impacto das obras de arquitetura moderna na região também se refletiu na construção do edifício que abrigava a Maternidade São Vicente de Paula, onde hoje funciona o Centro integrado de Saúde Lineu Araújo.

Até o início da década de 1970, essa maternidade foi a principal do Piauí. Inaugurada em 2 de fevereiro de 1954 com o nome de Maternidade São Vicente, desempenhou um papel fundamental no aprimoramento e crescimento da obstetrícia, além de oferecer cuidados assistenciais de enfermagem a mulheres e a crianças (Ramos, 2003).

Na época de sua inauguração, a administração da maternidade foi confiada à Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, conhecidas como “Irmãs de Caridade”. Além de fornecer assistência médica, as irmãs também implementaram um programa de formação profissional para o pessoal de enfermagem. Essa iniciativa não apenas contribuiu para a qualidade dos cuidados prestados, mas também teve um impacto significativo no desenvolvimento da área de obstetrícia na região.

### **O Nascimento do “Colosso”**

“A cidade do futuro precipita-se nas entranhas da terra ou elevasse a alturas vertiginosas, suspensa e como que tramada no ar”.

Giulio Argan (historiador e arquiteto)

O termo “Colosso” evoca frequentemente a imagem de uma figura imensa, seja na forma de uma estátua ou de um ser humano de proporções monumentais. Uma das narrativas mais célebres associadas a essa designação é a do “Colosso de Rodas”, uma imensa estátua de bronze erguida na ilha de Rodas, no mar Egeu, no século III a.C. Essa majestosa escultura, dedicada ao deus grego do sol, Hélios, foi concebida para celebrar a vitória da cidade de Rodas sobre um cerco liderado por Demétrio Poliorcetes na mitologia antiga.

Transpondo esse contexto mitológico para a cidade de Teresina, a representação moderna equivalente ao colosso pode ser identificada na construção erguida em 1950, paralela ao largo da praça João Luís Ferreira, no centro da cidade. Esse edifício, que abrigou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), tornou-se um marco histórico na verticalização urbana. Lançada na gestão do prefeito Durvalino Couto (observe as Imagens 4 e 5), a pedra fundamental desse prédio, hoje com mais de 80 anos, testemunhou o crescimento vertical e a evolução da cidade.

Com mais de três mil metros de área construída e sete andares, o edi-

fício conquistou o título de prédio mais alto de Teresina por muitos anos, adicionando um valor histórico significativo à paisagem urbana da cidade (ver Imagem 6). Assim como o “Colosso de Rodes” celebrava uma vitória, esse edifício também se tornou um símbolo de conquistas e progresso na história arquitetônica de Teresina. O órgão teve o prédio como sede de suas operações até o ano de 1966. Após a unificação dos IAPs o edifício passou a ser utilizado pelo Serviço Ambulatorial do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). O órgão tinha a responsabilidade de prestar assistência à saúde de seus associados, o que justificava a construção de grandes unidades de atendimento ambulatorial e hospitalar e o local, devido à sua estrutura, serviu como sua base no estado.

Imagem 4 – Lançamento da pedra fundamental do prédio do IAPC. Ano: 1947



Fonte: Foto do Acervo de Eliana Aragão

Imagem 5 – Prédio do IAPC TERESINA – em construção. Ano desconhecido



Fonte: GUTEMBERG, Paulo. *Guilherme Muller e a Invenção Visual de Teresina*. 2017, p. 65.

Imagem 6 – Prédio do IAPC em segundo plano, a frente à praça Joao Luís Ferreira, ano desconhecido



Fonte: Acervo Digital Durvalino Couto  
Disponível em: <https://www.facebook.com/durvalino.couto/photos> acessado em  
05/06/2023

Ao realizarmos a pesquisa nos jornais locais por informações sobre o imóvel notamos nas manchetes sobre o prédio durante os anos sempre conotavam a percepção do histórico de seu uso e da memória coletiva daqueles que pernhoitaram noites adentro dormindo na calçada que circundava o imóvel na tentativa de marcarem um atendimento médico e a fila indiana vista diariamente em frente ao edifício. Essa imagem evoca a burocracia enfrentada por aqueles que buscavam acesso aos serviços do INAMPS, sugerindo um processo demorado e muitas vezes exaustivo para conseguir atendimento médico (ver Imagem 7). O vislumbre da foto da manchete oferece uma visão das representações públicas e midiáticas associadas ao prédio em questão, destacando não apenas a função física do espaço, mas também as experiências e desafios enfrentados pelas pessoas que dependiam dos serviços disponíveis no local.

Essa representação pública e midiática do prédio sugere uma narrativa mais ampla sobre as questões sociais e estruturais relacionadas ao acesso à saúde pública na região. A análise das manchetes dos jornais locais oferece uma compreensão sobre a percepção coletiva e as representações públicas associadas ao imóvel em questão, destacando não apenas a função física do espaço, mas também as experiências e dificuldades enfrentadas pelos cidadãos em busca de cuidados médicos.

Num relato no dia 9 de outubro de 1991, concedido ao jornal *O Dia*, o administrador do posto do INAMPS no estado, Carlos Alberto de Souza, anunciou a transferência das operações do posto do prédio para o local anteriormente ocupado pela maternidade São Vicente, atualmente conhecido como centro de saúde Lineu Araújo.<sup>3</sup> Entre as razões citadas pelo administrador, destaca-se o caráter da estrutura vertical do edifício existente, apontado como um obstáculo para as atividades realizadas no local, especialmente considerando o expressivo contingente de pessoas que buscavam atendimento diariamente.

A informação sugere que a estrutura do prédio original já apresentava limitações significativas para lidar com o grande volume de pessoas que dependiam dos serviços do órgão. A transferência para um local mais adequado ressaltava a importância de considerar não apenas as necessidades dos usuários, mas também a infraestrutura física disponível para oferecer serviços de saúde de maneira eficaz e eficiente.

---

3. Posto de Assistência do INAMPS será transferido. *O DIA*, Teresina. 9 out. 1991, capa.

Portanto, a transferência para um local mais adequado não apenas evidencia a necessidade de adaptação às demandas crescentes da população, mas também destaca a importância de uma abordagem holística para o planejamento e a prestação de serviços de saúde, levando em consideração tanto as necessidades dos usuários quanto as limitações da infraestrutura física disponível.

No dia 4 de Fevereiro de 1983, um trágico incidente envolvendo a queda e morte de uma criança de três anos em uma das janelas do prédio trouxe à tona sérias preocupações sobre a estrutura e segurança do edifício.<sup>4</sup> A repercussão negativa desse incidente levou a uma série de investigações e análises sobre as condições do prédio, resultando em seu fechamento temporário por algumas semanas. As averiguações realizadas após o incidente destacaram a necessidade urgente de readequação e melhorias na estrutura do edifício para garantir a segurança de seus ocupantes e visitantes. Órgãos de engenharia local foram acionados para propor e implementar medidas corretivas que pudessem prevenir futuros acidentes e garantir a conformidade com as normas de segurança estabelecidas.

Após as obras de readequação e as melhorias recomendadas pelos órgãos competentes, o funcionamento do prédio foi restabelecido, porém, com algumas restrições. Essas restrições foram implementadas para garantir a segurança dos usuários e prevenir possíveis incidentes semelhantes no futuro, demonstrando um compromisso com a segurança e o bem-estar da comunidade que utiliza o espaço.

Com a extinção do órgão em 1993 no governo do então presidente Itamar Franco, o prédio passou a ser utilizado pelo governo federal como posto de consulta do SUS e também base de alguns programas vinculados ao Ministério da Saúde. Em meados dos anos 2000, quando deixou de abrigar a sede do órgão federal, o prédio foi interditado por falta de manutenção e hoje está em estado avançado de degradação. No momento da escrita deste capítulo, o imóvel encontra-se com correntes na porta principal de acesso, com parte do telhado do último piso destruído, infiltrações, algumas janelas quebradas e portas destruídas. Fora isso, sofreu com as ações de vândalos que picharam uma grande parte de sua fachada e subtraíram instalações elétricas.

---

4. Criança morre ao cair do oitavo Andar do INPS. **O DIA**, Teresina. 4 fev. 1988, p.12.

Imagem 7 – Longas filas para marcação de consulta no prédio do INPS



Fonte: *O Dia*, 15 ago. 1997.

Em 7 de maio de 2015, o portal de notícias Cidade-Verde noticiou uma audiência pública para discutir a reforma do prédio e sua utilização pela Secretaria das Mulheres. O texto informou que a audiência ocorreu na Câmara de Teresina para debater a destinação de um prédio que havia sido cedido ao Banco do Nordeste em 2010. A instituição, inicialmente com planos de transformar o local em um centro cultural, desistiu do projeto devido aos altos custos de readequação do prédio que chegariam em torno de seis milhões de reais.

Após a desistência do Banco do Nordeste, o prédio retornou à Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e foi formalmente cedido à Secretaria Nacional de Mulheres para abrigar sua sede. No entanto, o projeto não foi adiante devido a não formalização do acordo de transferência dos títulos de posse do edifício. Em 2018, a Prefeitura de Teresina (PMT) e a Caixa Econômica Federal (CEF) cogitaram a possibilidade reocupar o edifício transformando-o em uma série de apartamentos como parte do projeto de revitalização do centro da capital. No entanto, a burocracia na formalização da transferência da carta de posse do prédio da União para a prefeitura e o embate entre as instituições para fechar o acordo impediram qualquer avanço, resultando no abandono contínuo do prédio.

Uma reportagem mais recente do jornal *O Dia*, datada de dezembro de 2022, revela um cenário alarmante de abandono e deterioração do prédio em questão. Descrições detalhadas ressaltam a visível deterioração da estrutura, incluindo rachaduras na marquise, infiltrações, sinais de vegetação crescendo em partes da construção, comprometimento das ferragens, além de falhas nas colunas do edifício.

Percebe-se pelas informações técnicas fornecidas um quadro preocupante da condição atual do prédio, indicando um longo período de negligência e falta de manutenção. O parecer do arquiteto e urbanista Carlos Kaiser entrevistado na reportagem corrobora essa avaliação, destacando os riscos iminentes para a segurança das pessoas que transitam pelo local.

A situação descrita na reportagem levanta sérias preocupações sobre a preservação do patrimônio arquitetônico e a segurança pública. O prédio, uma vez um importante centro de serviços públicos, agora se encontra em estado de degradação avançada, representando não apenas uma perda histórica e cultural, mas também um perigo potencial para os cidadãos que frequentam suas proximidades.

Imagem 9 – Fachada(frente/lateral) do prédio do antigo INPS. Ano: 2015



Fonte: Portal Cidade-Verde Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/189002/predio-do-antigo-inps-merece-nova-vistoria-diz-engenheiro-do-crea-pi>

O edifício, marcado por diferentes fases e usos ao longo dos anos, representa não só uma estrutura física, mas uma parte da identidade da cidade. A sua atual situação de abandono e degradação levanta questões sobre o papel da preservação do patrimônio urbano e destaca a necessidade de esforços para revitalizar e manter viva a memória histórica da cidade.

Teresina, assim como outras cidades, apresenta problemas no que tange ao processo de reconhecimento do tombamento do conjunto arquitetônico urbano, e a área central ganha destaque pelo número de prédios que se encontram em processo de deterioração física e terminam por darem lugares a espaços vazios que se tornam, em sua maioria, estacionamento. A área concentra exemplares de edifícios construídos na fundação da cidade e que merecem ser preservados, assim conservando a memória arquitetônica local. A preservação do patrimônio é um dos temas centrais para a manutenção da identidade cultural e histórica de uma cidade. O patrimônio arquitetônico não é apenas uma coleção de edifícios antigos, mas um reflexo tangível da identidade e da memória coletiva de uma comunidade.

### **Considerações finais**

O capítulo aqui proposto versou sobre o desenvolvimento urbano, arquitetônico e as mudanças socioespaciais ocorridas na cidade de Teresina. Nele buscamos, através de fontes na historiografia local e referências teóricas condizentes aos temas aqui abordados, encontrar subsídios para mostrar que desde sua fundação houve momentos de transformações no espaço citadino da capital do estado do Piauí. Buscando modernizar esse espaço urbano, durante vários governos houve a implementação de diversas intervenções visando melhorar a qualidade de vida da população e promoção do desenvolvimento da região.

As mudanças socioespaciais decorrentes dessas ações governamentais impactaram significativamente as relações sociais e a organização do espaço urbano. Com o crescimento populacional, a cidade passou por um significativo aumento no número de habitantes, desencadeando um processo de expansão urbana. Esse fenômeno trouxe consigo variados impactos aos quais nos detivemos nesse artigo, como a verticalização e o adensamento que correspondeu ao aumento da demanda por espaço

urbano, especialmente em áreas centrais e bem localizadas, resultando na construção intensificada de edifícios, em sua primazia, imóveis voltados ao uso de órgãos públicos como escolas e hospitais, em que mencionamos algumas construções importantes feitas nesse período na cidade, como o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Hospital Getúlio Vargas e a Maternidade São Vicente de Paula, exemplificando o processo de modernização arquitetônica em Teresina nesse período.

Na segunda parte mostramos, a partir do histórico de construção do prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) no final da década de 1940, primeiro edifício com mais de quatro pavimentos construído na capital piauiense, o avanço arquitetônico na paisagem urbana da cidade. O prédio, que serviu como sede de vários órgãos federais e municipais ao longo dos anos, molda como exemplo para expor não só o crescimento e desenvolvimento arquitetônico da urbe, mas relacionar problemas pertinentes à preservação do patrimônio histórico e estético da cidade. O exemplo do antigo prédio, que se encontra em total abandono e degradação, ilustra a necessidade de preservação das edificações que fazem parte da história e memória coletiva de uma grande parte de habitantes de Teresina. Dessa forma, tentamos contribuir com o tema, sendo que o texto ressalta a importância de encontrar um equilíbrio entre o planejamento urbano para o futuro e a preservação das edificações do passado já que Teresina hoje enfrenta desafios no que diz respeito ao tombamento do conjunto arquitetônico urbano, especialmente na área central da cidade, onde muitos prédios históricos correm o risco de desaparecimento e descaracterização de suas fachadas originais, junto à possibilidade de demolição para a construção de, na maioria das vezes, espaços abertos que funcionam como estacionamentos.

## Referências e fontes

ARGAN, Giulio Carlo. O espaço visual da cidade. In: **História da arte como história da cidade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. (Selo Martins)

DIAS, Laécio B. **Teresina dos Anos Dourados aos Anos de Chumbo**: o processo de modernização e a intervenção do Estado autoritário. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

tação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

DIAS, Lucas Lindberg Hilário Moura de Araújo; RODRIGUES, Isis; CITÓ, Lara. A reutilização do Patrimônio promovendo a vitalidade Urbana: O caso do Antigo prédio do INSS, no centro de Teresina. In: Anais do Fórum Habitar. **Anais...** Belo Horizonte(MG) UFMG, 2018. Disponível em: [https:// www.even3.com.br/anais/habitar/73122-](https://www.even3.com.br/anais/habitar/73122-)

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A Revolução Urbana de Teresina:** agentes, processo e formas espaciais da cidade Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2000.

GUTEMBERG, Paulo. **Guilherme Muller e a invenção visual de Teresina.** Editora Nova Aliança. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil -1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil -1960.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório final Dossiê para proteção das PRAÇAS: MARECHAL DEODORO, RIO BRANCO, SARAIVA, JOÃO LUÍS FERREIRA, LANDRI SALES E DACOSTA E SILVA. Processo: 1402.000062/2007-36. 15 de outubro de 2008. Vol. 4, p. 53-57.

LIMA, A. J. de. Favela **COHEBE:** uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

LIRA, Aline. V. B. **Difusão da arquitetura moderna:** A obra do arqui-

teto Antônio Luiz Dutra de Araújo em Teresina. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianne Lima. Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122-144, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade Sob o Fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades maginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

RAMOS, F.F., **Memorial do Hospital Getúlio Vargas: Contexto histórico-político socioeconômico e cultural**. Teresina: Gráfica do povo, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v..

## **Jornais**

Greve fecha postos da previdência social. **O DIA**, Teresina, 20 ago. 1987. p. 3.

Criança morre ao cair do oitavo Andar do INPS. **O DIA**, Teresina, 4 fev. 1988, p. 12

Posto de Assistência do INAMPS será transferido. **O DIA**, Teresina. 09 de outubro de 1991, capa.

## **Audiovisual**

Audiência Pública discutiu situação do antigo prédio do INPS no centro de Teresina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ecf04BW6GeM>. Acesso em: 20 set. 2023.

Prédio que abrigava o INSS está abandonado no Centro de Teresina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=PvRV4pOAqtA>. Acesso em: 20 set. 2023.

Veja como se encontra hoje o prédio do INPS localizado no centro de Teresina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ptFifnAgpE8>. Acesso em: 20 set. 2023.

## **Internet**

<https://cidadeverde.com/noticias/192085/predio-do-inps-sera-transformado-na-casa-da-mulher-brasileira>

<https://portalodia.com/noticias/teresina/prefeitura-estuda-transformar-antigo-predio-do-inss-em-unidades-habitacionais-314410.html>

<https://www.parlamentopiaui.com.br/noticias/destaque/reforma-do-antigo-predio-do-inss-deve-custar-r-6-milhoes-565.html>

# ASPECTOS DO ROCK DA CIDADE DE PARNAÍBA-PI NAS DÉCADAS DE 1980 e 1990<sup>1</sup>

*Gustavo Silva de Moura*<sup>2</sup>  
*Claudia Cristina da Silva Fontineles*<sup>3</sup>

## Introdução

O presente texto pretende, em sua centralidade, uma análise aprofundada dos aspectos culturais, sociais e políticos que permearam a cena de rock no litoral piauiense durante as décadas de 1980 e 1990. Para isso, serão analisadas três músicas presentes na coletânea fonográfica *Porto das Barcas*, lançada pela Prefeitura Municipal de Parnaíba e o Serviço Social do Comércio, Departamento Regional de Piauí, em 1996. As músicas são: faixa oito, intitulada *Velha Mensagem*, de autoria da banda Inferno no Céu e interpretada pela banda Artéria; faixa catorze, denominada *Olhos de Ovní's*, com letra, música e interpretação de Pedrinho Guitar; e a faixa dezesseis, intitulada *Gana*, com letra, música e interpretação da banda Rabiscos.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, o fenômeno do rock serviu como

---

1. Este texto foi produzido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), por meio da bolsa de doutorado concedida pelo edital FAPEPI n. 05/2021.

2. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI).

3. Bolsista em Produtividade Científica CNPq/Professora Associada da Universidade Federal do Piauí/Brasil - Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

uma expressão musical e desempenhou um papel significativo na construção da identidade cultural da região. Nesse contexto, busca-se compreender as influências, evoluções e interações que moldaram a dinâmica do cenário musical local, desde a predominância do rock internacional nos anos 1980 até a fusão musical e as mudanças sociopolíticas que caracterizaram os anos subsequentes.

A análise adotará a perspectiva da história social da cultura, conforme proposta por Raymond Williams (2008, 2011, 2015), destacando-se como uma abordagem apta para desvendar as complexas relações entre a expressão artística e o contexto sociopolítico no qual ela se insere. Para tanto, serão examinadas fontes fonográficas e entrevistas. Assim, pretende-se não apenas mapear as transformações musicais, mas também captar a atmosfera cultural que envolvia a cidade de Parnaíba durante o recorte da pesquisa, evidenciando-a como um epicentro singular da cena de rock no litoral piauiense.

Ao utilizar a perspectiva teórica baseada na história social da cultura, concebida por Raymond Williams, destaca-se sua ênfase na interconexão entre cultura e sociedade, afastando-se das visões que tradicionalmente separavam a cultura popular da erudita. Williams (2008, p. 226-227) argumenta que a cultura é intrinsecamente vinculada às condições sociais e históricas que a moldam, rejeitando a ideia de que ela seja uma entidade isolada.

Uma contribuição marcante dessa perspectiva é a concepção da cultura como um processo de significação ativo. Contrariamente à visão de que a cultura é passivamente recebida, Williams (2008, 2011) enfatiza que as pessoas desempenham um papel ativo na produção de significados culturais. Essa dinâmica ativa de significação é crucial ao se analisar expressões culturais, como o rock do litoral piauiense, por reconhecer nele a constante reinterpretação por parte do público.

Outro aspecto relevante é a importância atribuída ao contexto histórico na compreensão da cultura. Williams (2008, p. 129) destaca que a cultura está em constante transformação, sendo influenciada por eventos históricos, mudanças sociais e políticas. Isso é particularmente pertinente ao examinar a cena de rock no litoral piauiense, permitindo considerar como as transformações na sociedade brasileira e no mundo impactaram as expressões culturais locais.

A abordagem dialética de Williams (2008, 2011, 2015), que reconhece as relações de constante diálogo entre cultura e sociedade, é um aspecto fundamental. O teórico inglês argumenta que a cultura e a sociedade influenciam-se mutuamente, destacando uma dinâmica ativa e interativa. Ao aplicar essa perspectiva na análise da cena de rock em Parnaíba, compreenderemos não apenas as manifestações musicais, mas também os contextos sociais e políticos que as moldaram. Essa abordagem enriquecerá a compreensão da cena rock local nas décadas de 1980 e 1990, proporcionando uma análise mais profunda das relações dinâmicas entre o movimento cultural e o ambiente histórico.

A interseção entre movimentos culturais e políticos é um elemento central na perspectiva teórica adotada por Raymond Williams (2015, p. 54-55). Essa abordagem reconhece que a cultura não existe em um vácuo separado das dinâmicas políticas, mas, pelo contrário, está intrinsecamente ligada às questões sociais e políticas de seu tempo.

No contexto das décadas de 1980 e 1990, no Brasil e globalmente, observamos um momento de efervescência política e social. No Brasil, o final da ditadura militar e o processo de redemocratização foram marcados por movimentos políticos e sociais significativos. A perspectiva de Williams ressalta que esses movimentos não apenas moldam, mas são moldados pela cultura. No caso da cena de rock no litoral piauiense, é crucial analisar como as mudanças políticas, tal qual a transição para a democracia, a redemocratização e os debates sobre participação popular, influenciaram a expressão cultural desse movimento.

A interseção entre o político e o cultural é particularmente evidente nas manifestações artísticas, como o rock, que muitas vezes servem como meio de expressão e reflexão sobre questões sociais e políticas. A cena rock em Parnaíba, ao absorver essas influências, não apenas refletiu o ambiente político, mas também contribuiu para a construção de narrativas e identidades culturais que ecoavam as transformações da época.

É importante frisar que o entendimento de identidade aqui está sob a perspectiva do teórico inglês Stuart Hall (2014). Para Hall (2014, p. 109-110), torna-se relevante entender as identidades como produtos específicos de contextos históricos e institucionais, formados em práticas discursivas particulares por meio de estratégias e iniciativas específicas. Isso implica que as identidades não são entidades fixas, mas sim constru-

ções dinâmicas que se desenvolvem em resposta a contextos específicos. Hall (2014, p. 106, 111) também destaca a interseção entre identidade e poder. Nesse sentido, a construção identitária não ocorre em um vácuo; portanto, é intrinsecamente ligada às dinâmicas de poder que moldam as relações sociais.

Desse modo, ao explorar a interseção entre movimentos culturais e políticos, a perspectiva teórica de Raymond Williams (2008, 2011, 2015) oferece uma lente analítica valiosa para compreender como a cena de rock em Parnaíba se posicionou e interagiu com o contexto político das décadas de 1980 e 1990, revelando as complexas relações entre a cultura local e os acontecimentos políticos da época.

As entrevistas desempenharam um papel essencial ao proporcionar perspectivas dos participantes da cena de rock em Parnaíba. Ao entrevistar músicos, produtores, frequentadores de shows e outros atores-chave, busca-se captar não apenas a evolução sonora, mas também as experiências e percepções individuais que contribuíram para a construção dessa cena cultural única (Santhiago, 2013, p. 166, 168).

As produções fonográficas constituem uma fonte valiosa para entender a música ao longo do tempo (Napolitano, 2002, p. 56). A análise dos estilos, letras e influências musicais nas produções locais de rock permitem uma compreensão mais profunda da resposta do cenário de Parnaíba às influências globais e locais.

A escolha desses métodos de análise está diretamente alinhada com a perspectiva teórica de Raymond Williams (2008, 2011, 2015), por adotar uma análise contextualizada e sensível às nuances da cultura e da sociedade. O objetivo é não só mapear as transformações musicais, mas também compreender o significado cultural gerado pelo cenário de rock em Parnaíba nas décadas de 1980 e 1990. Assim, a metodologia escolhida não se restringe à coleta de dados, mas também proporciona uma lente interpretativa rica, em consonância com a abordagem teórica adotada.

## **Configurações do rock de Parnaíba nas décadas de 1980 e 1990**

As décadas de 1980 e 1990 representam períodos de intensas transformações, tanto no cenário brasileiro quanto no contexto mundial. No Brasil, os anos 1980 marcaram o desfecho de um longo período de dita-

dura militar, com a promulgação da Constituição de 1988 simbolizando o retorno à democracia. Este processo foi permeado por movimentos sociais e políticos que ecoaram o anseio por participação popular e liberdade civil.

Ao mesmo tempo, o cenário internacional vivenciou mudanças significativas. O final da Guerra Fria, que culminou com a queda do Muro de Berlim em 1989, teve repercussões globais, influenciando dinâmicas políticas e culturais em diversas partes do mundo. No universo da música, a década de 1980 foi marcada por uma explosão de estilos e movimentos, destacando-se o surgimento e a consolidação do rock em diversas manifestações, desde o *new wave* até o *hard rock* e *heavy metal*.

Na esteira dessa perspectiva internacional e nacional, a banda Inferno no Céu compôs a música *Velha Mensagem*. Sua letra diz:

Eu sou a ave que voa no céu de norte a sul/ Levando no bico uma velha mensagem/ E uma mucha flor/ Reinando à toa a paz e o amor/ Eu sou um cara que em ave se transformou/ Mesmo despercebido pelos olhos do mundo/ Assim imundo/ Eu não faço da minha guitarra uma metralhadora/ Destruidora/ Mesmo despercebido pelos olhos do mundo/ Assim imundo/ Eu não faço da minha guitarra uma metralhadora/ Destruidora/ Eu não faço da minha guitarra uma metralhadora/ Eu nasci pra cantar a paz/ A paz, a paz/ Eu nasci pra cantar a paz/ Eu não faço da minha guitarra uma metralhadora/ Eu nasci pra cantar a paz/ a paz, a paz (Inferno no Céu, 1996).

A letra da música *Velha Mensagem* da banda Inferno no Céu, composta na primeira metade da década de 1980, aborda temas relacionados à paz e à transformação pessoal. O eu lírico se identifica metaforicamente como uma ave que voa de norte a sul, carregando uma velha mensagem e uma modesta flor. Essa imagem simboliza a propagação de valores como a paz e o amor.

A referência à transformação em uma ave sugere uma metamorfose ou evolução pessoal, possivelmente indicando um desejo de transcender as limitações ou impurezas do mundo. Mesmo passando despercebido pelos olhos do mundo, o eu lírico mantém a sua missão pacífica e se distancia da agressividade, destacando que sua guitarra não é uma “metralhadora destruidora”.

A repetição enfática da afirmação “Eu nasci pra cantar a paz” reforça a mensagem central da música, enfocando o propósito do eu lírico em promover a harmonia e a serenidade por meio da sua expressão artística. A letra destaca a escolha consciente de não utilizar a guitarra como uma arma de destruição, ressaltando a busca por um caminho pacífico e harmônico na expressão musical.

A música *Velha Mensagem* suscita a reflexão apresentada por Williams quando aborda a natureza expansiva da ideologia e sua interação profunda com a cultura e a identidade de classes ou grupos. Williams (2008, p. 26; 2015, p. 123) mostra que a ideologia não deve ser compreendida apenas como um conjunto estreito de crenças ou princípios; ao contrário, deve ser vista em sua capacidade de se infiltrar e moldar vastas regiões de sentimentos, atitudes e pressupostos que definem a cultura de um grupo. Esta perspectiva amplia significativamente o escopo da ideologia, posicionando-a não apenas como uma entidade abstrata, mas como um elemento vivo que permeia e informa a experiência cotidiana de indivíduos e comunidades.

Contudo, existe uma natureza “menos palpável” dessa extensão ideológica (Williams, 2008, p. 26). Essa imaterialidade não diminui sua importância; ao contrário, ela possibilita revelar as mudanças sutis, mas profundas, nas culturas que, quando observadas de uma perspectiva mais convencional, como a econômica, podem parecer estáticas ou imutáveis. Williams (2008, p. 26) enfatiza que é justamente nessas áreas menos tangíveis que se pode descobrir uma “coloração” global vívida, uma espécie de matiz ou caráter distintivo particular para uma cultura ou classe.

Essa coloração pode ser vista na música *Velha Mensagem* ao se observar o depoimento de Heráclito Sampaio (2022), um dos compositores, ao ser questionado sobre o teor de sua letra. Ele diz:

Então, a gente procurava falar sobre coisas que aconteciam ali mesmo e que estavam acontecendo na época, guerras da época, a gente falava de guerra, claro que não era novidade, outros também já falavam, como “Era um garoto que como eu/ Amava os Beatles e os Rolling Stones”, já existia isso, mas a gente também queria falar, assim como existe Imagine de John Lennon sobre paz, sobre as guerras, sobre essas coisas todas. Era uma mensagem que a gente falava nas letras e nas composições porque realmente era um tema importante para época, a gente achava importante falar sobre aquilo, não era porque era um tema rodado “ah, esse tema já

tá”, mas era porque a gente sentia em dizer ali, a gente podia falar coisas de amor, de paixãozinha, igual essa que cantei para você do Raio de Sol, mas a gente falava coisas de guerra, por exemplo, essa que você falou [...] Então assim, “ah, o tema é guerra, o tema é paz, o tema”, mas eram os temas que a gente sentia para fazer música por achar importante porque realmente naquela época o mundo estava muito assim e, cara, pior que não mudou porque nós estamos aqui novamente com uma guerra, surpreendentemente, uma guerra depois de pandemia é estranho, mas estamos nessa ainda para evoluir, temos muito a evoluir Então, naquela época nós protestávamos mesmo, a gente estava naquela vibe de músicas de protesto e de uma certa revolta, então os temas de letras geralmente giravam em torno disso aí, era o que rolava na época, era nossa preocupação (Heráclito Sampaio, 2022).

A observação de Heráclito Sampaio evidencia a “ampla área de prática social concreta” (Williams, 2008, p. 26), revelando na construção da canção *Velha Mensagem* a concepção de que a ideologia transcende sua natureza teórica ou conceitual, penetrando profundamente nas atividades cotidianas dos indivíduos vinculados ao rock no litoral do Piauí na década de 1980. O trabalho artístico da *Inferno no Céu* ilustra como a ideologia não é apenas uma abstração intelectual, mas sim um elemento intrínseco e palpável enraizado nas interações diárias.

Essas práticas, enraizadas de maneira culturalmente específica, proporcionaram um solo fértil no qual a ideologia não apenas manifestou, como também se adaptou e, por vezes, se transformou. A música, como expressão cultural, se torna um veículo poderoso para explorar e transmitir ideologias, muitas vezes capturando a essência das experiências individuais e coletivas.

Ao abordar a ideologia como um elemento vivo e respiratório, a análise ganha profundidade ao considerar que ela não é estática, mas dinâmica, evoluindo em resposta às mudanças culturais e sociais. A interação contínua entre a ideologia e as práticas culturais cria um ciclo de influência mútua, que pode ser visto em *Velha Mensagem*, onde a ideologia molda sendo moldada pela cultura, gerando um diálogo constante entre os valores e as ações de um grupo ou comunidade.

Dessa forma, a compreensão da ideologia como um fenômeno manifestado nas práticas cotidianas, como evidenciado na fala de Heráclito Sampaio (2022), mostra uma visão abrangente e dinâmica da intercone-

xão entre teoria e prática, cultura e ideologia.

A transição para os anos 1990 foi caracterizada por uma busca por identidade e expressão cultural, refletindo as transformações políticas, sociais e culturais. No Brasil, a consolidação do processo democrático e a ascensão de movimentos sociais trouxeram novas perspectivas e debates. Internacionalmente, a globalização começava a moldar as relações culturais, influenciando a música e propiciando uma interconexão maior entre diferentes estilos e gêneros.

Neste contexto de efervescência política e cultural, a banda Artéria decide pela regravação da canção composta pela Inferno no Céu mais de uma década antes. Essa atitude mostra que a cena rock no litoral piauiense, especialmente na Parnaíba da década de 1990, emerge como um fenômeno intrinsecamente conectado às dinâmicas locais e globais da década anterior. Assim, a gravação na coletânea fonográfica *Porto das Barcas* emerge-se nas complexidades desse período, explorando o contexto histórico que influenciou e foi influenciado pela expressão musical do rock, tornando-se uma parte integral da identidade cultural da região.

O historiador Adalberto Paranhos (2013) discute a natureza das interpretações e como elas estão fundamentalmente ligadas à criação e composição. Paranhos (2013, p. 46) enfatiza que as interpretações, não importa quais sejam, carregam consigo um sentido próprio. Isso implica que, quando alguém interpreta uma obra, seja uma música, um texto, ou qualquer forma de expressão artística, está, de certa forma, desempenhando um papel de compositor. Isso ocorre porque o intérprete não apenas reproduz passivamente o que foi criado originalmente, mas também contribui para a construção de um novo significado ou abordagem.

Ao optar pela gravação da *Velha Mensagem*, composta pela banda Inferno no Céu, a banda Artéria realizou, em sua interpretação, a tarefa de “decompor e/ou recompor” (Paranhos, 2013, p. 46-48,) a composição original. Isso significa que a interpretação não foi uma repetição da obra original, mas envolveu uma recriação e uma recontextualização. A Artéria escolheu ali enfatizar certos elementos, adicionar nuances pessoais dos integrantes da banda e introduzir variações novas na métrica sonora da *Velha Mensagem*. Essa abordagem dinâmica e ativa da interpretação torna cada apresentação única e, de certa forma, uma tipo de composição.

Na mesma coletânea fonográfica também é apresentada a canção

*Gana*, interpretada pela banda Rabiscos, que está na faixa dezesseis. A banda Rabiscos, que anteriormente se chamava Rabiscos Urbanos,<sup>4</sup> em referência à banda Legião Urbana, traz na narrativa de *Gana* uma letra permeada por referências culturais tanto nacionais quanto internacionais. Sua letra diz:

Trampo a vida numa noite acesa/ Cada dia um trago a mais, em vão/  
Cada ser um cais, uma erupção/ Uma trama exposta sobre a mesa/ Um  
solo a mais, um blues, um jazz/ Uma outra visão, um saber crescer/ Sons  
que vêm tal qual um grito/ Fazem-me sorrir desta situação/ Equinócios e  
solstícios vão/ On the road, on the road/ Like a Rolling stones/ Sons que  
vêm tal qual um grito/ Fazem-me sorrir desta situação/ Equinócios e solstí-  
cios vão/ On the road, on the road/ Like a Rolling stones/ Sons que vêm  
tal qual um grito/ Fazem-me sorrir desta situação/ Equinócios e solstí-  
cios vão/ On the road, on the road/ Like a Rolling stones/ Sons que vêm  
tal qual um grito/ Fazem-me sorrir desta situação/ Equinócios e solstícios  
vão/ On the road, on the road/ Like a Rolling stones (Rabiscos, 1996).

De acordo com Teófilo Lima (2021) e Guilherme Paiva (2021), músicos que participaram da gravação de *Gana*, a música em questão se configura como um instante crucial na trajetória da banda e de seus integrantes. Nesse período, eles almejavam não apenas aprimorar suas habilidades no âmbito do rock, mas também incorporar novos elementos provenientes de ritmos brasileiros e internacionais. Essa expansão sonora é um testemunho das mudanças da banda e da maturidade musical de seus integrantes.

Essa busca por diversidade e aprimoramento pode ser visualizada no protagonista da canção que se mostra imerso em uma vida noturna intensa, como denotado pela expressão “Trampo a vida numa noite acesa”. Essa atmosfera indica uma conexão com a efervescência das cidades brasileiras após o entardecer. Ao mencionar “Um solo a mais, um blues, um jazz,” a letra incorpora elementos de gêneros musicais internacionais. O blues,

---

4. A banda Rabiscos teve, durante suas atividades, alguns músicos que vieram a se destacar tanto na música quanto em outras áreas artísticas, em níveis locais, nacionais e mundiais. Os identificados são: Teófilo Lima (vocal e violão), ainda em atividade em sua carreira solo; Danilo Carvalho (guitarra), atualmente cineasta e músico premiado nacional e internacionalmente pelo trabalho no campo do cinema; Jesum Messias (guitarra), produtor cultural e diretor de teatro atuante em Parnaíba e região; Guilherme Paiva (gaita), atualmente professor na área de filosofia na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, além de ser músico e compositor com trabalhos lançados no Brasil. Esses são os integrantes da banda identificados que ainda permanecem no campo artístico.

originado nos Estados Unidos da América, e o jazz, também fundamentado na cena musical estadunidense, adicionando uma dimensão global à trama da música.

A alusão a *On the road* e *Like a Rolling Stones* traz referências a duas influências marcantes na cultura rock e juvenil mundial. *On the Road* é um romance de Jack Kerouac que explora a busca por liberdade e aventura na estrada. A expressão *Like a Rolling Stones* relaciona-se a uma música de Bob Dylan, que aborda temas de liberdade e rebeldia.

Ao retratar os cenários em “Equinócios e solstícios vão”, *Gana* traz uma referência mais ampla à natureza cíclica da vida, incorporando simbolismos culturais diversos associados a períodos de transição e renovação. A frase “Sons que vêm tal qual um grito/Fazem-me sorrir desta situação” mostra, na potência humana, a expressão artística, especialmente na música, enquanto a dualidade entre enfrentar as adversidades com alegria e humor é palpável. No âmbito dos sentimentos humanos, também está presente na canção a expressão “Uma trama exposta sobre a mesa”, acrescentando um elemento de crueza e honestidade à narrativa, indicando um momento de revelação e/ou confissão na trajetória do protagonista.

As diversas referências culturais e musicais presentes na letra proporcionam uma experiência contextualizada aos ouvintes, conectando a canção a influências globais e locais. Nesse sentido, torna-se relevante o formulado por Raymond Williams (2011), quando ao desenvolver categorias que buscam entender as dinâmicas e as transformações culturais nas sociedades, destacam-se as chamadas “cultura residual” e “cultura emergente”.

A menção feita ao livro *On the Road*, à música *Like a Rolling Stones* e aos gêneros musicais blues e jazz em *Gana* ilustra a persistência da cultura residual. Essas referências culturais, que se enraízam em um passado distante, exemplificam a cultura residual conforme descrita por Williams (2011, p. 54, 58-59). A cultura residual é composta por práticas, significados e valores que, embora tenham sido deslocados pela cultura dominante contemporânea, ainda exercem influência no presente, seja de maneira material ou simbólica.

O espírito de liberdade e resistência representado pelos elementos de *Gana* citados não são relegados ao passado e sim incorporado na mú-

sica da Rabisco como adjetivos do tecido cultural de seu tempo, objetivando desafiar normas e persistindo como uma influência que transcende as épocas. Essa interconexão entre as referências culturais e a cultura residual destaca a natureza dinâmica e contínua de sua influência na sociedade (Williams, 2011, p. 62-63).

O encontro entre a poesia musical de *Gana* e o conceito de cultura emergente se dá em um diálogo complexo entre as expressões artísticas e as dinâmicas culturais contemporâneas. Ao retratar os cenários marcados pelos “Equinócios e solstícios vão”, “Sons que vêm tal qual um grito/Fazem-me sorrir desta situação” e “Uma trama exposta sobre a mesa”, *Gana* incorpora simbolismos culturais diversos, enraizando-se em períodos de transição e renovação.

Dentro desse contexto, os versos “Sons que vêm tal qual um grito/Fazem-me sorrir desta situação” ressoam como uma expressão da potência humana, encontrando na música um meio privilegiado. Esses sons, como um grito, carregam consigo não apenas a força da expressão artística, mas também a dualidade humana de enfrentar adversidades com alegria e humor. O universo emocional é enriquecido pela expressão “Uma trama exposta sobre a mesa”, que confere à narrativa um elemento de cruzeza e honestidade. Esta expressão indica um momento de revelação e/ou confissão na trajetória do protagonista, evidenciando a profundidade das experiências humanas.

Associando essas reflexões ao conceito de cultura emergente (Williams, 2011), percebemos um paralelo. A cultura emergente é um espaço dinâmico no qual novas práticas, significados e valores estão sendo gerados. Essas criações muitas vezes desafiam a cultura dominante, buscando reconhecimento e aceitação. A resistência, inovação e a formação de novos grupos encontram eco nas notas e letras que a banda Rabiscos escolheu para compor sua música, revelando uma interseção entre a expressão artística e as forças culturais emergentes da contemporaneidade. Nesse encontro, a música não é apenas uma melodia, mas um reflexo vibrante da sociedade em constante transformação.

Essa sociedade em transformação pode ser encontrada também na canção *Olhos de Ôvni's*, composta e interpretada por Pedrinho Guitar, que ocupa a faixa catorze da coletânea *Porto das Barcas*. Em suas palavras, somos transportados para um cenário idílico banhado pelo sol, emoldurado

pela Pedra do Sal, praia de Parnaíba–PI, e embalados pelos versos apaixonados. A letra diz:

Eu quero ver você correndo para mim/ Sob o sol da pedra do sal/ Fazer amor p'os olhos inquietos de Ovni's/ Fazer amor p'os olhos inquietos de Ovni's/ Eu quero ter nas veias fervendo a emoção/ Com o sal da praia do Sol/ Gemer sem dor na areia repleta de siri/ Gemer sem dor na areia repleta de siris/ Não quero saber se tudo vai mudar/ Se o tempo vai passar/ E a lua aparecer/ Não quero saber se a gasolina vai subir/ Se o dólar vai cair/ E o Brasil desaparecer/ Só quero saber que eu vou te amar/ A lua é minha cúmplice do amor/ Sonho lindo dádiva do amor/ A lua é minha cúmplice do amor/ Sonho lindo dádiva do amor/ A lua é minha cúmplice do amor/ Sonho lindo dádiva do amor/ A lua é minha cúmplice do amor/ Sonho lindo dádiva do amor/ Perpetuar a espécie... aos olhos de Ovni's (Pedrinho Guitarr, 1996).

Sob a narrativa lírica de Pedrinho Guitarr, mergulhamos em uma atmosfera na qual a emoção fervente nas veias se entrelaça com a areia repleta de siris, um convite a um amor que transcende as preocupações efêmeras do mundo. A busca por um amor intemporal, longe das instâncias do tempo e das incertezas do cotidiano, ressoa em *Olhos de Ovni's* em um contexto onde o destino do Brasil e suas flutuações econômicas que afetavam a população na década de 1980 e 1990 perdem sua relevância, a ênfase se desloca para a certeza do sentimento, um amor que persistirá mesmo que o cenário ao redor esteja sujeito a mudanças.

Ao ter como observador os “olhos inquietos de Ovni's”, os personagens da canção adquirem uma dimensão cósmica na narrativa, mostrando que esse amor ultrapassa fronteiras terrenas, envolvendo-se em uma esfera misteriosa. O desejo de “perpetuar a espécie... aos olhos de Ovni's” adiciona uma camada de transcendência, indicando uma conexão eterna e cósmica.

Nesse universo lírico, a música nos conduz a um espaço onde o amor se desdobra como um refúgio atemporal, distante das inquietações mundanas (gasolina alta, dólar alto e Brasil em caos) imerso na beleza da natureza e sintonizado com a lua como testemunha silenciosa desse compromisso apaixonado.

O teórico Raymond Williams (2015, p. 31) ressalta que, sem a abs-

tração, o entendimento verdadeiro e a capacidade de efetuar mudanças significativas no ambiente ao nosso redor permaneceriam limitados. A abstração, portanto, emerge como uma lente que permite a análise profunda, a interpretação e a transformação do mundo, representando uma dimensão crucial na complexa teia do pensamento humano.

A interseção entre as ideias expressas por Williams (2015) sobre a abstração como uma habilidade cognitiva e a atmosfera poética de *Olhos de Ovní's*, de Pedrinho Guitar, revela uma fusão entre o pensamento abstrato e a experiência emocional. Ambos convergem, no seu domínio, em um convite para transcender as limitações do tangível e explorar os domínios mais profundos da cognição e da emoção.

Sob o olhar de Williams (2015, p. 33), ao enfatizar as possibilidades de percepções dos indivíduos como uma ferramenta vital para a compreensão do mundo, destaca a capacidade de ir além do observável e tangível, percebe-se na narrativa de *Olhos de Ovní's*, a abstração como um instrumento cognitivo que possibilita explorar as complexidades subjacentes à experiência humana dos personagens da canção.

Outro elemento observável em *Olhos de Ovní's* é o contexto do Brasil dos anos 1990. Durante esse período, o país passou por transformações significativas, como as mudanças econômicas e as influências crescentes da globalização. Ao compreender as forças que moldam e influenciam a sociedade (Williams, 2008, p. 149), percebem-se ideias, valores, crenças e formas culturais que ocupam uma posição proeminente na sociedade brasileira da época.

A cultura dominante no Brasil dos anos 1990 foi marcada por uma série de elementos. Economicamente, políticas de abertura de mercado e privatizações influenciaram o ambiente empresarial e as percepções culturais associadas ao capitalismo. Além disso, a ascensão da cultura midiática, especialmente através da televisão, começou a desempenhar um papel significativo na formação de valores e na disseminação de padrões culturais.

A sociedade brasileira nos anos 1990 testemunhou transformações na estrutura familiar, nos padrões de consumo e nas dinâmicas culturais urbanas. O fenômeno da globalização trouxe consigo uma maior exposição a influências culturais estrangeiras, afetando a música. Portanto, a cultura dominante do Brasil dos anos 1990 que pode ser ouvida na voz

de Pedrinho Guitar estava sujeita a uma multiplicidade de influências, incluindo aspectos econômicos, políticos, midiáticos e sociais.

A diversidade cultural evidenciada na cena de rock de Parnaíba durante as décadas de 1980 e 1990 reflete a riqueza musical da cidade e também revela a habilidade única de amalgamar influências globais e locais. Os músicos locais envolvidos com o rock, ao longo desse período, não se limitaram a replicar tendências. Essa mistura de influências diversificou a paisagem sonora local e proporcionou uma experiência auditiva e cultural.

A cena rock em Parnaíba – por meio dos exemplos das três canções apresentadas – reflete a heterogeneidade de temas e perspectivas abordadas nas letras das músicas. As composições são espaços de reflexões sobre experiências pessoais que abordam questões sociais e políticas. A música tornou-se, assim, um meio de expressão cultural que transcendeu barreiras musicais.

### **Considerações finais**

A interseção entre a cena rock e os eventos políticos e sociais ressalta como a música pode transcender seu papel artístico, tornando-se um canal de expressão e reflexão sobre questões mais amplas. A cidade de Parnaíba, ao abraçar o rock, tornou-se um epicentro não só musical, mas também um espaço de engajamento social e político.

A cena rock de Parnaíba foi um reflexo e agente ativo das transformações sociais, políticas e culturais da época. Assim, ela ressoou nos amplificadores e palcos e reverberou nas experiências e memórias da comunidade, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva única. Com sua riqueza cultural e seu impacto social, permanece como um capítulo significativo na história da cidade, merecendo contínua reflexão e apreciação.

### **Referências**

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: História cultural da mú-**

sica popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARANHOS, Adalberto. As muitas faces de um mesmo rosto: o mundo errante das canções. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; MEDEIROS, Hermano Carvalho (orgs.). **História & Música Popular**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 43-57.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e as artes: percursos, possibilidades e desafios. **História Oral**, v. 16, n. 1, p. 155-187, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos de Esperança**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

## Fontes

## Fonogramas

Gana. Intérprete: Rabiscos. Compositor: Rabiscos. In: *Porto das Barcas: II Coletânea de compositores e intérpretes parnaibanos*. Parnaíba: Prefeitura Municipal de Parnaíba/ Serviço Social do Comércio, Departamento Regional Piauí, 1996. 1 CD-ROM, faixa 16 (2min56s).

Olhos de Ovní's. Intérprete: Pedrinho Guitar. Compositor: Pedrinho Guitar. In: *Porto das Barcas: II Coletânea de compositores e intérpretes parnaibanos*. Parnaíba: Prefeitura Municipal de Parnaíba/ Serviço Social do Comércio, Departamento Regional Piauí, 1996. 1 CD-ROM, faixa 14 (4min09s).

Velha Mensagem. Intérprete: Banda Artéria. Compositor: Inferno no Céu. In: *Porto das Barcas: II Coletânea de compositores e intérpretes par-*

naibanos. Parnaíba: Prefeitura Municipal de Parnaíba/ Serviço Social do Comércio, Departamento Regional Piauí, 1996. 1 CD-ROM, faixa 8 (3min11s).

### **Entrevistas**

LIMA, Teófilo. 51 anos. Novembro de 2021. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 23 de novembro de 2021.

PAIVA, Guilherme. 48 anos. Novembro de 2021. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 22 de novembro de 2021.

SAMPAIO, Heráclito. 54 anos. Março de 2022. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Skype. 17 de março de 2022.0

cancioneiro

